

Maria José de Mattos Taube

«Pobre é que nem abelha,
cada dia zune num canto»

Estudo de processos migratórios e fixação de famílias na favela:
o papel das mulheres e das instituições assistenciais.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Antropologia Social,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

Orientadora: Prof^a Dr^a Bela Feldman-Bianco

Este exemplar corresponde a redação final
do Tese defendida por Maria José de Mattos
Taube e aprovada pela Comissão Julgadora.

09/09/86.

Bela Feldman-Bianco VOLUME I

Assessoria de Biblioteca
Margarita G. R. R. R.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

CAMPINAS - 1986

cansável e competente orientação, que possibilitou os "ritos de passagem" entre a aprendizagem e a realização do trabalho intelectual.

Ao professor e amigo Carlos Rodrigues Brandão, por seu interesse e orientação complementar, durante a licença da Prof. Bela Bianco, que resultou no aprimoramento da análise e no apoio moral e intelectual, tão necessários à finalização de um trabalho como este.

À Ruth Joffily, pela revisão do texto, que muitas vezes se confundiu com orientação. Embora não esteja impresso no trabalho, sua participação foi fundamental na construção de frases coerentes e na clareza das idéias, que exigiram tempo e dedicação de nossa parte.

Quero agradecer também à Cida, da CEB, à Inês Batista, ao Alcides, Conceição e muitos outros participantes da Assembléia do Povo, que possibilitaram o acesso às reuniões e assembléias dos favelados de Campinas.

À CAPES e à FAPESP, pelas bolsas de pesquisa que propiciaram os anos de dedicação ao trabalho. À OIT, pelo incentivo ao trabalho junto às mulheres do algodão, em 1979.

Ao SOS Ação Mulher, pelas possibilidades de ampliar os horizontes da investigação, incorporando ao trabalho uma perspectiva feminista, através da qual a mulher emerge como ator social.

Aos professores Edmundo Dias e Manuel T. Berlink, pela gentileza e disposição de ler e criticar o meu trabalho, em Antropologia Social.

Aos meus colegas Eymard, Alice Inês, Roberto e Ana, pela deliciosa convivência e pelas discussões teóricas durante o curso de Mestrado na UNICAMP.

À Tércia Paoli, Mônica e Otto Taube Filho, pela gentil colaboração na feitura dos mapas que me ajudaram a expressar, graficamente, as idéias subjacentes no texto.

Ao Tadeu Giglio, pelas fotos no campo do algodão.

À Maria Lúcia, Madalena e Ester, por terem acreditado no meu trabalho e propiciado o acesso a dados fundamentais da pesquisa.

À Cristina, por ter aceito a difícil tarefa de datilografar esta tese, apesar de suas atribuições profissionais, de mãe e de esposa. À Lurdinha, do IFCH, pela datilografia dos intermináveis relatórios de pesquisa. À Sandra Lane, pela organização da bibliografia, segundo as normas atuais.

À Mirona, pela ilustração maravilhosa e pelos "papos" reconfortantes durante nossas caminhadas pela Cidade Universitária, aliviando as tensões.

À minha mãe, ao meu falecido pai, e aos meus sete irmãos, por uma vida rica em família, que me deu a chance de ser o que sou.

Aos meus três filhos, Marcelo, Isa e Jaime e especialmente ao Miguel, marido e companheiro, as possibilidades das indefinições e inseguranças durante o trabalho, das ausências, dos conflitos e dos bons momentos de realização, que foram sempre compartilhados entre nós.

Maria José de Mattos Taube

ÍNDICE GERAL

VOLUME 1

INTRODUÇÃO	IX
1. Migrantes rurais e favelados no contexto da literatura	XV
2. Formulação do problema	XXI
3. Metodologia	XXVI
4. Síntese dos capítulos	XXXVI
<i>Notas da Introdução</i>	XL
CAPÍTULO 1	
MIGRAÇÃO E EXPANSÃO DE FAVELAS:	
DUAS FACES DE UM MESMO FENÔMENO	1
1. Migração e políticas governamentais	4
1.1 Campinas: migração e política municipal	11
2. A expansão das favelas: o caso de Campinas	16
2.1 Uma pequena história de Campinas	20
2.2 As políticas municipais e a condição de favela ...	26
<i>Notas do Capítulo 1</i>	38
<i>Anexos</i>	50
CAPÍTULO 2	
DE MIGRANTES A FAVELADOS	55
1. A favela do São Marcos	57
2. A chegada de uma família em Campinas: os Gomes	73
<i>Notas do Capítulo 2</i>	86

CAPÍTULO 3

COM O PÉ NA ESTRADA: HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO

DO GRUPO DOMÉSTICO DOS GOMES	90
1. A trajetória de uma família	94
2. A migração para o sul	115
<i>Notas do Capítulo 3</i>	124
<i>Anexo</i>	128

MAPAS

VOLUME 2

CAPÍTULO 4

A VIDA NA FAVELA: ESTRATÉGIAS DE FIXAÇÃO

DE MIGRANTES DE BAIXA RENDA.....	129
1. O grupo doméstico: estratégias de controle e de cooperação internas	133
2. O barraco: organização do espaço físico e social do grupo	148
3. A vida no barraco: estrutura familiar, hierarquia e valores	166
<i>Notas do Capítulo 4</i>	204
<i>Anexo</i>	213

CAPÍTULO 5

A VIZINHANÇA NA FAVELA

E O JOGO DAS INSTITUIÇÕES	214
1. Os vizinhos: etnografia da vizinhança (estudo de casos)	217
2. A cooperação na vizinhança e o estímulo institucional: o papel das mulheres	264
2.1 A construção de lideranças femininas	269

2.2	A política invisível das mulheres	292
2.3	A caridade e o "espírito do capitalismo".....	296
	<i>Notas do Capítulo 5</i>	302
 CAPÍTULO 6		
	A FAVELA ESTÁ MUDANDO. À FORÇA	309
1.	A remoção	312
2.	A organização coletiva	328
3.	Os movimentos dos favelados em Campinas	
	1979/1982	335
3.1	Assembléia do Povo: a emergência do movimento dos favelados de Campinas	339
3.2	A "lei dos favelados"	361
	<i>Notas do Capítulo 6</i>	378
 CONCLUSÕES		
	<i>Notas das Conclusões</i>	402
 ABREVIÇÕES		
		404
 BIBLIOGRAFIA		
		407



(...)

o trabalho do corpo é a mercadoria
que o homem vende ao dono todo dia
e o corpo-livre pertence ao maquinário
que converte o homem no operário
de que retira o preço do sustento:
a comida a cama a casa o agasalho.
o que mantém vivo o corpo, e o seu trabalho
(...)

(A TRAMA DA REDE,
poesia de Carlos Rodrigues Brandão)

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa a situação de favelados migrantes rurais e suas relações com agentes institucionais e políticos numa favela de Campinas. O trabalho de campo começou pela observação do cotidiano de indivíduos e grupos domésticos e transpôs este universo, situando a favela e seus moradores dentro de um quadro sócio-econômico e político mais amplo, para mostrar que estas condições de vida, de trabalho, de consciência e de organização política devem ser entendidas a partir do contexto histórico e sob as condições específicas em que elas aparecem.

A escolha da favela de São Marcos, em 1978, como objeto de pesquisa foi, de certa forma, circunstancial, mas, as questões que me levaram a estudar esta problemática já eram visíveis naquele contexto. Da estrada por onde muitas

vezes eu passava, destacava-se um contraste entre o campo de algodão e a situação urbana, marcada pelos barracos da favela, multiplicados a cada dia, despertando meu interesse pelo que ali se passava. Eu acreditava que a abertura a um convívio informal com aquela população deveria trazer o amadurecimento necessário para a escolha posterior de uma direção de trabalho.

Procurei, de imediato, estabelecer condições de mútua confiança, sem esquemas que refletissem uma rotina de indagações, pois logo ficou evidente que os favelados eram ali objeto de inúmeras pesquisas e levantamentos sócio-econômicos, como os que estavam sendo realizados pela Secretaria de Promoção Social (SPS), juntamente com o Projeto Rondon ("Operação Favela"), vez por outra pela CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), SANASA (Sociedade de Abastecimento e Saneamento S.A.), por entidades religiosas, etc.

As razões para a rejeição de um pesquisador na favela são às vezes surpreendentes. Notei, logo de início, que as pessoas eram muito cautelosas e, apesar de me receberem afavelmente em suas casas, queriam saber quem eu era, em nome de quem vinha e para que serviria o "tal" estudo. Minha apresentação como pesquisadora da UNICAMP foi logo questionada por um morador que disse que com a UNICAMP ele não queria nada, porque lá faziam "tops" (autópsia). E Pedro Gomes, com quem depois estabeleci um ótimo relacionamento, e que se tornou um dos personagens principais desse estudo de caso, disse que se o levassem para lá, para fazer esse tal "negócio", mesmo que estivesse morto, gritaria. A

UNICAMP era mais conhecida ali na favela pela Faculdade de Medicina, que oferecia assistência médica a indigentes e segurados do INPS. Por isso Mãinha, mãe de Pedro, perguntou:

"A senhora é daqueles homens que tira sangue? Da parte do Capiletê (demônio)?"

Corriam por ali histórias de pessoas que vinham recolher sangue (talvez algum banco de sangue) e por isso muita gente parecia ter medo. Acreditavam que, se deixassem tirar uma vez, teriam que tirar sempre e não adiantava se esconder porque, diziam, mesmo que estivesse no fim do mundo, seriam encontrados (1).

Nessa época as favelas apresentavam uma expansão exacerbada, preocupando o poder público que buscava, por isso, estabelecer mecanismos de controle e contenção. Assim, as pesquisas, os levantamentos e toda sorte de "estudos" soavam como fiscalização, deixando os moradores intranquilos e cautelosos no trato com pessoas de fora da favela. Principalmente devido às ameaças constantes de remoções arbitrárias (2), os favelados aprenderam a ter muito cuidado sobre o quê e com quem falar, já que qualquer ingenuidade poderia ser usada contra eles.

Foi somente depois de minha participação junto aos favelados, durante a ameaça de remoção de barracos na favela de São Marcos, em 1979, é que algumas pessoas da favela e de grupos que ali militavam passaram a me aceitar com mais confiança, acreditando que meu trabalho não visava prejudicá-los. Essa preocupação me fez, durante muito tempo, resguardar as informações que coletava na favela e que são ago-

ra reveladas neste trabalho, com o consentimento das pessoas envolvidas.

A decisão de registrar uma situação real, em que as pessoas se vejam num processo de luta e mobilização, tem um significado político. Sua participação pode assim ser vista e relacionada não só à história restrita da favela, mas a um quadro político mais amplo. De acordo com SANTOS (3), geralmente os movimentos sociais sofrem pela ausência de memória. Ficam, assim, numa posição desvantajosa em relação ao Estado que, por registrar os acontecimentos, pode elaborar estratégias de enfrentamento.

Da contínua reflexão sobre os dados coletados, das leituras teóricas, dos cursos e discussões acadêmicas, resultaram o amadurecimento e a visão crítica que me permitiram estabelecer os conceitos e enfoques expressos neste trabalho.

Algum tempo após o início do trabalho de campo, investiguei também questões relativas à propriedade na favela (4). Durante esse trabalho me familiarizei com algumas outras técnicas de pesquisa (entrevistas não-diretivas, entrevistas semi-estruturadas ou roteiros, questionários, observação participante, etc), que me ajudaram, inclusive, no relacionamento com as pessoas. Como estava atenta aos aspectos gerais da vida do favelado, participei e registrei as primeiras manifestações de resistência e de organização coletiva na favela de São Marcos, o que, de certa forma, também influenciou no direcionamento da pesquisa.

Como passava a maior parte do tempo entre as mu-

lheres, observando seu cotidiano, suas redes de relações, a participação nas organizações da favela, grande parte dos dados que coletei se refere ao universo feminino. Minha condição de mulher contribuiu para o levantamento de questões relativas ao papel da mulher na favela, o que considero de suma importância pois, embora a atuação feminina seja fundamental nesta situação, ela é geralmente invisível, dada a valorização cultural existente sobre o assunto. Como diz SLOCUM, "nossas perguntas são delineadas pela nossa história particular e por pressuposições culturais e inconscientes"⁽⁵⁾.

Um dos aspectos que mais me impressionaram durante o trabalho de campo era ver as mulheres fazerem trabalhos pesados, como na roça do algodão, lavar e passar roupa para fora, trabalhar de doméstica, cozinhar alimentos para vender fora de casa, mobilizar recursos importantes ⁽⁶⁾ enquanto diziam: "Não trabalho" porque, "graças a Deus, meu marido (ou companheiro) dá conta". Da mesma forma, muitas delas se engajavam em organizações da favela para conseguir benefícios como água, luz, vaga nas escolas, evitar as remoções, etc, afirmando, no entanto, "nada entender de política, que é coisa de homem".

Essas manifestações informais e, em grande parte, "invisíveis" de trabalho e de mobilização política, fundamentais na vida da favela, foram, aos poucos, condicionando a direção do trabalho de campo.

A localização geográfica da favela, entre o campo e a cidade, e minhas observações sobre o universo feminino propiciaram, em 1979, um estudo sobre o trabalho das mulhe-

res na colheita de algodão, na fazenda próxima, explicitando questões como a valorização do trabalho feminino, a atuação de mulheres na mobilização de recursos e relações sociais, a participação feminina nas organizações políticas da favela. Explicitou também questões relativas à oscilação do trabalho urbano e rural na favela. Esse estudo foi em grande parte financiado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) e resultou no texto intitulado *Papel Político da Mulher na Favela: Reprodução e Contestação* (7).

I.

**MIGRANTES RURAIS E FAVELADOS
NO CONTEXTO DA LITERATURA**

Com base nesse trabalho de campo, elaborei um projeto de pesquisa, que foi apresentado ao Departamento de Antropologia Social da UNICAMP, dando início aos meus estudos de pós-graduação, em 1980.

Durante o curso, ampliei as perspectivas de estudo, tentando entender os fatores estruturais que determinavam, em grande parte, as condições encontradas na favela. Tentei detectar através da história de Campinas as condições econômico-políticas que propiciaram a expansão de favelas, assim como a emergência de movimentos organizados de favelados na cidade. Foi através do estudo detalhado de estratégias adotadas por migrantes de origem rural durante o processo de migração e instalação na favela que percebi a relevância de analisar o papel exercido pelo Estado e por organizações assistenciais na caracterização daquelas condições. Procurei estabelecer, através do estudo de casos, a correlação entre essas estratégias e as políticas sociais.

Embora atenta às chamadas questões estruturais, que influenciavam os processos na favela, optei por fazer uma análise a partir do estudo de casos e histórias de vida de um grupo doméstico extenso - **os Gomes** - devido à minha perspectiva antropológica e à própria circunstância em que se de-

se desenvolveu a pesquisa. Acredito que a "leitura" das grandes questões pode ser feita mais facilmente a partir do cotidiano dos moradores de favelas, suas estratégias, enfim, o contexto real em que se articulam as diferentes forças sociais.

Muitas pesquisas trataram de questões referentes ao surgimento de populações "marginais" em cidades em desenvolvimento industrial. Em geral tentaram perceber a problemática do ponto de vista da racionalidade do sistema econômico, refutando as teorias surgidas nas décadas de 50/60, que apontavam a não integração social, econômica e política do migrante como a causa de sua marginalidade no meio urbano (8). A revisão bibliográfica sobre o assunto indica que o surgimento e a expansão das favelas e outras formas de moradia precária nas cidades foram, desde o início, acompanhadas de uma proliferação de trabalhos acadêmicos e de políticas de controle.

Durante a crise econômica de 1929, a queda do preço do café levou inúmeros trabalhadores rurais a migrarem para áreas urbanas em busca de trabalho. Durante a década de 30, inicia-se, no Brasil, uma política migratória em função de uma expansão urbano-industrial e chega ao Rio de Janeiro a primeira leva de migrantes rurais (9). Sua presença nas cidades expande-se e começa aos poucos a incomodar, porque se localizam em áreas precárias, formando enormes aglomerados desordenados relativamente à "ordem urbana". Em 1937, durante o governo Vargas, estabelece-se o "Código de Obras" (10) que, entre outras coisas, visava a melhoria e a limitação das favelas.

A expansão de favelas nos grandes centros começa, já nessa época, a preocupar o poder público. O perfil do migrante é gradativamente delineado pela literatura, pelas políticas sociais adotadas e pelo senso comum em geral. O migrante rural ou o "híbrido cultural" (11) aparece como "delinqüente", "estranho", "marginal", "portador de dupla personalidade" e de cultura dupla e simultânea. Várias "escolas de pensamento" constroem, assim, os conceitos e preconceitos sobre essa população, definindo seu significado e posição na cidade (12).

"A crença geral era a de que, nos anos de rápida urbanização que se seguiram à 2ª Guerra Mundial, as cidades foram invadidas por 'hordas' provenientes das zonas rurais" (13), não se integrando à cidade por portarem uma "cultura da pobreza" (14), transformando-se em parasitas da infra-estrutura urbana.

A enorme dificuldade de absorção dessa população nas cidades parecia confirmar essas teorias. Nas décadas de 50 e 60, a força de trabalho urbana aumentou em 9,2 milhões, mas 60% destes permaneceram desempregados ou subempregados. A disparidade entre a expansão da população e a industrialização fazia com que a urbanização se processasse de forma mais acelerada, tornando as cidades deficientes em termos de emprego, serviços públicos, habitação, capacidade administrativa, dificultando a absorção desses contingentes (15).

Por volta de 1950, surgem os planos de erradicação de favelas e o termo "marginal" é adotado para definir seus moradores, numa simbiose entre indivíduo e moradia. O medo

de que essas populações, "soltas" de um controle adequado, fossem cooptadas e levadas ao radicalismo por forças comunistas impeliu a criação de diversos órgãos governamentais e entidades de diferentes esferas.

Com o "Plano de Metas" do governo Kubitscheck houve uma retomada da industrialização, cujo *slogan* era promover um crescimento de "50 anos em 5". Esse processo levou, segundo muitos estudiosos, a um maciço êxodo rural e, nesses anos, "um em cada cinco brasileiros tomou o rumo da cidade" (16).

Durante a década de 70, estudos macro-orientados repensavam a questão do "exército de reserva de trabalho" ou da marginalidade urbana tentando entendê-la do ponto de vista de sua funcionalidade no sistema econômico industrial (17).

PAOLI, KOWARICK, BERLINK, MELLO e outros (18) estudaram diretamente as chamadas "populações marginais", analisando a questão a partir de suas vinculações estruturais com o modo pelo qual se realiza o sistema capitalista em suas formações periféricas, como ficou demonstrado pela ocorrência generalizada desse fenômeno na América Latina. Deste ponto de vista, a expansão dessas populações se configurava "a partir de um processo de acumulação capitalista tardio, do tipo monopolista e dependente" (19), como já haviam demonstrado estudos anteriores (20).

Apesar de muitos autores terem partido de considerações gerais para explicar a migração e a conseqüente expansão de favelas nos grandes centros, alguns consideravam, para efeito de análise, esses fenômenos isoladamente, estudando um ou outro, dificultando, com isso, uma compreensão

abrangente do problema. Talvez por isso enfatizassem o êxodo rural e a atração pela cidade como fatores fundamentais do desencadeamento desses fenômenos, imputando ao migrante grande parte da responsabilidade pela decisão de migrar e morar em favela (21).

Acredito que a ênfase sobre os fatores individuais corre o risco de se dar em detrimento dos fatores econômico-políticos que, de fato, parecem influenciar com maior força a migração. A intensificação da migração para áreas específicas pode ser, em parte, resultado de decisões individuais de migrar, mas certamente só essas decisões não explicam a presença de maciços contingentes de migrantes originados de diferentes regiões obedecendo, sem dúvida, a orientações mais gerais.

Apesar de considerarem o êxodo rural, ocorrido nos anos 60/70, assim como o processo de aceleração da industrialização e urbanização como responsáveis diretos pela expansão de favelas, alguns estudos basearam-se principalmente em atributos individuais de migrantes e em suas estratégias para explicar como e porque migravam e quais os preconceitos que os mantinham "marginais" na situação urbana (22). Não conseguiram, deste modo, localizar concretamente outros fatores que permitissem, de fato, o desencadeamento da migração, a instalação na favela e as condições vivenciadas por essa população. Mesmo PERLMAN, que em seu estudo desmonta os mitos da marginalidade criados sobre essa população, acaba por atribuir aos próprios mitos a responsabilidade de manter os indivíduos como marginais e não

atende ao que ela própria aponta na conclusão de seu trabalho, ou seja, a necessidade de buscar circunstâncias externas ao controle individual, entre outras o controle do Estado nas modernas sociedades capitalistas (23).

A intervenção do governo no sentido de apoiar a migração, de atrair uma disponibilidade crescente de mão-de-obra para regiões de demanda social é historicamente conhecida (24).

Do ponto de vista do investimento de capital, Campinas pode ser considerada uma área privilegiada pois, graças à sua história econômica, sempre se destacou como importante pólo de atração de mão-de-obra, devido à sua permanente expansão agrícola e, nos últimos tempos, à expansão da indústria.

Fruto de um projeto de expansão industrial amplo, Campinas, como outras cidades do Estado de São Paulo, foi transformada em área ou região metropolitana entre os anos 68 e 73, através de uma "política urbana" que visava tornar racional a ação dos governos municipais, integrando-os aos planos de expansão (25). Por isso, para entender o fenômeno da migração e expansão de favelas em Campinas nesses anos é preciso remontar às condições sócio-econômico-políticas daquele momento, que, direta ou indiretamente, propiciaram a expansão industrial e a demanda de força de trabalho na região.

2.

FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Partindo da idéia de que as políticas públicas são, ainda hoje, permeadas por conceitos de "marginalidade" e de "invasão", obedecendo, por isso, a orientações assistenciais e de controle sobre a população de baixa renda na cidade, procedo, neste estudo, à análise da situação de migração, de favela e de relações de favelados entre si e com agentes institucionais e políticos em Campinas, entre 1976 e 1982. Minha intenção é desvendar, através de estudos de casos concretos, de que maneira concepções ideológicas sobre esses grupos distorcem e mascaram as verdadeiras razões para a intensificação da migração e expansão de favelas na cidade.

Preconceitos e idéias distorcidas sobre essa população favorecem o auxílio à migração, instalação e manutenção de migrantes rurais na cidade, geralmente através de um amplo aparato assistencial destinado a apoiar esses grupos, sem que objetivos fundamentais como o de fornecer força de trabalho na região sejam explicitados. Além disso, de acordo com alguns estudiosos, esse procedimento visa, ao mesmo tempo, obter o apoio político das classes populares urbanas ⁽²⁶⁾, como pode ser observado na eleição de Francisco Amaral em 1976 (ver Capítulo 1, item 2).

Através do estudo das relações entre favelados e organizações assistenciais, principalmente públicas, reve-

lam-se os objetivos de controle que podem ser percebidos através do estímulo institucional às organizações de favela (formação de grupos de vizinhança para promover mutirões, grupos de mulheres, associações de moradores, etc), regulando, entre outras coisas, as formas de reivindicação e resistência desses grupos em relação à política local.

Neste sentido, meu trabalho pretende mostrar que tanto a formação de favelas ou "áreas invadidas" (27) como organizações de favelados, raramente surgem espontaneamente ou em decorrência de escolhas individuais. Ao contrário, surgem em conjunturas específicas, fruto de orientações sócio-econômico-políticas mais gerais e sob um rígido controle institucional, a fim de que respondam, satisfatoriamente, às exigências que as condicionaram. Por isso, as instituições assistenciais, além de gerarem uma abundância de recursos materiais, que são encaminhados à população migrante e de baixa renda, em forma de doações, geram também outras formas de "ajudas" (documentação, cursos técnicos, de corte e costura, etc) que vão, ao mesmo tempo, adequando os indivíduos às demandas diretas ou indiretas do processo industrial. Através dessas instituições é possível ao governo exercer um controle indireto sobre as condições de vida e de trabalho desses grupos e ainda sobre suas organizações, uma vez que muitos grupos coletivos na favela nascem sob os auspícios de órgãos como a SPS. Apesar de não ter se aprofundado nesta questão, SCARFON (28) sugeriu que as organizações assistenciais geralmente servem de intermediárias entre a população carente e a classe dominante, objetivando manter o *status quo*. A rele-

vância do meu trabalho está justamente em tentar estabelecer, de forma clara, a interrelação existente entre essas organizações, o interesse do capital e a intensificação da migração e a expansão de favelas em Campinas. Apesar de tratar neste trabalho de uma favela específica, acredito que muitas das questões nele levantadas podem ser estendidas e observadas em outras favelas da cidade e de outros lugares, uma vez que a situação econômico-política ampla que origina essa problemática é a mesma.

Reprimidos desde os anos 60 pela ação policial, os movimentos de favelados ressurgem nos anos 70, durante o governo militar, em resposta às condições deteriorantes de vida, geradas pela situação salarial do proletariado brasileiro, pela especulação imobiliária crescente e por restrições no fornecimento dos serviços públicos. O retorno às atividades eleitorais e partidárias, na década de 70, foi visto por muitos estudiosos como condição favorável ao ressurgimento de movimentos populares ⁽²⁹⁾. Apoiados por importantes grupos externos à favela, os favelados dirigem-se principalmente ao poder público municipal exigindo melhores condições de vida. Essas mobilizações ocorrem num momento importante de "abertura" política em que, segundo alguns estudiosos, há também uma reformulação da burocracia pública, predispondo à implementação de políticas sociais que obrigam algum tipo de interrelação com a população.

Até 1979, não havia em Campinas manifestações coletivas de protesto ou reivindicação organizadas por parte dos favelados. Estes, por serem considerados "invasores" de

terrenos de terceiros, sentiam-se à margem dos direitos e serviços como água, luz, esgoto e, mais ainda, em relação à estabilidade de moradia. Por causa de uma situação ilegal, podiam ser removidos a qualquer momento e para qualquer lugar, o que, por certo, dificultava qualquer tentativa de mobilização.

Por analisar o cotidiano de indivíduos e grupos domésticos num momento em que emergia a mobilização popular de favela, este trabalho, que se iniciou com o estudo de famílias, relações de parentesco, renda doméstica, papel da mulher, etc, coloca, entre suas preocupações básicas a análise das manifestações coletivas desses grupos, vistas aqui como parte de um processo de aprendizagem e conscientização política, que se inicia com a saída do campo até sua integração à cidade. Este processo pode se constituir, como apontou DURHAM ⁽³⁰⁾, em diferentes etapas de uma aprendizagem que requer a reformulação de valores tradicionais ao mesmo tempo que a adoção de novos valores.

As novas condições urbanas, mescladas, em muitos casos, de atividades ainda rurais, imprimem percepções e características próprias a essa população. A formação de grupos vicinais, muitas vezes marcados por laços de parentesco e compadrio e apoiados por grupos externos, resulta, geralmente, em organizações informais na favela. Mas pode também, como no caso de Campinas e outras cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, etc), avançar para movimentos organizados mais formalmente, levando alguns favelados à participação político-partidária.

Nessa perspectiva, o estudo de movimentos populares como o da Assembléia do Povo, da Federação dos Favelados, do Movimento do Custo de Vida, do Movimento de Defesa dos Favelados e outros, que chegaram a ter uma atuação e influência importantes na política de Campinas, deve abranger essas pequenas e informais organizações de vizinhança e suas relações com o governo municipal, a igreja popular ⁽³¹⁾, as instituições assistenciais e outros agentes.

Apesar da preocupação teórica em localizar, mais uma vez, como fizeram outros estudiosos, a favela num quadro econômico-político amplo, este estudo busca principalmente entender essas condições a partir da realidade vivida por seus próprios atores sociais, isto é, os favelados. A idéia é a de que, embora considerando esses grupos sujeitos a normas e regras sociais, os indivíduos reagem, fazem escolhas e respondem ativamente a essas condições ⁽³²⁾ determinando, por sua vez, mudanças e especificidades. Assim, o estudo valorizou, desde o início, as relações sociais mantidas internamente entre os grupos de parentes e vizinhos e com grupos de fora da favela, formando amplas redes de relações sociais ⁽³³⁾. Esse enfoque me permitiu realizar a transposição do estudo de casos para a problemática social e política mais abrangente, baseada em teorias da Antropologia Política que centram o indivíduo num quadro formal e intersticial da organização social ⁽³⁴⁾. Assim, partindo da idéia de que os processos referentes ao âmbito doméstico estão profundamente interligados aos processos sociais mais amplos ou externos e de que todos esses processos estão sujeitos a mudanças ⁽³⁵⁾, procedi à análise. Essa ênfase, no

entanto, não impediu que, durante todo o tempo da pesquisa, eu estivesse atenta ao significado dessas relações no contexto maior em que estavam inseridas.

3.

METODOLOGIA

Meu trabalho de campo na favela do São Marcos começou em agosto de 1978, quando ainda aluna do curso de Ciências Sociais da UNICAMP. Escolhi estudar favela devido às minhas preocupações sociais em explicar as desigualdades ali expressas, buscando entender os problemas da nossa sociedade enquanto sistema específico.

Durante grande parte do tempo mantive contato com cerca de vinte famílias, algumas extensas e outras conjugais, formando amplas redes de parentesco e vizinhança nessa comunidade. Visitei-as com maior ou menor frequência, conforme a situação exigia ou conforme a disponibilidade e a empatia das pessoas envolvidas. Assim, dispensei maior tempo na favela durante o evento da remoção, ou quando havia mortes, nascimentos, chegada de parentes ou qualquer outro acontecimento importante. Procurei estar junto e muitas vezes eles mesmos me chamavam para participar. Observei seu dia-a-dia, nem sempre composto de grandes eventos, quando as

pessoas seguem sua rotina, expressando um modo de vida particular (36).

Minha presença constante na favela foi fundamental para a apreensão da complexidade ali existente. Observei e registrei no diário de campo os diferentes aspectos da vida na favela, anotando dados genealógicos, conceitos de propriedade (37), relações familiares e de vizinhança, sua religiosidade, participação política, as migrações, os processos de trabalho no campo e na cidade, etc. Num certo sentido isso foi muito produtivo pois, diante deste rico acervo de dados, deixei que a própria situação de campo induzisse à formulação de problemas e não inversamente. Embora não estivesse completamente segura, naquela época, da escolha dos métodos de pesquisa mais adequados para o estudo, segui os passos tradicionais da investigação antropológica, dispendendo grande parte do meu tempo na favela registrando "instituições", costumes, etc, e tudo aquilo que MALINOWSKI (38) chamou de "os imponderáveis da vida cotidiana", como os gestos, expressões e fórmulas mágicas, tentando captar a "mentalidade" dos favelados. Além disso, baseando-me em teorias recentes sobre mudança social, conflitos e processos sociais (LEACH, VAN VELSEN, GLUCKMAN) (39), procedi a uma investigação que propiciou uma visão mais ampla da favela. Longe de estar restrita a si mesma, como sugeriam antes os estudos de comunidade (40), esta visão me ajudou a estabelecer um universo mais amplo, situando-a num quadro sócio-econômico-político abrangente. Desta maneira, embora adotando os métodos fundamentais de pesquisa de campo de MALINOWSKI e seus seguidores, e também teorias estruturalistas

como as de LÉVI-STRAUSS, que me levaram a investigar princípios e generalizações, avancei em relação à coleta de dados e à análise tentando entender, como FORTES, o interno e o externo, o macro e o micro, intermediados que estão pela ação constante de atores sociais concretos em seu cotidiano da vida em família, no trabalho, na vizinhança, na sociedade. Por outro lado, este enfoque em processos levou-me a buscar uma dimensão diacrônica e sincrônica do problema, correlacionando ações, opções e interações de indivíduos e grupos na favela com a perspectiva econômica e política desse período.

A maior parte dos dados foi coletada através da observação participante ⁽⁴¹⁾, que permite uma interferência mínima do pesquisador e possibilita um contato informal entre pesquisador e sujeitos. Algumas vezes utilizei também roteiros de pesquisa, que me ajudavam apenas a encaminhar algumas perguntas. De maneira geral, as entrevistas eram livres, deixando que os próprios problemas orientassem a conversa ou a simples observação.

Como as pessoas geralmente têm pouca disponibilidade de tempo, ocupadas que estão em suas próprias atividades e tarefas, é preciso ter uma certa perspicácia para aproveitar os momentos em que estão por perto e dispostas a conversar, sem perturbar sua rotina e descobrir, nas "entrelinhas", informações nem sempre explícitas para elas mesmas. Grande parte das informações foi coletada no diário de campo, instrumento de trabalho que utilizei durante toda a pesquisa. Nele registrei o que as pessoas diziam, o que faziam,

como faziam, suas expressões, desenhos, e minhas próprias impressões sobre os acontecimentos (42).

Observei que o uso de questionários diretivos, formulários a preencher, assim como o uso de gravadores parecia incomodar as pessoas que não entendiam porque aspectos tão íntimos de suas vidas precisassem vir a público. Algumas raras vezes utilizei o gravador e sempre com a aprovação prévia das pessoas. Algumas fitas foram gravadas durante a crise da remoção e são hoje fundamentais para entender a história da organização política na favela e conhecer os grupos que dela participaram. Nessas ocasiões o gravador parecia ter, além do registro, uma função de divulgar as idéias e os acontecimentos, como o rádio. Alguns favelados diziam: "Quero que o senhor prefeito saiba..." Talvez porque, em muitas ocasiões, jornalistas utilizassem o gravador nas entrevistas feitas na favela.

Utilizei a fotografia como uma técnica complementar para registrar uma "história visual" da favela, seguindo, desta maneira, ao lado do diário de campo, as mudanças observadas durante a pesquisa em termos de novas construções, reformas, chegada de novos membros, assim como a evolução das pessoas através do tempo. Constatei que a fotografia, enquanto técnica, era vista como um meio de troca, como uma espécie de retribuição pelas entrevistas. Muitas vezes as pessoas me pediam para ir tirar fotos de sua família, marcando inclusive a data, como se definissem também, desta maneira, uma utilidade para o trabalho que eu fazia por ali, que lhes parecia meio indefinido.

Ao lado dessas técnicas, recorri à documentação oficial e elaborei um arquivo de artigos de jornal sobre o problema da favela em Campinas e São Paulo, compondo um histórico do processo de expansão das favelas em Campinas e da evolução da resistência política dos favelados.

Fiz também mapeamentos físicos sobre a favela e desenhos de alguns barracos, sua distribuição interna e uso social do espaço. Procedi, no início da pesquisa, a levantamentos sobre o uso da luz elétrica e da água, distribuídas coletivamente. Esta "sondagem" externa foi muito útil na visualização do ambiente e também no contato com as pessoas que, assim, familiarizavam-se com minha presença no local.

A constatação de que 80% dos moradores eram migrantes rurais levou-me a procurar entender a migração, tanto do ponto de vista das políticas e instituições sociais, quanto da trajetória de indivíduos e grupos domésticos e a organização familiar durante este processo. Para isto fiz um estudo aprofundado de um grupo doméstico extenso e migrante - os **Gomes** - cujas migrações sugeriam processos semelhantes aos de muitos outros grupos na favela. Elaborei um mapeamento das sucessivas migrações por que passaram os Gomes, tentando, ao mesmo tempo, correlacionar esta trajetória com as políticas econômicas amplas, revelando a interligação entre família e processo social.

As histórias de vida e genealogias ⁽⁴³⁾ fizeram parte do trabalho de campo desde o início e foram de grande importância, pois, além de evidenciarem dados fundamentais, facilitavam a interação, tornando agradável o nosso contato.

Geralmente as pessoas gostavam muito de relatar sua história particular e a de seus antepassados, os problemas vividos durante as migrações e na favela, assim como o nome e o espaço ocupado por cada membro na hierarquia familiar. As árvores genealógicas, rusticamente desenhadas durante algumas entrevistas, pareciam agradar muito às pessoas, que achavam estranhas essas técnicas, mas, ao mesmo tempo, se orgulhavam de ver reproduzida a forma como se constituía a família através do tempo.

Se, no início da pesquisa, enquanto eu buscava informações generalizadas aqui e ali, as coisas pareciam meio "soltas", quando se configurou um problema específico a investigar, passei a usar técnicas que me ajudaram a ter um controle maior sobre os dados que se apresentavam. Fui me preparando para o trabalho de campo enquanto o fazia, vivenciando o que VAN GENE⁽⁴⁴⁾ chamou de "ritos de passagem", entre uma fase e outra da aprendizagem. Falar agora sobre a metodologia e as técnicas da pesquisa parece-me um processo muito mais fácil e coerente do que foi a experiência de campo.

Logo de início, ao proceder aos levantamentos usuais da antropologia, ficou evidenciado que deveria fazer uma seleção, pois os contatos iniciais com as famílias abrangiam um grande número de pessoas, dificultando o relacionamento intenso que este tipo de pesquisa exige. Para efeitos de análise, selecionei então cerca de vinte famílias, somando cerca de cem pessoas, com as quais passei a trabalhar de forma mais aprofundada (ver Capítulo 5). Mas, para uma análise ain-

da mais detalhada, dentre esses, dediquei-me intensamente ao grupo doméstico dos Gomes, constituído de doze unidades domésticas e, por si só, somando setenta pessoas residindo em Campinas, a maioria na favela de São Marcos. Meu contato mais estreito e prolongado foi com cerca de quarenta pessoas desse grupo.

Muitos foram os critérios de seleção utilizados ao longo da pesquisa ⁽⁴⁵⁾, entre outros: o tamanho da família (extensas e nucleares), que permitisse alguma comparação em termos de estratégias; idades de seus membros, para entender a questão das gerações no interior desses grupos; papéis sexuais; autoridade; distribuição de tarefas, de renda, etc, experiências comuns de migração entre famílias; coincidência do lugar de origem; participação em organizações políticas informais na favela. Mas o que pesou mesmo, de início, foi a empatia estabelecida entre mim e as pessoas que, sem dizer que sim ou que não, foram sendo envolvidas no trabalho.

Por outro lado, a utilização de conceitos tradicionais, como o de grupo doméstico ou família extensa, precisou, neste estudo, ser revista, uma vez que nem sempre davam conta da problemática empírica encontrada. A maioria dos autores se refere a grupo doméstico como "uma unidade concreta das mais significativas, pois abrange todo o grupo residencial, incluindo a família (elementar ou extensa) e os agregados" ⁽⁴⁶⁾.

Autores como FORTES ⁽⁴⁷⁾ definiram o grupo doméstico como uma unidade essencialmente doméstica (*a householding and a housekeeping unit*) organizada para prover os recursos ma-

teriais e culturais necessários para manter e reproduzir seus membros. Assim, "um grupo doméstico seria constituído pelo menos de três gerações sucessivas, abrangendo membros colaterais ou, por outro lado, ligados ao núcleo do grupo". E a família nuclear seria "constituída de duas e somente duas gerações sucessivas ligadas entre si por laços de dependência primária, da criança aos pais, para nutrição e afeto, e dos pais aos filhos como a ligação entre eles e seus desejos de reprodução". Segundo esta visão, a composição da família nuclear e do grupo doméstico pode ser idêntica, como FORTES afirma ser em nossa sociedade.

Grande parte dos estudos sobre família tem, de acordo com SMITH, "assumido que unidades domésticas são o *locus* das funções significativas da família e que as variações na composição doméstica são a chave para o entendimento das variações nas formas de família" (48). Segundo esse autor, GOODY (49) explicitou as limitações da análise de grupo doméstico mostrando, através de exemplos africanos e asiáticos, que a maioria das definições de "grupo doméstico" identifica unidades que não têm, necessariamente, nenhuma relação de parentesco efetiva. E, embora SMITH se refira aos avanços teóricos realizados pela análise de GOODY, conclui que este ainda se baseia num modelo aceito de "família", mantendo as mesmas considerações funcionais sobre grupo doméstico, apesar de tentar separar relações "domésticas" do confinamento a uma unidade doméstica (*household*).

Baseando-se nesses trabalhos, SMITH (50) afirma que "não há nenhuma base para se assumir que atividades co-

mo dormir, comer, cuidar dos filhos e relações sexuais devam formar um conjunto e ocorrer *sob um mesmo teto*" (grifo meu). Além disso, afirma também que o estudo sobre grupo doméstico deve se concentrar não somente na dinâmica interna dos chamados ciclos de desenvolvimento, mas também nas relações e trocas existentes entre as unidades domésticas estudadas.

Autores como CANCIAN, SMITH e YANAGISAKO ⁽⁵¹⁾, que também não deram ênfase à co-residência *per se*, observaram que a "família" poderia ser definida de uma forma mais ampla e flexível, envolvendo um grupo de pessoas que mantêm relações de parentesco consangüíneo ou fictício, e que estão engajadas em trocas mútuas de vários bens (afeição, suporte emocional, estima e itens materiais) como resultado desses laços.

Ao estudar o grupo doméstico dos Gomes na favela, verifiquei que várias unidades domésticas compartilhavam um sobrenome comum, caracterizando relações de parentesco consangüíneo e de afinidade e estavam engajadas numa troca interna de bens como os acima citados, da qual também participavam outros indivíduos de outras famílias. E, como no estudo de GOODY ⁽⁵²⁾, compartilhavam de certa maneira a produção, a distribuição, o preparo dos alimentos e seu consumo, o cuidado dos filhos, etc. Mas, apesar de viverem próximos uns dos outros, nem todas as unidades viviam *sob um mesmo teto*. Por essa razão, procuro situar o problema de tal maneira que, ao falar de grupo doméstico na favela, não preciso necessariamente restringi-lo à moradia em comum, ou à co-residência, como é geralmente utilizado na literatura. Es-

tarão incluídas aí unidades domésticas que ocupam "cômodos" precariamente divididos ou em barracos diferentes, nesta vizinhança ou em outra, compartilhando, no entanto, bens e serviços comuns, como é o caso dos Gomes.

Para um melhor controle sobre os dados coletados, a análise de situações sociais ou eventos ⁽⁵³⁾ pareceu-me indicada, pois permitia registrar não só a cooperação, mas também os conflitos, as alianças e o comportamento de indivíduos e grupos numa determinada situação social. Através dessa abordagem, normas e regras sociais aparecem não como um conjunto coeso e coerente, mas conflitante e até mesmo contraditório, em que os atores fazem escolhas dentro de um quadro de alternativas possíveis. Normas, regras e relações sociais são então manipuladas pelos indivíduos e traduzidas em práticas para servir a objetivos particulares. Através da observação detalhada de eventos específicos, podemos compreender a estrutura de uma dada sociedade, suas formas de organização da vida doméstica, de papéis sexuais, de instituições sociais, que nem sempre expressam os modelos ideais desta sociedade.

Apesar de esta abordagem sugerir o isolamento de temas para análise, este não é um isolamento radical, pois o contexto deve estar sempre presente. Por isso, meu estudo, que começou com unidades domésticas na favela, estendeu-se a outros grupos e instituições sociais envolvidos direta ou indiretamente nesse cotidiano. Algumas entrevistas foram feitas com representantes de várias dessas instituições e as informações sobre o seu funcionamento e o posicionamento

dos representantes foram, em grande parte, captados através de entrevistas, documentos e artigos de jornais.

O contato com estudos macro-orientados foi útil na compreensão de dados estruturais mais gerais, embora não cheguem a abordar os interstícios da vida real e a gama de relações sociais em que indivíduos e grupos se movem na situação de favela. Creio que a importância do presente estudo está justamente em tentar interligar fatos particulares, como a organização familiar e política de favelados, às políticas de migração nacional, às políticas sociais locais, etc. Por isso, neste trabalho, o pressuposto é que a análise de ações concretas, no contexto das interdependências econômicas, políticas e sociais, pode, finalmente, mostrar como os favelados vivem, reagem, fazem escolhas, respondendo ativamente a esses processos, afetando-os e sendo por eles afetados. Desta maneira, o enfoque em unidades domésticas e no papel exercido por mulheres na favela pode revelar a interligação existente entre os "imponderáveis da vida cotidiana" e os processos macroeconômicos. Acredito que a observação do universo real das pessoas - a família, a vizinhança, os grupos de apoio - pode elucidar muitas das questões ainda hoje pendentes como a da mudança social. Segundo HAREVEN ⁽⁵⁴⁾, poucos estudos abordam a relação entre padrão familiar e iniciativa de migração percebendo a família como um possível agente de mudança social. Como diz BOISSEVAN ⁽⁵⁵⁾, "ao invés de analisar o homem como membro de grupos e instituições complexas, passivamente obediente a normas e pressões, o importante é procurar analisá-lo como ator, capaz de manipular normas e estabelecer relações para

o seu próprio benefício, no contexto de parâmetros macroscópicos".

4.

SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

No **Capítulo 1** apresento os "determinantes gerais" que marcam a forma como nossa sociedade, através do Estado e atendendo aos interesses do capital, dirige os fluxos migratórios para regiões de grande demanda de trabalho, como é o caso de Campinas.

Um breve histórico do desenvolvimento de Campinas e das políticas sociais aqui implementadas mostra a criação e a expansão do aparato assistencial local, decisivo na caracterização de condições favoráveis ao desenvolvimento, principalmente no que se refere à oferta de trabalho na região. Desta maneira a expansão de favelas na cidade aparece como resposta ao modelo de desenvolvimento proposto, assim como as relações que são estabelecidas entre os favelados e o poder público local.

O **Capítulo 2** constitui-se principalmente do estudo de uma favela - a do Jardim São Marcos - situada na "periferia"⁽⁵⁶⁾ de Campinas, onde, entre inúmeros outros migrantes ru-

rais, instala-se a família Gomes, que aqui chega após sucessivas migrações.

No Capítulo 3, a história de vida desse grupo doméstico e sua trajetória por diversas regiões do país mostram a ligação entre políticas nacionais de desenvolvimento e estratégias familiares frente à fragmentação dos grupos de parentela ⁽⁵⁷⁾, que são fundamentais na situação do campo e na favela.

No Capítulo 4, desenvolvo uma ampla etnografia desse grupo de migrantes rurais no seu cotidiano de vida na favela e as formas de relacionamento intra-grupo.

No Capítulo 5, a análise capta o papel das mulheres como mobilizadoras de recursos e conectoras de redes de parentesco e vizinhança e com agentes de fora. Essas relações podem contribuir para o aumento do *status* de algumas mulheres, resultando na formação de lideranças femininas e masculinas na favela. Observei, por outro lado, que o contato com agências de fora, principalmente assistenciais, pode favorecer a vinda de mais membros da família, que contam assim, com um amplo aparato de assistência na cidade. Isso parece influir até mesmo na forma como se dá a composição familiar, padrão de residência, papéis sexuais, autoridade no grupo e organização política de favelados.

Os dados etnográficos trabalhados nesta pesquisa, longe de serem aqui apresentados como fatos exóticos da vida desta população, têm o sentido de estarem concretamente relacionados a um momento histórico específico e às formas com que se desenvolve a nossa economia, caracterizando a especi-

ficidade das relações sociais e do trabalho, em grupos como esses.

O Capítulo 6 se inicia com a ameaça de remoção de barracos da favela de São Marcos, mostrando como uma crise, um "drama social" (58), pode desvendar normas e regras sociais, normalmente não explícitas, pondo a nu alianças e conflitos estabelecidos entre membros de grupos domésticos e agentes de fora.

Nessas circunstâncias, o drama da remoção, vivido pelos moradores da favela de São Marcos, e do qual participei como espectadora ativa, revela a estrutura subjacente, colocando no palco todos os atores envolvidos: os favelados, assistentes sociais da Prefeitura, membros da comunidade de base, da Assembléia do Povo, políticos locais e pesquisadores, como eu, que, por estarem envolvidos na situação, acabam assumindo posições e atuando independentemente de uma suposta expectativa de "neutralidade científica" (59), frequentemente rebatida no campo das ciências sociais.

NOTAS DA INTRODUÇÃO

(1) Segundo documento expedido pela CETREM (Central de Triagem e Encaminhamento de Casos) de São Paulo, uma das maneiras utilizadas por migrantes para obter recursos para viagem é vender o sangue. In *A clientela da CETREM. Características e tipologia*. Assessoria de Comunicação Social da Secretaria de Promoção Social de São Paulo, 1978. p.46.

(2) As remoções promovidas pela SPS nem sempre são arbitrárias. Algumas, ao contrário, vêm ao encontro das necessidades dos moradores, como no caso de uma favela de Paulínia, cujos moradores foram transferidos para favelas de Campinas devido a constantes enchentes.

(3) SANTOS, C.N.F. *Movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p.223.

(4) Este trabalho foi coordenado pela professora Ana Maria Niemeyer e financiado pela Fundação FORD, em 1979.

(5) SLOCUM, S. Women the gatherer: male bias in anthropology. In REYTER, R. (org.) *Towards an anthropology of women*. New York, Monthly Review Press, 1975. p.36-49.

(6) BERLINK, M.T. *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. São Paulo, Vozes, 1975. BERLINK, M.T. & HOGAN, D.J. Adaptação da população e 'cultura da pobreza' na cidade de São Paulo: marginalidade social ou relações de classe? In HOGAN, D. et alii. *Cidade - usos e abusos*. São Paulo, Brasiliense, 1978. p.115-67. VIANNA, A.R. Estratégias de sobrevivência num bairro pobre em Salvador. In FARIA, W. & SOUZA, G.A. (org.) *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes, 1980. p.185-214. JELLIN, E. A baiana na força de trabalho: atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador. In FARIA, W. & SOUZA, G.A. (org.) *op.cit.* p.167-83.

(7) Esse trabalho fazia parte de uma pesquisa mais ampla sobre a situação da mulher no campo, em países da América Latina e África. Embora meu estudo focalizasse a mulher favelada, a localização geográfica da favela pesquisada propiciava o estudo do trabalho de mulheres na roça de algodão próxima, assim como em outras culturas da região. Esse trabalho foi feito a partir de minhas pesquisas já em andamento na favela desde 1978. Conteí com a colaboração de Laurice Fonseca na coleta de dados. O relatório final foi apresentado no Seminário Tripartito Regional para a América Latina sobre o Desenvolvimento Rural e a Mulher, promovido pela OIT, de 24 a 28 de agosto de 1981, em Pátzenaro, Michoacán, México.

(8) PEARSE, A. Notas sobre a organização social de uma favela no Rio de Janeiro. *In Educação e Ciências Sociais*. 3,7:9-32. Citado em LEEDS, A. & LEEDS, E. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p.269. LEWIS, O. *Five families: mexican case studies in the culture of poverty*. New York, Basic Books, 1959. REDFIELD, R. The folk society. *In American journal of sociology*, 52, v.LII, jan.1947. _____ . *The folk culture of Yucatán*. Chicago, University of Chicago Press, 1959. O grupo DESAL (Centro de Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina) dedicou-se, segundo PERLMAN, quase que inteiramente à conceituação de marginalidade que serviu de base para a plataforma de mudança social defendida pelos Democratas Cristãos. Cf. PERLMAN, J. *Os mitos da marginalidade*. Favelas e políticas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.153. MAR, M. Migration and urbanization. The barriadas of Lima: an example of integration into urban life. *In Urbanization in Latin America*. New York, Phillip M. Hauser, Columbia University Press, 1961. p.170-90. Citado em PERLMAN, J. *op.cit.* p.139.

(9) Citado em PERLMAN, J. *op.cit.* p.41.

(10) O Código de Obras foi instituído em 7 de janeiro de 1937, pela Lei nº 6.000.

(11) PARK, R. Human migration and the marginal man. *American journal of sociology*, 33:6, 1928. p.881-93. STONEQUIST, E. The problem of the marginal man. *American journal of sociology*, 41:1, 1935. p.1-12. Citados em PERLMAN, J. *op.cit.* p.132.

(12) Sobre as "escolas de pensamento", ver PERLMAN, J. *op. cit.* cap.4.

(13) *Idem*, p.28.

(14) LEWIS, O. *op.cit.*

(15) PERLMAN, J. *op.cit.* p.32.

(16) *Idem*, p.31.

(17) SWEEZY, P.M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes, 1981. Co-edição com o CEBRAP. 4 ed.

(18) PAOLI, M.C.M. *Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1974. KOWARICK, L. *Marginalidade urbana e desenvolvimento: aspectos teóricos do fenômeno na América Latina*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1972. BERLINK, M.T. *A vida como ela é: marginalidade social ou desenvolvimento capitalista periférico na cidade de São Paulo*. Tese de Livre Docência apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Un. Estadual de Campinas, 1974. MELLO, M.C.D'INCAO. *O bôia-fria. Acumulação e miséria*. Petrópolis, Vozes, 1976.

(19) KOWARICK, L. *op.cit.* p.13.

(20) CARDOSO, F.H. & FALLETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973, 2 ed.

(21) DURHAM, E. *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1973. PERLMAN, J. *op.cit.*

(22) "Foi em termos da família e do grupo de parentesco, tomados como isolados empíricos, que tentamos compreender o processo de integração do migrante à sociedade urbana". DURHAM, E. *op.cit.* p.216 . "Se se quiser entender os problemas da super-urbanização é necessário saber algo sobre as causas da migração e as características dos migrantes". PERLMAN, J. *op.cit.* p.37.

(23) PERLMAN, J. *op.cit.* p.295.

(24) PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1970. FURTADO, C. *Desenvolvimento econômico do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1977. 15 ed.

(25) DE PAOLI, T. *Um estudo da política urbana no Brasil no pós-64*. Análise da história do SERFHAU - 1964/1975. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1983. p.48.

(26) MOISÉS, A.J. *Classes populares e protesto urbano*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1978 (citado por JACOBI, P.). JACOBI, P. Movimentos populares urbanos e o clientelismo. In BOSCHI, R. (org.) *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. p.145-79.

(27) LEEDS, A. & LEEDS, E. *op.cit.* p.264-327.

(28) SCARFON, M.L. *Crescimento e miséria*. Estudo sobre populações marginais em um município paulista. São Paulo, Símbolo, 1979.

(29) CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B. & ALMEIDA, M.H.T. (org.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983. 2 ed. p.230. BOSCHI, R & VALLADARES, L. Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de 6 casos. In BOSCHI, R. (org.) *op.cit.*

(30) DURHAM, E. *op.cit.* p.179.

(31) O conceito de "igreja popular" é controverso, pois envolve questões ideológicas dentro da igreja católica explicitadas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1965) e pelo Encontro de Medellín (1968).

(32) BOISSEVAN, J. *Friends of friends: networks, manipulators and coalitions*. Oxford, Blackwell, 1974.

(33) Emprego aqui o conceito de rede utilizado por BOTH que afirma que, para entender a relação entre a segregação conjugal, a classe social e a composição de vizinhança, examinou de perto o ambiente imediato das famílias, isto é, seus relacionamentos reais externos com amigos, vizinhos, parentes, clubes, lojas, locais de trabalho, etc. Esses relacionamentos, segundo ela, assumiam uma forma de rede, mais do que de grupo. Nesta, somente alguns, e não todos os indivíduos que fazem parte, têm relações sociais uns com os outros. Assim, uma família mantém relações de amizade, parentesco e vizinhança com um certo número de outras famílias, formando a rede desta família (limitada). Da mesma forma, cada uma das demais famílias mantém relações com outras famílias que não têm, necessariamente, conexão com a família inicial. Do ponto de vista da família central, portanto, existe um número finito de relações baseadas em sua própria interação, para além das quais se estendem outras conexões (ilimitadas) com as quais ela nada tem a ver. BOTH, E. *Família e rede social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. p.76. Para uma discussão do conceito de rede ver também MAYER, A. A importância dos quasi-grupos no estudo das sociedades complexas. In BANTON, M. (ed.) *The social anthropology of complex societies*. London, Tavistock Publications, 1966. p.97-122.

(34) VINCENT, J. Political anthropology: manipulative strategies. *Annual review of anthropology*. California, 1978. nº 7. p. 175-94.

(35) FELDMAN-BIANCO, B. Capitalismo e família: os pequenos burgueses. In *Colcha de retalhos*. Estudos sobre família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.

(36) GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Prentice

Hall, 1967. cap.2. Estudos sobre as bases rotineiras das atividades cotidianas.

(37) NIEMEYER, A.M. de *O lugar da pobreza. Moradia e controle sobre o espaço na favela*. São Paulo: 1972-1977. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade da São Paulo, 1985. A primeira parte da pesquisa foi orientada pela Prof. Ana Maria de Niemeyer, na época desenvolvendo estudo sobre as relações de propriedade na favela (São Paulo), que mais tarde resultou em sua tese de doutoramento, acima referida.

(38) MALINOWSKI, B. *Argonauts of the western pacific*. London, George Toutledge & Sons, 1922. _____. The subject, method and scope of this inquiry. In GUIMARÃES, A.Z. (org.) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

(39) LEACH, E. *Political system of highland burma*. Boston, Beacon Press, 1970. VAN VELSEN, J. The extended-case method situational analysis. In EPSTEIN, A.L. *The craft of social anthropology*. London, Tavistock, 1967. GLUCKMAN, M. Analysis of a social situation in modern Zululand. *Bantu studies*, nº 14, 1940.

(40) WOLF, E.R. Types of latin american peasantry: a preliminary discussion. *American anthropology*, 57, 1955. p.452-71. ARENSBERG, C.M. & KIMBALL, S.T. O método do estudo de comunidade. In ARENSBERG, C.M. & KIMBALL, S.T. *Culture and community*. New York, Hartcourt, Brace & World, 1965. p.28-47. Para uma visão crítica dos estudos de comunidade, ver IANNI, O. Estudo de comunidade e conhecimento científico. *Revista de Antropologia*, v.9. p.109-19.

(41) CICOURREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In GUIMARÃES, A.Z. (org.) *op.cit.* p.39-61. BRANDÃO, C.R. *A pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

(42) MALINOWSKI, B. *op.cit.*

DA MATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis, Vozes, 1981. O ofício do etnólogo ou como

ter "anthropology blues". In NUNES, E.O. (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p.25-35.

(43) RIVERS, W.H.R. The genealogical method of anthropology inquiry. In *American sociological review*, 3:1 - 12, 1910. BARNES, J.A. Genealogies. In EPSTEIN, A.L. (org.) *The craft of social anthropology*. London, Tavistock, 1967. p.101-27.

(44) VAN GENEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis, Vozes, 1977. DA MATTA, R. *op.cit.*

(45) ARENSBERG, C. & KIMBALL, S. *op.cit.* cap.2. O método do estudo de comunidade.

(46) CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Urbanização e tribalismo. A integração dos índios terena à sociedade de classes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. p.83.

(47) FORTES, M. Introduction. In GOODY, J. (ed.) *The developmental cycle in domestic groups*. Cambridge, University Press, 1969. p.8.

(48) SMITH, R.T. The family and the modern world system: some observations from the caribbean. In CANCIAN, F. et alii. *Journal of family history*, 3:4, winter, 1978.

(49) GOODY, J. The evolution of the family. In LASLETT, P. (ed.) *Household and family in past time*. London, Cambridge University Press, 1972. p.103-24.

(50) SMITH, R.T. *op.cit.* p.339.

(51) CANCIAN, F.; GOODMAN, L. & SMITH, P.H. Capitalism, industrialization and kinship in Latin America: major issues. In CANCIAN, F. et alii. *op.cit.* p.319-336. YANAGISAKO, S.J. Family and household: the analysis of domestic groups. *Annual review of anthropology*. 8:161-205, 1979.

(52) GOODY, J. The fission of domestic groups among the LoDagaba. In GOODY, J. (ed.) *op.cit.* p.53-91.

(53) GLUCKMAN, M. *op.cit.* VAN VELSEN, J. *op.cit.*

(54) HAREVEN, T. The history of the family as an interdisciplinary field. In RABB, T. & ROTBERG, R. *The family in history. Interdisciplinary essays.* New York/London, Harper Torchbooks, 1977. p.211-26. _____ . *Family time & industrial time.* Cambridge University Press, 1982.

(55) BOISSEVAN, J. *op.cit.*

(56) "Em São Paulo, a expressão 'periferia' acabou por adquirir uma nova semântica, diferente daquela emprestada da geometria (...) Refere-se aos setores da cidade precariamente atendidos pelos serviços públicos, nos quais os valores imobiliários são suficientemente reduzidos para serem suportados pela população de baixa renda". BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. *Ensaio de opinião 2+1*, 1975. p.79. Usarei a palavra periferia entre aspas apenas quando a estiver empregando no sentido exposto acima e não me referir apenas à posição geográfica das favelas na cidade.

(57) Emprego aqui o termo "parentela", tal como definido por WAGLEY, que diz que: "a parentela brasileira consiste de todos os parentes reconhecidos, tanto do lado materno quanto do paterno, junto com os parentes de um dos cônjuges", equivalendo, mesmo em grandes centros, de centenas de membros. E em adição aos membros relacionados pela consanguinidade e casamento, a parentela brasileira inclui também, escravos, índios, negros, concubinas e filhos ilegítimos, 'filhos de criação' e apadrinhados". In WAGLEY, C. *Introduction to Brazil.* Columbia University Press, New York, 1963. p.186.

(58) TURNER, V.W. *Schism and continuity in an african society. A study of Ndembu village life.* Manchester University Press, 1952. 1 ed. p.267.

(59) Cf. IANNI, O. *op.cit.* FERNANDES, F. *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis, Vozes, 1975. cap. 2. Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil. p.119-98. CAMARGO, A.A. A velha e a nova questão da objetividade. In NUNES, E.O. (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p.276-304.

* * *

CAPÍTULO 1

**MIGRAÇÃO E EXPANSÃO DE FAVELAS:
DUAS FACES DE UM MESMO FENÔMENO**

Levantamentos oficiais têm demonstrado que grande parte das favelas do Estado de São Paulo são habitadas por migrantes rurais (1). Todavia, elas se constituem como um fenômeno essencialmente urbano. Essa aparente contradição, teoricamente explicável, levou-me desde o início da pesquisa a buscar uma ligação mais concreta entre os fenômenos da migração e da moradia em favela, geralmente isolados para efeito de análise, para poder entendê-los como parte interligadas de um mesmo processo social.

Alguns autores, como PERLMAN (2), apontaram a expansão das favelas nos grandes centros como consequência de êxodos rurais intensos, em épocas específicas, mas limita-

ram seus estudos à vida na favela sem se aprofundar nos processos anteriores a ela. Outros enfatizaram a migração como um processo distinto e trataram a favela como uma fase posterior, sem no entanto se deterem nas ligações existentes entre elas. Segundo RIDLEY-LEIGH ⁽³⁾, os trabalhos que tratam de migração e favela apresentam forte *bias* urbano e deixam, a meu ver, de explicitar a estreita ligação entre as políticas migratórias e a expansão de favelas. Talvez por essa razão escapem-lhes em algum sentido as conseqüências dessa interligação, sutilmente marcada por intenções institucionais de desenvolvimento, que se revelam nas estratégias de migração e de fixação de migrantes de baixa renda em cidades que sofrem processos de industrialização acelerada.

Ao iniciar meus estudos sobre a favela, a questão da migração se fazia sempre presente pois os favelados de Campinas são, em sua grande maioria, migrantes rurais. Por isso, talvez, minhas perguntas iniciais não tenham sido apenas sobre suas formas de integração ou não à cidade, mas, principalmente, sobre como as pessoas chegavam aqui e o que era necessário para se fixarem na favela. Opção individual, como apontavam alguns estudiosos? Razões estruturais, como apontavam outros? Ou seria preciso desvendar toda uma complexidade de fatores conjugados para, afinal, entender como e por que vinham e qual era, num plano mais amplo, o significado da migração e da expansão de favelas?

Embora essas perguntas não estivessem de todo definidas no início do trabalho, certamente nortearam os rumos que a investigação tomou em relação aos planos individual e social do problema. Estudando simultaneamente processos in-

dividuais e políticas amplas, foi se explicitando para mim o papel exercido por instituições sociais específicas, principalmente públicas, na determinação do volume e do direcionamento dos fluxos migratórios para determinadas áreas, assim como na localização de migrantes de baixa renda em favelas. Desta maneira, muitas dessas instituições, aparentemente voltadas para objetivos de contenção e controle desses núcleos, acabavam contribuindo para sua expansão.

A partir do estudo de caso de Campinas, pretendo mostrar, neste capítulo, a estreita correlação existente entre a migração e a expansão de favelas em grandes centros e como este pode ser um processo interligado, resultado de intenções institucionais e empresariais de desenvolvimento. Essas intenções revelam-se, a meu ver, nas políticas de migração e de assistência social adotadas pelo Governo, que de forma indireta, promovem o direcionamento e a possível fixação da mão-de-obra em regiões específicas.

1.

MIGRAÇÃO E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

A emigração coincide muitas vezes com crises econômicas regionais provocadas por secas, geadas, chuvas abundantes, etc, levando milhares de trabalhadores a abandonarem suas terras. Essas condições climáticas tornam certas regiões verdadeiros "pólos de expulsão" e são, em grande parte, responsáveis pela idéia corrente de que são os migrantes que iniciam o processo, cabendo então a eles grande parte da responsabilidade pelas dificuldades que encontram depois nas cidades. A atração exercida pelos "confortos urbanos" (4), pelos empregos melhor remunerados que no campo, acaba aparecendo como o principal fator condicionante da saída do lugar de origem, relegando a um segundo plano os outros fatores que impulsionam a migração (5). A concepção de "êxodo rural" esconde, de certa forma, o deslocamento dos eixos econômicos e das políticas relativas ao campo, fazendo crer que, em determinados momentos, certas regiões "atraem" e outras passam a servir de "pólos de expulsão". Isso faz com que esses fluxos migratórios sejam vistos como fenômeno anômalo, pois parecem condicionados apenas a desastres regionais ou locais, e seus contingentes passam a ser vistos como constituídos de indivíduos insatisfeitos com seus lugares de origem e que, não qualificados para a vida na cidade, acabam gerando uma inadequação urbana.

Segundo essa concepção, o migrante é culpado por abandonar seu lugar de origem e por invadir as cidades. Entretanto, como afirma DURHAM⁽⁶⁾, de um ponto de vista mais geral, "nenhuma migração pode ser compreendida exclusivamente como um deslocamento geográfico. As migrações representam também uma movimentação no universo social"

A política migratória estabelecida pelo Governo é uma entre as muitas dimensões dessa problemática, que deve ser pensada sobretudo a partir de seu papel econômico, tanto do ponto de vista das empresas como do indivíduo e de sua inserção no mercado de trabalho urbano como mão-de-obra barata.

Historicamente, a migração tem sido o processo de *povoamento* e de *fornecimento de mão-de-obra* nas regiões que se tornam alvo de uma política desenvolvimentista, seja ela agrícola ou industrial, e tem sido assumida oficialmente como de responsabilidade do Governo⁽⁷⁾, não acontecendo espontaneamente como geralmente se acredita⁽⁸⁾.

As políticas migratórias têm sofrido no Brasil variações específicas, no tempo e no espaço, deslocando, ora para uma, ora para outra região, os pólos de desenvolvimento e de atração de mão-de-obra. É possível, por isso, seguir a trajetória do desenvolvimento empreendido em diferentes regiões e períodos, traçando as correntes migratórias ou fazendo o percurso inverso. De acordo com a literatura sobre migrações no Brasil⁽⁹⁾, o Estado de São Paulo recebeu, em diferentes momentos de sua história, intensos fluxos migratórios, ativados por diferentes políticas de desenvolvimento⁽¹⁰⁾.

O incremento da agricultura paulista, durante a década de 30, atraiu um grande número de trabalhadores estrangeiros, primeiramente e, depois, de mão-de-obra nacional, através de uma política de imigração e colonização adotada pelo Governo ⁽¹¹⁾.

Durante a década de 40, esse fluxo intenso sofreu um decréscimo e a Amazônia tornou-se, nesse período, um grande pólo de atração de mão-de-obra, devido à valorização da borracha no mercado mundial.

Durante as décadas de 50 e 60, principalmente, houve um evidente deslocamento das atividades econômicas, passando o Brasil, de país basicamente agrícola, para um país em desenvolvimento industrial. Esse desenvolvimento, no entanto, localizou-se em regiões específicas, como foi o caso do Estado de São Paulo.

A implementação da indústria paulista, daí para a frente, ativou intensamente as migrações internas, atraindo milhares de braços para alguns municípios em processo de industrialização. Este foi, por exemplo, o caso da chamada Grande São Paulo, constituída atualmente por diversos municípios industrializados e considerada o maior pólo industrial do Brasil, seguida, logo depois, pelo Vale do Paraíba ⁽¹²⁾. O mesmo incentivo industrial atingiu também Campinas, que se tornou o terceiro pólo industrial mais importante do Brasil.

Segundo alguns estudiosos ⁽¹³⁾, os anos 60 foram o grande divisor de águas, quando houve um maciço êxodo rural, provocado pela deterioração das condições de trabalho

no campo: baixos salários e o fim do sistema de colonato, devido à aprovação dos Estatutos do Trabalhador Rural (1963) e da Terra (1964). Após a aprovação desses estatutos, que deveriam proteger os trabalhadores, contraditoriamente muitos foram expulsos das fazendas, até então sob o regime do colonato, tornando-se itinerantes e sem terra, morando nas cidades próximas e se sujeitando a um trabalho sem as garantias legais que os Estatutos se propunham a oferecer, como férias pagas, indenizações, aposentadoria, etc. A dispensa dos trabalhadores residentes foi a forma encontrada pelos fazendeiros para contornar as novas leis que garantiam aos colonos benefícios sociais, passando a utilizar mão-de-obra por empreita ou avulsa, gerando um trabalhador volante ou "bóia-fria" (14). Devido à baixa remuneração e à sazonalidade do trabalho no campo, grande parte desses trabalhadores se deslocaram para a cidade, ocupando as periferias e as favelas, passando a jogar com as duas possibilidades de trabalho, urbano e rural.

A análise das políticas que favorecem a migração, direcionando o trânsito das pessoas intra e inter-regiões, para favorecer o desenvolvimento - agrícola ou industrial, revela o papel que o Governo assume. Os incentivos dados às empresas, bem como a criação de inúmeros órgãos responsáveis pelos migrantes nos grandes centros são indicadores do papel do Governo como fornecedor de mão-de-obra para as empresas (15).

Analizando os inúmeros programas e órgãos de competência do Governo Federal, complementados por programas estaduais e municipais voltados para a questão da migração,

pode-se ter uma idéia mais abrangente da intensa trama institucional em torno dos objetivos do Governo e das empresas, voltados para um desenvolvimento específico.

A criação de um imenso aparato governamental de apoio à migração sugere um direcionamento intencional, através de órgãos como o SIC, SEPLAN, MINTER, SPS, INCRA, CETREM, CDS, FAS-GE ⁽¹⁶⁾. Muitos outros órgãos de cunho nitidamente público e de competências diversas (federais, estaduais e municipais) servem também a finalidades específicas do Governo, entre as quais a migração e o desenvolvimento.

A criação de um grupo de trabalho sobre migrações internas, aprovado pelo Presidente da República em 1979, explicita as funções do Governo como redistribuidor espacial das atividades econômicas e da população, assim como a de promover a criação de empregos, para privilegiar uma absorção maior de mão-de-obra nas cidades e no campo. As diretrizes propostas pelo programa do Governo em relação à migração sugerem "a conjugação de esforços dos diversos órgãos governamentais, coordenados pelo Ministério do Interior, SEPLAN e INCRA, a curto prazo, e a criação de programa-serviço de apoio aos migrantes já existentes, permitindo a extensão desses serviços e o atendimento de cerca de 1,6 milhões de pessoas no período 80/85" ⁽¹⁷⁾.

Entre as diretrizes propostas, as referentes à população migrante explicitam a promoção de "medidas que *minimizem* para a população migrante os custos sociais de *deslocamentos e reassentamentos*" (grifos meus). Além disso, afirmam também que é preciso "elaborar uma concepção global da dis-

tribuição espacial das atividades econômicas e da população, explicitando *as alternativas de ocupação territorial e de remanejamento populacional*, dentro de uma preocupação sistemática para maximização das oportunidades de emprego e melhoria do bem-estar" (grifos meus) (18).

A operacionalização desse programa previa gastos de cerca de 200 milhões de cruzeiros, oriundos do PIN (Programa de Integração Nacional) e do FAS (19), além da criação de 150 postos de atendimento aos migrantes e 450 postos de informações (Sistema de Informação sobre Migrações Internas). Nessa época, a população migrante foi calculada em cerca de 40 milhões de pessoas, isto é, cerca de 1/3 da população brasileira (20). Esses dados estarrecedores sobre a migração brasileira mostram a importância que as políticas migratórias podem assumir frente às necessidades da circulação da mão-de-obra no país durante certos períodos.

O aparato de caráter público, somado àquele composto por entidades particulares e religiosas, mantidas por subvenções (21) do Governo e voltadas para atividades assistenciais e promocionais confirmam a responsabilidade da administração em relação ao migrante na cidade. Proliferaram, assim, diversos programas que são desenvolvidos para atingir essa população: a distribuição de leite em pó, a assistência ao menor (PROCAI - Programa Comunitário de Atendimento Infantil, Serviço de Reeducação e Integração do Menor, Menores Vigilantes, Centros de Recepção e Triagem, etc) e ao adulto (Serviço de Colocação e Capacitação Profissional-SECCAP, Serviço de Promoção Comunitária-SPC, Legião Brasileira de Assistência-LBA, Serviço Nacional da Indústria-SENAI, Movimen-

to Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL, etc).

Ao mesmo tempo em que o Governo Federal coloca em prática seus objetivos de desenvolvimento, ativando órgãos de sua administração em relação à migração como uma forma de apoio às empresas, sua contrapartida nas regiões ou cidades a serem desenvolvidas precisa ser coerente com essa política. Os municípios respaldam esses objetivos, adotando medidas que permitem a implantação de indústrias, atraindo tanto empresas como um contingente adequado de mão-de-obra para o seu funcionamento. Para isso, inúmeros órgãos são criados pelas administrações estadual e municipal, tais como as Secretarias de Promoção Social ⁽²²⁾, Administrações Regionais, PAEC, FEAC ⁽²³⁾, Albergue, Santa Casa de Misericórdia, etc. Além disso, entidades assistenciais particulares, centros religiosos de diferentes credos e vários outros tipos de organizações sociais (clubes, associações, etc) complementam a assistência proposta pelo Governo e são, geralmente, amparadas por verba pública, prédios públicos, funcionários da Prefeitura e voluntários para o trabalho, ampliando o arsenal assistencial e, em contrapartida, exercendo um controle sobre essa população ⁽²⁴⁾.

O papel exercido pelo Governo como fornecedor de mão-de-obra para as empresas fica ainda mais claro se atentarmos para a criação de órgãos públicos ou a ativação de outros, quando se dá um *aumento do fluxo migratório* para determinadas cidades que estão sendo foco de um desenvolvimento industrial intenso, como foi o caso de Campinas nos anos 60 e 70 principalmente.

1.1

CAMPINAS: MIGRAÇÃO E POLÍTICA MUNICIPAL

Nas décadas de 60 e 70, a cidade estimulou a vinda e acolheu um enorme número de migrantes, principalmente de baixa renda, provenientes de diferentes regiões, ao mesmo tempo em que secretarias do Governo, órgãos e entidades assistenciais tomavam um vulto significativo na administração municipal local. A partir de então o crescimento da Secretaria de Promoção Social em relação às demais secretarias municipais se fazia sentir pelo aumento do número de funcionários, de instalações e de recursos, como se pode ver nos quadros seguintes.

VISUALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIADA
E DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NOS GOVERNOS MUNICIPAIS DE 1963 A 1979

Total de pessoas beneficiadas: de 1963 a 1965: 3.193
de 1966 a 1968: 21.719
de 1969 a 1972: 85.006
de 1973 a 1976: 227.666
de 1977 a 1979: 411.585

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS UTILIZADOS

DE 1963 A 1965	DE 1966 A 1968	DE 1969 A 1972	DE 1973 A 1976	DE 1977 A 1979
09 As. Sociais 03 Estagiárias	19 As. Sociais 20 Func.Q.O. 06 Func.Q.A.	30 As. Sociais 97 Func.Q.O. 08 Func.Q.A.	42 As. Sociais 01 Psicólogo 03 Sociólogos	74 As. Sociais 06 Psicólogos 02 Sociólogos 01 Advogado 01 Pedagoga 01 Adm. Empresas 01 Ec. Doméstica 01 Ed. Artística 30 Func.Q.A. 192 Func.Q.O.
<i>OBS.: até 1969 não existia o Serviço de Orçamento e também a Secretaria de Promoção Social em subordinação à Secretaria de Saúde e à Secretária do Governo</i>		1969/70 Cr\$ 2.028.381,00 1971 Cr\$ 1.898.669,00 1972 2.816.063,00	1973 Cr\$ 3.656.520,00 1974 Cr\$ 3.766.211,00 1975 Cr\$ 8.223.800,00 1976 Cr\$ 8.835.000,00	1977 Cr\$ 16.123.550,00 1978 Cr\$ 40.250.000,00 1979 Cr\$ 58.343.100,00 1980 Cr\$ 112.520.000,00

FONTE: O Fluxo Migratório e suas Conseqüências para Campinas, SPS, 1980, p.80.

PESSOAL

ORÇAMENTOS

DESPESAS POR ÓRGÃO DO GOVERNO
EVOLUÇÃO DE VERBAS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL
SPS - CAMPINAS (%)

	1974	1975	1976	1977 (1)	1978 (2)	1979 (3)	1980 (4)	1981 (5)	1982 (6)
Câmara Municipal	2,97	2,71	2,87	4,14	3,68	2,86	2,47	1,72	1,92
Gabinete do Prefeito	1,48	1,55	1,79	2,89	4,14	3,82	2,27	2,57	2,01
Sec. Administração	6,24	6,53	6,37	13,70	11,63	7,71	8,64	3,57	10,96
Sec. Neg. Jurídicos	1,97	1,42	1,37	1,14	1,73	1,41	1,79	2,20	1,88
Sec. Finanças	2,96	2,30	2,05	3,65	2,01	2,35	1,86	3,11	2,86
Sec. Educação	-	-	-	-	9,75	7,72	-	11,41	10,69
Sec. Ed., Esp. e Tur.	9,58	10,42	13,77	10,02	-	-	9,22	-	-
Sec. Saúde	2,07	2,16	2,78	3,94	4,95	5,01	5,84	6,15	5,83
Sec. Obras Serv. Púb.	49,14	45,27	47,43	28,32	20,35	20,13	20,74	33,00	15,43
Sec. Cultura	-	-	-	-	3,12	3,25	3,56	-	-
Sec. Cult., Esp. e Tur.	-	-	-	-	-	-	-	5,18	2,43
Sec. Promoção Social	1,87	3,14	2,54	2,84	4,19	3,76	4,89	7,96	8,03
Sec. Plan. e Coord.	-	-	-	-	-	-	0,86	0,63	1,28
Sec. Transportes	-	-	-	-	-	-	-	-	1,62
Enc. Gerais Município	21,72	24,50	19,03	24,98	34,45	33,89	37,84	22,50	35,02

(1) Lei nº 4.873, de 03/11/76. Prefeito Lauro Péricles Gonçalves.

(2) Lei nº 4.755, de 01/12/77. Prefeito Francisco Amaral.

(3) Lei nº 4.833, de 30/11/78. Prefeito Francisco Amaral.

(4) Lei nº 4.958, de 03/12/79. Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira.

(5) Lei nº 5.045, de 09/12/80. Prefeito Francisco Amaral.

(6) Lei nº 5.169, de 01/12/81. Prefeito Francisco Amaral.

OBS.: A partir de 1983, começa a haver uma diminuição das verbas destinadas à SPS, durante o Governo Magalhães Teixeira. Assim, em 1983 a dotação orçamentária ainda é de 9,46%, mas em 1984 baixa para 3,83% e em 1985 para 3,19%.

Além disso, a administração aumentou também os subsídios a entidades particulares e religiosas voltadas para migrantes de baixa renda, compondo, juntamente com órgãos federais e estaduais, um verdadeiro aparato de ajuda e apoio à população recém-chegada e favelada da cidade (25). (Ver ANEXO I, ao final deste capítulo).

De acordo com dados oficiais (26), o Albergue Noturno ou SAP (Sociedade Amiga dos Pobres) tinha capacidade para receber cerca de 150 migrantes diariamente, que eram encaminhados para as favelas, orientados para empregos, ou recebiam passes de viagem para outras regiões, de acordo com sua situação.

O Albergue, como é conhecido, foi fundado em Campinas em 1903, como uma instituição de verba mista (particular e municipal) e teve, desde seu início, a finalidade de dar asilo a pessoas desabrigadas, de passagem pela cidade. A necessidade de uma instituição deste tipo na cidade já demonstra um interesse antigo pela migração para a região, primeiramente para atender as lavouras e, nos últimos tempos, para o setor de serviços na cidade, muito embora ainda haja uma demanda rural, devido à existência de grandes fazendas nas suas proximidades. Neste sentido, o apoio municipal (verba e pessoal) às diferentes agências que assistem à população migrante e carente é vista "menos como despesa e mais como um investimento social" (27).

De acordo com o Presidente do Albergue, Campinas é o "favo de mel" do Estado de São Paulo, que recebe o maior índice de migrantes. "Todo migrante acaba caindo em Campi-

nas, pois aqui, bem ou mal, ainda se encontra um pouco de conforto" (28). (Ver ANEXO II, ao final deste capítulo).

Em 1983, o Secretário da SPS afirmava sobre a necessidade de ampliação do Albergue: "se não for para resolver definitivamente a questão da migração rural, pelo menos para propiciar aos retirantes que chegam a Campinas atividades ocupacionais, durante o período em que aguardam encaminhamento, seja para uma outra cidade, seja para indústrias ou empresas locais" (29).

Levantamentos realizados pela SPS indicam que 94,64% da população atendida por este órgão é constituída por migrantes, em sua grande maioria provenientes de zonas rurais.

Situada dentro do chamado "cinturão verde", formado por grandes fazendas produtoras principalmente de café e algodão, e, nos últimos tempos, de cana-de-açúcar, a região de Campinas oferece um mercado de trabalho amplo: o das lavouras nas suas redondezas e o de serviços na cidade. Assim, o pessoal que mora nas favelas e periferia pode oscilar entre esses dois mercados, enquanto tenta adquirir qualificação para o trabalho na indústria ou nos setores terciários.

2.

A EXPANSÃO DAS FAVELAS: O CASO DE CAMPINAS

As políticas sociais adotadas em Campinas nos anos 70 funcionavam menos como despesa e mais como um investimento social, compensando, de forma indireta, as condições de vida das populações de baixa renda, que sofriam, naquele momento, um processo de deterioração salarial. Nesses anos, "uma série de mecanismos institucionais serviam para viabilizar a redução dos salários, como, por exemplo, a instituição do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), braço direito da rotatividade, (...) a estrutura sindical mais voltada para o assistencialismo e definida enquanto mediadora dos conflitos entre capital e trabalho, e, por último, o conjunto de medidas - institucionais ou não - restritivas da atividade organizada dos trabalhadores" (30).

Essas medidas iam, passo a passo, corroendo as condições de vida e levaram a inúmeras tentativas do governo local de contornar o problema ativando a assistência pública, privada e religiosa que, articuladas entre si, promoviam a ajuda mútua, mutirões, etc, substituindo serviços públicos e salários adequados, como uma forma indireta de atrair os fluxos migratórios para a região e de controle sobre a moradia na cidade. No entanto, contrariamente aos planos de fornecimento controlado de mão-de-obra barata e abundante, as políticas sociais estabelecidas nesse período acabaram acarretando um aumento inusitado da população de bai-

xa renda na cidade, levando à expansão exacerbada das favelas e da periferia de Campinas. (Ver MAPA 1, ao final deste volume).

Embora a análise dessa situação se localize em Campinas, as políticas municipais aqui concebidas não eram, de modo algum, restritas ao município. Ao contrário, refletiam uma abordagem de cunho nacional em relação às outras favelas existentes no país. Dada a falta de autonomia dos governos municipais e a sua dependência dos governos estaduais e das políticas nacionais, dificilmente era possível ter uma posição independente da máquina administrativa como um todo. Alguns municípios, no entanto, como Piracicaba e Lajes, após a instalação de governos de oposição (MDB) em 1976, buscaram inovações nesse campo complexo de favelas⁽³¹⁾.

Os governos municipais das cidades que apresentavam tendência a um desenvolvimento industrial adotaram políticas que favoreciam a migração colocando-se, assim, a serviço do capital. Induziram um crescimento populacional principalmente de migrantes não-qualificados, que acabou gerando um contingente de mão-de-obra barata nas cidades, permitindo a acumulação e o incremento da receita local.

De acordo com KOWARICK, "favela é uma situação irregular do ponto de vista legal, mas os favelados em nada se diferenciam da população de baixa renda existente na cidade. Ela é fruto dos processos existentes a nível social e os favelados trabalham e consomem através dos circuitos da cidade. Assim, a favela não é um núcleo à parte, que possa ser entendido independentemente do conjunto econômico-social maior, que a produz e reproduz" (32).

Colocados numa situação desprivilegiada em relação à moradia na cidade, rechaçados por uma especulação imobiliária sempre crescente, que reserva aos grupos de maiores recursos os melhores pedaços da cidade, os favelados acabam ocupando áreas menos competitivas na disputada terra urbana.

De acordo com a lei, cada loteamento deve reservar para uso do poder municipal uma parte dos terrenos, que poderá ser utilizada para ruas, praças, construção de escolas, igrejas, ou qualquer outro empreendimento de uso social ou comunitário ⁽³³⁾. Devido à especulação imobiliária, as terras menos aproveitáveis, como os alagados, as encostas e outros, são destinadas à Prefeitura e o restante vendido a particulares. É nessas áreas, em geral precárias, que a população de baixa renda instala seus barracos, caracterizando o que vem a ser conhecido como "invasão urbana" ou favela.

Desta maneira, um grande número de bairros, em geral na periferia de Campinas, teve suas áreas de uso comum ocupadas por habitações precárias. Alguns bairros mais centrais e valorizados também se viram "invadidos" por uma população de renda extremamente baixa, que ali se instalou para ficar próxima de um mercado de trabalho promissor (serviços de doméstica, jardinagem, vigia para residências, etc) e de serviços de saúde, educação, lazer, etc, que os bairros mais abastados geralmente oferecem.

Embora a moradia em favela não seja gratuita, pois os favelados constroem, compram, vendem e alugam seus barracos, dispendendo gastos, é ainda, dentro das condições de habitação da cidade, o lugar mais barato para se morar. A

idéia de que morar em favela é de graça ⁽³⁴⁾ provém do fato de que, por ser uma "invasão" e, aparentemente, não estar inserida nos conceitos existentes sobre propriedade privada, os favelados também estariam colocados fora desse sistema em relação aos direitos de moradia. Ao contrário, há um comércio paralelo de construção de barracos, "compra", "venda" e "aluguel" também dos terrenos, geralmente de propriedade pública, que acompanha, proporcionalmente, é claro, as oscilações no mercado imobiliário e de construção civil. Há entre os favelados uma permanente tentativa de se tornarem "proprietários" de seu barraco e do terreno que usam. Fazem malabarismos para minimizar os custos de construção, conseguindo material mais barato ou doado, ocupando mão-de-obra familiar ou de vizinhança, aumentando, sempre que podem, o tamanho do terreno, numa tentativa de valorizar o que é "seu". Entram, assim, na disputa social pelo espaço urbano, para a qual não estão, a princípio, preparados, frente a outros grupos mais "importantes" da cidade. São "intrusos", "invasores", migrantes "expulsos" do campo ou "atraídos" pelas luzes da cidade, cujo espaço precisa ser conquistado passo a passo, através de alianças que conseguem estabelecer com os grupos dominantes na cidade, como veremos adiante.

Embora as políticas sociais adotadas em Campinas durante os anos 60 e 70, principalmente, reflitam as políticas econômico-sociais mais amplas, foram, por outro lado, condicionadas por um contexto e conjunturas sociais específicas da região. Assim, uma incursão na história do desenvolvimento econômico e político da cidade poderá explicitar aspectos que um estudo sincrônico dificilmente revelaria.

2.1

UMA PEQUENA HISTÓRIA DE CAMPINAS

Campinas, ou Campinas do Mato Grosso, assim chamada nos idos de 1600, passou por diferentes estágios de desenvolvimento econômico. Sua fundação, em 14 de julho de 1774, marcava o início de uma "paragem deserta", um pouso conhecido como Três Campinhos, transformado mais tarde na quase metrópole que se constitui hoje num pólo industrial de grande porte (35).

Seu ponto de partida econômico foi a produção e exportação de açúcar em meados do século XVIII, tornando-se, no fim do século XIX, importante região do café. A cidade ainda guarda a lembrança dessa época de abundância, nos grandes sobrados remanescentes nessa região, que abrigou os grandes barões do açúcar e do café que a fizeram o centro importante de ontem e de hoje.

Um breve histórico do desenvolvimento econômico de Campinas pode mostrar que, em diferentes momentos, a cidade se constituiu como importante pólo de atração de mão-de-obra, tendo o Governo uma atuação evidente ao promover políticas que propiciaram a vinda e a fixação de trabalhadores na região. Assim foi durante o ciclo do açúcar (século XVIII), quando a indústria açucareira aqui se implantou, acarretando o crescimento populacional e a construção de estradas (Campinas-Santos e Campinas-Goiás). O estímulo governamental era feito principalmente através das doações de

sesmarias que atraíam empresários agrícolas, promovendo a colonização. A mão-de-obra inicialmente era escrava-africana (36), que vinha financiada pelos proprietários dos engenhos de açúcar.

O florescimento da cultura do café, em meados do século XIX, e a inadequação da oferta de mão-de-obra escrava, findo o tráfico negreiro, levaram o Governo a promover uma "imigração subvencionada" (37) de trabalhadores europeus para atender a demanda de trabalho existente nas grandes plantações, encarregando-se de fazer propaganda como forma de promover o recrutamento nos países emigratórios, financiando o transporte e a fixação em pequenas propriedades agrupadas em núcleos. Segundo FURTADO (38), o Governo cobria a parte principal do financiamento da imigração, que era o preço da passagem da família do imigrante. Eram os suíços, os alemães, os poloneses e, mais parte, predominantemente, os italianos. Campinas tornou-se, nessa época, sede do primeiro "Oeste Paulista". O favorecimento institucional à imigração foi importante também em relação aos planos de colonização do Governo e do aumento da oferta de trabalho. A garantia de terras para o cultivo de subsistência para o imigrante facilitou a imigração, abrindo as portas para a expansão da produção cafeeira local.

A utilização do "braço-livre" e a abertura de estradas de ferro (Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Companhia Mogiana de Estradas de Ferro - 1872) foram fatores fundamentais na produção e exportação do café, beneficiando também o comércio e a indústria locais.

O desenvolvimento econômico de Campinas refletiu-se no aumento de sua população e na infra-estrutura urbana, que foi, neste período, acrescida de hospitais (Santa Casa de Misericórdia, Beneficência Portuguesa, Casa de Saúde de Campinas), igrejas (Catedral), o Cemitério do Fundão (hoje da Saudade), o Instituto Agrônômico (inicialmente dedicado a pesquisas sobre o café), o hipódromo e vários colégios, entre os quais o Culto à Ciência ⁽³⁹⁾. A expansão dos serviços e do comércio locais, somada à expansão agrícola, tornou Campinas um centro tradicional de atração de mão-de-obra e propiciou, mais tarde, a implantação do parque industrial que aqui se desenvolveu a partir dos anos 50 e se intensificou nas décadas de 60 e, principalmente, 70.

O desenvolvimento progressivo de Campinas, primeiramente marcado pela presença de grandes senhores e de escravos, de casas-grandes e senzalas, trouxe para cá, posteriormente, grandes empresários da indústria e um imenso contingente de baixa renda, para servir à produção agrícola ou industrial. E o Governo, como em outros tempos, garantiu a migração, financiando o transporte (passes gratuitos) e a fixação de migrantes (documentos, terreno público, material de construção, etc).

Com a "modernização" das tecnologias industriais, Campinas adquiriu novas feições, com a construção de largas avenidas, estradas, grandes prédios de concreto, fábricas, estádios de futebol e um grande número de favelas, bairros periféricos e clandestinos, teimando em conservar diferenças sociais que marcaram outros tempos.

Em 1980 a população de Campinas era estimada em 666.092 habitantes, sendo que 612.723 concentravam-se na zona urbana e 53.774 na zona rural. O quadro abaixo mostra uma acentuada tendência à urbanização, o que não significa, no entanto, que as atividades rurais tenham decrescido em tal proporção, pois, o fato de trabalhadores rurais ("bóias-frias") habitarem a cidade pode, muitas vezes, dificultar o censo, dando a impressão de que as atividades no campo são completamente suspensas. Para um levantamento mais adequado, seria preciso verificar a superposição de atividades rurais e urbanas entre os moradores de favelas e bairros periféricos, principalmente aqueles mais próximos das áreas agrícolas. (Ver MAPA 1, ao final deste volume).

POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE CAMPINAS
1950 A 1970

ANO	TOTAL	ZONA URBANA	%	ZONA RURAL	%
1950	129.364	100.466	77,7	28.898	22,3
1960	213.558	183.618	86,0	29.940	14,0
1970	375.864	335.756	89,3	40.108	10,7

FONTE: O Fluxo Migratório e suas Conseqüências para Campinas, Secretaria de Promoção Social, Campinas, 1978, p.35.

Segundo documento oficial ⁽⁴⁰⁾, "desde 1950 até mais ou menos 1962, a implantação de indústrias modernas, algumas de capital estrangeiro, representou fator de aceleração do crescimento urbano e conseqüentemente modificação da fisionomia da cidade (...)".

"A partir de 1962, houve uma parcial paralização da vinda de novas empresas industriais para Campinas, como consequência da valorização das áreas disponíveis e da especulação imobiliária. As indústrias, durante este período, instalaram-se nos municípios vizinhos, permanecendo Campinas como pólo de atração regional e de prestação de serviços (médico-hospitalar, educação, lazer e de habitação)".

"Em função da própria política do Governo do Estado, de Interiorização do Desenvolvimento Industrial da Grande São Paulo, por meio dos eixos naturais de penetração para o interior, atingindo desde Jundiaí e Campinas, projetando-se em direção a Ribeirão Preto, e para atender a essa demanda assim como possibilitar um desenvolvimento industrial e urbano harmonioso, o poder público municipal implantou no município o Distrito Industrial (DIC)" ⁽⁴¹⁾. (Ver MAPA 1, ao final deste volume).

A inauguração do Distrito Industrial em Campinas, em 1978, explicita, sem dúvida, a disposição desenvolvimentista do Governo e sua atuação no aumento da oferta de mão-de-obra para atender à demanda criada pela produção industrial.

"Próximo ao Aeroporto de Viracopos, o DIC abrange uma área de 8 milhões de m², que gerará cerca de 30.000 empregos, acrescidos de 50.000 indiretos, significando um acréscimo de 300.000 pessoas à população de Campinas" ⁽⁴²⁾.

Apesar das muitas modificações em suas feições originais, provocadas pela industrialização acelerada, Campinas conservou muito de sua paisagem pitoresca de cidade do

interior. Ao lado dos prédios modernos e das novas avenidas, ficaram as praças antigas e arborizadas, o coreto Carlos Gomes, o velho Mercado Municipal no centro da cidade, a Estação Ferroviária (tombada recentemente), a antiga sede da Prefeitura Municipal, o Bosque dos Jequitibás, com suas árvores centenárias, os casarões no centro e nas fazendas, que formam o chamado "cinturão verde" (43), reminiscência do "boom" agrícola na região. (Ver MAPA 1, ao final deste volume). Nos últimos tempos, o café tem sido substituído pelas culturas do algodão e da cana, esta última valorizada como alternativa energética ao petróleo.

A tradição agrícola e a expansão industrial recente, como se pode ver, têm sido, nesta região, responsáveis por uma permanente demanda de trabalho, primeiro mão-de-obra escrava, depois imigrantes e, mais recentemente, migrante, direcionando os fluxos migratórios, como agora, e atraindo enormes contingentes de mão-de-obra, principalmente de baixa renda, para atender a um duplo mercado de trabalho. Grande parte dos migrantes que aqui chegam, impossibilitados de conseguir empregos estáveis e bem remunerados na cidade, tornam-se "bôias-frias", safreiros, à disposição da produção agrícola e dos possíveis empregos na cidade (44).

Na década de 70, Campinas tornou-se uma grande metrópole. A instalação de indústrias de grande porte (45), nacionais e multinacionais, foi, como em outros lugares, resultado de incentivos fiscais (46), do baixo custo da terra para a indústria (DIC) e da abundância e baixo custo da mão-de-obra. Além disso, recrutada em diferentes regiões, essa mão-de-obra, em grande parte não-qualificada (47), sujeitava-se

às condições de emprego e salários, sem grandes reivindicações, o que, semelhante ao que demonstra SUSSER⁽⁴⁸⁾ para os Estados Unidos, atraía ainda mais os empresários dispostos a aumentar seus lucros. Desta maneira, a atração exercida por esse parque industrial em expansão, somada às políticas que têm favorecido a migração e fixação de trabalhadores migrantes e de baixa renda explicitam, sem dúvida, a intenção desenvolvimentista do Governo⁽⁴⁹⁾ que orientou, nesses anos, a criação e a agilização de um aparato de apoio e assistência institucionalizada aos migrantes, intimamente interligado aos interesses empresariais na região.

2.2

AS POLÍTICAS MUNICIPAIS E A CONDIÇÃO DE FAVELA

Até a década de 60 havia poucas favelas em Campinas e os órgãos responsáveis pela população carente da cidade eram ainda em número restrito, com poucos funcionários e verba pequena. Em 1965 foi realizado um primeiro levantamento de dados sobre a sub-habitação local para justificar a criação da COHAB-Campinas (Companhia de Habitação Popular). Em 1969, havia a Secretaria de Bem-Estar Social, ligada à Secretaria de Saúde. Em agosto desse ano ela passa a denominar-se Secretaria de Promoção Social, através do Decreto nº 3.484,

criando-se também o Serviço de Assistência Habitacional (SAH), cujo objetivo era o desfavelamento ⁽⁵⁰⁾.

Em 1973, o SAH acusava a existência de 35 favelas, localizadas em áreas periféricas municipais, perfazendo um total de 6.825 pessoas residentes em 1.359 barracos ⁽⁵¹⁾. Em 1974 o número crescia para 38 favelas, com cerca de 7.195 pessoas ⁽⁵²⁾.

Em 1975, o SAH passa a denominar-se Serviço de Promoção Social da Sub-Habitação Urbana (SPSHU), lançando novas propostas de trabalho junto à população migrante e carente.

Para se ter uma idéia da expansão da população favelada nesse período, basta examinar no quadro a seguir os dados levantados pela SPS.

EXPANSÃO DA POPULAÇÃO FAVELADA
(1973-1981)

	1973 (1)	1974 (2)	1978 (3)	1979 (4)	1980 (5)	1981 (6)
Núcleos	35	38	59	62	80	32
Barracos	1.359	1.439		4.170	8.092	2.548
Pessoas	6.825	7.195		25.000	46.561	14.778
SÃO MARCOS						60-70.000
- Barracos	48	-(*)	432	-	-	-
- Famílias	48	49	-	-	-	-
- Pessoas	245	270	-	-	-	-
População Campinas	-	476.786	-	-	-	-

FONTE: (1) Estudo e levantamentos da realidade de favelas na cidade de Campinas. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, SPS-SAH/COHAB, nov. 1974. p.1.
 (2) Levantamento sócio-econômico de favelas (projeto complementar ao acima). PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, SPS-SAH/COHAB, 1974. p.1, 2, 3, 26.
 (3) O levantamento "Operação Favela" foi realizado em apenas 3 dos 59 núcleos existentes. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, SPS-SPSHU/RONDON, ago./nov. 1978.
 (4) Cadastramento de todos os barracos existentes com vistas ao projeto PROFILURB. (publicação em jornal). Correio Popular, 30 mar. 1980. p.21.
 (5) Os dados para 1980 foram estimados a partir do levantamento de 1979. Ver jornal Correio Popular, 30 mar. 1980, p.21.
 (6) Os dados para 1981 são confusos, pois este levantamento, com vistas ao "Seminário Nacional de Favelas - Realidade de Campinas", deveria ser feito em conjunto SPS/AP/FMB. A AP, no entanto, por divergências, se recusou a participar, verificando-se as favelas a ela ligadas. A SPS e a FMB procederam o levantamento em apenas 32 núcleos e a AP no restante (cerca de 60%). Destes dois levantamentos parciais procedi à estimativa do total. Estes dados para 1981 foram tirados de: *Caracterização de núcleos de sub-habituação no município*. SPS/SPSHU/ATEP. 13 ago. 1981 e *Algumas informações básicas sobre a luta pelo direito real de uso da terra aos favelados de Campinas - SP*. Assembléia do Povo, Equipe de Assessoria (arquitetos, advogados, médicos, agentes pastorais e pedagogos), 1981.

* Os dados mostram que 94,09% das mulheres nas favelas obtêm trabalho remunerado, 40,31% são empregadas domésticas e 58,78% dos homens trabalham na construção civil. E segundo o levantamento, 69 pessoas, ou seja, 6,71%, se dizem lauradores.

Sobre o aumento da população favelada em 1974 a SPS assim se expressava: "Admite-se através da média familiar que 7.195 pessoas representam o número da população favelada e corresponde a 1,5% dos 476.786 habitantes do município de Campinas. Tal percentual demonstra o processo de afavelamento equilibrado, não se constituindo em acentuada problemática" (53).

Anos mais tarde, o crescimento exponencial da população favelada preocupava o poder público que se esforçava, através de medidas e políticas de contenção, por controlar esse crescimento (54). Os levantamentos sócio-econômicos proliferavam nessa época e visavam, entre outras coisas: atualizar os dados da SPS referentes à população favelada; obter subsídios para a reformulação e/ou estabelecimento de diretrizes para a ação emergencial na área do bem-estar social; obter subsídios para uma sistematização da política habitacional do município; obter subsídios para uma tomada de decisão, qual seja a solução alternativa a ser escolhida, bem como a participação da população dos núcleos de sub-habitação, através de um processo de conscientização e capacitação para vencer suas dificuldades no contexto social (55).

Com esse novo conceito de levantamento de dados para adoção de políticas mais "acertadas", a SPS visava, desde 1977, adequar-se à filosofia do novo Governo Municipal, cujo *slogan* era "um máximo de benefício social".

Em 1976, Francisco Amaral tinha sido eleito Prefeito da cidade, como candidato do partido de oposição (MDB), pelo voto popular. Essa havia sido, sem dúvida, uma impor-

tante eleição, pois nesse ano o MDB ganhava majoritariamente em vários estados, suplantando o partido da situação, ARENA.

O novo governo buscava, pelo menos em tese, estabelecer novas políticas sociais, sem, no entanto, mexer radicalmente na estrutura já estabelecida. E a SPS, que deveria refletir mudanças, adotava, para as favelas, velhas políticas revestidas com novas roupagens ⁽⁵⁶⁾, uma vez que, apesar das mudanças propostas, o poder público não mudava sua visão sobre o migrante favelado, assim se expressando em importante documento ⁽⁵⁷⁾:

"Sendo Campinas um entroncamento rodo-ferroviário, recebe diariamente grande número de famílias oriundas da própria região ou de outros estados, sem residência e emprego. Com escasso poder aquisitivo, acabam por *invadir* áreas da municipalidade e/ou particulares, situadas em áreas periféricas, formando núcleos de sub-habitação, mais conhecidos por favelas" (grifo meu).

"Os migrantes podem ser considerados *trabalhadores "marginais"*, (grifo meu) se vistos da ótica do processo de acumulação capitalista. Embora a marginalidade seja dada pela participação-exclusão na sociedade. *A participação se dá à medida em que o migrante representa uma oferta de mão-de-obra, porém é excluído do processo produtivo total, pois não consome os bens produzidos*" (grifos deles).

"Assim, mesmo que a oferta de mão-de-obra não esteja incorporada ao processo produtivo total, não deixa de ser rentável ao capital, à medida que o desenvolvimento industrial urbano se apóia na exploração desta mão-de-obra".

Em vista desta visão ainda distorcida da favela e de seus moradores, o SPSHU passa a atuar simultaneamente em dois níveis de certa maneira contraditórios: de erradicação e de humanização.

A condição de vida e de moradia nas favelas da cidade até esse período era de precariedade quase que absoluta. Não havia água encanada, luz elétrica, esgoto e os serviços de saúde eram conseguidos nos bairros próximos, nos postos de saúde e no hospital-escola (Santa Casa de Misericórdia/UNICAMP), que atendia indigentes. Como não havia saneamento básico, a água dos poços, amplamente utilizada pelos favelados, era, em geral, contaminada pelas fossas construídas precariamente, disseminando um grande número de doenças entre a população. Eram as diarreias, hepatites, esquistossomose, verminoses e outras doenças como a tuberculose, sarampo, poliomielite, etc, e as deficiências físicas e psicológicas como resultado.

As características fundamentais desse tipo de moradia são a precariedade e a instabilidade advindas da ocupação ilegal do solo, o que torna a remoção uma possibilidade sempre presente na cabeça dos favelados. Por serem considerados invasores de terrenos de terceiros (particulares ou públicos), podem ser removidos a qualquer momento, muitas vezes sem aviso prévio, desde que exista a necessidade de uso do terreno ocupado, seja para praça, escola, rua, ou simplesmente por pedidos de particulares interessados em impedir a desvalorização causada pela presença da favela.

A maioria das favelas de Campinas ocupa áreas da municipalidade. Talvez por isso o poder público tem se ocu-

pado em regularizar a utilização do espaço nas favelas. Através da SPS, subdividida em vários órgãos (Assessoria Técnica de Estudos e Projetos-ATEP, SPSHU, PAEC, FAS-GM, etc), interligados ao Governo do Estado, a Prefeitura controla e cadastra os núcleos de sub-habitação na cidade, tendo sobre seus moradores uma quase total ingerência. Assim, a Prefeitura, e principalmente o Prefeito e as assistentes sociais da SPS exercem sobre os moradores da favela um papel ambíguo: tanto podem representar ameaça (remoção) como também proteção (melhoramento).

Em 1978, a SPS fez um levantamento ("Operação Favela") em três das maiores favelas de Campinas (São Marcos, Jardim Flamboyant e Jardim Paranapanema), estabelecendo para isso um "congelamento", que implicava a suspensão de novas construções assim como a venda e o aluguel de barracos durante o período que durasse a pesquisa. De certa forma esta medida tinha como objetivo manter a população desses núcleos estável controlando, indiretamente, sua expansão. Os favelados, no entanto, trataram de contornar as novas normas, estabelecendo expedientes internos, ditados pelo próprio grupo, para a comercialização e a ocupação do espaço. Essa utilização inclui o barraco e o seu terreno, que é "vendido" ou usado como troca, ainda que pertencendo à Prefeitura. Durante este tempo a comercialização continuou a ser feita "por debaixo do pano", ilegal para os de fora, mas legítima e respeitada pelos "de dentro".

Para fazer este censo, a SPS cadastrou os moradores e numerou tanto as favelas quanto os barracos. Cada barraco recebeu um número cujos dois primeiros dígitos corres-

pondiam à numeração da favela e os seguintes ao barraco (exemplo: 14-316). De início essa numeração causou uma certa insegurança entre os moradores, que ficaram receosos de serem cadastrados (controle), mas foi, ao mesmo tempo, bem-vinda, pois proporcionou-lhes um endereço até então inexistente em se tratando de favela.

Fruto da nova política de "máximo benefício social" e de reivindicações de favelados, que começavam a se organizar junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ⁽⁵⁸⁾, Amaral concede, a partir de 1977, a permissão para a distribuição de água potável e luz elétrica nas favelas, até então proibidas de receber esses equipamentos, justamente porque estavam sujeitas às políticas de remoção. Uma vez que podiam ser removidas ou erradicadas, de acordo com prioridades estabelecidas pelo poder público, qualquer benefício dificultaria sua transferência. E, timidamente, através da SPS, a Prefeitura começou a distribuir água em algumas favelas, colocando torneiras nas ruas, uma para cada 5 ou 6 famílias. Da mesma forma também os postes de luz começaram a aparecer em frente de alguns barracos, cujos donos podiam comprá-los e arcar, juntamente com vizinhos, com a pesada conta de luz.

Embora os favelados, como qualquer outro consumidor urbano, tivesse que arcar com as despesas normais desses equipamentos, eles chegavam às favelas como benefícios doados pelo poder público e, como em outros tempos, fruto de trocas e favores políticos. E a permissão, em vez de ser conseguida diretamente através dos órgãos competentes, como a SANASA ou a CPFL, passava antes pelo crivo da SPS, demonstrando sua ingerência sobre as questões da favela.

As construções de alvenaria também não eram permitidas. Não porque os favelados não pudessem pagar por elas, mas principalmente porque isso dificultaria as remoções e poderia dar ao favelado uma idéia de estabilidade, de permanência, quando, na verdade, a favela deveria se caracterizar por uma instabilidade permanente, uma vez que sua característica principal era a de ser *invasão*. Apesar da nova política, o arquivo de pedidos de remoção existente na SPS continuava ativado pois a remoção dependia das prioridades dos pedidos, como a construção de obras "importantes" (igrejas, escolas, hospitais, etc), nos terrenos ocupados por favelas, ou em caso de disputas com proprietários importantes (ANEXO III, ao final deste capítulo).

A partir de algumas medidas com tendências mais humanizantes, segundo a concepção da SPS, para uma população em geral relegada a um segundo plano em termos de trabalho, moradia e recursos sociais, o Prefeito Amaral começou a ser conhecido como o "pai dos pobres". Sua atuação em relação às políticas de favela baseava-se, principalmente, nas promessas feitas durante sua campanha eleitoral junto à população de baixa renda, que incluía não só favelados, mas também moradores de bairros periféricos e clandestinos. E tão logo ele assumiu a Prefeitura, o povo começou a cobrar suas promessas.

Em fins de 1979, deveria ser implantado o PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados)⁽⁵⁹⁾, viabilizando o projeto de moradia popular da SPS. O poder público adquiriu cerca de 2.000 lotes, numa área de 175.000m², no Distrito Industrial (DIC), que seriam vendidos primeiramente aos favelados que estivessem em vias de remoção.

O PROFILURB foi elaborado a partir da constatação de que, com uma renda média de 1 a 1,5 salário mínimo, os favelados não poderiam adquirir casas do BNH e, portanto, por essa via a desfavelização não poderia ocorrer.

Assim a SPS definia o projeto:

"O adquirente transfere para o lote sua habitação de madeira, realizando a construção de alvenaria, conforme suas possibilidades, tendo opção de financiamento para material de construção" (60).

"A nova área que ocuparão terá ainda características de favela, pois as residências serão ainda barracos, mas promoveremos a urbanização, dando condições humanas de habitação" (61).

Junto com o PROFILURB, a Prefeitura agilizava também o projeto de casas populares (BNH-COHAB) na área do DIC I, compreendendo 624 apartamentos, 535 casas térreas e 506 lotes urbanizados, envolvendo 1 milhão de m² (62).

A fim de atrair a população para esta área e adequar a mão-de-obra para o mercado de trabalho local, a SPS, através do SECCAP (Serviço de Colocação e Capacitação Profissional), planejou o Centro de Profissionalização. Para isto, foi realizado um levantamento junto às firmas instaladas no DIC para apurar as condições e demandas e programar a adequação da mão-de-obra e sua conseqüente fixação no DIC. Concebido para funcionar junto ao PROFILURB, o SECCAP oferecia cursos de eletricitista, inspetor de qualidade, desenhista mecânico, atendente de enfermagem, datilografia, torneiro mecânico, etc.

De início, em 1979, decidiu-se que as famílias atendidas pelo PROFILURB deveriam estar na faixa de renda entre 1 e 3 salários mínimos vigentes. Tal decisão baseava-se no fato de que 59% da população favelada auferia renda entre 1 e 2 salários mínimos. Dos 506 lotes reservados para o PROFILURB, 169 teriam "casas embrião" e os 337 restantes seriam "lotes vazios" (63). Em 1980 ficou resolvido que todos os lotes teriam "casas embrião" e o preço seria de Cr\$ 93.152,51, divididos em prestações de Cr\$ 482,95, sujeitas a alterações trimestrais, acompanhando as alterações das UPCs (Unidades Padrão de Capital). Após a compra as prestações variariam uma vez por ano e deveriam ser pagas num prazo de 25 anos (64).

A distância do DIC (15km do centro), a falta de transporte e da infra-estrutura prometida, as dificuldades salariais dos favelados, a resistência em romper das redes de relações já consolidadas na favela, etc, levaram os favelados a se oporem à mudança, inviabilizando o PROFILURB. Apesar dos inúmeros acertos para facilitar as transferências, houve muita resistência à mudança e o projeto foi assim instalado precariamente, não acarretando a desfavelização pretendida. Muitos outros programas surgiram a partir daí, no sentido de limpar a cidade do "câncer" que se expandia rapidamente. Assim foram o PROMORAR e os programas de urbanização de favelas, idealizados por uma concepção de *controle e contenção*.

* * *

Após a descrição feita neste capítulo, poderia dizer que a finalidade dessas políticas era a de possibilitar a orientação dos fluxos migratórios para Campinas, de maneira a fornecer um contingente adequado de mão-de-obra para atender à demanda crescente da produção industrial, assim como à demanda agrícola, ainda importante na região.

Aparentemente sujeitos a essas "determinações gerais", no entanto, os migrantes que se fixaram em favelas, longe de se submeterem passivamente às ambigüidades das políticas de contenção e humanização, aprendiam a resistir, buscando formas de organização inéditas em Campinas. Ao mesmo tempo, tomavam consciência de suas possibilidades políticas e passavam a reivindicar, como veremos nos últimos capítulos deste trabalho.

No próximo capítulo descrevo a chegada de um grupo doméstico extenso - os Gomes - na favela e as estratégias utilizadas para sua fixação na cidade: a moradia, o emprego, as redes de apoio, etc. Através desses dados etnográficos, explicitam-se as estratégias econômico-políticas que amparam a migração da força de trabalho para a região.

NOTAS DO CAPÍTULO I

(1) Ver: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Promoção Social, Departamento de Orientação Técnica, Seção de Levantamentos e Pesquisa. *A clientela do CETREM. Características e tipologia*. 1978. p.13. Também PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, Secretaria de Promoção Social. *O fluxo migratório e suas conseqüências para Campinas*. 1978. p.23.

(2) PERLMAN, J. *Os mitos da marginalidade*. Favelas e políticas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

(3) RIDLEY-LEIGH, D. Mulheres na migração; redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência. *In Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 26. Especial: Mulher hoje. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. p.209-40.

(4) Por "confortos urbanos" os favelados parecem entender principalmente o atendimento médico-hospitalar, o transporte urbano, escola, comércio, a igreja, o lazer, entre outros aspectos da cidade.

(5) De acordo com PERLMAN, J. *op.cit.* p.38: "Algumas indagações foram levantadas por pesquisas recentes sobre a hipotética importância dos fatores de "expulsão" nos movimentos migratórios. Se as áreas do Brasil forem divididas conforme os níveis de pobreza ou de fatores econômico-climáticos adversos, constata-se que os níveis de migração externa são mais ou menos constantes para todas. Não se verifica maior migração a partir de zonas onde os fatores de expulsão aparentemente seriam mais fortes".

(6) DURHAM, E. *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1973. p.136.

(7) Cf. FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1977. p.127. "Em 1870, o Governo Imperial passou a encarregar-se dos gastos de transportes dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira e aos fazendeiros, cabia cobrir os gastos do imigrante durante o seu primeiro ano de atividades, tornando possível a expansão da produção cafeeira no Estado de São Paulo". E também PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1970. p.226. "O imigrante (italiano sobretudo) será trazido com todo auxílio e amparo oficiais desde seu domicílio (...) até a fazenda de café, através de uma organização que vai da propaganda do Brasil na Europa, à distribuição perfeitamente regularizada dos trabalhadores entre as diferentes propriedades do Estado. (...) do ano da República até 1930, o Estado (São Paulo) receberá mais de dois milhões de imigrantes (sendo que cerca da metade, subvencionada)". A partir de 1934, segundo o autor, fruto de demandas internacionais, desenvolve-se a cultura algodoeira e a imigração japonesa é, nessa época, ativamente estimulada e oficialmente amparada (p.276).

(8) Como se pode observar abaixo, os administradores regionais têm consciência de que medidas administrativas podem regular os fluxos migratórios: "Os migrantes vêm a São Paulo sem recursos e emprego, são roubados e maltratados, e vivem em condições miseráveis. (...) Para resolver isso, o Governo deveria fazer um trabalho de procurar evitar a saída desse pessoal de seus estados de origem. Fazer isso não é ir contra a migração". Vitor Davi, Administrador da A.R. da Sê. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 maio 1982, p.17. "A política de ocupação da Amazônia pode ser modificada pelo Governo. Ou aperfeiçoada". Elias Sefer, Superintendente da SUDAM. Tal aperfeiçoamento passaria por dois pontos: alteração do sistema de incentivos fiscais, de forma a contemplar pequenos e médios empresários da região, e elaboração de um plano de zoneamento "racional", segundo sua opinião. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 mar. 1982, p.68.

(9) Para citar alguns autores: JORDÃO NETO, A. & BOSCO, S. H. *Migrações*. Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Departamento de Imigração e Colonização, 1967. (Neste trabalho os autores focalizaram o trânsito pela Hospedaria dos Imigrantes Visconde de Parnayba, do Serviço de Imigração e Colonização (SIC), sendo este o primeiro tra-

balho realizado sobre migrações nacionais). JORDÃO NETTO, A. *Aspectos econômicos e sociais das migrações internas para o Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado apresentada à PUC de São Paulo, 1973. DOUGLAS, G. *Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record, 1872-1970*. São Paulo, IPE-USP, 1971. DURHAM, E. *op.cit.* PERLMAN, J. *op.cit.*

(10) "Dado o incremento populacional entre 1950-70, de 8.824.270, tem-se que as migrações contribuíram com 20,50% deste incremento". *In O fluxo migratório...*, *op.cit.* p.26. De acordo com este levantamento, os estados que mais contribuíram para este incremento foram Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Paraná. Neste período os estados nordestinos contribuíram mais devido à construção da estrada Rio-Bahia em 1949 e às secas da década de 50.

(11) "A imigração subsidiada de trabalhadores portugueses e espanhóis continuou até 1927. Simultaneamente, os proprietários começaram a recrutar cada vez mais mão-de-obra nacional de outros estados da União, que migravam temporariamente para São Paulo, em certos períodos do ano. Vinham a princípio como colonos, em unidades familiares". STOLKE, V. A família que não é sagrada. *In ALMEIDA, S. et alii Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.59.

(12) Os municípios que formam a chamada Grande São Paulo são, principalmente, São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Osasco, Diadema, Guarulhos. O Vale do Paraíba é constituído pelos municípios de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava, Taubaté, Guaratinguetá, Roseira, Aparecida do Norte, etc.

(13) PERLMAN, J. *op.cit.* p.31 e LEEDS, A. & LEEDS, E. Favelas e comunidade política: a continuidade da estrutura de controle social. *In A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p.187.

(14) MARTINEZ-ALLIER, V. As mulheres do caminhão de turma. *Debate e crítica*, nº 5, São Paulo, 1975. p.65. Sobre a questão da formação dos "bóias-frias", ver MELLO, C. D'Incao *O bóia-fria: acu-*

mulação e miséria. Petrópolis, Vozes, 1976.

(15) De acordo com SWEEZY, P.M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. p.272. "O Estado é a instituição mantenedora de um determinado conjunto de relações de propriedade. (...) A propriedade capitalista não consiste de coisas - as coisas existem independente de sua propriedade - mas de uma relação entre pessoas. A propriedade confere a seus possuidores a isenção do trabalho e o usufruto do trabalho dos outros e nisso está a essência de toda a dominação social, qualquer que seja a forma assumida. (...) O fato de que a principal função do Estado seja a de proteger a existência e a estabilidade de determinada forma de sociedade não significa que não execute também outras funções de importância econômica. Pelo contrário, o Estado tem sido um fator de grande relevância no funcionamento da economia dentro da moldura do sistema de propriedade que garante". Sobre isso, ver também MOISÉS, A.J. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. *In Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1982.

(16) SIC - Serviço de Imigração e Colonização

SEPLAN - Secretaria de Planejamento

MINTER - Ministério do Interior

SPS - Secretaria de Promoção Social

INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária

CETREM - Central de Triagem e Encaminhamento

CDS - Coordenadoria de Recursos Sociais

FAS-GE - Fundo de Assistência Social do Gov.do Estado

(17) *In O fluxo migratório...*, *op.cit.* p.64.

(18) *Idem*.

(19) O FAS (Fundo de Assistência Social) foi fundado em 1968 e dirigido por Sílvia Maluf, esposa do então Governador de São Paulo. Segundo dona Sílvia, "o Fundo dispõe de verba própria e só tem conseguido êxito em seu trabalho devido à boa vontade da comunidade. Os empresários, segundo ela, têm demonstrado interesse, por exemplo, na formação e preparação de mão-de-obra. Muitos procuram o órgão pessoalmente, para fazer doações". FUNDO promove os carentes. *Folha de São*

Paulo, São Paulo, 7 mar. 1982.

(20) *In O fluxo migratório...*, *op.cit.*p.64.

(21) Subvenções essas distribuídas pelo Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções (CEAS), da SPS.

(22) As SPSs foram criadas em 1967, pelo Decreto nº 49.165 de 20/12, diretamente ligadas ao Governo do Estado. Entre as várias competências do órgão, constam: a prestação de assistência financeira a entidades do setor privado e às prefeituras municipais, no desenvolvimento inicial de centros comunitários rurais e urbanos; a prestação de assistência técnica a entidades sociais do setor público e privado, visando racionalizar e desenvolver seus recursos destinados aos serviços de amparo e readaptação social de migrantes, desempregados, trabalhadores volantes, mães solteiras, prostitutas, mendigos e velhos, em conjugação com a Secretaria de Negócios da Justiça e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil; a fiscalização de entidades beneficiadas ou não por recursos financeiros estaduais; a promoção de intercâmbio de informações e ajudas mútuas entre os setores públicos e os poderes (executivo, legislativo e judiciário), as associações representativas de classes econômicas e as entidades de natureza assistencial ou promocional, religiosa ou leiga. Cf. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Documento. Estrutura Administrativa do Estado*. Anexo. p.659-61. Grifos meus.

(23) FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas. Esta entidade é conveniada com diferentes entidades e empresas e promove Clubes de Mães, Clubes do Berço, assistência a menores, centros infantis, assistência aos idosos, recuperação e adaptação de prostitutas, famílias, etc.

(24) As formas pelas quais esse controle é exercido são explicitadas neste trabalho principalmente nos Capítulos 5 e 6.

(25) De acordo com Bick (*), Campinas tem a imagem de uma cidade muito caridosa. Prova disso é que a maioria dos 60 monumentos a campineiros homenageiam pessoas filantrópicas. Em 1900 existiam aqui pelo menos 60 associações voluntárias, 8 irmandades, 10 clubes sociais,

10 sociedades beneficentes, associações musicais e étnicas e as sociedades políticas, muitas das quais já desapareceram. Os maçons surgiram em 1867. O Lyons Clube, o Rotary Clube, Sorotimistas, Children's Aid Society e outros são ligados a grupos de fora, principalmente americanos. Nos anos 60, época de intensa industrialização, cresceu muito também a pobreza na cidade e o Rotary Clube promoveu uma pesquisa sobre o problema da pobreza e da mendicância na cidade e sugeriu o Fundo Unido (modelo americano). Daí nasce a FEAC, em 1973, como uma forma de racionalizar o processo de caridade na cidade. Quarenta e poucas entidades fazem parte da FEAC, contando com a ajuda da Prefeitura e da LBA. Seu orçamento é constituído por doações de horas de trabalho (salários), contribuições (chás, bazares) e 90% de contribuições de vendas no Shopping Center Iguatemi. A caridade local era, até 1940, predominantemente proveniente da Igreja Católica (Associação das Senhoras Católicas). Depois disso entraram associações particulares e de outras igrejas (protestantes e espíritas). Durante os anos de "abertura", as associações voluntárias proliferaram. Nos anos 60 houve uma tentativa de racionalizar cada vez mais o processo de caridade, fundamentada no paternalismo e na auto-ajuda. A concepção subjacente era a de que os pobres são marginais e precisam de ajuda.

(*) Mário Bick era professor visitante do Departamento de Antropologia Social da UNICAMP em 1983. Esses dados foram coletados durante o seminário sobre Associações Voluntárias em Campinas, por ele apresentado em setembro de 1983.

(26) Em 1981, o Albergue recebe uma média de 1.750 pessoas diariamente. Dos 24 funcionários desta instituição, 22 são da SPS e a verba que recebe é de 2 milhões de cruzeiros anuais. *Diário do Povo*, Campinas, 14 jul. 1981. Suplemento especial: Campinas 207 anos. p.5.

(27) *Idem*.

(28) EM CRISE, Albergue Noturno pode fechar. *Correio Popular*, Campinas, 8 jul. 1984, p.4.

(29) SOBRE a ampliação do Albergue Noturno. *Diário do Povo*, Campinas, 31 mar. 1984, p.6.

(30) ANT, C.L. & KOWARICK, L.A favela na cidade de São Paulo: último recurso de moradia. COGEP/PMSP. mimeo. São Paulo, 1980.p.23.

(31) Sobre a experiência de Lajes, ver: ALVES, M.M. *A força do povo. Democracia participativa em Lajes*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

(32) KOWARICK, L. Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho. In HOGAN, D. (org.) *Cidades usos e abusos*. São Paulo, Brasiliense, 1978. p.18.

(33) A Lei 3.348 de 07/10/65 dispõe sobre os requisitos mínimos para a aprovação de loteamentos e construções de casas populares. Sobre isso ver *Código de obras, zoneamento e produtos*. Campinas, EDITEC, 1980. p.42.

(34) PERLMAN, J. *op.cit.* p.237.

(35) Sobre a história de Campinas, ver MELLO PUPPO, C.M. *Campinas, seu berço e juventude*. Academia Campinense de Letras, nº 20, 1969. De acordo com o autor, a data da fundação de Campinas coincide com a revolucionária Queda da Bastilha na França, mas há dúvidas sobre a data verdadeira.

(36) Segundo MELLO PUPPO, C.M. *op.cit.* p.79, Campinas era conhecida como exemplo de maus tratos aos escravos, como se pode apreciar nesta quadrinha: "O Rio de Janeiro é Côrte/São Paulo é capitã/Campinas o purgatório/Onde os negro vão penã".

(37) Sobre isso ver PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1970, 12 ed. p.189.

(38) FURTADO, C. *op.cit.* p.126-7.

(39) MELLO PUPPO, C.M. *op.cit.* p.155.

(40) In *O fluxo migratório...*, *op.cit.* p.40.

(41) Em 1972, os planos para implantar um distrito industrial em Campinas já mobilizavam os grupos de interesses na cidade (o Prefeito Orestes Quêrcia, Honório Chiminazzo, Guilherme de Paula Leite e outros) além de empresários estrangeiros e nacionais. Sobre isso, ver *Correio Popular*, Campinas, 17 ago. 1972, p.3. Somente em 1978, no entanto, é inaugurado o DIC, abrangendo uma área de 8.000.000m², com possibilidade de ser ampliada em mais 3.000.000m², se necessário. *Correio Popular*, Campinas, 30 mar. 1978.

(42) *Idem*, 16 mar. 1978.

(43) Campinas é, ainda hoje, cercada por grandes fazendas que vão, aos poucos, sendo engolidas pela cidade. Entre muitas outras, destacam-se: Santa Genebra (850 alqueires), Santa Elisa (330 alqueires, Instituto Agrônômico), Chapadão (propriedade da União, Q.G.), Taquaral (31 alqueires, sede do IBC), São Quirino (250 alqueires), Rio das Pedras (hoje bastante diminuída pois teve uma parte loteada e outra foi doada ao Estado para instalação da UNICAMP), Santa Cândida (da mesma forma que a Rio das Pedras, teve uma parte loteada e outra utilizada para construção da PUCG).

(44) Campinas já tem um contingente de 43.251 "bóias-frias". Este número, segundo pesquisas da Prefeitura, só perde para Ribeirão Preto, com 52.898. *Diário do Povo*, Campinas, 23 set. 1984, p.7. Sobre o volume da produção agrícola da região de Campinas, ver Censo Agropecuário do IBGE, principalmente em relação ao algodão e café. In IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil - 1980*. v. 2, tomo 3, nº 19, 3^a parte.

(45) Singer do Brasil Indústria e Comércio Ltda.; Equipamentos Clark Ltda.; Pirelli S.A. Cia. Industrial Brasileira; Robert Bosch do Brasil; Mercedes Benz do Brasil S.A.; IBM do Brasil Indústria, Máquinas e Serviços; Stump & Schenelle do Brasil Ind. e Comércio Ltda.; Fairchild Semicondutores Ltda.; Henkel S.A. Indústrias Químicas; Construtora e Pavimentadora Lix da Cunha S.A.; Fornos Industriais Gunea do Brasil S.A.; Brasinka S.A. Ferramentaria; carrocerias para veículos, etc.

(46) Sobre os incentivos fiscais e a política salarial ver BOLAFFI, G. Nova política salarial e urbana: possibilidades econômicas,

alternativas operacionais e limites políticos. In VALLADARES, L.P. et alii (org.) *A habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p.167-76.

(47) "Entretanto, mesmo sem qualificação ou mal qualificados, parte significativa desta gente pode ser solicitada para o trabalho no setor de construção civil, na abertura de estradas, obras de saneamento, enfim, engajar-se em atividades que requerem apenas esforço braçal". In *A clientela do CETREM. op.cit.* p.19. Em seu trabalho sobre "marginalidade", KOWARICK mostra que a questão da qualificação pode ser ideológica, uma vez que, em muitos casos, boa parte das tarefas industriais pode ser executada com relativa facilidade. Muitos trabalhadores não realizam nenhum curso técnico, aprendendo a profissão "na prática". Requisitos como a adaptação à organização da empresa, acatamento aos regulamentos, responsabilidade, etc, podem ser usados na seleção, independentemente da competência técnica. KOWARICK, L. *op.cit.* p.165.

(48) SUSSER, I. *Norman street. Poverty and politics in an urban neighborhood*. New York, Oxford University Press, 1982. p.204.

(49) "O papel de empreendimentos estrangeiros no Brasil e demais países do nosso tipo, não é o de simples impulsionador e iniciador do desenvolvimento industrial. O objetivo de um truste instalado no Brasil, com suas filiais e subsidiárias e satélites, será fatalmente o de se expandir ao máximo, destruindo todos os obstáculos que se antepõem a essa expansão e captando em seu proveito os benefícios daquele desenvolvimento, na medida restrita em que ele se realizar. E que embora vise o lucro, este sistema está mais voltado para o controle e comando exercidos sobre atividades produtivas e mercado". PRADO JR., C. *op.cit.* p.327. Ver também OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981, p.18, que demonstra como o Estado, intervindo na esfera econômica, regulamenta o trabalho, os preços, os salários, os gastos fiscais, etc.

(50) Cf. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, Secretaria de Promoção Social, Departamento de Promoção Social. *Evolução do processo de concessão de uso das áreas ocupadas por núcleos de sub-habitação em Campinas*. 1981. p.1.

(51) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, Secretaria de Promoção Social. *Estudo e levantamento da realidade de favelas na cidade de Campinas*. nov. 1973. p.1.

(52) Levantamento sócio-econômico realizado em conjunto pela COHAB-Campinas, Divisão do Serviço Social e Secretaria de Promoção Social, Serviço de Assistência Habitacional. maio 1974. p.26.

(53) *Idem, ibidem*.

(54) Através de um projeto-piloto denominado "Operação Favela", a SPS efetuou um cadastramento e levantamento de dados nas três maiores favelas da cidade, "a fim de detectar fatos que possam contribuir para esclarecimentos sobre o fenômeno do crescimento desordenado de barracos. (...) Todos os programas e atividades do SPSHU deverão ter como objetivo comum a conscientização da mudança habitacional" (grifo meu). PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, Secretaria de Promoção Social. *Operação favela*. 1979. p. 1 e 43.

(55) *Idem, ibidem*.

(56) Sobre as aparentes mudanças políticas no setor social, ver: VALLADARES, L.P. A propósito da urbanização de favelas. *In Espaços e debates. Revista de estudos regionais e urbanos*. Ano I, nº 2, maio 1981. São Paulo, Cortez. p.5-18. _____. Favela política e conjunto residencial. *In* BLAY, E.A. (org.) *A luta pelo espaço urbano. Textos de sociologia urbana*. Petrópolis, Vozes, 1979. p.109-24.

(57) *O fluxo migratório...*, *op.cit.* p.38.

(58) Segundo SINGER, é difícil precisar o momento da aparição das CEBs no Brasil, mas em 1960, jovens ligados à JUC (Juventude Universitária Católica) e à JOC (Juventude Operária Católica) infiltravam-se pelos bairros de periferia fazendo um trabalho de conscientização, introduzindo formas de vida comunitária baseadas em valores cristãos de igualdade e solidariedade. A formação desses pequenos grupos relacionava-se com a falta de clero e também com o impasse entre duas soluções pastorais: a manutenção de paróquias de corte territorial e eixo laical

e a Ação Católica especializada de corte ambiental e eixo laical. A desativação quase repentina dos movimentos da Ação Católica especializada (pós-64) de certa forma obrigou a Igreja a buscar outros caminhos. Em 1965, o Plano Pastoral de Conjunto estimulava abertamente a renovação das paróquias pela criação do que já se denominava Comunidade de Base. O Concílio Vaticano II já incitava a reunir "o povo de Deus". Além disso, a expansão de outros credos, como o espiritismo kardecista, a umbanda e outros, de larga aceitação popular também influenciaram para o florescimento das CEBs. Em 1968 houve o II Encontro do Episcopado Latino-Americano (CELAM) em Medellín e depois houve Puebla (México), onde a Igreja fez a "opção pelos pobres".

Cada CEB se constitui num pequeno grupo de cristãos (sacerdotes e leigos), em torno de práticas litúrgicas, práticas de ajuda mútua e de solidariedade aos mais necessitados, ao lado de outros indivíduos e grupos de diferente inspiração ideológica, em prol de objetivos gerais de libertação.

Cf. In SINGER, P. & BRANT, V. (org.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980. SINGER, P. Movimentos de bairro. p.83-107. CAMARGO, C.P.F.; MUNIZ DE SOUZA, B.; PIERRUCCI, A.F. de O. Comunidades eclesiais de base. p.59-81.

(59) Esse programa foi financiado pela COHAB-Campinas através de recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH).

(60) *Texto da SPS*. ago. 1979. mimeo. Também NÚCLEO residencial no DIC. *Diário do Povo*, Campinas, 31 maio 1979.

(61) FAVELADOS dependem do prefeito. *Diário do Povo*, Campinas, 30 maio 1979.

(62) *Correio Popular*, Campinas, 16 out. 1979.

(63) De acordo com Oswaldo Ferreira (Diretor Financeiro da SPS), "169 lotes possuirão uma unidade embrião de 15m² como o primeiro passo para a construção da moradia pelo favelado. Entretanto, a maioria receberá apenas o lote, pois a COHAB não pode equipar todos os terrenos. (...) Além disso, o lote que já possui essa unidade será um pouco mais oneroso, sendo acessível a apenas uma parcela dos favelados". *Diário do Povo*, Campinas, 31 maio 1979. p.12.

(64) *Correio Popular*, Campinas, 30 mar. 1980.

* * *

ANEXO I

SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
ASSESSORIA TÉCNICA DE ESTUDOS E PROJETOS

ALGUNS SERVIÇOS PÚBLICOS E PARTICULARES EM FAVOR DO MIGRANTE NO
MUNICÍPIO DE CAMPINAS

- SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL - P.M.C.
SETOR DE TRIAGEM E ORIENTAÇÃO
Endereço: Avenida Anchieta, nº 200, 12º andar - Centro
Fone: 31.0555 - ramal 277
SERVIÇOS PRESTADOS: - Triagem e encaminhamento aos recursos da comunidade.
- PLANTÃO DE ATENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO DE CASOS - P.A.E.C.DA
SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL - P.M.C.
Endereço: Rua Regente Feijó, nº 593 - Centro
Fone: 8-9799
- ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS - PLANTÕES REGIONALIZADOS
 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL - 3 - AR 3
Endereço: Rua Luiza de Gusmão, nº 11 - Vila Nogueira
Fone: 51-1375
 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL - 4 - AR 4
Endereço: Rua Ibsen da Costa Manso, nº 312 - Castelo
Fone: 42-5310
 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL - 7 - AR 7
Endereço: Avenida das Amoreiras, nº 4001 - Campos Elíseos
Fone: 31-7806
- SERVIÇOS PRESTADOS:
 - Auxílio alimentar
 - Medicamentos
 - Roupas e Calçados
 - Óculos
 - Prótese
 - Aparelhos ortopédicos
 - Cadeiras de rodas - muletas
 - Auxílio funeral
 - Material escolar
 - Móveis e utensílios domésticos
 - Condução e ambulância
 - Auxílio financeiro
 - Passes urbanos, municipais e inter-es-taduais
 - Fotografias
 - Internação de menores em entidades es-pecializadas
 - Local para abrigar idosos
 - Local para pessoas desabrigadas
 - Orientação problemas familiares
 - Colocação em Centros Infantis, Parques Infantis, Creches
 - Inscrição para cursos
 - Colocação profissional, orientação tra-balhista
 - Documentação
 - Encaminhamentos médicos e odontolôgi-cos
 - Fornecimento de material de constru-ção.
- SOCIEDADE AMIGA DOS POBRES - S.A.P.
ALBERGUE
Endereço: Rua Barão de Parnaíba, nº 152 - Centro
Fone 31-2503
SERVIÇOS PRESTADOS:
 - Pernoite
 - Documentação
 - Colocação e emprego
 - Saúde
 - Internação hospitalar
 - Passes
 - Repressão à mendicância.

- IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS
Santa Casa de Misericórdia em convênio com a Faculdade de Ciências Médicas - UNICAMP
Endereço: Rua Benjamim Constant, nº 1657 - Centro
Fone: 8-8311
SERVIÇOS PRESTADOS: - Assistência médica e hospitalar
- Serviço de ambulatório
- Medicamento
- Terapia
- Raio X
- Outros.
- HOSPITAL MUNICIPAL "DR. MÁRIO GATTI"
Endereço: Avenida Prefeito Faria Lima, nº 340-São Bernardo
Fone: 31-7777
SERVIÇOS PRESTADOS: - Internação
- Assistência médica em todas as especialidades
- Atendimento de urgência (Pronto Socorro).
- PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS
Seccional de Assistência Jurídica
Endereço: Rua General Osório, nº 1480 - Centro
Fone: 8-4959 - 31-5160
SERVIÇOS PRESTADOS: - Assistência Jurídica
- MINISTÉRIO DO TRABALHO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Sub-delegacia do Trabalho em Campinas
Seção de Empregos e Salários
Endereço: Rua Ferreira Penteado, nº 196 - Centro
Fone: 31-7676
SERVIÇOS PRESTADOS: - Emissão de Carteira Profissional
- SERVIÇO REGIONAL DE RELAÇÕES DO TRABALHO
S.I.N.E. - Sistema Nacional de Emprego
Endereço: Rua Culto à Ciência, nº 56 - Botafogo
Fone: 8-9800 - 8-5599
SERVIÇOS PRESTADOS: - Colocação profissional
- Orientação trabalhista
- MOBIL
Balcão de Emprego
Endereço: Rua Regente Feijó, nº 593 - Centro
Fone: 8-0380
SERVIÇOS PRESTADOS: - Colocação profissional
- UTILIDADE PÚBLICA
Rádio Faixa do Cidadão
Endereço: Avenida Anchieta, nº 200 - 19º andar, sala 1912
Fone: 31-0555 - Ramal 247
SERVIÇOS PRESTADOS: - Utilidade Pública em Geral
- RÁDIO BRASIL S/A.
Endereço: Rua Benjamim Constant, nº 1214 - 5º andar-Centro
Fone: 31-5770
Balcão de Empregos
SERVIÇOS PRESTADOS: - Colocação profissional
Utilidade Pública
SERVIÇOS PRESTADOS: - Utilidade pública em geral
- Localização de familiares e amigos
- RÁDIO CULTURA DE CAMPINAS LTDA.
Endereço: Rua Benjamim Constant, nº 1214 - 3º andar - Centro
Fone: 8-0508
Balcão de empregos
SERVIÇOS PRESTADOS: - Colocação profissional
Utilidade Pública
SERVIÇOS PRESTADOS: - Utilidade pública em geral
- Localização de familiares e amigos
- RÁDIO EDUCADORA LTDA.
Endereço: Rua General Osório, nº 1031 - 21º andar - Centro
Fone: 31-1373
Balcão de empregos
SERVIÇOS PRESTADOS: - Colocação profissional
Utilidade Pública
SERVIÇOS PRESTADOS: - Utilidade pública em geral
- localização de familiares e amigos

Cidade já não comporta mais ritmo da migração

Campinas, "inchando" de gente e problemas

Campinas tremeceu e "inchou". E tudo contribuiu para isto, desde a duplicação da Anhanguera à construção de Vizecopos, da rodovia dos Bandeirantes, do Distrito Industrial. Campinas assumiu características metropolitanas. Já não consegue segurar a migração de 11 mil pessoas pobres que pastam anualmente pelo Albergue Noturno e enfrenta problemas de cidade grande, como a violência. Sua população já não tem mais tempo de amassar em casa. Mas progride...

E o número de "campineiros" aumenta, cada vez mais. Na década de 60, Campinas apresentou um dos maiores ritmos de crescimento no Estado: em cada 100 pessoas radicadas na cidade, 45 eram migrantes. A região encontrava-se em fase de expansão. Era uma das principais cidades de atração da população. Mas, no final dos anos 70, a "grande esperança" dos pobres e também de iludidas famílias da classe média começou a apresentar sinais de saturação e esgotamento demográfico, "incontrolável". Campinas conta hoje com 700 mil habitantes, 53% de todo o Estado (excetuando a Capital) e também com todos os problemas de um grande centro urbano aparecendo, sem previsão, de acordo com a chegada de mais e mais grupos migratórios. Não há uma política sequer à escala Federal, Estadual ou Municipal para controlar isso.



Migrantes chegam principalmente do Paraná, Minas Gerais e Estados do Nordeste



Muitos migrantes ficam sem empregos e locais onde morar

Cidade concentra mão-de-obra desqualificada

"Ao invés de analisar o homem como um membro de grupo de instituições complexas, passivamente o obediente às normas e pressões, o temporário é procurado e-lo como um ator que tenta manipular essas normas e estabelecer relações para seu próprio benefício econômico e social". É em clima dessa "teoria" que o estudioso Maria José Tull, autora de Antropologia Social da Unicamp, conseguiu reunir o significado real da vida dos favelados e não o significado de caridade que "extrapola o sentido de fazer o bem", das instituições que se ajudam a permanecer um centros urbanos.

Maria José passou seis anos estudando 25 famílias da favela do Jardim São Marcos onde descobriu, por exemplo, "Seo" Pedro e dona "Água" um casal com 13 filhos, quase todos casados e morando com a família num mesmo barraco: ou seja, mais de 40 pessoas numa única precária casa. Essa enorme família representa, segundo a pesquisadora uma amostra de como as instituições amparam e possibilitam estratégias para que grupos numerosos se mantenham em Campinas e que garantam, sempre, a mão-de-obra barata, a fácil multiplicação, por parte de políticos, religiosos e outros grupos de interesses.

Um exemplo disso ainda, como mostra o trabalho de Maria José, são os próprios funcionários contratados pelas instituições, a maioria, mulheres, não incentivadas, pelas instituições, a se tornarem líderes e até ganharem consciência mais crítica das possibilidades de ganho da família.

Para demonstrar a força das mulheres, quando uma moça singra os 15 anos, os pais se preparam para um cerimonial ritual de casamento: a maioria delas foge de casa com o noivo, evitando assim gastos com festas, reuniões (festa) de família, retornando quase sempre grávida, mas com o marido para o barraco. São bem recebidas, pois, além de terem sido formadas para essa cidade, ainda trazem para dentro de casa um homem, ou seja, mais uma mão-de-obra para sustentar os gastos familiares.

Ambedro político O trabalho de Maria José vai mais além. Em páginas de páginas já catalogadas e a constituir, de qual um ano ("no endereço") uma tese sobre a migração em Campinas, a estudiosa relembra, por exemplo, a eleição do então prefeito Francisco Amaral, em 1976 onde obteve a maioria dos votos da população mais carenciada da cidade principalmente por suas promessas de governo popular. A partir do governo de Chico Amaral é que começou um novo capítulo dentro das navegas de Campinas: o de conscientização política.

O contexto político da época, como acrescenta Maria José, permitiu ainda mais a proliferação dos favelados e as lutas pela não remoção dos barracos, fortalecidos pela resistência positiva dos moradores da favela do Jardim São Marcos, durante o governo de Chico Amaral. Até o dia em que os favelados do São Marcos não tinham se manifestado — e ganho a luta, inclusive com respeito à terra — essa população se autodenunciava como inócuos de um sistema. Após essa experiência de luta, os beneficiários de que fazem parte de um contexto social, chegando até a reivindicar a posse da terra, Afonso — da Maria José — em contato, "líderes" e "advogados" não tinham direito a terra do "estrangero" foi substituída por uma consciência mais crítica de que fazem parte da sociedade brasileira.

Maria José mostra ainda, no vasto trabalho de pesquisa e test, que as atuais favelas de Campinas cresceram em uma situação especial: grande parte delas, como por exemplo a São Marcos, Santa Mônica, Campineiros, estão situadas próximas à Fazenda Santa Gertrudes há plantação de algodão. Ou seja, mudaram a ideia de que favela era exclusivamente um fenômeno urbano. Agora, para maior sobrevivência de que migram para Campinas, o favelado fica entre o campo e a cidade.

"Ideal seria elaborar uma política para migração"

O problema da migração, em Campinas, está sendo considerado difícil pelo próprio secretário municipal de Promoção Social, Darcy Paz de Pádua, que após um período curto de férias, a primeira atividade iniciada por ele na Prefeitura foi a de estruturar de um seminario inédito, reunindo autoridades Estaduais e de outros municípios, para discutir soluções e verbas específicas. Segundo o secretário, o ideal, no entanto, seriam uma política definida em termos de migração, partindo do Governo Federal. "Se não existe, em âmbito federal, um planejamento sobre o crescimento das migrações, é muito difícil ainda de fazer, por parte de municípios, ações concretas, como Campinas", acenou em tom crítico.

Na verdade, enumerando planos e prioridades, o seminario sobre migração, a ser realizado, possivelmente, no próximo mês, o secretário de Promoção Social acrescenta que, além de uma definição de âmbito nacional sobre a política de migração, é necessária a implementação de ações bem as atribuições do Estado dentro dessa mesma política "deixando de jogar os problemas ao município". Atualmente, como exemplo, o Estado tem se preocupado apenas com o problema migratório do Capital, através de consequências da migração para os municípios a cargo de suas administrações. Só que, mesmo assim, há um planejamento. Isso, critica, o começo do Ministério do Planejamento onde "a norma principal é a de não interferir nas medidas tomadas não de um dia para o outro e ninguém dirige nem a política de migração de quinta sem um planejamento correto".

De acordo com Darcy Paz de Pádua, nenhum município brasileiro está habilitado, não só para resolver problemas de migração, como para atender os migrantes. E uma curiosidade: os que chegam, agora, em Campinas, não são apenas famílias carências, mas da classe média, iludidas com a possível melhoria de vida na cidade quando, na realidade, "passará por privações lutas".

Este quadro alarmante de fluxo migratório no Estado — o reflexo de todo País — segundo o secretário de Promoção Social, está gerando dois problemas: a superpopulação em grandes centros urbanos, mas da classe média, iludidas com a possível melhoria de vida na cidade quando, na realidade, "passará por privações lutas".

Este quadro alarmante de fluxo migratório no Estado — o reflexo de todo País — segundo o secretário de Promoção Social, está gerando dois problemas: a superpopulação em grandes centros urbanos, mas da classe média, iludidas com a possível melhoria de vida na cidade quando, na realidade, "passará por privações lutas".



Favelas, geradas pelos favores de políticos e do Igreja

De Rondônia, chegam novos "campineiros"

Os migrantes que chegam a Campinas vêm de 145 locais, especificamente Paraná, Minas Gerais e Estados do Nordeste (em seqüência numérica). Em pouco tempo, segundo estimativa do Núcleo de Estudos de População de Campinas, os próximos a engrossarem ainda mais as fileiras da cidade — que possui já média de 40 mil habitantes — fora os 60% de migrantes entre os 700 mil campineiros, serão os de Rondônia. É por um simples motivo: conta a especialista do Núcleo, professora Neide de Pádua: "Exercer a ocupação de territórios é uma política que já está lá".

Como ocorreu no Paraná, ou em Minas Gerais, Goiás e Nordeste, os brasileiros enviados a Rondônia já começaram a sentir o peso de uma política mal estruturada que não lhes garante, como afirma Neide de Pádua, sobrevivência no local. Há 30 anos, por exemplo, frentes pioneiras se deslocaram para o Paraná puxadas pelas riquíssimas propriedades das culturas de café. Na última década, no entanto, segundo dados do próprio IBGE, mais de um milhão de pessoas já saíram daquele Estado e a maioria, depois de se fixar em São Paulo — Capital — começou a se expandir para o Vale do Paraíba, Curitiba e Campinas.

No Centro-Oeste (Goiás), ocorreu a mesma coisa: as pessoas que migraram para lá nas décadas de 50 e 60, buscando vida nova com a inauguração de Brasília e a construção da estrada Belém-Brasília começaram a procurar melhores condições de vida em outras cidades, no sudeste, a partir da década de 70. No Pará, em todo Norte e em Rondônia, a fixação de grupos brasileiros é bem menor do que a que vem para São Paulo. No Norte, por exemplo, durante a última década teve a fixação de dois milhões de pessoas. Esse mesmo número entrou somente na área metropolitana de São Paulo durante o mesmo período.

Essas correntes migratórias já fixas na história e apontadas as províncias de áreas do interior do Estado, que também estão expulsando os trabalhadores rurais — por falta de uma política que possibilite-lhes pelo menos a sobrevivência — como por exemplo, de Matão, além de estar formando vastas áreas de estagnação rural, estão possibilitando cada vez mais, segundo o Núcleo de Estudos da População, "que as formas de migração continue impulsionando transformando-se num dos maiores problemas já ditaminados em toda história do País".

Em dez anos, quadro de violência e miséria

Em tempo de dez anos, Campinas poderá se transformar numa potência de violência, miséria, fome, assistência precária na área de saúde e de muita mão-de-obra barata. Esse quadro de caos, pintado principalmente pelas péssimas condições de vida em outros Estados brasileiros que obrigam uma intensa migração às cidades onde, acredita-se, "há esperança" de sobreviver, é apontado pelo especialista Neide de Pádua, do Núcleo de Estudos da População como o mais próximo da realidade de Campinas já em 1980. E mais: isso tem de ocorrer, como ela alerta, se houver implantação imediata de mudanças políticas drásticas e radicais em todo País.

Para se ter um idêa, o saldo de migração em Campinas aumentou em cerca de 240% em relação à época anterior. Da seja, as pessoas provenientes de outras regiões sobre o País representam, hoje, 50% dos habitantes de Campinas. Mesmo que essa proporção não aumente, em 1980, serão 600 mil migrantes instalados praticamente em barracos de favelas entre um milhão de campineiros.

A situação é tão crítica que, em clima da migração elevada a Campinas, nos últimos anos, outra estudiosa, desta vez, a autora de Antropologia Social da Unicamp, Maria José Tull, após estudos e numa pesquisa ampla e minuciosa, a partir de 1976, nas 44 atuais favelas de Campinas, onde demonstra: 80% dos seus habitantes são migrantes. Mais que isso: eles não se fixam e formam famílias, além de atraírem parentes ou conhecidos mais próximos, por auxílio intencional de instituições de caridade, de políticos e de própria Igreja. "É a única forma de garantir a mão-de-obra barata e rotativa", explica Maria José, explicando que a sua pesquisa, antes restrita apenas ao fato da migração em Campinas, cresceu a tal ponto de mostrar que os migrantes, embora considerados como investidores e marginalizados "chegam e se fixam aqui apenas por causa de aparato de instituições. E que as famílias constituem-se, daí, num aspecto político que toda querem abocanhar".

RECLAMAÇÕES

O DPTO DE ASSINATURAS ATENDERÁ A RECLAMAÇÕES NO SEGUINTE HORÁRIO: DAS 8 ÀS 18 HORAS-TEL: 32-5200/31-2928

LIDER OFERTA DA SEMANA

Rádio-Relógio Digital Eletrônico Philco

PHILCO

com 109000, com 185000, com 185000

LIDER CAMPINAS SUMARÉ

Instituições ajudam a formar grandes favelas

Para mostrar que os migrantes só se estabelecem num local se "ajudados" por políticos, Igreja e outros grupos de interesse, a pesquisadora Maria José Tull, autora de Antropologia Social da Unicamp, arremete de dados. Entre eles, por exemplo, o de multiplicação de verba de quadros de funcionários durante o auge da migração em Campinas, a partir de 1963. Para se ter uma idêa, entre 1963/65, a Secretaria de Promoção Social contava com três assistentes sociais e três estagiárias. Dez anos depois, em 1973/75, eram 30 assistentes sociais; seis psicólogas; dois sociólogos; um administrador de empresas; um administrador de empresas; 30 funcionários da categoria 2. A e mais 182 de categoria 2.0.

Sem criticar, porém mostrando sempre dados que indicam estratégias para garantir a mão-de-obra barata na cidade, Maria José aponta, ainda, o papel das instituições na manutenção de favelados em Campinas como um dos principais meios de provocar aumento das migrações. E ainda levanta a questão do interesse dessas instituições acrescentando que Campinas, por exemplo, é um cidade que teve um crescimento industrial muito grande, a partir da década de 70 e exatamente, desde desse período, é que a mão-de-obra barata começou a se intensificar possibilitando o estruturamento maior do Distrito Industrial.

Para Maria José, isso tem uma única explicação: "O Estado coloca-se sempre como intermediário entre classes sociais e empresas não só para possibilitar o desenvolvimento econômico também a mão-de-obra multi gerada e barata".

Exemplo disso, como acrescenta, é a "interligação entre os governos estaduais para transporte e fixação de migrantes nos pólos urbanos". O que é feito, por exemplo, através do "Trem da migração" que sai do Salvador, na Bahia, e parte para São Paulo, sendo gratuito. De lá, os migrantes são assistidos pelo Albergue Noturno, o Cefren — que encaminha para locais de moradia ou indicam empregos ou então para cidades com demanda social, como Campinas. Para que saiam de seus locais de origem também há um aparato institucional pelas condições precárias e que vivem, como pelos gatos — que lideram grupos de bôias-freitas —, parentes, amigos e vizinhos que ajudam nos deslocamentos que vai permitir a chegada e a fixação na cidade.

De acordo com a estudiosa da Unicamp, isso pode ser exemplificado ainda pelos índices de população urbana e rural no regime de Campinas. Em 1970, por exemplo, 335.756 moravam no centro urbano e 40.108 no rural; em 1980, o número dos que vivem na cidade duplicou para 612.733 e o de população urbana aumentou apenas para 53.374.

ANEXO III
 PEDIDOS DE REMOÇÃO
 ARQUIVO DA PREFEITURA DE CAMPINAS
 1979

"(...) Solicitar que se digne a mandar retirar os barracos existentes na rua "tal". Os moradores não suportam as inconveniências dos favelados, que não respeitam ninguém, destratando senhoras, dirigindo palavrões às nossas filhas e crianças. Tratam-se na maioria de desocupados e marginais".

Abaixo-assinado de moradores de um bairro de periferia.

"(...) Solicitamos providências para impedir que sejam encaminhados favelados a se localizarem em terrenos de nossa propriedade, loteamento "tal". Compreendemos a situação delicada criada pelo fluxo de famílias sem recursos que chegam a nossa cidade, mas acreditamos que existam outros locais da própria municipalidade, onde possa abrigar provisoriamente esses infelizes".

De proprietários de terrenos.

"(...) medidas, no sentido de melhorar ou, pelo menos, amenizar a difícil situação em que vivem aquelas pessoas".

Diretores de uma sociedade de amigos de bairro.

"Solicito interceder a Secretaria de Promoção Social, no sentido de retirar 7 barracos existentes no leito da rua "tal". Tal solicitação se faz necessária, uma vez que os barracos ali instalados trazem sérios problemas aos moradores da referida rua e impedem que se termine a abertura da rua, como também de se concluir as obras de instalação de água e de iluminação".

De um órgão da Prefeitura.

"(...) Cabe pois à Prefeitura, restabelecer a via pública, irregularmente privatizada pelos favelados, razão pela qual, requeremos

de V. Excia. que determine providências no sentido de retirar os barracos de sobre o leito da avenida 'tal' ".

De proprietários de loteamento.

"Tendo em vista a construção de nossa sede, à rua 'tal', no bairro 'tal', viemos à presença de V. Excia. solicitar a remoção dos favelados da referida área".

Entidade pública.

OBS.: os pedidos de remoção eram guardados em arquivo especial, pois eram considerados confidenciais. Por isso, só tive acesso a eles de forma indireta.

CAPÍTULO 2

DE MIGRANTES A FAVELADOS

A intenção neste capítulo não é a de fazer apenas a simples descrição de uma favela de Campinas, como local de pesquisa em si, mas a de mostrar, através dela, os processos que aí ocorreram, à luz de um contexto específico e de problemáticas mais abrangentes. Neste sentido, a favela de São Marcos deve ser vista como representando o "contexto real", para se entender o cotidiano de migrantes rurais no cenário urbano.

Por suas características geográficas - entre o campo e a cidade - a favela de São Marcos propiciou o estudo de condições específicas de trabalho de seus moradores, pois muitos encontram aí uma dupla opção: o trabalho rural e urbano. Isso pode, a meu ver, facilitar a difícil fase de che-

gada e adaptação dos migrantes rurais ao sistema urbano-industrial, diminuindo, por outro lado, os problemas causados pelo desemprego e pela alta rotatividade adotada pelas empresas, uma vez que essa mão-de-obra pode ser absorvida sazonalmente em sua circunvizinhança agrícola.

Por ser uma das maiores favelas da região, apresentando sérios problemas sociais, ela foi, durante o tempo da pesquisa, alvo de benefícios e ajudas fornecidos por órgãos públicos e entidades assistenciais locais, tornando-se um local privilegiado para a análise da assistência institucionalizada em Campinas.

Dentre os moradores desta favela, privilegiei para estudo o grupo doméstico extenso dos Gomes, composto de quatro gerações e fragmentado por sucessivas migrações. Neste capítulo focalizo sua chegada a Campinas, analisando as mudanças em estruturas de unidades domésticas e as estratégias de fixação definitiva ao meio urbano.

1.

A FAVELA DO SÃO MARCOS

O loteamento do Jardim São Marcos começou por volta de 1965, de acordo com o relato de antigos residentes⁽¹⁾, quando algumas casas começaram a ser construídas nos terrenos ainda não demarcados do bairro que estava se formando. A aprovação da planta do loteamento, pela Prefeitura, só se deu em 1970, legalizando a utilização do espaço já ocupado, como é comum acontecer⁽²⁾. O bairro Jardim São Marcos, distante cerca de 9km do centro da cidade, localiza-se entre a Fazenda Santa Genebra⁽³⁾ (algodão e café), o bairro Jardim Campineiro, a propriedade do CEASA (Central de Abastecimento Hortifrutigranjeiro), o Aeroclube do Campo dos Amarais e o Jardim Santa Mônica, separando-se destes dois últimos pela Via D. Pedro I (anel viário). Esta estrada foi construída em 1970, para fazer a conexão entre a Via Dutra e a Via Anhanguera, duas das mais importantes rodovias paulistas (ver MAPA 2).

Até 1969, os três bairros adjacentes (Jardim São Marcos, Jardim Santa Mônica e Jardim Campineiro) apresentavam sérios problemas por falta de infra-estrutura urbana e serviços essenciais. Não tinham água, iluminação pública, asfalto, coleta de lixo e o transporte era muito ineficiente⁽⁴⁾.

A implantação de algumas indústrias na área e a construção da estrada ajudaram o desenvolvimento desses bairros, aumentando a demanda de equipamentos e serviços urbanos.

Várias linhas de ônibus passaram a circular, facilitando o acesso dos moradores tanto ao trabalho quanto aos serviços que a cidade pode oferecer.

O estímulo à indústria nessa redondeza acarretou o aumento da oferta de emprego e, conseqüentemente, da população do São Marcos e dos bairros vizinhos, atraindo para ali uma população que foi, pouco a pouco, instalando-se nas favelas dos três bairros. Melhoramentos e serviços foram sendo criados em conseqüência dessa expansão. Nos anos 70, os moradores dos três bairros já contavam com um cemitério (dos Amarais); igrejas de diversos cultos (Igreja Católica do Santa Mônica e Assembléia de Deus, Tenda São Jorge Guerreiro e Assembléia dos Santos, no São Marcos); um poço artesiano e reservatório de água a ser distribuída em vários bairros (SANASA, São Marcos); fábricas de pequeno e médio porte (Campineira de Doces, Agrocan Fertilizantes, Resil, Iso-pol-Resinas, etc); escolas (Santa Mônica-EEPG 31 de Março - 1969, São Marcos-Pe. José Vieira Ehremberg, Jardim Campineiro-EEPG Castinalta de Barros Melo Albuquerque, Escola de Química Industrial, Escola Técnica Estadual Conselheiro Antônio Prado, etc); o CEASA (1972), para atender a quase 2 milhões de pessoas; um aeroclube, que atrai o turismo. Além disso, havia também vários postos de assistência social, entre os quais destacamos:

1. Deus é Caridade - Cenáculo Empreendimentos Sociais Católicos, Centro Assistencial - 1974.

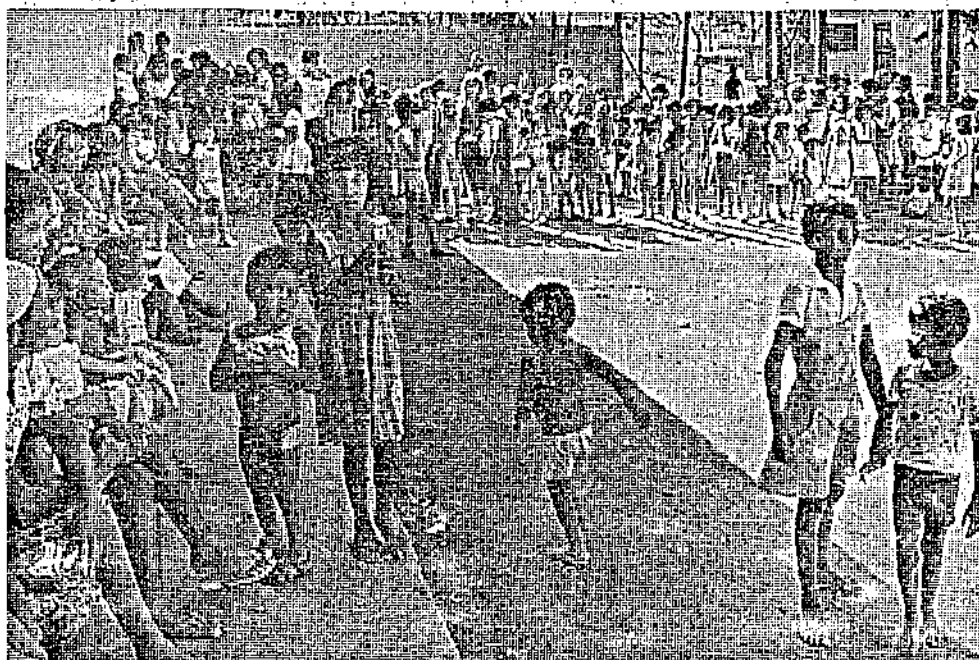
2. Centro Comunitário Cristão Santa Mônica (Igreja Católica), mantido por voluntárias da União Cristã Femi-

nina, contando com subvenção pública e privada (FEAC), oferecendo serviços à comunidade, tais como clubes de mães, auxílio e orientação a gestantes, Centro de Educação e Alimentação (CEAPE), assistência às mães analfabetas, descalças, etc ⁽⁵⁾. Neste Centro foram iniciados os trabalhos da Comunidade de Base (CEB) local ⁽⁶⁾. Deste trabalho resultou, em 1979, a formação da Associação de Moradores das Favelas São Marcos, Campineiro e Santa Mônica. Segundo a Irmã Cida, a maioria dos freqüentadores dessas reuniões eram mulheres, pois os homens diziam que "religião é coisa de mulher".

3. O Movimento Espírita Maria Rosa - "Sopa" ou "Grameiro" - também presta assistência aos carentes da redondeza, distribuindo roupas, calçados, remédios e sopa ⁽⁷⁾.

PLANTÃO DOS BAIRROS

*No Jardim Campineiro:
2 mil pratos de sopa
são servidos por dia*

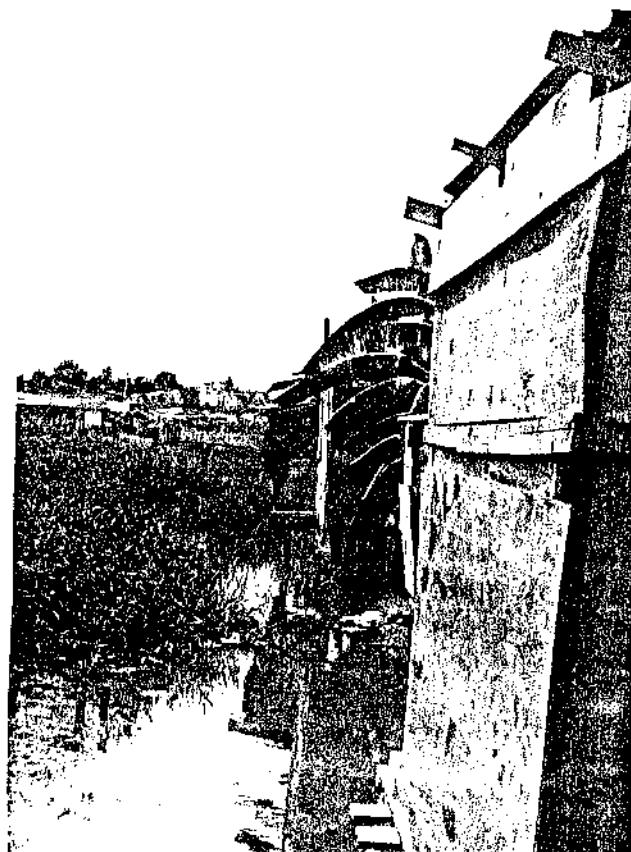


Apesar de aparentemente bem servida por tantas entidades, somadas aos próprios órgãos de assistência social do Governo, que prestavam auxílio e procuravam, através da assistência, compensar a ausência ou a ineficiência de serviços básicos, a população da favela de São Marcos vivia em condições precárias. Essa situação se devia tanto às condições físicas de onde estava instalada como também aos baixos salários auferidos entre seus moradores.

O Jardim São Marcos ocupa uma área total de 554.500m^2 , dos quais 289.884m^2 foram divididos em lotes de 300m^2 , em média; $133.426,50\text{m}^2$ foram reservados para ruas; $75.788,50\text{m}^2$ foram reservados para praças, áreas verdes ou sistema de recreação e 5.022m^2 para passagens de pedestres, como determina a lei ⁽⁸⁾. Como geralmente acontece ⁽⁹⁾, o proprietário Ciro Fontão de Souza reservou os melhores pedaços da gleba para serem vendidos através da Imobiliária Campineira, deixando as encostas, baixadas, alagados, etc, para áreas consideradas de uso comum (municipais).

Um córrego pequeno circunda o loteamento, contornando a área próxima à Fazenda Santa Genebra. Cortando o bairro, mais ou menos no centro, outro fio d'água deságua no primeiro, tornando as áreas reservadas à municipalidade muito alagadiças. Por isso grande parte dos barracos têm problemas durante a época de chuvas (enchentes) agravados pelo fato de muitas fossas terem sido construídas sobre o córrego, aproveitando o "esgoto natural" da região. Além desse esgoto natural, outros bairros lançam detritos nesse córrego, causando uma séria contaminação tanto do córrego quanto do lençol d'água, disseminando muitas doenças. Em 1969, o São Marcos, o

Jardim Campineiro e o Santa Mônica foram escolhidos para amostragem de pesquisa sócio-econômico-sanitária, visando a elaboração de um plano de ação social (10). Um pouco mais tarde as condições sanitárias pioraram com o aparecimento de focos de esquistossomose, exigindo uma ação mais agressiva (11).

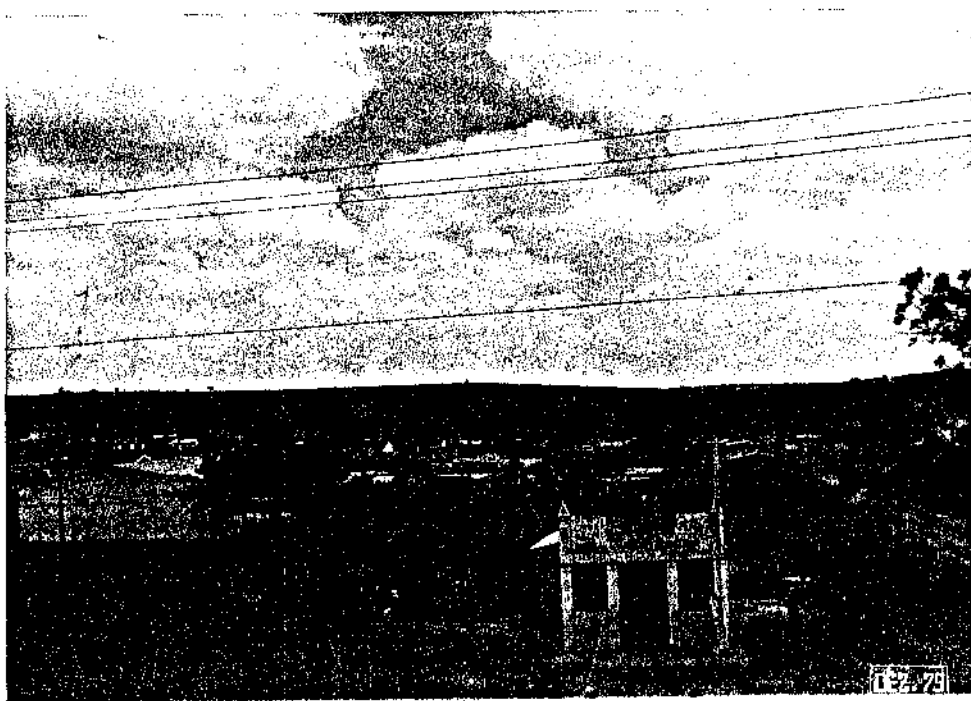


o "esgoto natural"

Foi principalmente nas áreas menos aproveitáveis do bairro e ainda não utilizadas para obras de interesse social, a não ser para a construção da EMPG "Pe. José Narciso Vieira Ehrenberg" e do reservatório da SANASA, que a favela do Jardim São Marcos se instalou. Não foi possível averiguar, com certeza, quando começou a construção dos primeiros barracos ou da "invasão", mas em 1969 os jornais já anunciavam:

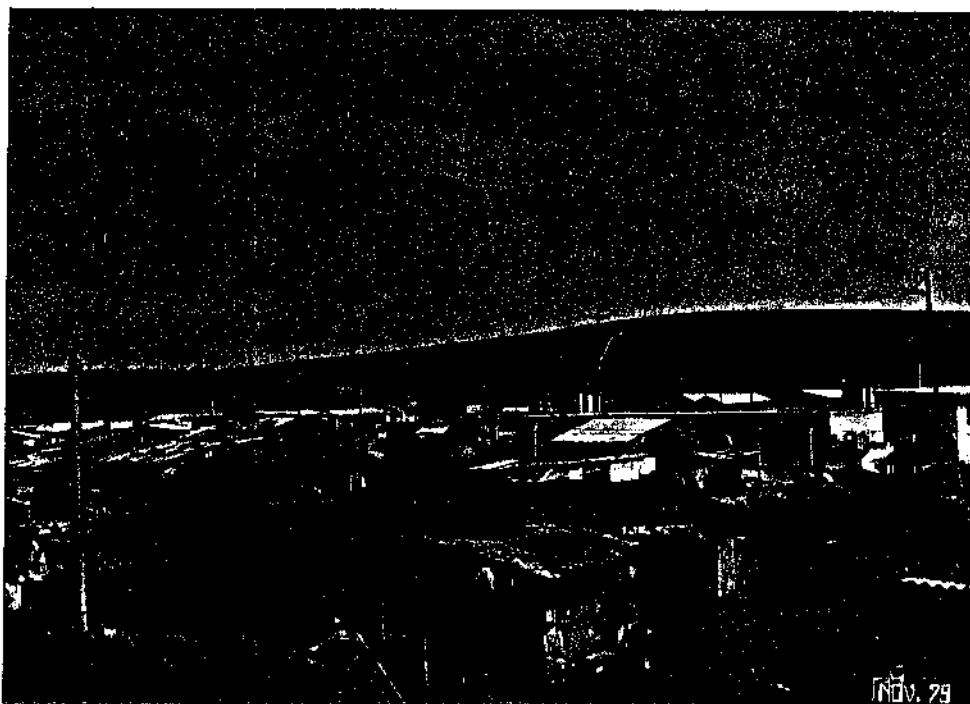
"No Jardim São Marcos existe um terreno da Prefeitura onde estão localizados muitos barracos. São tão precárias as condições que não dá para uma pessoa ficar em pé no barraco, mas moram 9" (12).

USO SOCIAL DA ÁREA PÚBLICA:



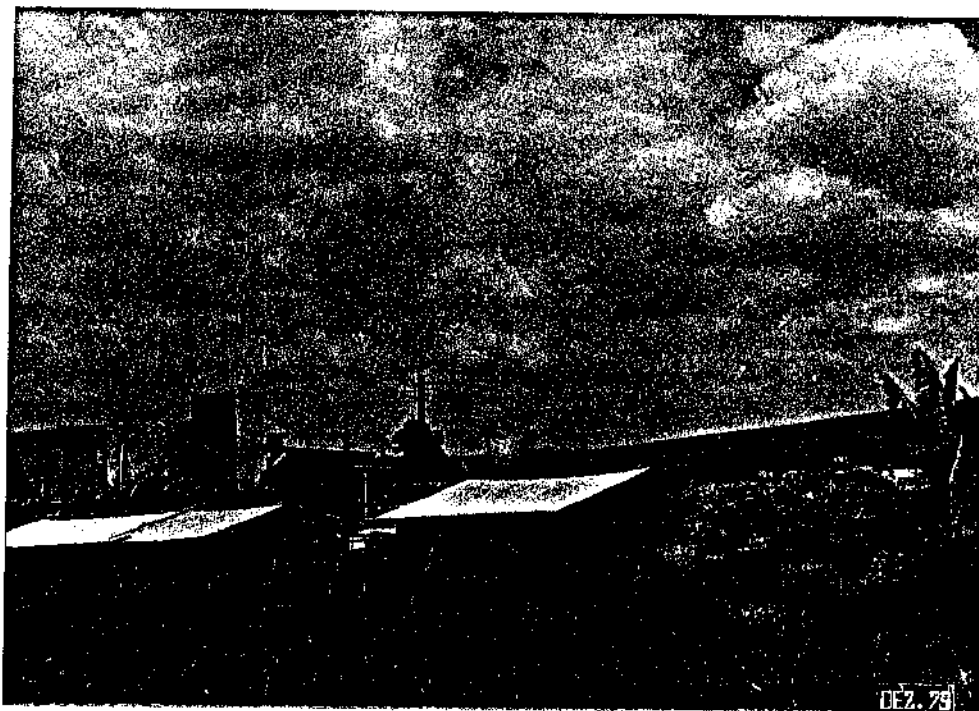
escola e igreja

USO SOCIAL DA ÁREA PÚBLICA:



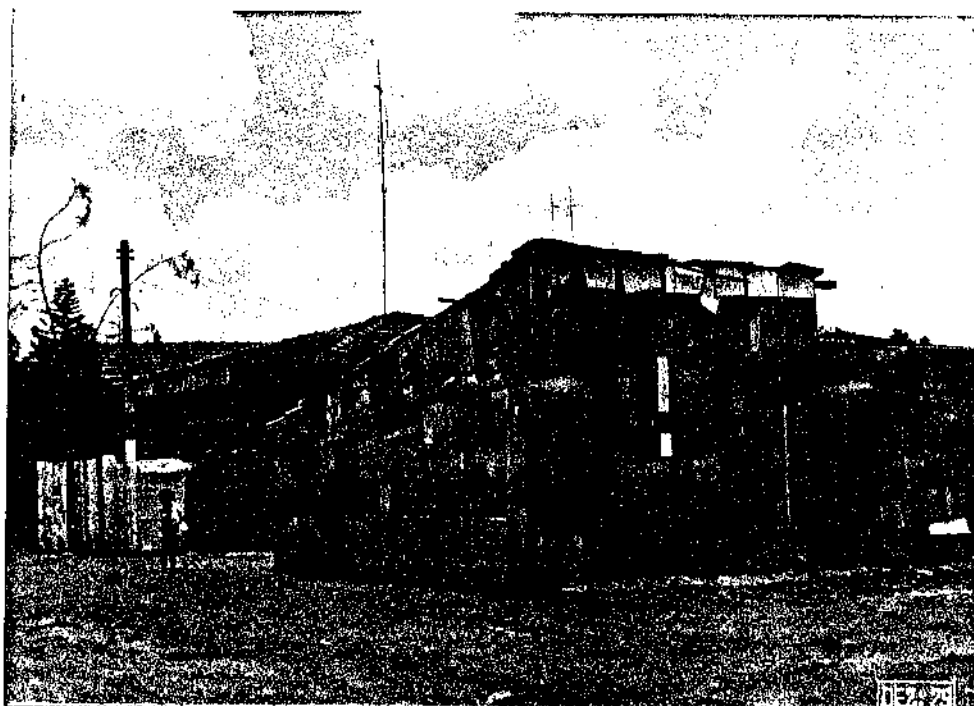
a SANASA: no bairro e na favela

A favela não se acha isolada, como um aglomerado circunscrito de barracos, mas está instalada dentro do bairro, ocupando as áreas disponíveis reservadas a praças no loteamento original. Está inserida ao lado dos terrenos particulares, ocupados por estabelecimentos comerciais, igrejas, escola, residências (ver MAPA 3, ao final deste volume).

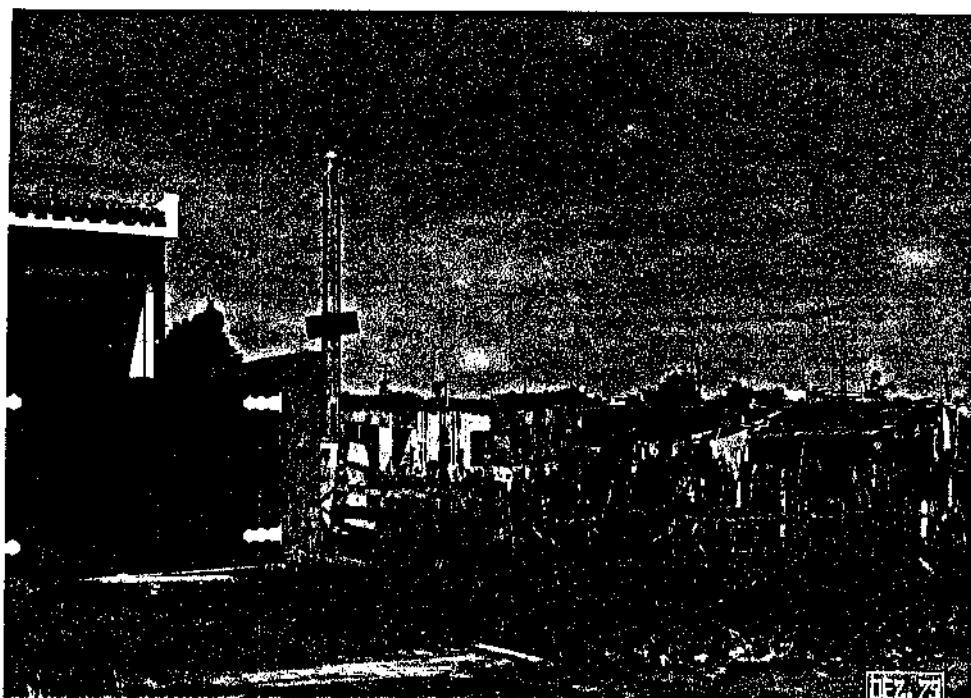


favela e bairro: os limites marcados pela
propriedade privada

Por ser um bairro proletário, muitas das residências são também de madeira, como os barracos da favela. Assim, uma das minhas primeiras dificuldades no trabalho de campo foi distinguir "bairro" e "favela". Algumas vezes bati em barracos e as pessoas me informavam que não eram faveladas.



"criatividade arquitetônica no bairro"
copiando a favela



"barraqueiros, mas não favelados"

Como a favela se expandia dentro dessas áreas municipais, a SPS, seguindo as glebas loteadas, dividiu-a em duas partes, como o fez em outras favelas, algumas sendo divididas até em três partes (a do Jardim Campineiro, por exemplo). O levantamento feito pela SPS em 1978 - "Operação Favela" (13) - considerou o São Marcos como uma única favela e o classificou como o maior núcleo do município, com 432 barracos e cerca de 2.500 pessoas. Alguns dados apresentados nesse documento sobre a utilização de equipamentos básicos pode dar uma idéia das condições de vida nessa favela:

a) Instalações Sanitárias (p.22)

FOSSA	Nº DE BARRACOS	%
própria	177	44,58
coletiva	146	36,77
descoberta	33	8,31
outros	22	5,54
2 opções	19	4,78

b) Água (p.23)

		Nº DE BARRACOS	%
de poço	próprio	164	41,30
	coletivo	163	40,80
	mina	9	2,26
encanada	própria	6	1,25
	coletiva	50	12,59
	cedida	5	1,25

c) Iluminação (p.24)

	Nº DE BARRACOS	%
elétrica	167	42,06
outros	230	57,93

De acordo com o mesmo documento, a população estava assim distribuída:

d) Segundo o sexo (p.27)

	Nº	%
masculino	1.017	50,44
feminino	999	49,55

e) Segundo a idade (p.29)

	Nº	%
menos de 1 ano	126	6,25
1 a 6 anos	405	20,08
7 a 14 anos	420	20,83
15 a 19 anos	213	10,56
20 a 24 anos	187	9,27
25 a 29 anos	155	7,63
30 a 49 anos	343	16,99
50 a 59 anos	72	3,56
mais de 59 anos	69	3,42

Segundo esse levantamento, a população favelada é predominantemente jovem. 58,99% da população pesquisada nas três favelas está entre menos de 1 e 19 anos.

f) Segundo a renda (p.35)

SALÁRIOS MÍNIMOS	Nº	%
Um	70	17,63
Dois	172	43,42
Três	89	22,41
Quatro	31	7,80
Cinco	17	4,28
Seis	3	0,75
Sete	1	0,25
Oito	1	0,25
Nove	-	-
Dez	-	-
Doze	2	0,50

Segundo o critério utilizado, "a renda é constituída pela soma dos salários de todos os elementos maiores ou menores que exerçam atividade fora do lar, contribuindo para o orçamento doméstico" (14). Desta maneira, o cálculo indica que a renda *per capita* é de Cr\$ 740,15.

O critério de renda, utilizando apenas *salário* ou *emprego*, embora explicita questões importantes, deixa de fora muitas estratégias de mobilização de recursos que podem aumentar consideravelmente a renda doméstica. Como o trabalho das mulheres, dos filhos e os "bicos" ficam "invisíveis" para esse tipo de levantamento, pode-se chegar à conclusão de que a mão-de-obra feminina é omissa e que a população favelada não participa na produção (15).

Autores como BERLINK, FIGUEIREDO, VIANNA e outros (16) enfatizaram a importância do trabalho da mulher (remunerado por salário ou não) em relação à renda doméstica e à

produção social como um todo. E JELLIN ⁽¹⁷⁾ afirma: "A produção doméstica pode ser considerada como uma das formas de organização produtiva e intimamente vinculada às outras atividades existentes, neste caso, à produção simples de mercadorias, à empresa capitalista e à administração pública do Estado".

**g) Segundo o tempo de permanência
no município e na favela (pp.14-15)**

TEMPO	EM CAMPINAS		NA	FAVELA
	Nº	%	Nº	%
De 0 a 6 meses	50	12,59	108	27,20
6 meses a 1 ano	70	17,63	116	29,21
1 a 2 anos	61	15,36	58	14,60
2 a 3 anos	67	16,87	37	9,31
3 a 4 anos	43	10,83	23	5,79
4 a 5 anos	17	4,28	16	4,03
6 a 10 anos	55	13,85	29	7,30
11 a 15 anos	14	3,52	4	1,00
16 anos	20	5,03	2	0,50

Este item parece-me importante, pois a chegada recente em Campinas e na favela demonstra que a expansão desta favela, como de outras, ocorreu num momento de grande expansão da indústria (76/77), coincidindo também com o crescimento dos órgãos assistenciais públicos, privados e religiosos na cidade.

h) Segundo a procedência (pp.7-8)

	ZONA RURAL		ZONA URBANA	
	Nº DE FAMÍLIAS	%	Nº DE FAMÍLIAS	%
Campinas	-	-	1	0,58
Outras cidades do Est.de S.Paulo	76	33,77	87	50,58
Outros estados	149	76,22	84	48,83

Ao considerar *procedência* o local onde nasceu apenas o chefe de família, este tipo de levantamento não valoriza a questão da mobilidade desta população, chegando à conclusão de que os migrantes migram em busca de melhores condições de vida. No caso da minha pesquisa, que enfatiza essa situação de mobilização, os dados mostram que esta população migra não somente devido a essas razões mas, sobretudo, porque passam a integrar os fluxos migratórios determinados pelas demandas econômicas.

Como a maioria dos moradores do São Marcos é proveniente das zonas rurais localizadas em "outros estados", pode observar, embora sem fazer levantamentos estatísticos, que um grande número de moradores era oriundo de Minas Gerais e estados do Nordeste. Mas como essa população vive sujeita a migrações sucessivas, devido às condições econômicas e climáticas da agricultura brasileira e à legislação referente ao trabalhador rural, o tipo de pergunta que o pesquisador faz pode influir no tipo de resposta conseguida. Por exemplo: "De onde você veio?" pode obter a resposta "do Paraná" (onde morou por um longo tempo). Se for perguntado: "De onde você

é?", a resposta pode ser "do Ceará". Um estudo de caso mais aprofundado, no entanto, pode revelar que ele (a) veio do Ceará (lugar de origem), morou em Pernambuco, no Piauí, na Bahia, no Paraná e em São Paulo. E que outros membros da família podem ter feito a mesma trajetória (conforme os laços familiares estabelecidos), compondo, assim, uma outra visão dos migrantes numa favela e da estrutura social que condiciona migração e favela.

Segundo LEEDS e LEEDS, os mitos que prevalecem sobre favelas sustentam que os moradores têm uma *organização social e valores altamente rurais* e são desajeitados e não familiarizados com os modos de vida da cidade. Categoricamente contradizendo estas idéias, os autores afirmam que "migrantes de todos os lugares, exceto dos povoados e áreas rurais mais estagnadas, experimentaram, continuamente, o processo de urbanização antes que tivessem deixado seus lugares de origem". Segundo eles, a concepção de *urbano* ou de *rural* é que é arbitrariamente julgada pelo pesquisador, ao perguntar o lugar de origem do morador, sem ter uma noção mínima da sociologia desses lugares. Assim, baseados na concepção de que, mesmo vivendo na roça, o fato de os latifúndios no Brasil serem "urbanos na sua organização e orientação, ou seja, sistemas essencialmente industriais orientados para os mercados, atividades e interesses na cidade", essas experiências imprimem ao migrante um "ethos" urbano. Por isso afirmam que apenas 5% dos migrantes nas favelas seriam "verdadeiramente rurais" (18).

Também examinando favelas no Rio de Janeiro, PERLMAN obteve outros tipos de informação sobre os migrantes e, ao

contrário dos LEEDS, mostrava que um terço dos pesquisados jamais ou poucas vezes tinha ido a alguma cidade em suas vidas e, portanto, quase nada tinha da experiência urbana mencionada pelos autores. "Das 244 pessoas provenientes de vilas, povoados ou roça, portanto, apenas 78 possuíam o tipo de experiência tida como padrão modal" (19).

Se, como diz DURHAM, "padrões sociais sobrevivem na medida em que persistem as situações que lhes deram origem, ou alteram seu significado para expressar novos problemas" (20), o importante é analisar essa população a partir de sua prática real, no contexto em que está inserida, e não nos restringirmos, na conceituação de urbano e rural, apenas à questão da origem.

No caso da favela de São Marcos e, aparentemente, de inúmeras favelas brasileiras, a maioria dos moradores são migrantes rurais, não porque vieram diretamente da roça, mas porque, apesar de estarem habitando a cidade, mantêm, através das atividades exercidas no campo, padrões e valores "tradicionais", com os quais enfrentam as novas condições de vida.

Para poder entender as estratégias adotadas por migrantes rurais na favela, constituídas muitas vezes de uma multiplicidade de valores urbanos e rurais, privilegiei, entre meus estudos de caso, o grupo doméstico de Pedro e Ana Gomes da Silva, composto de quatro gerações sucessivas, que, ao se deslocar por diferentes regiões do país em busca de melhores condições de vida, acaba por desvendar questões econômico-políticas que afetam a vida de milhares de outros migrantes na cidade.

2.

A CHEGADA DE UMA FAMÍLIA EM CAMPINAS: OS GOMES

Os Gomes chegaram a Campinas em 1976, após anos de migrações sucessivas, "em busca de melhores condições de vida", expulsos de diferentes regiões do Brasil pelas políticas econômicas implantadas e por uma série de desastres ecológicos, já comuns em algumas dessas regiões.

"Foi o destino que fez eu vim pra Campinas. Fui pro Paraná, que eu achei que era melhor mas não era, foi pior. Pior que no Crato. Lá, vivia da lavoura quando chovia. Chovia um ano e oito não chovia. No Paraná trabalhei 18 anos na lavoura, de empregado. Morava no sítio dos outro. No Crato trabalhava pros patrão também e pagava percentage pra eles (em espécie). O que ficava era pra comer. O algodão, quando dava muito, dava pra vender. Saímo do Paraná por causa do fracasso dos fazendeiro e dos sitiante" (PEDRO).

Chegaram em unidades conjugais parciais e foram, aos poucos, chamando os outros, numa sistemática recomposição familiar (que detalharei no **Capítulo 3**), acostumados que estavam a viver em conjunto, devido às condições de vida e de trabalho no campo e como uma estratégia frente às condições de vida na cidade.

A favela do Jardim Aeroporto foi o ponto de encontro da família nesses primeiros tempos, quando Pedro e Ana ali chegaram para encontrar irmãos que tinham vindo antes de-

les. As cartas que Pedro, Ana e outros parentes recebiam no Paraná eram cheias de recados sobre as possibilidades de emprego, de "confortos" e de "ajudas" que encontrariam em Campinas.

"Lá no Paraná o povo dizia assim que aqui tava bom demais, que o povo dava as coisa na porta. Nós até trouxe o rastelo proque tinha dinheiro, como lama" (ANA, rindo).

Nesse ano de 1976, após fortes geadas no Paraná, que dizimaram as lavouras de café, veio a família extensa de Pedro e Ana, com exceção de Bento, filho mais velho, que havia ficado no Nordeste quando a família migrou para o sul em 1948. Entre os filhos solteiros e casados, alguns netos e Mãinha, a mãe de Ana, eram ao todo 30 pessoas.

"Quando vim do Paraná, solteiro era só três mesmo: o Marcos, a Weneri e a Riselda. O resto era tudo casado. Aqui só casou a Izilda, mas já namorava o Milton, que nós mesmo criou, que é irmão de Graça. Pai de Graça é irmão de meu vêio (Pedro) e a mãe é minha irmã falecida. Izilda nasceu em Paranavaí (PR) em 1961" (ANA) (21).

Mas com eles vieram também Milton e Fátima, sobrinhos que Pedro e Ana criavam. Um grupo veio de ônibus e outro de trem, conforme contou Pedro.

"Uns vieram por conta própria, mas quase sem poder. E eu, sem poder, vim até de 'migração'. Eu vim de trem. Uma parte veio também, outra parte, que morava no interior do Paraná, veio de ônibus. E eu vim de 'migração' de Curitiba aqui. Fomo de Curitiba até Mairinque e de Mairinque até aqui" (PEDRO).

Conforme me contaram, era fácil conseguir passes de viagem na "migração" (Serviço de Migração e Colonização) para o Estado de São Paulo e, "estando no Estado de São Paulo mesmo, pode circular pra todo lado que é de graça, pra arranjar serviço" (PEDRO).

Logo nos primeiros dias da chegada, ficaram com os parentes no Jardim Aeroporto. Um grupo ficou com Raimundo (tio e irmão de criação de Pedro) e Liberalina (Nenê - irmã de Ana) e outro em casa de Francisco Pedro (irmão de Ana) e de Angelina, que já moravam nessa favela há mais de um ano. Alojaram-se ali, provisoriamente, Pedro, Ana, Mãinha e os filhos solteiros Weneri, Marcos, Riselda, Izilda e Tercila e os filhos casados com os respectivos cônjuges: Ariosvaldo, Graça (sobrinha) e um filho; Antônio, Raimunda (sobrinha) e 6 filhos; José, Maria (ex-vizinha) e um filho; Francisco, Maria Lucinda (sobrinha) e 2 filhos; Maria Raimunda, Francisco (sobrinho) e 4 filhos e Milton e Fátima (sobrinhos e filhos de criação).

Com a ajuda dos parentes, começaram logo a procurar um lugar para morar e serviço para os adultos, principalmente os homens. Conseguiram alugar um barraco pequeno, ali mesmo na vizinhança, enquanto faziam planos de construir o seu.

Logo foram informados das possibilidades de conseguirem seu próprio terreno com o pessoal da Prefeitura e, sem perder tempo, foram à Secretaria de Promoção Social, no Paço Municipal, conversar com "as moças da Prefeitura" e tentar obter informações sobre emprego, terreno e possibi-

lidades de doações de itens domésticos, conforme os próprios parentes afirmavam ter conseguido.

Pedro, os filhos, os sobrinhos e as mulheres aprenderam rapidamente a se locomover pelo centro da cidade, principalmente pelos lugares onde havia agências de apoio a migrantes. Não demorou muito e Pedro, apesar de seus 60 anos, conseguiu serviço na construção do Banco Francês, como vigia de obras e, depois, como armador (ferreiro). Apesar de ganhar salário mínimo (Cr\$ 2.200,00 na época), Pedro estava muito satisfeito, pois, segundo contava, era a primeira vez que recebia salário fixo. Na roça, ou mesmo nas outras cidades por onde passara, recebia sempre por empreitada ou em espécie, como os colonos nas fazendas ou sítios do Nordeste ou do Paraná.

Os filhos Luiz, José, Francisco, Antônio e Ariosvaldo e o sobrinho Milton logo se empregaram em obras de construção civil ou em firmas agrícolas. Como não tinham a documentação exigida pelas firmas, empregavam-se sem contrato de trabalho e ficavam enquanto durasse a obra ou até serem mandados embora por falta de registro. Alguns deles tiraram logo os documentos, através do PAEC, o que, de certa forma, garantia uma estabilidade maior no emprego, porque podiam ser registrados. A alta rotatividade existente nas empresas, no entanto, refletia-se nas dispensas contínuas de empregados, como aconteceu muitas vezes com vários membros da família. Mas um ajudava o outro quando alguém ficava desempregado e trocavam informações sobre as vagas existentes nas firmas.

Como mostra DURHAM, "a carreira do migrante fica condicionada, em grande parte, pela experiência ocupacional do grupo de relações primárias do qual participa". E, afirma, "um parente bem colocado é considerado uma agência de empregos" (22). Assim, houve épocas em que três dos filhos de Pedro e Ana, assim como outros parentes, chegaram a trabalhar na mesma firma (Cargill), constituindo, como no campo, quase que uma unidade familiar de trabalho.

"Entrei na Cargill porque um amigo meu (...) trabalhava lá. Eu pedi pra ele avisar nós da próxima vez que tivesse vaga. E ele arrumou. Adespois eu avisei pros irmãos. Eles pediram título de eleitor, reservista, identidade, CIC, chapa dos pulmão e eu arrumei tudinho" (ARIOSVALDO, filho de Pedro).

Também Gorda, Maria, Riselda e outras trabalharam simultaneamente na mesma empresa, carpindo nas épocas de limpa ou ajudando nas colheitas, durante as épocas propícias.

Ficaram cerca de 3 ou 4 meses no Jardim Aeroporto, enquanto se esforçavam para arranjar um lugar melhor para morar. E foi na AR-4 (Castelo) que conseguiram informações sobre a possibilidade de encontrar um outro lugar. Segundo Pedro, foi o "fiscal da Prefeitura" quem indicou a favela do Jardim Santa Mônica, onde havia espaço suficiente para construírem um barraco no qual coubesse toda a família.

Com a mudança da política de favelas em Campinas, a partir de 1977, e o rápido crescimento desses núcleos na cidade, a SPS passou a dar instruções no sentido de orientar a ocupação de terrenos públicos por migrantes, que che-

gavam aos milhares, ou reorientar aqueles já estabelecidos e que precisavam ser transferidos para outros lugares. A entrevista da então secretária da SPS a um jornal confirmava as novas atitudes da administração de Campinas:

"A Secretaria se responsabiliza por indicar locais para mudanças, providenciar transporte e, na medida do possível, pela reposição de madeira, quando estão danificadas". De acordo com essa orientação, ela acrescentava: "poderíamos, como algumas prefeituras, exercer mecanismos de pressão, que controlassem o crescimento de barracos e que podem ir desde o impedimento da construção de novos até uma destruição programada dos existentes. Os favelados mudariam para casas de aluguel, que não podem pagar, tornando-se nômades urbanos. Ou sacrificam a saúde e a alimentação pelo aluguel, ou se mudam de Campinas. Porém, o problema da habitação tem raízes profundas na problemática social. O favelado é, antes de tudo, pessoa humana e aqui aportou cheio de esperança e Campinas será porto seguro, sua terra prometida" (23).

A favela do Jardim Santa Mônica, nessa época, ainda era pequena e pouco habitada. O bairro em que a favela está inserida era tipicamente proletário. Havia por ali algumas pequenas fábricas, a Igreja Católica e seu Centro Comunitário, um Posto de Saúde e um comércio precário. Era servido por transporte urbano e água e luz elétrica, fornecidas apenas aos moradores de terrenos particulares. Por detrás do bairro estende-se a Fazenda Chapadão, que ficava coberta de algodão durante a safra.

Quando foram lá conhecer o local e sondar as possibilidades de construir o barraco, Ana e as mulheres do grupo perceberam as oportunidades de trabalho nessa região. Como, desde os tempos de criança, tanto os homens quanto as mulheres do grupo trabalharam em roça, ora no algodão no Nordeste, ora no café no Paraná e em outras colheitas, Ana contava que gostara dali porque já estava acostumada com aquele tipo de serviço.

A construção do barraco foi rápida. Fizeram um mutirão familiar com o material conseguido em parte na firma onde Pedro trabalhava e em parte na SPS. Pouco foi gasto de seus próprios bolsos, a não ser algumas "coisinhas", como dizia Ana sem explicitar o quê. Utensílios de cozinha, colchões velhos e outras coisas mais foram conseguidos na "Sopa", através de dona Vandir, do Centro Espírita.

"O barraco eu mesmo que fiz. As táboa eu ganhei na Feira do Mês. O mestre de obra me deu (Banco Francês), que eu trabalhava lá. Trabalhei sete mês. Então o mestre foi e me arranhou dois caminhão de sucata e então eu fiz uma catação e deu pra eu construir o barraco" (PEDRO).

O barraco era pequeno e precário, na rua 17, e apertadamente abrigava a todos os que com eles vieram. Furaram o poço e a fossa próximos ao barraco e começaram em seguida a mudar. A princípio só os filhos e os que já viviam com eles. Mais tarde, foram chegando Antônio, Maria e os 6 filhos, Neucina, seu marido Nivaldo e Zé Negão, que tinham sido vizinhos e afilhados no Paraná.

O fato de terem ido morar nas proximidades de uma

área agrícola, o que não se deu por acaso e sim por indicação do fiscal da Prefeitura, possibilitou uma série de vantagens dificilmente conseguidas na cidade, como o emprego dos filhos, o trabalho para as mulheres e crianças nas épocas de safra, a horta de subsistência no quintal da casa e o empréstimo de um pequeno pedaço de terra da Cargill. Francisco, Ariosvaldo, José e Luiz trabalhavam nessa firma, que era uma cooperativa agrícola, e haviam conseguido o empréstimo desse terreno para plantio de arroz e feijão para o consumo do grupo. A terra, que ficava temporariamente ociosa pelo sistema de rodízio de plantio, podia ser utilizada pelos trabalhadores interessados, sem custos e com a possibilidade de beneficiamento do arroz nas máquinas da própria empresa.

"Nós arrumou o pedacinho de terra pra plantar arroz, porque eu falei com o encarregado, o Dr. Adelmo, pra arrumar pra gente e ele arrumou. Tinha costume de dar terra pros empregado plantar. Tudo que é empregado lá empresta a terra. Mas esse ano eles não quiseram emprestar. Sô eu com meus irmão e meu cunhado Milton tá plantando" (ARIOSVALDO).

A princípio a produção era pequena, de arroz, cebola, alho e, às vezes, algum feijão. Com o tempo foi sendo aumentada, enquanto durou o emprego dos rapazes. Chegaram a colher cerca de 60 sacas de arroz, que foram distribuídas entre as diversas unidades conjugais vivendo sob o mesmo teto.

Ficaram nessa favela cerca de um ano, até que Pedro começou a receber cartas com ameaças de remoção. As ameaças não vinham da Prefeitura, como era de se esperar, mas de um proprietário particular, dono de muitas terras nessa

região, que se via ameaçado pela invasão de seus terrenos (24).

"Eu morava ali no Recanto da Fortuna e me tocaram de lá. Não sei se foi a Prefeitura ou o DER. Era carta todo dia, todo dia eu esquentei a cabeça e saí. Saí eu e seu Ave-lino" (PEDRO).

As remoções eram geralmente levadas a efeito pela SPS, que servia de intermediária entre os proprietários e os "invasores" de terrenos. Para os que não conheciam bem o bairro, havia uma certa indefinição em relação à propriedade da área. Ali, perto do leito da estrada, parte pertencia ao DER (Departamento de Estradas de Rodagem), parte à Prefeitura e o restante a proprietários particulares. E foi nessa última parte que Pedro e vários outros haviam construído seus barracos.

Com medo e furioso pelas ameaças, Pedro voltou à SPS para que o orientassem novamente sobre um novo local para morar. Depois de muitas idas e vindas à Prefeitura e das discussões em família, sobre uma nova mudança, a SPS, através de seus "fiscais", indicou a favela do Jardim São Marcos, do outro lado da estrada que separava os dois bairros.

Pedro conseguiu um bom terreno, pois, conforme explicou às "moças da Prefeitura", precisava de um terreno grande, onde coubessem os parentes e mais os amigos e vizinhos que haviam ficado para trás e que ele pretendia trazer para Campinas, "para ficar tudo junto, para trabalhar e dividir as coisas".

O terreno indicado ficava junto à EMPG "Pe. José

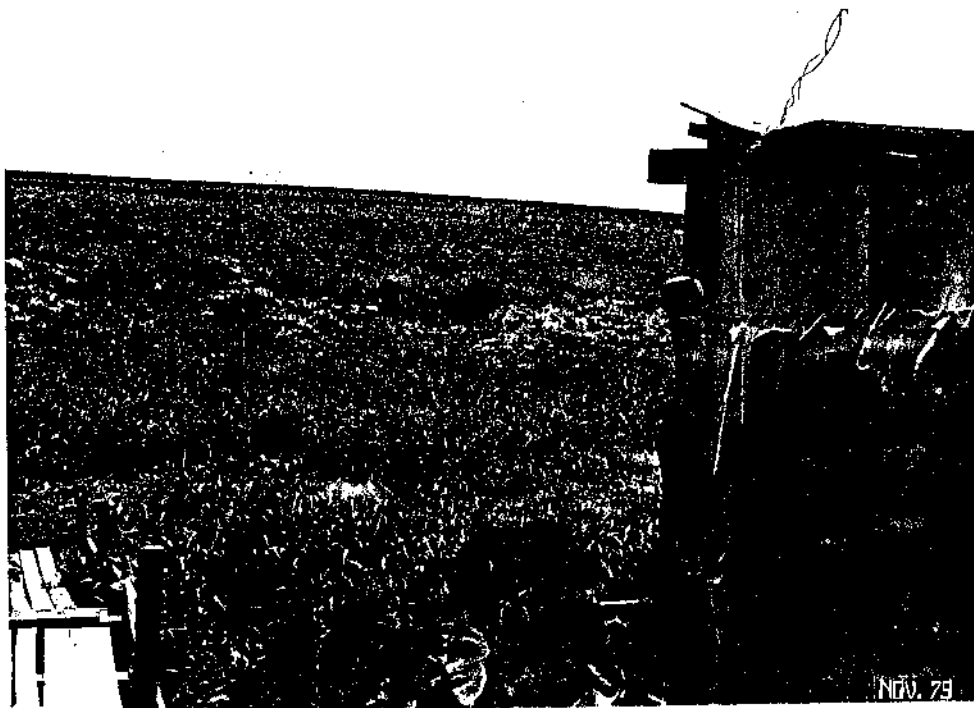
Narciso Vieira de Ehrenberg", logo no início da rua 9, na vasta área reservada à praça e uso social do loteamento, onde já haviam alguns barracos construídos.

Bravos e expulsos do Santa Mônica, desmontaram o barraco e, "com as táboas nas costas e com ordem da Prefeitura", como afirmava Pedro, atravessaram a estrada e se instalaram na favela do São Marcos.

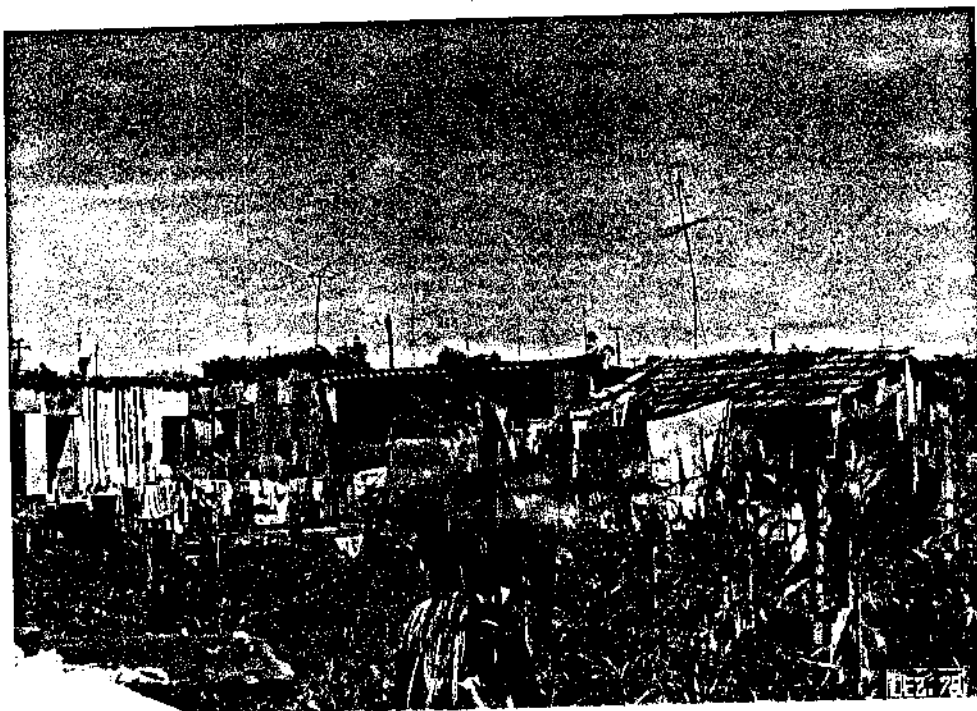
"Eu esquentei a cabeça e carreguei os pau de lá nas costa e fui no Castelo falar com o fiscal. Aqui (São Marcos), não tinha nada, só tinha essa barraca do seu Avelino, aí. Todos dois barraco é meu (divisão em dois cômodos). Esse daí foi eu que construí e esse aqui foi eu que construí. Construí pra meu filho, né? (Ariosvaldo). E aí cada um foi chegando e eu encaixando cada um no seu cantozinho" (PEDRO).

Da mesma maneira que na favela Santa Mônica, reconstruíram rapidamente sua casa e se alojaram ali com todo o grupo. Embora alagado, o terreno era bom e espaçoso e podia ser aproveitado para extensão da casa se fosse necessário. Cansado de receber cartas de despejo, Pedro dizia estar preferindo ocupar agora "terreno da Prefeitura", porque "dava menos problema e tinha mais segurança" (não remoção). Além disso, era melhor que no Santa Mônica, pois os terrenos da Prefeitura eram maiores, oferecendo mais área para a "invasão". E como a favela ainda não estava superpovoada⁽²⁵⁾, o grupo tinha a possibilidade de separar para si uma área maior do que a que tinham antes. Entretanto, como no Santa Mônica, não havia água encanada nem luz elétrica na área da favela. À noitinha, as casas ficavam às escuras, iluminadas

apenas com velas e lamparinas. A água utilizada era a de poços, construídos individualmente ou compartilhados pelas famílias, deixando à mostra uma água turva e contaminada. As inúmeras crianças brincavam por ali durante o dia, descalças, na lama e na poeira. O número de internações por verminose, desidratação, doenças pulmonares, etc, era sempre grande, como em outras favelas. E a escolinha, que muitas das crianças freqüentavam ali no bairro, exigia uniformes limpos, sapato e material escolar, difícil para os pais fornecerem.



"sō lavo roupa nos domingo, porque na semana
trabaio direto"



* * *

Acredito que a escolha dessa favela como local de minha pesquisa tenha sido fortuita. Mas suas características especiais acabaram por propiciar, juntamente com o acompanhamento através da ótica e das dificuldades de uma família, um vasto campo de indagações, uma vez que, apesar de ser um fenômeno urbano, situa-se ambigualmente entre o campo e a cidade. Essa localização condicionou, sem dúvida, uma série de estratégias de vida e de trabalho entre os migrantes rurais que se fixaram nessa ou em outras favelas com características semelhantes, como as duas favelas adjacentes.

No capítulo seguinte, buscarei no passado do grupo doméstico dos Gomes as condições econômicas e políticas que o levaram a emigrar de sua terra de origem, determinando sua expulsão do campo para a cidade. Contrariando a idéia de que a migração pode ser vista apenas como um projeto familiar ou individual, a história da vida de migrantes, como a dos Gomes, sugere uma outra perspectiva: a de que os trabalhadores seguem a rota do desenvolvimento.

NOTAS DO CAPÍTULO 2

(1) Sobre a história do bairro consultei arquivos de jornais e depoimentos de antigos moradores. Um deles foi Inês, moradora do São Marcos desde 1965, quando tinha 6 anos de idade. Contou que quando chegou lá só havia mato e seu pai construiu uma casinha de pau a pique coberta com zinco. Outra fonte de informações foi a professora Cleusa Luporini, da escolinha do São Marcos, que, juntamente com seus alunos, procedeu a um levantamento histórico do bairro, entrevistando antigos moradores. A partir desse levantamento, fizeram também um estudo sobre a violência no bairro, tema de interesse dos alunos da 4ª Série do 1º Grau.

(2) Segundo SANTOS, os loteamentos não obedecem uma regra rígida. A primeira divisão da terra é geralmente feita pelos proprietários que montam, para isso, uma imobiliária e contam com a conivência do poder público. Os primeiros lotes são praticamente dados aos moradores. Como são milhares de lotes em cada loteamento, primeiramente são comercializados os de difícil acesso e/ou instalados em terreno acidentado. Quando já há bastante gente morando no local, os melhores lotes são lançados e postos à venda a preços mais altos. Cf. SANTOS, C. N.F. Velhas novidades nos modos de urbanização. In VALLADARES, L.P. (org) *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p.17-47.

(3) Jandira Pamplona era, desde 1929, proprietária da fazenda e doou, em 1981, 251 hectares da mata natural da fazenda à Prefeitura de Campinas (doação prevista desde 1970). Uma das exigências da doadora era de que se mantivesse a integridade da mata, uma vez que muitos moradores costumavam buscar madeira para a construção de barracos, ou ameaçavam "invadir" a área. Cf. UM RETRATO de Campinas - 207 anos. *Diário do Povo*, Campinas, 14 jul. 1981.

(4) *Diário do Povo*, Campinas, 23 nov. 1969.

(5) No clube de mães, o primeiro passo era ensinar a

tomar banho, lavar os cabelos, ferver a água. Hoje, o clube de mães tem cursos de tricô, etc. Contando com um ambulatório, o Centro Comunitário procedia à vacinação e à orientação sanitária. Colabora também com a "Sopa" (ver adiante), complementando a assistência.

(6) A Comunidade Eclesial de Base do Jardim Santa Mônica, interligada às demais comunidades de base de Campinas, promovia, nessa época, um trabalho de evangelização e conscientização nas favelas. Desta maneira, estavam incluídas as favelas do São Marcos, Jardim Campineiro e outras, através de planos pastorais conhecidos como Plano Pastoral dos Jovens, da Periferia, das Vilas Operárias, etc. As Irmãs Cida e Lize e os padres José Luiz (pároco da igreja local) e Ferraro participavam da CEB/Santa Mônica formando, através da Pastoral da Juventude e da Pastoral Operária (das quais participavam João, TJ, Inês, Hervécio e outros), grupos de mulheres e de mães.

(7) A obra é dirigida por dona Vandir. No refeitório cabem, de cada vez, 250 pessoas. Recebendo subsídio municipal, o Movimento conta também com a ajuda financeira de outras entidades particulares (FEAC), com material arrecadado de empresas particulares (produtos para a sopa), com recursos e funcionários da Prefeitura e com o trabalho de voluntários, na maioria mulheres.

(8) Ver Nota 33 do Capítulo 1.

(9) Ver Nota 2, acima.

(10) *Diário do Povo*, Campinas, 23 nov. 1969.

(11) ESQUISTOSSOMOSE: Magalhães determina providências. Foco de caramujos no córrego Santa Genebra, que passa pelos bairros Costa e Silva, Miguel Vicente Cury e Parque Taquaral. *Correio Popular*, Campinas, 1979, p.11. Esse córrego vem desses bairros e chega ao São Marcos já poluído pelos detritos que vai recebendo em sua passagem.

(12) *Diário do Povo*, Campinas, 23 nov. 1969.

(13) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, Secretaria de Pro-

moção Social. *Projeto piloto operação favela*. Campinas.

(14) *Idem*, p.35.

(15) PESQUISA mostra o drama das favelas de Campinas: mão-de-obra feminina omissa e quase nenhuma participação na produção. *Diário do Povo*, Campinas, 12 abr. 1979.

(16) BERLINK, M.T. *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1975. p.128. FIGUEIREDO, M. O papel sócio-econômico das mulheres chefes de família numa comunidade pesqueira no litoral norte da Bahia. *Cadernos de debate*, nº 6. São Paulo, 1980. VIANNA, A.R. Estratégias de sobrevivência num bairro pobre em Salvador. In FARIA, W. & SOUZA, G.A. (org.) *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980. p.185-214.

(17) JELLIN, E. A baiana na força de trabalho: atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador. In FARIA, W. & SOUZA, G.A. (org.). *op.cit.* p.167.

(18) LEEDS, A. & LEEDS, E. O Brasil e o mito da ruralidade urbana. In LEEDS, A. & LEEDS, E. *Sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p.97 e 92, respectivamente.

(19) PERLMAN, J. *Os mitos da marginalidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.95.

(20) DURHAM, E. A dinâmica cultural na sociedade moderna. *Ensaio de Opinião 2 + 2*. Rio de Janeiro, 1977. p.33. Cf. também PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo, LTC/EDUSP, 1978.

(21) Minhas dificuldades iniciais em fazer a genealogia do grupo pode ser percebida nessa fala de Ana. Como Milton tinha sido criado por ela, aparecia para mim como filho, ainda mais que tinha o mesmo sobrenome, pois era filho de uma irmã de Ana casada com um irmão de Pedro. Assim como Milton, havia vários outros casamentos nas mesmas circunstâncias, dificultando o levantamento genealógico. Milton era,

ao mesmo tempo, sobrinho, filho de criação e genro. Como Izilda e Milton namoravam desde criança, na hora de enumerar os filhos solteiros, Ana não incluiu o nome de Izilda que na época da chegada do Paraná ainda não era casada.

(22) DURHAM, E. *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1973. p.186-211. Também HAREVEN chama a atenção para a questão do recrutamento de famílias para o trabalho, por indústrias têxteis, nos EUA. In HAREVEN, T.K. *Family time & historical time*. Cambridge University Press, Cambridge, 1982. p.366.

(23) FAVELAS ganham melhoramentos. É uma solução? *Diário do Povo*, Campinas, 31 dez. 1978.

(24) Em outubro desse mesmo ano, após várias tentativas de se livrar dos favelados do Santa Mônica, que haviam "invadido" seus terrenos, o ex-vereador Honório Chiminazzo mandou aterrar o local, tentando intimidar os favelados. MANDARAM soterrar a favela com o povo dentro. *Diário do Povo*, Campinas, 25 out. 1979.

(25) Entre 1976 e 1979 houve um aumento substancial da migração para Campinas, que coincidiu com os planos de expansão da indústria local, com secas no Nordeste e geadas no Paraná. A conjugação desses fatores foi, certamente, decisiva para a orientação do fluxo migratório para esta região. Segundo o documento da SPS, *Operação Favela*, eram levantados quatro barracos por dia nas favelas.

* * *

CAPÍTULO 3

**COM O PÉ NA ESTRADA: HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO
DO GRUPO DOMÉSTICO DOS GOMES**

Conheci os Gomes em 1978, logo após ter iniciado a pesquisa na favela do Jardim São Marcos. As primeiras incursões que fiz em seu barraco foram tímidas e cheias de desconfiança por parte deles que me perguntavam o que eu fazia e para que serviria o tal "estudo". Foi com eles que aprendi que um envolvimento afetivo entre as partes era fundamental para o nosso relacionamento e para a própria pesquisa, muito antes de ler qualquer coisa sobre "pesquisa participante" ou teorias sobre "neutralidade científica".

Os Gomes eram, nessa época, um grupo doméstico quase fechado em torno das atividades de seus membros, embora um ou outro participasse de atividades na comunidade, como

os jogos de futebol na vizinhança, a ida das mulheres e crianças à "Sopa", reuniões da Associação de Moradores e dos grupos de evangelização da CEB, promovidas nas favelas, das filas para conseguir material escolar e vagas na escola, etc.

"A gente ia na Associação, mas não todos, porque pra ir precisa acompanhar. Eu, pelo menos, a maior parte trabalhava direto nos domingo e as reunião era domingo. A gente mais novo empurrava o vêio (Pedro), que sempre encarou tudo" (MILTON).

Quando comecei o trabalho de campo, fui testemunha de que o número de pessoas que compartilhavam a casa, a renda, as tarefas, autoridade, conflitos e apoio do grupo, expandia-se, pois todos continuavam empenhados na recomposição familiar, tentando trazer para Campinas aqueles ainda separados pelas migrações e também os que haviam ficado no Nordeste.

Ali no barraco eram cerca de 40 pessoas, mas havia ainda os parentes que viviam em outros barracos e os do Jardim Aeroporto ⁽¹⁾, formando o que se poderia chamar, um grupo doméstico extenso, constituído em torno de uma parentela ⁽²⁾ na cidade.

Eram o que se poderia considerar um grupo doméstico extenso, não porque vinham da roça, mantendo valores ainda rurais, mas porque, no campo como na cidade, a recomposição das redes de parentesco era utilizada como estratégia para a obtenção de recursos e apoio mútuo, permitindo a subsistência e adaptação de seus membros à cidade. Nesse sentido, a recomposição das redes de apoio, assim como os casa-

mentos endogâmicos, recorrentes entre eles, promoviam a manutenção do grupo enquanto uma unidade de trabalho, de cooperação, de consumo, de socialização e de afeto, facilitando a vida no novo contexto.

Os Gomes, como eram conhecidos, eram também os da Silva, pois os casamentos ocorridos entre primos irmãos e parentes próximos acabavam fazendo com que, em muitos casos, houvesse coincidência de sobrenomes ⁽³⁾ (ver Genealogia dos Gomes). Originalmente lavradores, os Gomes mantiveram o mesmo tipo de atividade, que envolvia toda a família, mesmo quando migraram para cidades do Paraná e de São Paulo, onde o trabalho urbano foi, de algum modo, intercalado ao rural conforme a disponibilidade do mercado e das épocas de safra agrícola.

Assim, a história de vida dos Gomes no meio rural, pode explicitar tanto condições internas da organização familiar, quanto a de um contexto sócio-econômico e político específico, que direta ou indiretamente, acaba por marcar as vidas dos trabalhadores, ao mesmo tempo que é também marcado por elas. As histórias de vida que apresentarei adiante, não se esgotam em si mesmas, pois refletem a vida de milhares de outros trabalhadores migrantes rurais, colocados em situações semelhantes. Mas são, ao mesmo tempo, únicas, como histórias de vida, pois refletem a ocupação de seus membros, idades, ciclos de vida doméstica, número de membros na família, posição geográfica e tantos outros fatores que condicionam respostas, merecendo, por isso, serem entendidas a partir da problemática ampla que este estudo se propõe empreender.

A partir do estudo sincrônico e diacrônico dessa família e de outras, foi possível perceber um processo não linear de desenvolvimento familiar, muitas vezes determinado por fatores externos, como as políticas migratórias ou de desenvolvimento econômico, que influenciaram o que se poderia classificar como as fases do grupo. A primeira foi uma fase de atividades estritamente rurais, na primeira geração (pais de Ana e de Pedro e familiares); a segunda, um processo migratório, envolveu atividades urbanas, mas com predominância rural; e a terceira, envolvendo uma terceira geração, coincide com a chegada à cidade de Campinas, onde se estabelece uma nova perspectiva de vida, marcada por atividades urbanas e rurais, um cotidiano em favela e o despertar para reivindicações e direitos até então desconhecidos, como cidadãos urbanos que passam a ser definitivamente.

Como a história de vida de indivíduos desse grupo começou no Crato, Ceará, é para lá que se dirigem agora as nossas preocupações.

1.

A TRAJETÓRIA DE UMA FAMÍLIA

Em 1915, uma seca violenta assolou a região do Cariri, sucedendo à de 1914, que havia extinguido quase que totalmente os rebanhos, levando mais de 75.000 pessoas a migrarem, deixando para trás um enorme número de flagelados que se dirigiam para o Juazeiro ou para o Crato, como refúgio⁽⁴⁾.

Nesse ano terrível de seca, nasceu Ana Gomes da Silva, numa fazenda próxima ao Crato. No ano seguinte, nasceu Pedro Gomes da Silva, seu primo, em meio à extrema miséria que, em geral, acompanha as secas do Nordeste brasileiro. Como quase todos os outros na região, nasceram de famílias numerosas, já que o número de filhos era um fator importante em meio a tanta mortalidade⁽⁵⁾, pois quem tivesse poucos poderia acabar sem nenhum.

Os destinos do casal - Pedro e Ana - foram marcados por estreitos laços de parentesco, pois eram filhos de dois irmãos casados com duas irmãs, que eram primos entre si⁽⁶⁾. O casamento entre parentes próximos parecia ser muito comum entre essa população do sertão e na família de Pedro e Ana havia muitos casos como o de seus pais. Em alguns casamentos a mulher nem precisava mudar seu nome de solteira, pois já era igual ao do marido.

A coincidência de nomes e o tratamento dado aos parentes no grupo gerava, muitas vezes, confusão em nossas

conversas. A repetição de prenomes era muito comum. Descobri que o que acontecia era que, ao morrer um filho ou parente próximo, seu nome era dado a outra criança, como se apenas alguns nomes circulassem pela família. Nunca cheguei a me inteirar das razões para isto, pois eles próprios não davam explicação, diziam que "usava assim". Desta forma, havia duas Maria Riselda na família de Pedro e Ana (a primeira morreu) e duas Maria Raimunda. Entre os irmãos de Pedro e de Ana havia vários Pedro, acrescidos de um outro nome para diferenciá-los. Assim, havia Pedro Assis, José Pedro, Pedro (ego), Francisco Pedro, etc. Por vezes acrescentavam "Filho" ao sobrenome apenas para distinguir de um outro em geral da mesma geração, primo cruzado. Encontrei ainda o sobrenome Ferreira acrescentado com a mesma função. Outras vezes usavam o recurso de distinguir alguns homônimos tratando um deles por "da Silva" e não por "Gomes" (todos eram "Gomes da Silva"). Mesmo assim os equívocos permaneciam em meio a tantos Gomes que, além dos nomes, duplicavam também, com os casamentos intragrupo, as próprias relações de parentesco. Quando Pedro, por exemplo, falava de seu sogro, ora dizia "meu tio", ora "meu sogro"⁽⁷⁾. E geralmente ríamos muito quando, ao fazer os levantamentos genealógicos, eu concluía: "então são irmãos" e o pessoal se divertia por eu não compreender nada das transações matrimoniais internas. Sobre essa questão, Ana assim comentava o casamento de Izilda com Milton, primos cruzados:

"Nós queria o casamento, nós tudo queria, proque ele foi criado nos meus braço. E casar com estranho é perigoso".

O padrão de escolha de parceiros entre os membros

do próprio grupo era quase uma constante, aparecendo em sucessivas gerações:

"A mãe de Milton, minha tia Raimunda, casou com meu tio (Antônio), que é irmão de meu pai" (IZILDA).

"Pai de Graça é irmão de meu vêio e a mãe é minha irmã" (ANA).

"Gorda (Maria Lucinda) tá com a mãe no Jardim Aeroporto. A mãe dela é minha tia também. Nós é tudo parente" (MARIA PLANS).

"O filho da Nenê, o Pedro, casou com a Niça da Angelina, mulher do meu irmão Francisco" (ANA).

"Bento foi embora pro Norte. Duas filha dele casou e ficou. Uma casou com o Valdo, que namorava a Riselda".

"Maria da Penha é filha de Tonhão, meu filho, e de Raimunda Ferreira Gomes, minha sobrinha. Ela tá morando com Graça (tia). Ela não tá trabaiando não, tá só cuidando da casa pra Graça" (ANA).

"Minha sogra (Mãinha) tá no Aeroporto com a Nenê, irmã de minha vêia, mais o Tonho, meu filho, que é marido da irmã de Graça" (ANA).

"A filha de Angelina casou com Raimundo, meu filho. E Angelina é filha da irmã de mamãe" (NENÊ).

"A Maria, minha filha, tá morando num sítio perto da Rhodia, mais o Francisco que é irmão de Milton. Eles arrendaram terra lá" (ANA).

"A mais velha, a filha Tercila, casou com Marinho Ferreira, que é filho de um tio de minha vêia" (PEDRO).

"A Irene tá morando na Rua 9, nº 280. Ela casou com um primo meu, o Antônio, filho da irmã da mãe dela" (IZILDA).

"O Vicente casou com a irmã do marido da Irene" (MILTON).

"O marido da Maria, a Branquinha (Maria Plans), tá amigado com Penha (sobrinha dele), por isso ele batia nela e ela largou dele pra casar com um maloqueiro e perdeu os filho" (EULINA, vizinha).

De relatos como esses, foi possível estabelecer o quadro seguinte (GENEALOGIA DOS GOMES - OS CASAMENTOS ENDOGÂMICOS).

Pedro e Ana estiveram muito próximos durante toda sua infância e juventude, vivendo nos mesmos sítios ou na mesma casa, quase como irmãos.

Em 1928, com 12 anos de idade, Pedro foi com sua família para Juazeiro, onde seu pai, José Gomes da Silva, foi em busca de trabalho. Quando, após um ano, o pai de Pedro morreu, sua mãe, Francisca Liberalina do Espírito Santo, resolveu voltar ao Crato, onde o resto da família havia ficado. Entre eles, sua irmã, Raimunda Liberalina do Espírito Santo, mãe de Ana, com quem foi morar, segundo o costume da incorporação da viúva e dos filhos pelos parentes. Pois, como diz DURHAM, "a instabilidade do grupo doméstico que se fragmenta e se recompõe incessantemente, estando constantemente ameaçado de desintegração, por acidentes que ocasionam a morte ou incapacidade de um dos cônjuges, exige um grupo mais amplo de solidariedade" (8).

Sobre isso contava Raimunda Liberalina, ou Mãinha, como era conhecida, mãe de Ana:

"Lá no Norte tinha galinha, cabrito, porquinho e, às vezes, plantava uma covinha de feijão ligeiro. Lá nós arrendava terra do patrão e o que plantava dava pra comer. A minha família era grande, nove filhos; e vivo agora só é quatro. Nós sustentava duas irmãs viúvas do meu marido empencadas de filhos".

Os grupos domésticos, ligados por laços de parentesco, tendiam a ficar nos mesmos sítios, trabalhando lado a lado, filhos, irmãos, tios, primos, cunhados, genros, etc. E foi assim que Pedro e Ana vivenciaram desde cedo uma exis-

tência em comum. Além dessa rede de parentesco, as relações incluíam as de vizinhança, reforçadas todas pelo compadrio, formando uma teia complexa de relações sociais entre essa população. Pois, como diz ARANTES, a função primordial do compadrio é a de "criar vínculos de solidariedade entre os seus participantes, os quais se expressam, principalmente, através da cooperação econômica e da lealdade política" (9).

Quando Pedro e Ana recordavam as ligações da família com o Padre Cícero, por exemplo, o que mais marcava era o fato de ter sido ele o *padrinho* de muitos deles, inclusive de Ana. Mãinha era *madrinha* de muitos de seus netos (Bento era um deles). Ana e Pedro acabaram sendo *padrinhos* de muitos dos sobrinhos e vizinhos e deram também muitos de seus filhos para irmãos, tios e vizinhos batizarem, reforçando ainda mais as relações de parentesco já firmadas pelos laços de sangue.

Devido ao clima dessas regiões nordestinas, continuamente assoladas por intempéries e crises econômicas, a população se locomovia constantemente em busca de trabalho. "A busca constante de melhores condições de vida nessa sociedade só pode manifestar-se no deslocamento geográfico, que procura aproveitar as variações regionais numa situação em geral insatisfatória. Numa cultura de mínimos vitais, qualquer variação nas condições de trabalho, expressa em diferenças climáticas ou de solo ou mesmo em variantes de benevolência ou severidade do patrão, representa freqüentemente a diferença fundamental entre a subsistência e a fome" (10). Segundo FURTADO (11), no entanto, "a decadência da região nordestina é um fenômeno secular, muito anterior ao proces-

so de industrialização do sul do Brasil. A causa básica está na incapacidade para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial".

"Durante as secas de 1877/80 (...) o movimento de ajuda às populações vitimadas foi logo orientado no sentido de promover a sua emigração para outras regiões do país, particularmente as regiões amazônicas. A concentração de gente nas cidades litorâneas do Nordeste facilitou o recrutamento (...). Os governos amazônicos, interessados, organizaram serviços de propaganda e concederam subsídios para os gastos de transporte" (12).

Segundo PRADO JR., a exportação de borracha e a seca nordestina acima citada estabeleceram uma forte corrente migratória para o Amazonas, que perdurou até 1912, quando a borracha entrou em declínio no mercado mundial. Com a deflagração da 2ª Guerra Mundial, no entanto, a exportação foi momentaneamente reativada, enquanto não se expandia a borracha sintética que veio, mais tarde, substituir a matéria-prima extraída dos seringais (13).

Isso, por certo, mostrava que, apesar do declínio das exportações, a produção da borracha na Amazônia continuava a atrair nordestinos, que tinham ali uma alternativa de trabalho durante as secas persistentes. Também a produção do algodão nordestino nos anos 30 atraiu frentes de trabalho, provocando a mobilidade de trabalhadores para as regiões algodoeiras durante as épocas de safra.

O grupo familiar de Pedro e Ana se incluía nessas migrações temporárias, quando muitas vezes iam apenas os ho-

mens trabalhando como safreiros, deixando os familiares por alguns meses, retornando em seguida aos mesmos sítios, sem perder as disponibilidades de emprego e moradia garantidas pela presença do grupo. Quando a situação precária se prolongava por muito tempo, migravam juntos, como mão-de-obra familiar, para regiões um pouco mais distantes. Esse grupo doméstico se desenvolveu como unidade produtiva ao longo dos anos, a partir das atividades ligadas ao campo, principalmente.

Devido a essa mobilidade e às formas precárias de instituições sociais formais, a reconstituição dos grupos domésticos e de vizinhança originais se torna fundamental entre essa população, tornando os grupos domésticos a base da organização social. Como os homens saem com mais frequência, percebe-se, através das histórias de vida, que é a mulher, em geral, quem desencadeia o processo de mobilização para a reconstituição de seus grupos originais, garantindo sua estabilidade. Durante os períodos em que os homens migram para outras regiões, deixando suas famílias conjugais, é principalmente entre as mulheres que é reforçada a idéia de solidariedade entre os parentes. É na relação com a mãe, com as tias, avós, irmãs, etc, que permanecem, que se reforçam as idéias de família, de cooperação, de apoio, como no caso de Mãinha com suas irmãs, cunhadas, primas, etc.

Ana contava que quando Pedro saía com irmãos, primos, vizinhos, para as levadas de trabalho, ela permanecia com irmãs, mãe, cunhadas, tias, avós, cuidando dos filhos e da roça.

Pedro foi o primeiro e único namorado de Ana, mas,

como era de se esperar de um "cabra macho", precisava ser vigiado de perto, principalmente quando saía para mais longe, para o trabalho em outras roças. Nunca me relataram o namoro de Pedro e Ana, como se tivessem sempre vivido como marido e mulher. Mas afirmavam sempre que haviam se casado "nas duas leis", como se reforçando a legitimidade de sua união e, portanto, de seu grupo.

As grandes distâncias das fazendas e a falta de transporte na época dificultavam, no entanto, as idas à cidade ou a vinda de padres e oficiais de justiça àquelas pequenas comunidades, impossibilitando, juntamente com a falta de recursos, a oficialização dos casamentos ⁽¹⁴⁾. No caso de Pedro e Ana, as dificuldades pareciam ir além, suscitadas pelos tabus relativos aos casamentos de grande proximidade consanguínea ⁽¹⁵⁾. Segundo me contou sua filha Maria, os padres do Nordeste eram contra esse tipo de casamento, pois recusaram fazer também o seu com Francisco e o de seu irmão Antônio com Raimunda, em condições de parentesco idênticas à de seu pai e de sua mãe e de seus avós, todos primos cruzados.

"Nosso casamento era complicado e padre nenhum queria fazer nosso casamento. Fomo num patrimonzinho lá (Nordeste) e o padre disse que assim de primo ele não fazia. Nós casou em Paranavaí, no Paraná, pertinho duma fazenda que nós morava. O padre foi suspenso (90 dias), porque fez o nosso casamento, ainda mais que fez dois casamento desse num só dia: eu e meu irmão Tonhão com a Raimunda. Quer dizer que meu pai também foi casado dois irmão com duas irmã. Depois que eles (Pedro e Ana) chegaram no Paraná, que eles casaram no civil" (MARIA).

Talvez por isso, quando Pedro ou Ana falavam de seu casamento, afirmavam terem-se casado "nas duas leis" . Mas numa outra ocasião Pedro me disse: "Antes não precisava de testemunha pra casar,mas eu casei com consentimento".

A foto que Pedro e Ana guardavam como relíquia, ao lado da de Padre Cícero, era obviamente retocada, e ambos aparentavam muito mais idade do que diziam ter ao se casar. O terno de Pedro e o vestido de Ana eram pintados e a grinalda se destacava um pouco acima da cabeça da noiva, indícios de uma fotomontagem mal feita (segundo Maria, esta foto foi feita em Campinas).



a união legitimada: "nas duas leis"



Os relatos sobre as dificuldades da realização desses casamentos só foram feitos após a morte de Pedro e Ana, como se houvesse um deliberado encobrimento de uma situação que, se revelada, poderia pôr em risco os ideais de legitimidade matrimonial compartilhados por todos.

Em 1932 outra grande seca abalou a região do Crato, já sacrificada pelas anteriores.

"Nessa época, quando a gente voltou para o interior, pra junto de meu sogro, era uma seca terrível. Ninguém fazia mais cova, era valeta que fazia pra enterrar defunto. Meu sogro e minha tia (pais de Ana) eram enfermeiros de jogar defunto dentro da valeta. Era tanta doença que dava, que tinha gente aleijada só de 'pulga de pé'" (PEDRO).

"Em 32, nós saímos do Norte, do Crato, e o Cirilo, o feitor da migração ⁽¹⁶⁾, levou nós pra Fortaleza, na capital, e quem queria ir pro Amazonas (ver ANEXO IV, ao final do capítulo). Minha sogra ficou com medo de ir pra mais longe e fomos ficando ali mesmo, porque ela viu o mar e não quis mais ir. Ficamos ali um ano e meio e coisa e tal. Minha sogra ficou com medo de ir pra mais longe. Nós fizemos a barraca mesmo na areia" (PEDRO).

"Na boquinha da noite a gente via a luzinha dos navios chegando, lá longe, e só chegava mesmo de manhãzinha" (MÃINHA).

"Dessa primeira vez que saímos, saiu a família quase toda, meu sogro, minha sogra, uns tios, um tanto de irmãos. Nós fomos de trem da migração e na migração nós voltamos pro Crato" (PEDRO).

"Em 1933 nós voltamos todo mundo pro Crato. Mas aí, dona Maria, nós ficamos no Crato, mas não paramos, porque pobre não tem parada. Ficamos uns tempo em Araripe, em Ibiapina e no Juazeiro, onde dava" (PEDRO).

Enquanto Pedro falava, todo mundo queria participar, relatando casos, trazendo de volta o passado. E Ana e Mãinha ficavam relembrando passagens já esquecidas, recompondo as condições econômicas de uma época em que as relações patrão-empregado baseavam-se em laços explícitos de interdependência.

"Lá nós era pobre, mas não passava as necessidades que passa aqui, porque, quando chovia, a roça era uma beleza. Plantava arroz, feijão, um milho e tinha as cabras" (ANA).

"Lá no Crato, a casa que nós morava era do patrão. O patrão lá não era que nem aqui. Nós podia morar vinte, trinta anos" (MÃINHA).

"Aqui, a gente é que nem abelha, cada dia zune num canto" (PEDRO).

Apesar das inúmeras migrações que empreenderam durante suas vidas, era do Crato que guardavam as lembranças mais vivas: os costumes, as formas religiosas e de convívio familiar. E o desejo de voltar ficava sempre ao nível do sonho, porque também não haviam esquecido as misérias e doenças que lá sofreram, porque o Crato, como quase toda a região do Cariri ⁽¹⁷⁾, era, e ainda é, sujeita a secas periódicas que destroem quase tudo, tornando impossível esse sonho de retorno. (Ver ANEXO IV. - A MIGRAÇÃO DOS GOMES).

"Bento chegou faz pouco tempo de lá, a senhora sabe, eu quase que peguei minhas coisa e fui embora com ele, de volta. Mas deixa que tá uma seca por lá outra vez, e, do jeito que eu peguei em 32, não quero mais não. E então eu resolvi não ir não. Aqui, tô com a minha família e os menino disse pra mim que os que tão lá tão ocupado com os dele. Tenho um irmão em Uricuri, de 72 anos de idade. Esse nunca mais vi, nem a filha Tercila" (PEDRO).

No Nordeste viviam uma situação de colonato, em que as famílias podiam morar nas fazendas e o pagamento era feito em espécie. Por isso contavam que "tinham terra para plantar" numa agricultura de subsistência. Os produtos eram para o consumo próprio e, quando a safra era boa, o excedente podia ser vendido nas feiras próximas. Assim também os animais, "quando nascia dois, um era pra nós", dizia Pedro.

Parece que na região a cabra era o animal mais comum. Dela tiravam o leite para o alimento. E, na roça em que trabalhavam, o produto era o algodão, cujo excedente o patrão também dividia com eles e também podia ser vendido, sendo essa uma das poucas fontes de dinheiro vivo que o grupo familiar recebia (18).

"No Ceará a gente apanhava arroz no cacho. Lá no Norte vendia algodão, feijão. O feijão do Norte não é de arrancar não, é de vagem grande. Com o dinheiro que vendia, nós comprava roupa. Às vezes tava desprevenido e com o dinheiro comprava roupa. O patrão dava algodão pra fiar. Eu fazia as rede e os lençol. As rodilha de fiar tão no Paraná" (MÁINHA).

Em 1948, desanimados pelas devastações de mais

uma seca e atraídos pelas turmas de migração, que se deslocavam pelo Nordeste com esperanças de trabalho, os Gomes resolveram ir para mais longe e, desta vez, progressivamente, quase todo o grupo familiar migrou para Pernambuco.

"Naquele tempo condução era pouco. Nós foi a pé do Crato pra Araripina. Dava 3 ou 4 dia de viagem" (MARIA).

"Só de condução era um dia e uma noite" (FRANCISCO).

De acordo com os relatos, foram quase todos para Araripina, irmãos, tios, sobrinhos, onde ficaram ao todo uns seis anos. Araripina fica em Pernambuco, nos limites com o Ceará e Piauí. Mas não pararam e dali mesmo saíram para outras regiões do Nordeste, em busca de trabalho, quando a seca chegava matando a lavoura e o gado.

Araripina, como tantos outros lugares do Nordeste, é também atingida pelas grandes secas ⁽¹⁹⁾. Por isso, algumas vezes o grupo ainda precisou se deslocar da região para outros estados, em busca de trabalho.

"De Araripina nós foi pro Piauí (Picos e Floriana). Passava o rio, depois que atravessava o rio era Maranhão. Aí fomo pra São João dos Patos, que fica pertinho da capital. Às vezes trabaiava na roça, às vezes na cidade, em construção e abrindo estrada. Nós ficava tudo em barraca e quando acabava a construção ia pra outro lugar. Era igualzinho cigano" (MARIA).

Mas, como contava Pedro, desta vez "foi só com a família própria": a mulher, os filhos, a sogra (o sogro havia falecido) e alguns sobrinhos. Um ano e meio depois, tornaram a voltar para Araripina, para junto do resto da famí-

lia, recompondo mais uma vez o grupo doméstico dos Gomes.

Por volta de 1950, saíram novamente em direção ao Piauí, para Conceição do Canindé, onde Ana dizia ter muito bicho e um "riozão" enorme, com jacaré e tudo. Por lá passaram apenas seis meses, mas de lá contavam muitas histórias.

"Para um homem solteiro, lá é uma beleza, porque tinha um tanto de mulher. Até a prefeita era uma mulherona velha, a Noca" (PEDRO).

E Ana concluía rindo: "Por isso saímos de lá, porque senão ele ficava".

Tornaram a voltar para Araripina.

Durante esses anos de secas e migrações, a família conjugal de Pedro e Ana foi aumentando, sustentada pelo trabalho instável da lavoura nordestina.

Foram também para Cabrobó, em Pernambuco, e também para Ouricuri, onde ficaram pouco tempo e tornaram a voltar para Araripina, onde acabaram ficando mais uns oito anos.

Durante essas "andanças", Pedro e Ana tiveram filhos, enquanto lutavam para conseguir melhores condições de vida. Em 1935 nasceu Bento, o primeiro filho: "Quando a mãe casou, já tava pra ganhar ele" (MARIA). Em 1937 nasceu Maria Raimunda, no Ceará, mas morreu ainda criança. Depois vieram: Francisco (1938), Antônio (1939), Tercila (1941), Maria Ríselda (1942 - falecida), Ariosvaldo (1953, PE), José Gomes da Silva (1955, PE), Luís Gomes da Silva (1957, PE).

Quando Ana e Mãinha começavam a contar sobre aque-

les tempos na roça, lembravam dos partos e de quanto as mulheres eram fortes para sobreviver a tantos filhos, sem médico, sem hospitais, contando apenas com parteiras mais velhas e experientes. Mãinha mesmo tinha feito o parto de muita gente, inclusive de netos. E quando a criança "vingava", como diziam, era porque "era forte mesmo, porque não tinham essas coisa (hospitais, remédios) que o povo tem na cidade".

Muitas vezes, quando nos sentávamos na beira da cama de Ana, rodeados pelas mulheres e crianças, Pedro também ficava por ali, participando e relembando o passado naqueles anos de Nordeste, sua terra natal. E as histórias que contavam vinham misturadas às secas, misérias, às lembranças de lutas, encantamentos, mas também de infância, de sonhos. Contavam histórias de resistência, de jagunços, do Padre Cícero.

Mãinha e Pedro conheciam de perto muitas dessas histórias de guerras e alguns membros da família haviam participado de emboscadas, em lutas que misturavam política, família e religião.

"Padim Ciço mesmo disse que no ano 2000, que a igreja ia acabar, que ia aparecer umas coisa em cima de roda nas estradas, que ia ter muita coisa voando que nem gafanhoto e que ia ter mais chapéu do que cabeça e dito e feito. Agora mesmo a senhora vê, tem mais chapéu e ninguém tem cabeça" (MÃINHA).

"Meu Padim, Pade Ciço mesmo, começou a fazer uma igreja lá no Cariri, que só de parede tinha um metro de largura, e 'vi falar que a torre tem pra mais de seiscentos me-

tros de altura. Mas essa igreja ninguém acaba ela, porque tem uma pedra lá que o povo diz que tem de ser tirada de lá e só ele mesmo que vai terminar a igreja. Agora, dona Maria, se tirar a pedra, a igreja vai cair, porque diz que o pedreiro que construiu, era amasiado e isso é castigo" (PEDRO).

Essas histórias, aparentemente apenas singelas, tinham um significado moral e político, inculcado naquelas populações empobrecidas, e se refletiam nos anseios de casamentos duradouros, fidelidade e legitimidade da Igreja sobre a família e sobre a política. Sobre esse poder mítico-político do Padre Cícero, Mãinha contava:

"Disse que ele acabou com aquela guerra... Como era mesmo o nome? (Pedro lembrou para ela) Ah! Alemanha. Disse que ele chegou lá, levantou as mãos e os soldados baixou as armas".

E Pedro completou:

"Dona Maria, a senhora não acredita, mas eu era pequeno e lembro que as crianças tudo ia chegando e pendurando o chapéu, que tinha que pôr no prego (escola), mas ele não, encostava o chapéu na parede e já ficava pregado".

E, entusiasmada, Ana contava:

"Dona Maria, lá no Cariri tudo é encantamento. Tem uma pedrona lá no Cariri, bem grande, que sai água de dentro. Vem gente de longe, de tudo que é lugar, até os Salesianos, pra ver. Diz que é Nossa Senhora que fica segurando essa pedra nos ombros. E diz que no dia que ela largar, a água desce todinha e inunda a cidade. A água brota da pedra

mesmo. Mas ninguém quer vender essas terras, porque tudo lá é encantamento".

Mas apesar do "encantamento", essas terras continuavam a ser varridas pelas secas e pelas guerras entre jagunços e o poder local dominante dos coronéis que, em determinado momento, chegaram a precipitar uma intervenção federal no Juazeiro (20). Essa situação de crise quase permanente teve como consequência uma emigração maciça de nordestinos para outras regiões.

As crises constantes, advindas de políticas voltadas para os interesses de uma classe dominante, somadas às condições climáticas locais, levavam os sertanejos a mudarem de um local para outro, vivendo sempre do "trabalho para os outros", sem esperança de fixação, quase como ciganos. "Pobre é que nem abelha, cada dia zune num canto", repetia sempre Pedro. Por isso, o parentesco, o compadrio, a vizinhança, utilizados como estratégia antes, durante e após os processos migratórios, tornavam-se fundamentais aos grupos domésticos, objetivando manter o grupo unido, apesar da fragmentação dos grupos de apoio durante esses processos. E essa fragmentação podia ser permanente ou apenas temporária, dependendo da conexão entre essas redes e das condições sociais favoráveis ou não à reconstituição (21).

A permanente mobilidade, que geralmente leva a fragmentações importantes e à instabilidade dos grupos de relações primárias, o aparente isolamento das chamadas populações caboclas, a precariedade de vida e de trabalho, levaram estudiosos a considerar esses grupos como dependen-

tes de uma organização simples e fluida, em contraposição à complexidade institucional e à organização da vida na cidade. DURHAM, por exemplo, afirma: "Nesse campo difuso de relações primárias, o compadrio é uma instituição fundamental", pois assinala relações preferenciais entre parentes e estende os limites da solidariedade interfamiliar "numa sociedade marcada pela mobilidade e tão pobre de princípios organizatórios" (22). Outros estudiosos (23), no entanto, contestaram essa assertiva, mostrando a intensa organização político-religiosa no campo como o foram os grupos ligados ao Padre Cícero, a João Maria, a Antônio Conselheiro, que, em épocas e regiões diferentes, chegaram a mobilizar um enorme número de revoltosos, ameaçando a "ordem" local. A história de vida de alguns grupos domésticos migrantes, como o dos Gomes, por exemplo, também confirma a idéia de que, embora aparentemente isolados no campo, esses grupos são atingidos por organizações institucionais que tanto podem pregar a manutenção do *status quo* como introduzir idéias de mudança social, levando-os à participação e organização políticas.

A partir dessa perspectiva é que percebo as estratégias de migrantes rurais na cidade como *respostas possíveis* às exigências de um novo contexto, utilizando para isto redes de relações primárias, de vizinhança, de compadrio, e com instituições sociais estabelecidas, não como uma persistência de padrões tradicionais, mas porque essas relações permitem e favorecem a vida, quando se tornam moradores da cidade.

2.

A MIGRAÇÃO PARA O SUL

Em 1959 os Gomes migraram mais uma vez, só que desta feita para outras paragens ainda mais distantes, para o desconhecido, onde parecia surgir mais uma esperança de trabalho estável, de "boa paga" e de melhores condições de vida. O Paraná, com suas novas lavouras de café, devido ao aumento dos preços gerais na economia ⁽²⁴⁾, parecia atrair gente, possibilitando a migração de milhares de trabalhadores nordestinos e de outras regiões, que iam, como mão-de-obra barata, abundante e não exigente, promover o desenvolvimento.

A dificuldade na obtenção de mão-de-obra imigrante, como vinha sendo feita até então, levou muitos fazendeiros a buscarem o trabalhador nacional, que foi recrutado nas mais distantes regiões, como o próprio Nordeste. Tem-se notícias de grandes contingentes dirigindo-se para essas lavouras durante a expansão do café ⁽²⁵⁾.

Cansados de esperar por tempos melhores, estimulados por recrutadores e parentes e ansiosos por sair em direção a regiões menos sacrificadas, Pedro, Ana e seus familiares começaram a pensar em deixar o sertão.

"Em 1954, veio um senhor carregando gente pro Paraná" (PEDRO).

E Pedro, alguns parentes e trabalhadores da região

tomaram o "trem da migração", que saía de Juazeiro, na Bahia, e foram fazendo baldeações até Maringá. Nessa viagem foram apenas os homens, porque "era perigoso levar a família toda sem saber se ia dar certo mesmo" (PEDRO). Ficaram cerca de onze meses "tocando café" e voltaram para matar a saudade da família e levar o dinheiro que juntaram. Retornaram logo depois para o Sul onde ficaram por mais sete meses "juntando um pé de meia".



o Paranã e as novas culturas do café -
atraindo "safreiros"

Quando essa turma de trabalho voltou novamente para Araripina, Pedro foi para buscar a família toda: mulher, filhos, irmãos, etc, porque "o trabalho lá tava bom e podia arrumar serviço pra todo mundo". Isso foi em 1959, quando, progressivamente, grande parte do grupo doméstico de Pedro e Ana começou a deixar o Nordeste, emigrando definitivamente para o Sul. Da família de Pedro, só ficou no Nordeste o filho Bento (em Araripina), que havia casado e constituído família e não podia seguir o grupo.

Acostumados com o calor e a seca, precisaram se adaptar ao frio e à umidade do Sul. Pedro foi um dos que não se deram bem com o clima frio e desenvolveu nessa época a bronquite que o acompanhou até o fim de seus dias. Os outros contavam que também sofreram com o clima, "mas foram agüentando porque não tinha outro jeito" (PEDRO).

Ficaram no Paraná por quase vinte anos e, como sempre, nem mesmo lá tiveram parada. Trabalharam em Maringá. Depois foram para Engenheiro Beltrão, próximo de Maringá. Subiram para Paranavaí e, depois, foram para Curitiba, cruzando todo o Estado. Nessa época, a situação da agricultura no Brasil foi seriamente abalada por novas legislações ⁽²⁶⁾, mas nas pequenas fazendas e sítios, a situação às vezes permanecia a mesma, com os colonos morando por ali, sem exigir o cumprimento da lei. Pedro e Ana contam que moravam num sítio de uma japonesa, no Güembê, onde trabalhavam na época de plantio e colheita, mas também trabalhavam em outros lugares, acompanhando as levas de trabalho na região.



o recrutamento familiar



vida em família, vida de trabalho

A vida no Paraná também não era fácil para os Gomes, pois, quando chegava o inverno trazendo as geadas, "as plantações perdia tudo" e ficavam muitas vezes três, quatro, cinco, "seis meses sem ver uma nota de Cr\$ 100,00 que fosse" (PEDRO). E, por causa disso, passavam fome, pois a geada que queimava os cafezais queimava também as pequenas hortas de subsistência e matava os animais, deixando sem saída os trabalhadores e suas famílias. Durante essas crises econômicas no campo e na entressafra, Pedro e seus filhos mais velhos começaram a se empregar também em construção civil. Quando se fala em construção civil, logo se pensa em grandes obras, em prédios imponentes, mas aqui, no caso dos Gomes, construção civil significava construção de casas simples e pequenas, com remuneração também proporcional, porque em geral utilizava também uma mão-de-obra aprendiz, portanto não qualificada.

Segundo me contavam, trabalharam também, nesta época, em construção de estradas. E a família ia junto, acampando em barracas, enquanto durasse o trabalho que, geralmente, começava com o desmatamento da área. Segundo Francisco, sobrinho de Pedro e Ana, este era um trabalho duro e "quando acabava a construção, já ia pra outro lugar".

Apesar dessas atividades em construção civil, o trabalho na roça continuava predominante entre os Gomes, acarretando inclusive a aposentadoria de Mãinha e de vários outros pelo FUNRURAL. Pedro também sempre contava que era cadastrado pelo PIS (Programa de Integração Social), desde o Paraná.

A vida no Paran  também era dura para as mulheres, que tinham que dar conta da casa e da roça, junto com os homens, como   comum entre famílias rurais.

No Paran  tiveram os filhos restantes, embora Ana, no final, já estivesse avançada em idade para ter filhos. L  nasceram Marcos (1959), Riselda (1960) e Izilda (1961).

Como em toda sua história de migra es, recomeçaram, também no Paran , a recompor o grupo familiar original. Com eles foram os casais: Raimunda (irmã de Ana) e Antônio (irmão de Pedro); Izabel (irmã de Ana) e Luiz Carlos (irmão de Pedro); Raimundo (irmão de cria o de Pedro) e Liberalina (irmã de Ana); seus respectivos filhos e Mãinha:

Quando Raimunda, irmã de Ana, morreu de parto no Paran , seus filhos foram morar com Pedro, Ana e Mãinha, que acabaram de criar os mais novos. Eram eles: Francisco Gomes (25 anos); Raimunda (23), que já havia se casado com Antônio, filho de Pedro e Ana; Vicente; José; Graça (16); Irene (14); Milton (10); Fátima (8).

A vida em comum entre tantos parentes próximos era ainda mais acentuada pelo desconhecimento das regiões para onde o grupo ia se movendo, tornando os laços entre eles cada vez mais estreitos, pelos casamentos, rela es de compadrio, dentro do grupo.

Mas apesar dos relatos sobre a família, suas dificuldades e fragmenta es constantes, quase nunca falavam sobre os conflitos existentes entre eles, em brigas ou separa es. Só uma vez Ana contou que havia se separado de Pedro, por uns três meses, no Paran .

"Um dia meu vêio saiu de casa, que eu escorracei ele, por causa de briga com os menino e eu não chorei. Aí, eu fui apanhar algodão e não fiquei nem 'azul', eu era forte, fui trabaiar. E o povo disse que todo canto que ele chegava, ia falando dos menino, da Izilda, que era pequena, e ele tava com saudade" (ANA).

Dessa época Pedro contava que bebia muito e que essa separação de Ana e dos meninos tinha sido a pior coisa do mundo, por isso desaconselhava a bebida e enfatizava a união e dizia que "um homem sem família não é nada". De outra feita, dera uma surra no Zé, seu filho, porque andava bebendo. E Ana contava que o filho tinha ficado marcado como se fosse queimadura, mas que tinha sido bom porque senão ele teria virado marginal.

"Eu tenho orgulho dos meus filho porque é tudo unido. Um calça sapato do outro. Se um não tem dinheiro o outro ajuda, não é como muita família que tem por aí, desunida" (PEDRO).

Muitas dessas histórias íntimas só vieram à tona fruto da confiança mútua estabelecida entre nós e da cuidadosa observação participante que fui, aos poucos, sendo capaz de utilizar como método de pesquisa. Os conflitos familiares foram captados mais pela observação do que pelos relatos, pois em geral eram encobertos, mesmo para o restante do grupo, em favor da união desejada.

As dificuldades de trabalho no campo, as condições climáticas no Paranã, somadas aos incentivos das cartas de Francisco Pedro, irmão de Ana, que por volta de 1975 havia

emigrado para Campinas, faziam com que os Gomes começassem a cogitar de uma nova mudança. Desta vez para o Estado de São Paulo, então em pleno desenvolvimento industrial e das lavouras de algumas regiões. As cartas falavam das oportunidades de trabalho para todos e dos "confortos" existentes nas cidades paulistas.

Com os filhos praticamente criados e a velhice chegando, Pedro e Ana, juntamente com os filhos e grande parte dos irmãos, com exceção de Izabel e Luiz Carlos, mais alguns vizinhos e compadres, resolveram, mais uma vez, tentar a sorte em outro lugar.

Apesar de estarem já numa fase de dispersão do ciclo doméstico, quando os filhos se casam e saem, desintegrando a unidade original, no caso dos Gomes esta condição era retardada, uma vez que os filhos tendiam a permanecer junto, mantendo intato o núcleo original, conservando as lideranças de Pedro e Ana junto aos filhos, sobrinhos e sogra (27).

Uma vez tomada a decisão conjunta de migrar, Pedro (59 anos) e Ana (60) juntaram o pouco que tinham, venderam a casinha que construíram em Curitiba por "três milhão" e vieram, em grupos separados, em direção a Campinas. Parte da viagem foi feita de trem, com passes de viagem dados pela "migração" e parte paga de seus próprios bolsos. Vieram de Curitiba até Mairinque e de Mairinque até Campinas, Aqui, foram direto para a favela do Jardim Aeroporto, na região onde se instalava o DIC.

Assim, os Gomes continuavam como abelhas, "cada hora zunindo num canto". E do Jardim Aeroporto foram para o

Santa Mônica e só depois para a favela do Jardim São Marcos, onde a minha pesquisa de campo começou.

É sobre esta nova etapa de suas vidas migrantes que a pesquisa incide, daqui para a frente, mostrando as estratégias de que tiveram que lançar mão para promover, nesse novo contexto, a manutenção do grupo enquanto unidade de trabalho, de consumo, de socialização, de apoio e de afeto, como uma família extensa, uma verdadeira parentela constituída no contexto da cidade.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

(1) Em entrevista ao *Diário do Povo*, Pedro contava que em seus dois barracos geminados moravam 30 pessoas de sua família "própria" (filhos, genros, sogra, netos e noras). A FAVELA está mudando. À força. *Diário do Povo*, Campinas, 4 maio 1979.

(2) Sobre a parentela, ver WAGLEY, C. *Introduction to Brazil*. Columbia University Press, New York, 1963. p.186.

(3) SANTOS, J.L. dos. *Família e história. Estudo de um caso e de uma questão*. Dissertação de Mestrado apresentada no IFCH / UNICAMP, Departamento de Antropologia Social, 1976. Também discute o casamento entre parentes como uma forma de manter através do sobrenome a propriedade e o status social.

(4) ANSELMO, A. *Padre Cícero. Mito e realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. p.491.

(5) Indicadores sociais mostravam que, em 1980, o nordestino tinha uma expectativa de vida inferior em 10 anos à de um morador do sudeste e a mortalidade infantil era 40% maior. *Retrato do Brasil*. São Paulo, 1984. p.412.

(6) LÉVI-STRAUSS, C. O casamento dos primos. Da obra *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes/EDUSP, 1976. Trata a questão do casamento entre parentes próximos, como é o caso dos primos cruzados, e a proibição dos primos paralelos, e discute a questão da proximidade biológica e social.

(7) LÉVI-STRAUSS, C. *op.cit.* p.173, chama a atenção para a identificação do irmão da mãe (tio) com o sogro e da irmã do pai (tia) com a sogra.

(8) DURHAM, E. *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1973. p.69.

(9) ARANTES, A.A. Pais, padrinhos e o Espírito Santo. In ALMEIDA, S. et alii. *Colcha de retalhos*. Estudo sobre família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.196.

(10) DURHAM, E. *op.cit.* p.120.

(11) FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1977. p.240.

(12) FURTADO, C. *op.cit.* p.133. Cf. o Capítulo 1 desta tese, onde desenvolvo a idéia da atuação do governo na orientação do fluxo migratório. Ver também *Retrato do Brasil*, 1984, p.410, que mostra a deterioração das condições econômico-políticas do Nordeste como resultado de opções políticas, criando uma "indústria da seca".

(13) PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1970. p.236-302.

(14) Embora seja mais fácil imaginar o isolamento dessas populações rurais nordestinas, numa época em que o sistema rodoviário, tal como o temos hoje, ainda não existia, o Nordeste já era recortado por estradas e rede ferroviária, responsáveis pelo escoamento da riqueza e da mão-de-obra. Cf. FURTADO, C. *op.cit.* p.130 e PRADO JR., C. *op.cit.* p.110.

(15) FREUD, S. *Totem and taboo*. New York, Vintage Book, 1946. p.44. Segundo o conceito freudiano, "a base do tabu é a ação proibida para a qual existe uma forte inclinação no inconsciente". LEACH, E. *Political systems of highland burma. A study of Kachin social structure*. Boston, Beacon Press, 4 ed., 1970. p.136. LÉVI-STRAUSS, C. *op.cit.* p.91, afirma que "a proibição do incesto não é somente uma interdição. Ao mesmo tempo que proíbe, ordena. A proibição do incesto, como a exogamia, que é sua expressão social ampliada, constitui uma regra de reciprocidade".

(16) É interessante observar que eles citavam o nome do recrutador de mão-de-obra, talvez porque ele fosse encarregado daquela região, ou porque as viagens sendo longas, ficava a lembrança do nome. Esses recrutadores ou "gatos" eram trabalhadores pagos pelas fazendas ou empresas para recrutar gente, oferecendo transporte gratuito para regiões

de demanda social. Segundo DURHAM, E. *op.cit.* p.136, "há casos de recrutamento de mão-de-obra por motoristas de 'pau-de-arara', ou a organização oficial da migração para zonas rurais, pelo Serviço de Migração e Colonização".

(17) O Cariri abrange cerca de 20 municípios, incluindo Juazeiro do Norte, o Crato, Barbalha e outros. O Crato é considerado um centro de gravitação, um oásis, em relação à vasta zona que o circunda e tem sido asilo e refúgio dos fugitivos das secas periódicas. Cf. ANSELMO, A. *op.cit.* p.3.

(18) Segundo FURTADO, C. *op.cit.* p.133, o desenvolvimento da cultura algodoeira nos primeiros decênios do século, na região nordestina, permitiu uma diversificação econômica, o que contribuiu para intensificar o crescimento populacional.

(19) Em 1981, Araripina foi assolada por uma intensa seca, que levou inúmeros flagelados aos saques de armazéns, para não morrerem de fome. Entre esses estava Bento, filho mais velho de Pedro e Ana, que havia se casado aí e não os acompanhou na migração para o Sul. Só então foi que Bento veio para Campinas, 25 anos depois dos seus familiares terem deixado Araripina. E Ana constantemente dizia que não morreria sem antes de ver o filho que deixara lá.

(20) ANSELMO, A. *op.cit.* p.376. Juazeiro era, nessa época, palco de agitações político-religiosas, que envolviam os poderes federal, estadual e municipal e a Igreja, tendo como centro o fenômeno Padre Cícero e sua legião de seguidores.

(21) Sobre a conexão de redes de parentesco e social, ver BOTT, E. *Família e rede social. Papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. p.119. Sobre a família como uma unidade coletiva ou como "instrumento" de obrigações mútuas e tarefas, ver HAREVEN, T.K. *Daedalus*, 106 (Spring) 1977. p.57-70. E também RIDLEY-LEIGH, D. Mulheres na migração: redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência. *In Encontros com a civilização brasileira*. Número especial Mulher Hoje. 26:209-90, Rio de Janeiro, 1980. v.III n.8.

(22) DURHAM, E. *op.cit.* p.72-3.

(23) MONTEIRO, D.T. *Os errantes do novo século. Um estudo sobre o surto milenarista do contestado*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, 1972. FACÓ, R. *Cangaço e fanáticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. ANSELMO, A. *op.cit.*

(24) "O Paraná era uma região para onde convergiam migrantes do Nordeste até 1960. Em 1980, 1,1 milhão de pessoas que viviam no resto do país declararam ter emigrado do Paraná nesses últimos anos". *Retrato do Brasil, op.cit.*p.413. Sobre isso ver também FURTADO, C. *op.cit.* p.219.

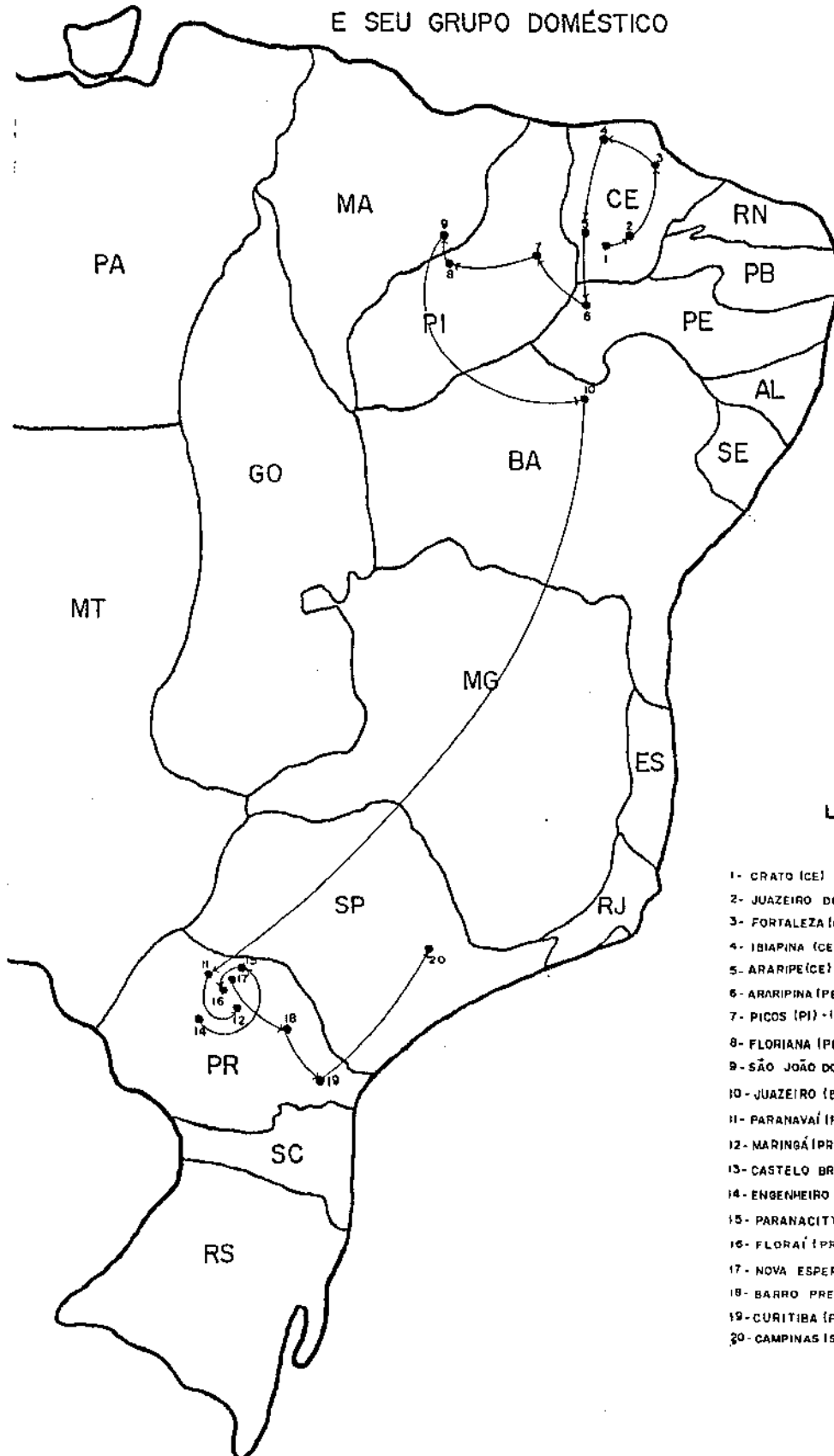
(25) "A imigração subsidiada de trabalhadores portugueses continuou até 1927. Simultaneamente, os proprietários começaram a recrutar cada vez mais mão-de-obra nacional de outros estados da União, que migravam temporariamente para São Paulo, em certos períodos do ano. A princípio, a mão-de-obra nacional era recrutada temporariamente para tarefas específicas, mas, um pouco mais tarde, também o foi como colonos, em unidades familiares". STOLKE, V. A família que não é sagrada. *In ALMEIDA, S. et alii, op.cit.* p.59.

(26) Ver página do Capítulo 1 desta tese.

(27) BILAC indica uma superposição de fases durante o ciclo de desenvolvimento familiar, ocasionada pelo prolongamento da fase reprodutiva da mulher. Segundo ele, é possível que "algumas mulheres (40-49 anos) já estejam com suas famílias diminuídas pela dispersão, obscurecida porque superposta parcialmente no tempo à expansão que ainda a compensa". BILAC, E.D. *op.cit.*p.85.

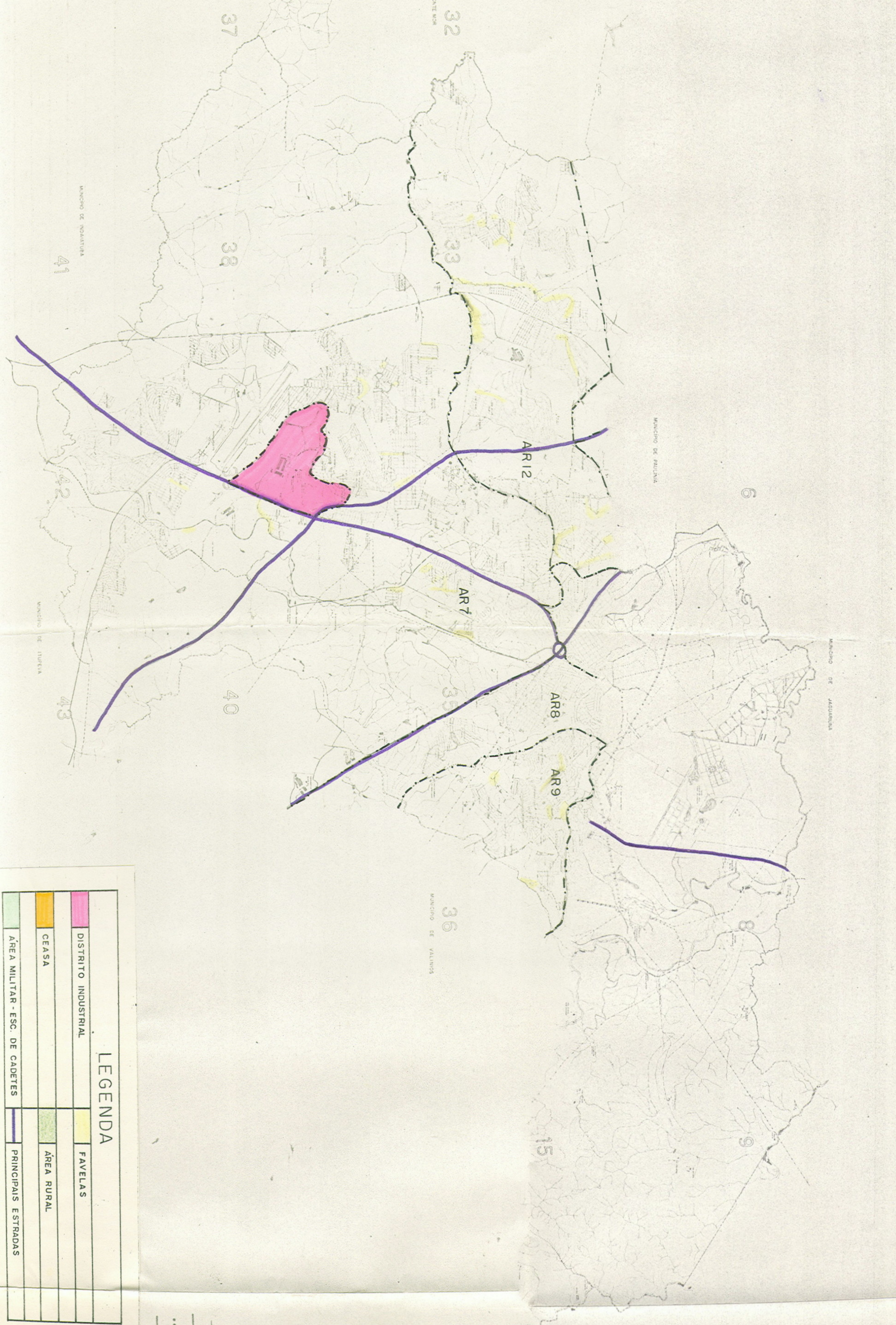
ANEXO IV

MAPA DA MIGRAÇÃO EMPREENDIDA POR PEDRO, ANA
E SEU GRUPO DOMÉSTICO

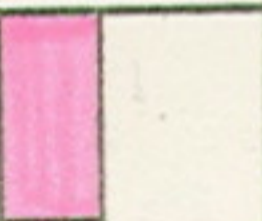
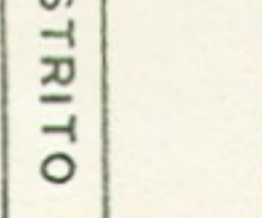
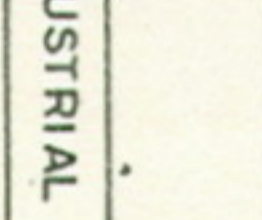
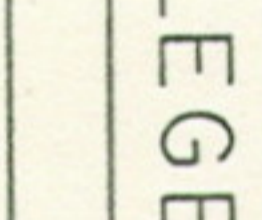
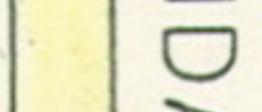
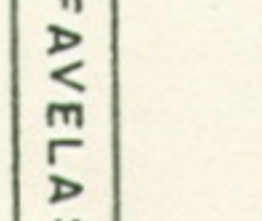


LEGENDA


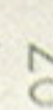


- 1- CRATO (CE) - 1928
 - 2- JUAZEIRO DO NORTE (CE) - 1929
 - 3- FORTALEZA (CE) - 1932
 - 4- IBIAPINA (CE) - 1933
 - 5- ARARIPE (CE) - 1933
 - 6- ARARIPINA (PE) - 1948
 - 7- PICOS (PI) - 1950
 - 8- FLORIANA (PI) - 1951
 - 9- SÃO JOÃO DOS PATOS (MA) - 1952
 - 10- JUAZEIRO (BA) - 1959
 - 11- PARANAVÁ (PR) - 1959 - SÓ PEDRO E HOMENS
 - 12- MARINGÁ (PR) - 1961
 - 13- CASTELO BRANCO (PR) - 1965 ?
 - 14- ENGENHEIRO BELTRÃO (PR) - 1968
 - 15- PARANACITY (PR) - 1973
 - 16- FLORAÍ (PR) - 1974
 - 17- NOVA ESPERANÇA (PR) - 1975
 - 18- BARRO PRETO (PR) - 1975
 - 19- CURITIBA (PR) - 1975
 - 20- CAMPINAS (SP) - 1976 FAVELAS
- } J. AEROPORTO
} J. ST. MÔNICA
} J. SÃO MARCOS



LEGENDA

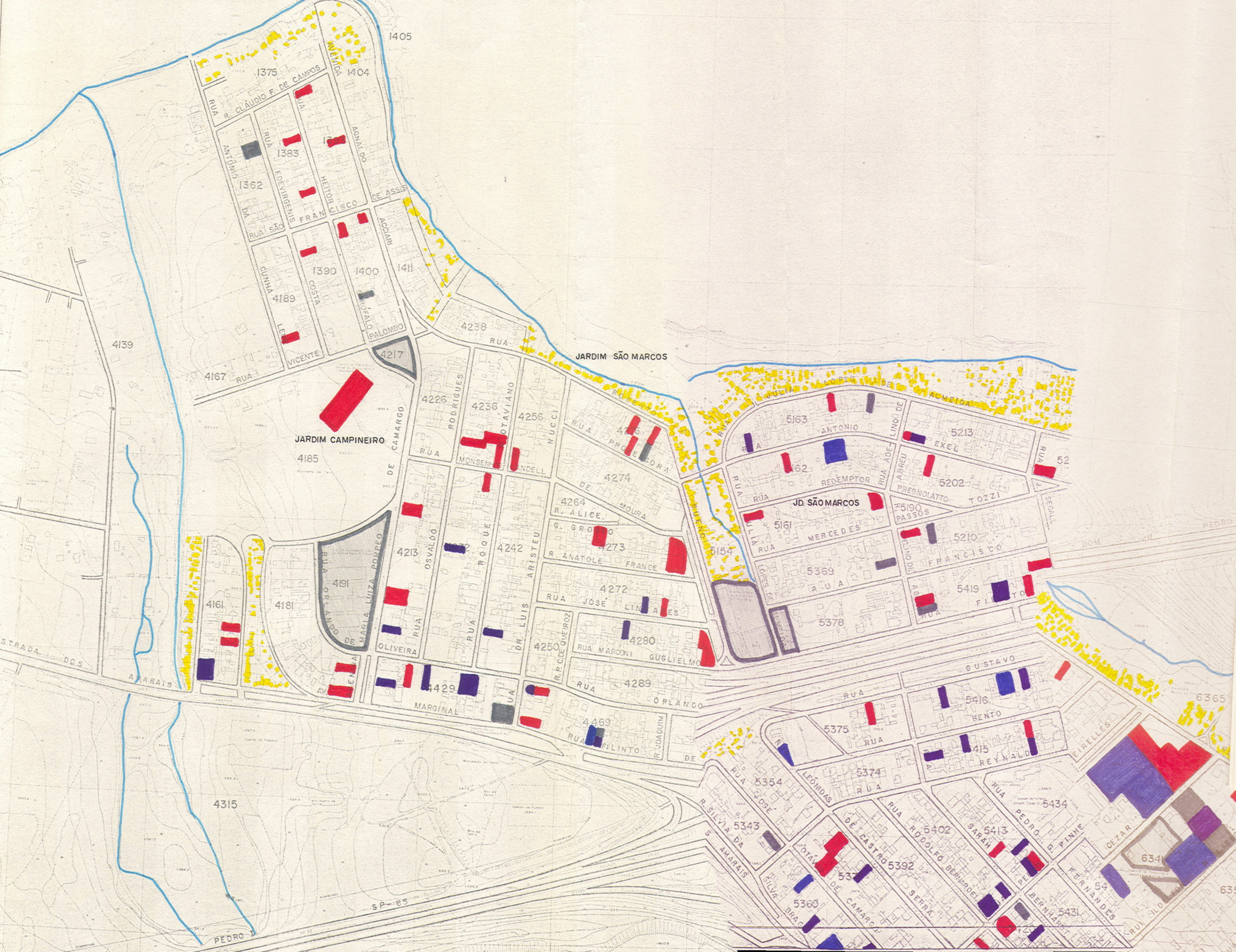
	DISTRITO INDUSTRIAL
	FAVELAS
	CEASA
	ÁREA RURAL
	PRINCIPAIS ESTRADAS
	ÁREA MILITAR - ESC. DE CADETES

LEGENDA

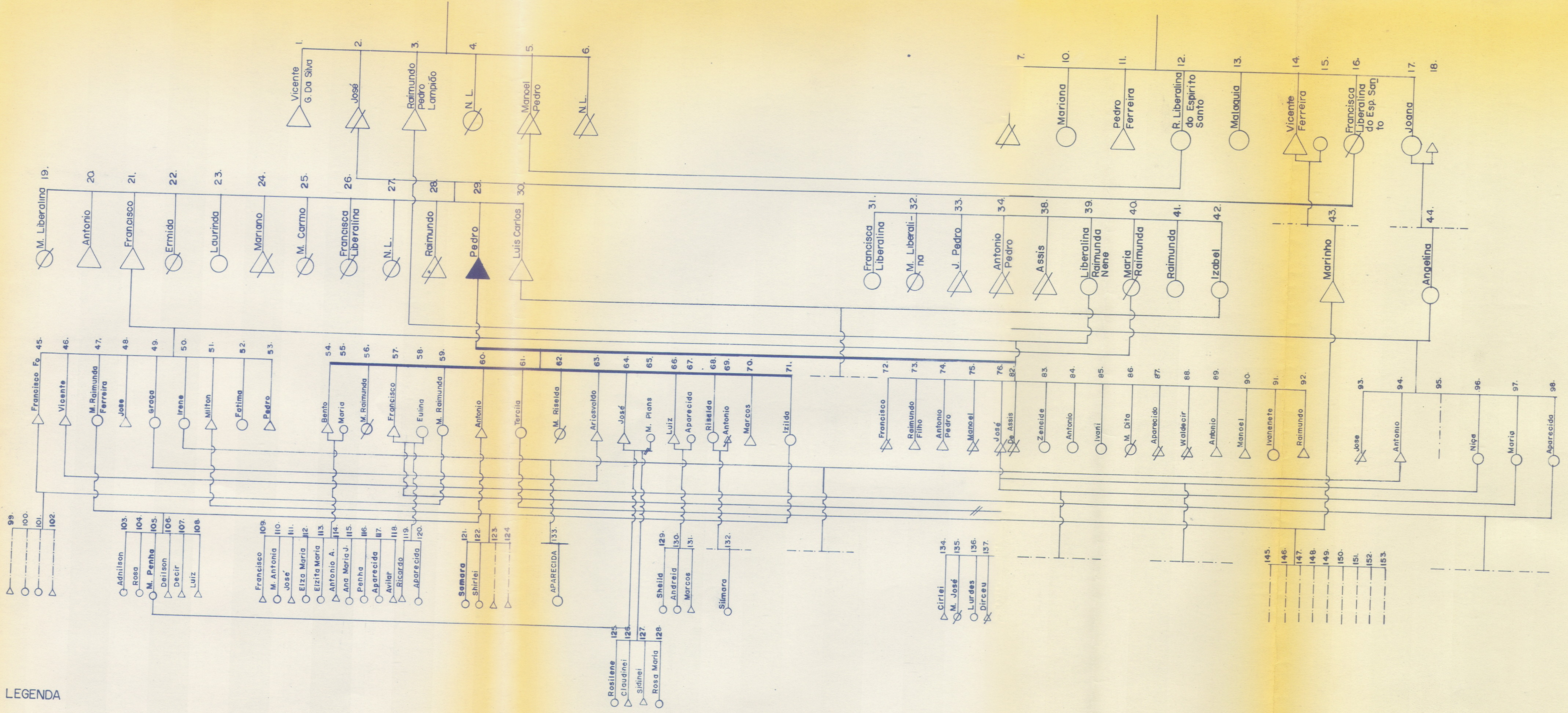
	LIMITE DE MUNICIPIO
	PERIMETRO URBANO
	LIMITE INTERDISTRITAL
	ZONA DE EXPANSÃO URBANA - DEC. 8926/81/07/81



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
 PLANTA DO MUNICIPIO DE CAMPINAS 1984
 ESCALA 1:100000



		25	VENDEDOR DE ANTENAS DE T.V.
		31	CABELEIREIRO / SERRALHERIA
		32	BAR
5973	5415	13	CABELEIREIRO
		20	TAPEÇARIA
		29	CABELEIREIRO
5974	5416	34	OFICINA MECÂNICA
		18	SERRALHERIA
		20	FÁBRICA DE PIPOCAS
	5460	28	SERRALHERIA
		25	VENDA DE AVES E HORT.
		15	LOJA
		11	BAR E ARMAZÉM
		7	IGREJA
5977	5452	5	BAR/ACOUQUE
		11 e 12	MERCADINHO
		23	FARMÁCIA
5979	5482	26	BAR
		23	LOJA
		27	BAR E MERCEARIA
		7	CONCERTO DE BICICLETAS
5980	5464	8	FUNILARIA AUTOS
		34	BAR
		21	MERCEARIA
		28	FUNILARIA
		33	BAR
5982	5457	5	COMP. IMP. E EXPORTAÇÃO
		3	DEPÓSITO
		24	COMÉRCIO AGRÓ-PECUÁRIO
		18	DEPÓSITO
5989	5475	30	SERRALHERIA
		27	BAR
5984	6315	27 e 28	DEPÓSITO
		7	DEPÓSITO
		4	IGREJA
5985	5496	9	BAR E MERCEARIA
5987	5419	7	BAR
		8	IGREJA
		16	BAR
LEGENDA			
■	USO RESIDENCIAL	■	USO INSTITUCIONAL
■	USO COMERCIAL	■	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
■	USO INDUSTRIAL	■	PRAÇAS



LEGENDA

- ⊘ — MORTO
- ▲ — EGO
- ⊔ — UNIÃO
- NL. — NÃO LEMBRA
- ⊞ — SEPARAÇÃO
- NOME DESCONHECIDO (PELO PESQUISADOR)
- ∧ — GÊMEOS

1
19
23
4

Fig. GENEALOGIA da FAMILIA "GOMES"

Maria José de Mattos Taube

«Pobre é que nem abelha,
cada dia zune num canto»

Estudo de processos migratórios e fixação de famílias na favela:
o papel das mulheres e das instituições assistenciais.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Antropologia Social,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

Orientadora: Prof^a Dr^a Bela Feldman-Bianco

VOLUME II

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

CAMPINAS - 1986

CAPÍTULO 3

COM O PÉ NA ESTRADA: HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO

DO GRUPO DOMÉSTICO DOS GOMES	90
1. A trajetória de uma família	94
2. A migração para o sul	115
<i>Notas do Capítulo 3</i>	124
<i>Anexo</i>	128

MAPAS

VOLUME 2

CAPÍTULO 4

A VIDA NA FAVELA: ESTRATÉGIAS DE FIXAÇÃO

DE MIGRANTES DE BAIXA RENDA.....	129
1. O grupo doméstico: estratégias de controle e de cooperação internas	133
2. O barraco: organização do espaço físico e social do grupo	148
3. A vida no barraco: estrutura familiar, hierarquia e valores	166
<i>Notas do Capítulo 4</i>	204
<i>Anexo</i>	213

CAPÍTULO 5

A VIZINHANÇA NA FAVELA

E O JOGO DAS INSTITUIÇÕES	214
1. Os vizinhos: etnografia da vizinhança (estudo de casos)	217
2. A cooperação na vizinhança e o estímulo institucional: o papel das mulheres	264
2.1 A construção de lideranças femininas	269

2.2	A política invisível das mulheres	292
2.3	A caridade e o "espírito do capitalismo".....	296
	<i>Notas do Capítulo 5</i>	302

CAPÍTULO 6

A FAVELA ESTÁ MUDANDO. À FORÇA	309
1. A remoção	312
2. A organização coletiva	328
3. Os movimentos dos favelados em Campinas 1979/1982	335
3.1 Assembléia do Povo: a emergência do movimento dos favelados de Campinas	339
3.2 A "lei dos favelados"	361
<i>Notas do Capítulo 6</i>	378

CONCLUSÕES	386
<i>Notas das Conclusões</i>	402

ABREVIACÕES	404
-------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	407
--------------------	-----

CAPÍTULO 4

**A VIDA NA FAVELA: ESTRATÉGIAS DE FIXAÇÃO
DE MIGRANTES DE BAIXA RENDA**

Para enfrentar condições econômicas adversas, as unidades domésticas na favela precisam lançar mão de diferentes estratégias, com vistas a compensar os baixos rendimentos determinados por situações de subemprego e de desemprego que as afetam. É comum a rede de cooperação que se estabelece entre grupos de relações primárias e de vizinhança, formando extensas redes de parentesco, compadrio e de outros tipos, para fazer face às dificuldades.

Observei na favela de São Marcos diferentes formas de cooperação estabelecidas entre parentes e vizinhos, tanto a nível doméstico (ajudas mútuas, cuidados dos filhos, etc), quanto econômico (distribuição dos recursos), que podem in-

cluir parentes consangüíneos e por afinidade, amigos mais chegados, compadres e afilhados (1).

A situação de migração, que atinge a maior parte dos moradores desta e das demais favelas de Campinas, parece ser um fator importante na determinação dessa cooperação pois, conhecendo as dificuldades de fixação na cidade, aqueles que já estão estabelecidos (como vimos no **Capítulo 2**) facilitam para os outros a difícil fase de chegada.

De modo geral, os recém-chegados precisam, sobretudo, de um lugar para morar até encontrar um emprego, um terreno para construir, um barraco para alugar ou comprar, de escola para os filhos, conhecer a cidade e sua intrincada rede de serviços e a burocracia pública, que, juntamente com as redes de relações primárias, pode ser fator fundamental na adaptação e fixação dessa população. E, uma vez que as relações de parentesco e vizinhança podem ser a base da cooperação e, portanto, das possibilidades de fixação, muitos acabam investindo na vinda de mais membros da família ou de pessoas próximas, que podem aumentar essa possibilidade, promovendo, desta forma, a recomposição de redes anteriores de parentesco e vizinhança, ou constituindo novas nos lugares de destino.

A fragmentação de unidades domésticas é freqüente quando acontecem migrações isoladas de homens para o trabalho na construção civil ou para empreitadas no campo (2). No primeiro caso, as empresas às vezes tendem a substituir precariamente a família, oferecendo local para pernoite e possibilidade do trabalhador cozinhar ou ter quem cozinhe seu

alimento. Esta estratégia empresarial evita despesas de infra-estrutura para a família, mas onera o trabalhador que, sem seu grupo de apoio, paga mais caro pela sua manutenção. Por isso, e por razões morais (homens "soltos", sem limites familiares, dificultam o controle), há uma forte tendência para mandar buscar a família, no que o trabalhador é totalmente apoiado pelo esquema institucional existente que não só facilita a migração, mas fornece também as condições de fixação do grupo doméstico na cidade.

O favorecimento evidente da migração de grupos domésticos para as cidades em desenvolvimento visa, sobretudo, a possibilidade da economia de gastos das empresas com a mão-de-obra e o aumento da oferta de braços disponíveis. Essas condições acarretam, por certo, um achatamento do salário dos trabalhadores, compensado, desta maneira, pelo apoio da família. A "cesta de consumo" ⁽³⁾, ou as condições mínimas de sobrevivência do trabalhador, que compõem o preço da força de trabalho, pode ser assim garantida também pelo "trabalho invisível" da mulher e da família ⁽⁴⁾, aumentando "invisivelmente" a renda entre a população carente ⁽⁵⁾, sem que seja preciso aumentar os salários na medida justa do preço da força de trabalho.

De acordo com trabalhos recentes sobre família, alguns autores afirmam que entre os membros de grupos domésticos as mulheres são as principais responsáveis pela formação e reconstituição das redes de parentesco, vizinhança e compadrio e, numa situação de fragmentação causada por migrações, são as que mais contribuem para a recomposição dos grupos originais ⁽⁶⁾.

Nesse sentido, o estudo de um grupo doméstico nordestino recém-chegado à cidade pode mostrar todo um processo de fixação de migrantes de baixa renda, desde as dificuldades em relação à moradia, até a questão do emprego e dos salários, cujos processos condicionam a composição familiar, distribuição de rendimentos no grupo, divisão de tarefas, autoridade, *status*, etc. Neste particular, o papel das gerações no interior de grupos domésticos é um aspecto fundamental do estudo do modo de estruturação desses grupos. Assim, tanto o comportamento dos homens quanto o das mulheres parecem estar diretamente condicionados a ciclos familiares específicos, idade e gerações e a um universo cultural que extrapola a favela.

A partir dessa premissa é que o estudo pormenorizado das relações e estratégias estabelecidas no grupo de Pedro e Ana, na vizinhança e na comunidade, a recomposição familiar, a cooperação, os papéis de homens, mulheres e crianças, pode revelar um universo aparentemente isolado e situá-lo num contexto social maior: a favela, a cidade, a sociedade.

1.

**O GRUPO DOMÉSTICO:
ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E DE COOPERAÇÃO INTERNAS**

Para enfrentar dificuldades econômicas e de outras ordens, homens e mulheres na favela tornam-se ativos empreendedores, buscando recursos alternativos, compensando os baixos rendimentos, através de "bicos", horas-extras, trabalhos extra-lar, utilizando o trabalho dos filhos em pequenas tarefas rendosas como a coleta de papéis, ferro-velho, na venda de produtos alimentícios, o trabalho no campo e, também, através da agregação de parentes, amigos e ex-vizinhos que propicia a cooperação doméstica.

Quando, em 1978, iniciei a pesquisa de campo na favela de São Marcos, o grupo doméstico de Pedro e Ana era constituído por um enorme número de membros que compartilhavam de certa forma o barraco, os recursos, sob a autoridade dos mais velhos, e formavam um grupo coeso em torno de um objetivo maior: reunir toda a família, desmembrada pelas migrações sucessivas, possibilitando a todos o apoio necessário para a vida na cidade.

Nessa época, Pedro e Ana estavam com 60 e 61 anos de idade respectivamente, quando normalmente os casais atingem uma fase de dispersão do ciclo familiar, aposentando-se de tarefas como a reprodução e manutenção da família, passando a depender mais dos filhos e perdendo, por isso, gran-

de parte de sua autoridade e controle sobre eles ⁽⁷⁾. Todavia, talvez devido à extrema necessidade de coesão e cooperação no grupo, face às dificuldades causadas pelas situações de migração e pela vida na favela, Pedro, Ana e Mãinha continuavam a ser os elementos mais importantes na manutenção do grupo, agregando em torno de si os filhos ainda solteiros, os casados, netos, afins e agregados, possibilitando um apoio mútuo e, portanto, a subsistência.



Pedro, Ana e Mãinha -
do campo ã cidade:
a vida na favela



Observando como as pessoas se dividiam em relação às tarefas domésticas, em relação aos recursos, autoridade, etc, percebi que havia neste grupo uma forte concepção de união, refletindo-se na aceitação tácita da autoridade dos mais velhos sobre os mais jovens e que, segundo eles, contribuía para manter o grupo unido. Por isso, grande parte dos conflitos e desavenças eram contornados para não afetarem esse ideal.

"Qualquer coisa que eu mandar eles obedece. Por exemplo, se chega um bêbado, eu falo e eles escuta. Teve um dia que eu disse que ia dar parte dele (Zê). Eu aviso pra eles, que mesmo que eles seja massa bruta e eu não agüentar mais eles, mas se for preciso eu vou na polícia e mando descer o cacete pra eles aprender" (PEDRO).

A idéia de autoridade, principalmente masculina, parecia ser muito reforçada e Pedro idealmente figurava como o "cabeça", o chefe da família. Para perceber outras formas de poder, como o das mulheres, por exemplo, exercidas no grupo, como o de Ana e Mãinha, precisei estar atenta à maneira como agiam, para não ser envolvida pelo que me transmitiam como normas ideais.

De acordo com FRY⁽⁸⁾, em grupos domésticos onde os homens mantêm sua posição de autoridade e têm o direito legítimo de tomar decisões relacionadas a outros, as mulheres podem manter o poder indeterminado, isto é, os meios para ganhar a aquiescência através de suas atitudes, como fornecedoras de alimentos e de serviços sexuais. Esta era, a meu ver, uma situação comum no grupo, dado o número de mu-

lheres e a solidariedade que se estabeleceu entre elas.

O ideal de ficar junto, reforçado pelos casamentos intragrupo, parecia indicar uma continuidade no padrão de escolha de parceiros. O isolamento no campo, as migrações temporárias durante épocas de crises econômicas, talvez forçassem os grupos domésticos a se agregarem para enfrentar situações difíceis e às vezes permanentes ⁽⁹⁾. Os costumes e valores dos grupos domésticos extensos permeiam ainda a vida do grupo na cidade, não como uma tradição da qual não conseguiram se libertar, mas como estratégia de adaptação a um novo modo de vida. Na favela, como no campo, a coesão e a cooperação entre parentes são fatores fundamentais de garantia de subsistência.

Desta maneira, os que estavam junto eram "amarrados" por uma ideologia de união e os que estavam longe eram constantemente lembrados através das histórias familiares, continuando, assim, a fazer parte. E a chegada de novos membros ou as cartas que circulavam, apesar da pouca "leitura", visavam, sobretudo, envolver a todos, perto ou longe, no mesmo ideal de agregação ⁽¹⁰⁾.

Ana e Mãinha viviam reclamando e chorando a ausência de Bento e Tercila. Bento havia ficado no Nordeste quando o grupo migrou para o Sul e Tercila, apesar de os ter acompanhado na migração para o Paraná, retornou a Cabrobó quando se casou. Dessa maneira, nenhum dos dois conhecia os irmãos que por lá nasceram, nem a família conhecia seus filhos (dez de Bento e nove de Tercila).

Em suas tentativas de recompor a unidade conjugal,

Ana dizia que não queria morrer sem ver Bento e Tercila. Quando falava de Bento, dizia que sempre que sonhava com ele, "não conseguia nunca chegar até a sua casa". "Tava pertinho e já acordava". Tercila, no entanto, nunca foi recuperada pela família. Quando Ana chorava por sua ausência, Pedro dizia: "Pra mim é o mesmo que tá morta, porque eu tou véio e sei que não volto mais lá".

Em 1981 registrei a chegada de Bento em Campinas, após quase 25 anos de separação, quando a família ficou em festa por três dias, todos em volta de Bento, contando as suas histórias e ouvindo as dele. A sua imediata incorporação ao grupo de Campinas confirmava a disposição de recomposição do grupo.



tentativas de recomposição familiar
no contexto da cidade



os filhos homens -
orgulho e raça dos Gomes

"Nós vai construir pra ele ali no fundo. Nem que a gente divida metade dum cômodo de cada um, que ele vai ficar aqui, ele vai, porque eu não vou deixar filho meu pagar aluguel.(...) A outra filha (Tercila) eu vou buscar também, se Deus quiser. Nós vai sacrificar. Nem que cada um dê uma gorjetinha que seja. Eles (Tercila e o marido) é proprietário lá no Norte, mas tão passando fome, porque ninguém come terra" (PEDRO).

Essa recomposição familiar, ou a ampliação dos grupos de apoio, no entanto, não incluía apenas os membros mais próximos da rede de parentesco, pois a instabilidade dos agrupamentos no campo, conforme afirma DURHAM ⁽¹¹⁾, estabelece um círculo amplo de relações de pessoas que extravasam os limites dos grupos de vizinhança e servem de instrumento de mobilidade. Os parentes constituem então pontos de apoio para o entrosamento possível em grupos de vizinhança diferentes. Os casos de Neucina, Nivaldo, Zê Negão e outros que se agregaram ao grupo em Campinas eram típicos, pois, vizinhos e afilhados no Paranã, seguiram o grupo até a favela, dele fazendo parte como se fossem parentes.

Assim, os levantamentos que se propõem a averiguar a renda doméstica ou o tamanho da família através de pesquisas sincrônicas ou de questionários de respostas imediatas, acabam por não detectar situações de incorporações temporárias de outros membros ou de outros núcleos na família. Isso acontece principalmente porque, cientes dos preconceitos existentes sobre famílias de baixa renda, as pessoas tendem a ocultar algumas informações fundamentais. Estudos e le-

vantamentos sobre controle familiar no Brasil, por exemplo, apontam o grande número de filhos entre famílias de baixa renda como a causa principal da pobreza, partindo do princípio de que quanto maior o número de filhos, pior, e, assim, advogam o controle da natalidade, como tem sido feito no Brasil (12).

De acordo com BILAC (13), o tamanho da família não depende apenas dos padrões de fertilidade e mortalidade, mas é também resultado do modo como as fases do ciclo de vida doméstica - expansão e dispersão - se articulam no tempo, e, do modo como são manipuladas dentro de certos limites.

Em seu estudo sobre famílias de trabalhadores manuais, BILAC percebeu contradições em relação aos dados levantados sobre o tamanho da família, entre esses grupos. Embora tivesse observado que, entre os casais mais velhos, as mulheres mais velhas costumavam ter filhos até os 40 anos, aproximadamente, implicando num prolongamento da fase de expansão, portanto, num maior número de filhos, contraditoriamente os núcleos eram pequenos, com 3,5 filhos residentes em média. Isso levou-a a formular hipóteses e descobrir situações que dificilmente apareceriam em pesquisas sincrônicas, ou em levantamentos quantitativamente orientados.

Segundo a autora, "certas descobertas fortuitas da pesquisa de campo", reforçam a suposição de que, o tamanho da família pode ser significativamente afetado por uma dispersão "artificial", implicando numa diminuição precoce de seu tamanho, como uma estratégia de sobrevivência. Desta forma, meninas de 13 anos ou mais, quando empregadas domésticas,

passam a morar com os patrões e, em caso de crises econômicas severas, alguns dos filhos passam a morar com parentes em melhores condições financeiras, não sendo, por isso, arrolados como filhos residentes.

Apesar dessas descobertas "fortuitas" da pesquisa e de reconhecer que certos aspectos da dimensão da família só se tornam evidentes quando perspectivas diacrônicas são adotadas, BILAC concluiu que a família do trabalhador manual é pequena e organizada de forma nuclear, pois, das 208 famílias estudadas, 180 eram nucleares e 28 apenas eram constituídas por famílias extensas. Também a SPS de Campinas, ao fazer levantamento semelhante em três favelas diferentes ("Operação Favela"), encontrou entre as 804 famílias entrevistadas, apenas 107 agregadas ou ampliadas. Segundo este levantamento, entre as 397 famílias pesquisadas na favela de São Marcos, 59 apenas, eram ampliadas. Através do trabalho de campo detalhado, no entanto, encontrei um grande número de famílias ampliadas através da incorporação temporária ou não, de outros membros ou, como é comum, de uma ou mais unidades nucleares. No entanto, muitos desses casos apareciam nos levantamentos oficiais como nucleares, e só a sistemática observação junto a esses grupos tornou visível certos aspectos da família na favela.

Observei que as pessoas pareciam querer ocultar essa agregação, dizendo que estavam só visitando ou que estavam ali até arrumarem serviço. A família de Pedro e Ana, por exemplo, não aparecia no levantamento da SPS como um grupo doméstico extenso, mas sim como várias unidades nucleares, pois haviam sido artificialmente separados pela nu-

meraço dos "cômodos". Eu mesma só fiquei sabendo que Nivaldo, Neucina e Zé Negão, que não eram da família, estavam morando lá, porque acompanhei esse grupo por muito tempo. . . . Da mesma maneira, descobri que as oito unidades conjugais, aparentemente separadas pela numeração dos barracos feita pela SPS, formavam na verdade uma única família extensa, reunida por laços de parentesco e afinidade, pelas trocas generalizadas e pelo compartilhamento do barraco e de outros itens e serviços.

Quando perguntei a Ana se Nivaldo e Neucina pagavam aluguel, a resposta foi: "De jeito nenhum". Mas quando perguntei se eles ajudavam com alguma coisa, Ana disse: "Zé Negão só dá Cr\$ 1.000,00 pra ajudar nas despesa e o Nivaldo dá qualquer coisinha" (14).

A meu ver, este tipo de resposta revelava duas coisas: um desejo de união entre eles mesmos, de tal maneira que o "pagamento" era negado, já que cobranças só deveriam existir entre estranhos. E também uma dificuldade em revelar para os outros um enorme número de membros residindo num espaço tão pequeno. Por isso, no início diziam que eles estavam ali "de passagem, provisório", "só até conseguir comprar as coisa e fazer o barraco". No entanto, moraram ali por mais de um ano.

A recomposição familiar e de vizinhança entre migrantes favelados dificilmente pode se dar sem esses artifícios de usar a casa de parentes ou amigos no momento da chegada na cidade, quando se processa a busca de emprego, de um local para moradia ou a interação com o novo contexto. E

como essa recomposição é um processo que pode envolver várias etapas, é possível que, em vários momentos da existência desses núcleos, eles estejam aumentados pela incorporação de outros membros, ou mesmo de outros núcleos. Muitas famílias que pesquisei eram, num dado momento, nucleares, e, no momento seguinte, podiam já estar ampliadas.

Se se acreditar, como FORTES (15), que os chamados "tipos" de família (nuclear ou extensa) são, na verdade, fases do ciclo de desenvolvimento de uma única forma geral para cada sociedade, podemos entender que o padrão de residência é uma cristalização do processo de desenvolvimento da família num determinado momento. As pesquisas diacrônicas podem captar esses diferentes momentos dos ciclos de desenvolvimento das famílias sem que seja preciso estabelecer, para o favelado, um padrão de residência definitivo. Assim como as outras famílias, essas também serão ampliadas quando e onde convier, dependendo da fase de seu ciclo e das estratégias a serem adotadas.

Segundo BILAC (16), a elevação da renda familiar geralmente acompanhada por um aumento no tamanho da família e por um aumento no número de provedores pode não significar uma melhoria de suas condições de vida, já que "para a maioria das famílias pesquisadas, quanto maior seu tamanho menor sua capacidade de consumo por dependente, a despeito do aumento do número de remunerados que este maior tamanho possa provocar e efetivamente provoca". BILAC parece não levar em conta, nesses casos, que, entre famílias de trabalhadores, a renda doméstica, considerando apenas os salários de seus membros, não deve ser tomada como uma me-

dida de proteção familiar, uma vez que a mobilização de recursos entre essa população pode incluir formas alternativas de trabalho, não necessariamente remuneradas por salários, como também outras formas de mobilização, como as doações, que aumentam as possibilidades de consumo da família. Nesses casos, o aumento da família num determinado momento e as formas de residência encontradas na favela podem significar estratégias de superação econômica, mais do que um padrão de residência entre favelados. Desta maneira, certos itens como a luz elétrica, um maior espaço na casa, a televisão, a disponibilidade maior de alimentos, etc, podem ser resultado do maior número de membros, adultos ou não, uma vez considerado que a renda doméstica não provém do indivíduo, mas da família.

Certas iniciativas, como a ampliação da família e outras formas que podem ser utilizadas para aumentar a renda doméstica, baseiam-se na idéia de cooperação e coesão entre membros de grupos de baixa renda, concretizando-se, como no caso dos Gomes, na construção do barraco, na convivência entre um grande número de unidades conjugais, na distribuição interna dos alimentos e das tarefas, acarretando, indiretamente, um aumento do consumo por dependente.

Em 1979, o salário mínimo era Cr\$ 2.107,20 e a renda familiar dos Gomes provinha de vários rendimentos: Pedro recebia Cr\$ 1.600,00, porque estava "encostado" por doença; Ariosvaldo Cr\$ 5.000,00; Milton Cr\$ 4.000,00; Francisco e Marcos estavam desempregados; Gorda recebia Cr\$250,00 por dia de faxina; Riselda Cr\$ 1.100,00 (empregada domésti-

ca) e Ana recebia Cr\$ 200,00 por semana para tomar conta dos filhos menores de Raimunda, sua vizinha. Os Cr\$ 1.000,00 pagos por Zê Negão e os Cr\$ 500,00 pagos por Nivaldo (seu salário era de Cr\$ 3.000,00) não eram apenas "qualquer coisa", como Ana dizia, mas tinham um peso significativo no orçamento doméstico. Segundo Ana, Riselda sempre dava Cr\$300,00 para Pedro e Cr\$ 100,00 ou Cr\$ 200,00 para ela. Na época da colheita de algodão, vários membros da família recebiam Cr\$ 75,00 por arroba, significando cerca de Cr\$ 375,00 por saca colhida.

Assim, a soma total dos salários auferidos pelos moradores do barraco de Pedro e Ana, seria de, aproximadamente, Cr\$ 18.000,00 mensais, a serem divididos de forma desigual, entre cerca de 30 pessoas nesta família, o que daria uma renda per capita de Cr\$ 600,00.

Se considerarmos o número de pessoas na casa e o salário mínimo vigente, esse rendimento poderia parecer baixo demais para garantir a subsistência. Não estariam computados aí, no entanto, os recursos auferidos através do trabalho alternativo, das doações, etc. Assim, mulheres saíam para trabalhar fora ou na roça do algodão ou de outros produtos, lavavam roupa para fora, cuidavam dos filhos de outros, vendiam alimentos na favela, etc. E os homens faziam "bicos" na vizinhança, fora dos horários de trabalho, iam também à roça, ou conseguiam terras para plantar roças de subsistência. Os filhos coletavam jornais, materiais, garrafas e outros produtos para vender no "ferro velho", olhavam carros ou ajudavam mulheres a carregarem as compras no CEASA,

vendiam produtos na favela, etc. De certa forma estavam todos envolvidos na tarefa de obter mais recursos, através de maneiras "invisíveis", dificilmente captadas por pesquisas ou levantamentos que levam em conta apenas os salários dos membros das famílias. Além disso, os bens adquiridos através de doações, como móveis, roupas, remédios, alimentos e até "despesa" (dinheiro), certamente não entram nesses levantamentos, embora possam ser considerados significativos, quando analisamos a questão do consumo entre esses grupos.

Esta constatação me levou a suspeitar que o aumento do número de pessoas, adultas ou não, na família, longe de significar uma diminuição no padrão de vida desses grupos, como afirma BILAC ⁽¹⁶⁾, podia significar, ao contrário, uma melhor possibilidade de consumo entre seus membros, uma vez que, dependendo da ampliação, ela pode implicar num aumento das doações e da participação de mais membros na aquisição de bens e recursos para a família.

A apreensão de dados como os aqui apresentados dificilmente constaria de levantamentos e pesquisas mais quantitativos, pois pressupõe um maior envolvimento do pesquisador no cotidiano desses grupos. O trabalho de BERLINK ⁽¹⁷⁾, por exemplo, baseado fundamentalmente num levantamento estatístico, fugiu à regra e captou a participação das mulheres e dos filhos na renda doméstica, propiciando um aumento substancial desta, porque, segundo ele, a pesquisa teve uma ênfase "mais antropológica". A partir de tal perspectiva, descrevo em seguida as estratégias de construção do barraco dos Gomes e sua interação no contexto da favela.

2.

O BARRACO: ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO E SOCIAL DO GRUPO

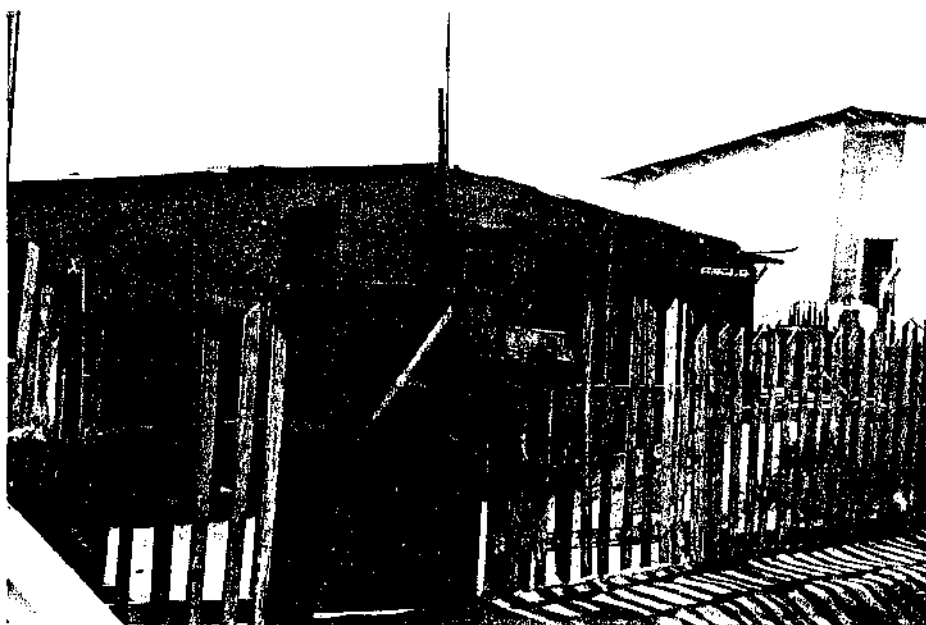
O barraco que os Gomes construíram na favela de São Marcos espelhava o ideal de união existente entre os membros do "clã" e possibilitava a recomposição do grupo original, a fixação e a subsistência na cidade.

O primeiro barraco construído não era grande e os "cômodos", ou "puxados", foram sendo feitos a partir das chegadas e saídas das diferentes famílias conjugais que por ali passaram. De início tinha cerca de seis cômodos, não muito definidos, uns separados por táboas, outros apenas por cortinas, conforme a necessidade de mudanças e divisões internas.

Construída por Pedro, seus filhos e genros (que também eram sobrinhos), essa habitação funcionou daí para a frente como o barraco central e foi rearranjada internamente para abrigar membros do grupo que foram chegando ou foram casando e serviu também para abrigar ex-vizinhos, compadres e afilhados.



o barraco de Pedro e Ana: ponto de chegada
e partida de muitos Gomes
(vista lateral)



casa e escola: lado a lado na favela
(vista de frente)

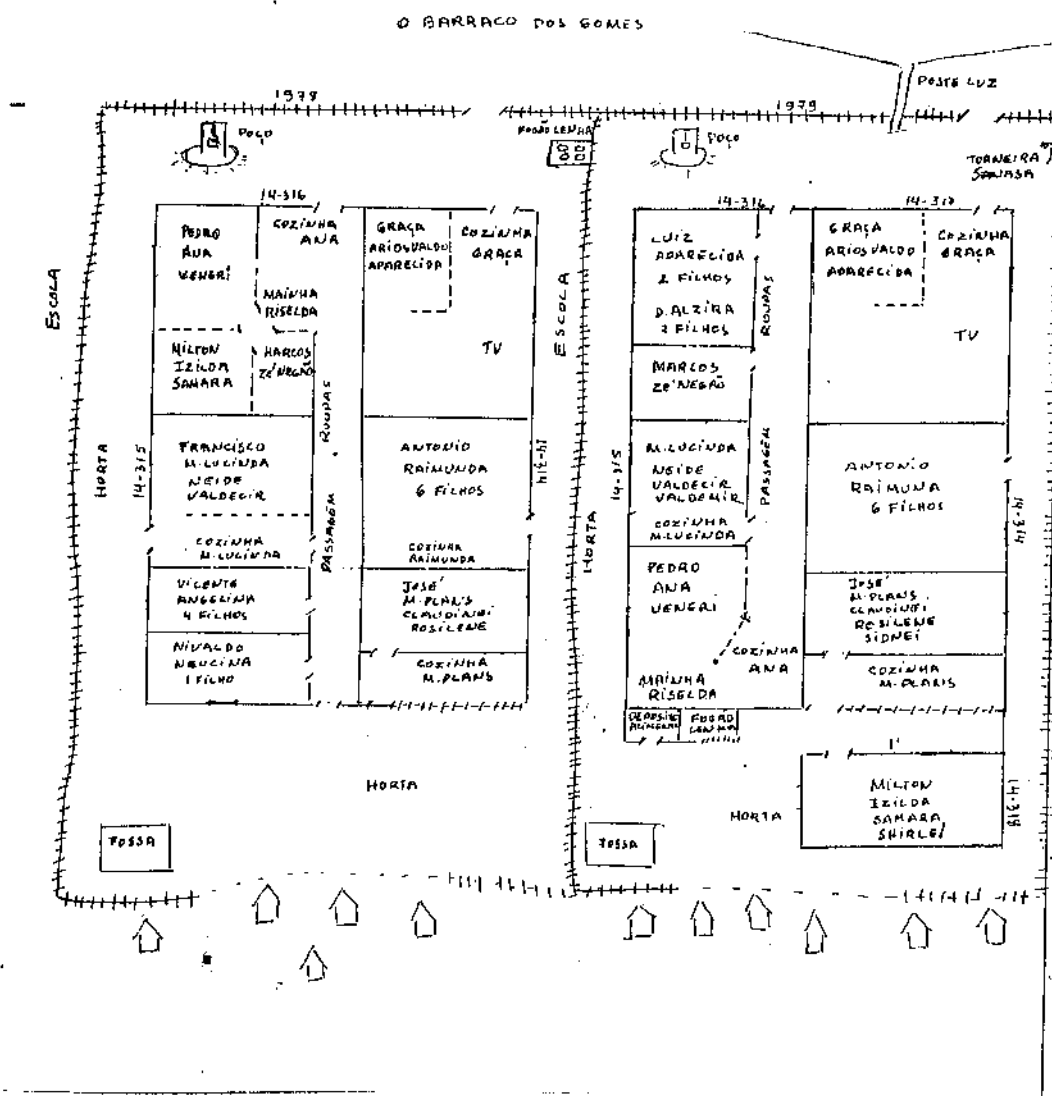
Situada na Rua 9 da favela, essa casa serviu de ponto de chegada e de partida para praticamente todos os filhos de Pedro e Ana, afins e agregados, que moravam ou se reuniam ali para discutir, conversar, comer e tomar decisões. Como quase todo mundo estava sempre por ali, pude acompanhar de perto os acontecimentos, as fragmentações e as recomposições do grupo. Pude observar as diferentes fases dos ciclos de desenvolvimento das distintas unidades domésticas que foram se expandindo ou se desintegrando. Este foi o caso de Gorda, quando Francisco se casou com outra, assim como o de Maria, que abandonou José, e de Riselda, que enviuvou um ano depois de casar.

Logo de início cercaram o terreno (18), ficando com um bom pedaço para plantar alguma coisa ou reservar espaço para mais alguém da família que precisasse. Um dos limites da cerca que construíram era com a escola municipal do bairro, que nessa época ficava numa área livre, sem muro. Quando a favela começou a crescer e alguns barracos começaram a invadir os terrenos próximos à escola, a Prefeitura mandou colocar tabuletas proibindo a construção, mas os barracos de Pedro e de alguns outros vizinhos continuaram ali mesmo. Essa área livre da escola servia para os jogos da criançada, nos recreios e fins de semana, e para o estacionamento dos carros das professoras.

Este primeiro barraco construído sofreu constantes modificações, mas sua estrutura básica permaneceu praticamente a mesma, com exceção de algumas vigas que foram trocadas e dos "puxados" que foram sendo acrescentados ao lon-

go dos anos. E o grupo continuou crescendo através de contínuas chegadas, nascimentos e casamentos.

Em 1978, residiam ali Pedro, Ana e os filhos solteiros Weneri, Riselda e Marcos, e os filhos casados, seus cônjuges e filhos: Izilda e Milton e um filho; Luiz e Aparecida e um filho; Antônio e Raimunda e seis filhos; Francisco e Lucinda e dois filhos; José e Maria Plans e dois filhos; Ariosvaldo e Graça e um filho; Maria e Francisco e quatro filhos. Os agregados eram: Mãinha, mãe de Ana e tia e sogra de Pedro; Zê Negão, Neucina e Nivaldo (ex-vizinhos do Paranã) e Fátima, sobrinha de Ana (irmã de Graça, de Milton e de Francisco).



Durante o levantamento da SPS em três favelas, o barraco de Pedro e Ana recebeu o número 14-316. Mas, como acomodava vários outros casais, cada um dos "puxados" recebeu uma numeração própria. Os casais que compartilhavam o barraco de Pedro e Ana, cujos cômodos não tinham ligação com o exterior, ficaram sem essa distinção. Somente os "independentes", com porta dando para fora, foram numerados. Em 1978 oito casais ao todo compartilhavam o mesmo teto, dividido por portas ou por cortinas, perfazendo um total de cerca de quarenta pessoas. Infelizmente nunca lembrei de medir o tamanho do barraco nem o dos cômodos, pois assim poderia agora calcular o número de pessoas por metro quadrado.

De acordo com desenhos aproximados que fiz naquela época e com o cadastro feito pela SPS, era assim que o barraco se afigurava após a numeração:

- 14-314 - Antônio Ferreira da Silva (filho)
- 315 - Francisco Gomes da Silva (sobrinho e genro)
- 316 - Pedro Gomes da Silva (ego)
- 317 - Ariosvaldo Gomes da Silva (filho)
- 318 - Milton Gomes da Silva (sobrinho e genro)

Apesar de grande, o barraco principal era precário e frágil e as tábuas, que já tinham sido desmontadas da outra favela, estavam ficando podres.

"Os caibro tá uns Cr\$ 115,00 o metro. É caro. Os pé direito já era do outro (barraco). A reforma teve que fazer porque o barraco tá ficando ruim, os pau podre. Alguns eu botei pra riba e passei óleo queimado pra conservar mais.

Com essa reforma aí, agora o barraco dura mais uns dez ano" (PEDRO).

As madeiras que formavam as paredes externas não encaixavam completamente, por isso às vezes entravam a chuva e o vento. O chão era de terra socada pelo uso e as crianças se arrastavam ali, nuas. No inverno o barraco ficava muito frio por causa da terra e eles usavam folhas de jornal debaixo da cama, ou faziam fogueiras no chão, à noite. E nas noites muito frias, o café e a cachaça circulava entre adultos e crianças, para aquecer.

O cômodo de entrada, espaço onde durante o dia todos circulavam, era também a cozinha e o quarto de Mãinha e de Fátima. Tinha ali um fogão, uma geladeira quebrada, que funcionava como armário, e uma mesinha, acima da qual algum tempo mais tarde foi colocado um "rabicho" de luz, emprestado de um vizinho de frente e morador do bairro (ex-favelado). Essa luz era usada apenas para ligar o rádio ou para passar roupa. Para iluminar a casa usavam lamparina ⁽¹⁹⁾. Não havia pia nem água encanada, por isso, sobre uma cadeira, havia sempre uma bacia onde se lavava alguma louça e umas latas grandes para ter água do poço dentro da casa. Grande parte da louça, no entanto, era lavada fora, ao lado do poço. Na extremidade oposta ao poço, em frente à casa, havia uma pilha de tijolos ao ar livre onde se cozinhava o feijão ou esquentava água, para economizar o gás de cozinha. Era difícil manter o fogo aceso quando chovia, ficando protegido apenas por uma folha de zinco sobre a panela.

As pessoas que nessa época compartilhavam o barraco geralmente compartilhavam também outros bens e servi-

ços como, por exemplo, o fogão de Ana, a guarda dos filhos, os alimentos. Quando uma das unidades conjugais ficava sem gás, trazia o alimento para ser cozido no fogão de Ana ou vinha simplesmente comer ali. Mas, independentemente das dificuldades, algumas das mulheres traziam seu próprio alimento para comer com as outras, enquanto os maridos estavam fora trabalhando. Assim, estando sem "despesas", desempregados ou simplesmente por companhia, as horas de refeição eram sempre concorridas (20).

"Maria faz comida aqui, às vezes leva pra comer lá. Gorda também porque ela tem fogão mas não tem dinheiro pro gás. Izilda é na casa dela. Às vez ela não quer fazer lá porque o marido trabalha e ela vem comer aqui. A Gorda é nós mesmo que dá, porque ela não tem. Hoje disse que o Francisco vem cá trazer umas compra pra ela. Ele tá com uma muié pra lá. É irmã de uma moça que a senhora mesmo conhece" (ANA).

Essa disponibilidade de trocas entre as várias unidades conjugais ajudava muito durante os períodos de crise, embora Ana e Pedro às vezes se queixassem de que sua pensão era pequena e quase não dava para nada.

No primeiro cômodo dormiam Mãinha e Fátima, separadas dos outros por uma cortina estampada que de dia era levantada. As pessoas se sentavam na cama, como se fosse um sofá. Havia malas e sacas no chão, uma estátua de Nossa Senhora Aparecida e outra de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e um espelhinho acima da cama. Neste mesmo cômodo e separados por outra cortina dormiam Marcos (o caçula dos homens), Luiz, que estava "descontrolado com a mulher", e Zé

Negão (afilhado e vizinho do Paranã). Também separados por cortinas dormiam Neucina, Nivaldo e seu filho recém-nascido, que faleceu logo em seguida de desidratação. Os dois moraram no barraco cerca de um ano e, depois da morte do nenê, retornaram ao Paranã.

Durante o dia os colchões eram empilhados, as cortinas levantadas e este cômodo de entrada ficava espaçoso, servindo de passagem para os outros.

O cômodo anexo a este era o de Pedro e Ana, onde dormiam também Riselda e Weneri. Havia ali uma cama de casal e uma de solteiro e uma cortina era usada em lugar da porta. Ali dormia também Izilda, até fugir para o Paranã com seu primo Milton, que havia sido criado junto, como irmão.

Segundo Ana, "Izilda mais Milton namorou uns cinco, seis ano. Pegou namorar ela lá no Paranã. Quando ele pediu e aliançou ela, nós tava no Jardim Aeroporto. Depois roubou ela e foi pro Paranã, na casa da tia (Izabel). Ela disse assim que ia comprar pão, saiu e não voltou. Mas quando chegou, graças a Deus já casou" (na igreja de Santa Mônica) (21). Primeiro eles moraram num quarto alugado na casa de dona Raimunda (vizinha). Depois, o quarto de Ana e Pedro foi dividido, formando um cômodo para Izilda e Milton e sua primeira filha, até que construíram o seu próprio cômodo.

Ao lado deste cômodo grande, todo dividido por cortinas e tábuas, ficava o cômodo de Graça e Ariosvaldo e sua única filha, Aparecida (14-317). Era completamente separado dos outros por meio de tábuas, sendo um dos maiores e com porta para o exterior. De todos os filhos, Ariosvaldo era o

que tinha melhor situação financeira, recebendo um salário de Cr\$ 4.000,00 na Cargill. Às vezes Graça arranjava um serviço para ganhar uns "extra", pois dizia que não era sempre que precisava trabalhar, só quando as coisas apertavam um pouco.

O quarto de Francisco era contíguo ao de Pedro e Ana. Moravam nesse cômodo Francisco, Maria Lucinda (sua prima) e seus dois filhos. Esse cômodo possuía duas portas, uma para dentro do barraco e outra para fora (14-315), enquanto Francisco o ocupava. Havia um fogão, uma cama de casal e um berço. As roupas, como nos outros cômodos, eram penduradas na parede ou guardadas em malas debaixo da cama. A situação do casal era instável. Lucinda tinha 12 filhos do primeiro concubinato, dos quais cinco eram vivos e estavam com sua mãe no Jardim Aeroporto. Tivera dois filhos com Francisco e estava grávida do terceiro. Mas Francisco já tinha arrumado outra mulher e filhos, e as coisas não estavam bem entre eles. No ano seguinte eles se separaram, mas Lucinda continuou ali no barraco. Ana se sentia responsável por ela, que tinha sido a "deixada", mas às vezes se queixava de que ela "bem que podia trabalhar fixo". Nessa época, "Gorda" (apelido de Maria Lucinda) conseguiu arranjar um atestado de pobreza e isso valia muito para receber doações das igrejas e da SPS, compensando sua situação de dependente.

O cômodo seguinte era o de Antônio e Raimunda e seus seis filhos (14-314). Neste mesmo ano eles se mudaram para a favela do Jardim Aeroporto, para perto dos tios (Francisco e Angelina), pois tinham achado melhor a condição de lá, onde poderiam conseguir seu próprio barraco.

Depois vinha o cômodo de Francisco e de Maria, com seus quatro filhos. Quando iniciei a pesquisa eles já haviam se mudado para uma chácara perto da Rhodia, como caseiros.

Junto a este cômodo ficava o de José e Maria Plans e seus dois filhos pequenos.

A cada vez que saía um casal ou um novo cômodo era acrescentado, havia uma reorganização do espaço interno⁽²²⁾. Às vezes a saída de pessoas, como no caso de Neucina e Nivaldo, ou de Maria, dava um certo alívio em relação ao espaço, que era em seguida ocupado por outros que iam chegando ou por aqueles que estavam lá. Muitos ficavam por pouco tempo, até arranjam onde morar.

Quando Fátima, que era irmã de Milton, de Graça e de Francisco, foi embora para a casa da tia, no Jardim Aeroporto, o alívio pareceu ser mais em relação ao trabalho e preocupação que ela dava do que realmente em relação ao espaço na casa. Fátima tinha vindo morar com eles para poder estudar na escolinha do bairro, mas começou a namorar um rapaz, conhecido como maconheiro e vagabundo na vizinhança (vivía desempregado) e a família toda foi contra. Fátima ficou revoltada e andou tendo uns "ataques" (revirava os olhos e desmaiava), depois de ter sido pega no barraco dele. E a decisão foi separá-la do rapaz, mandando-a para a casa da tia no Jardim Aeroporto. Antes, no entanto, Fátima foi levada à benzedeira, pois, segundo Ana, ela devia estar "enfeitada".

O caso de Fátima aconteceu bem no início da pesquisa; nesse tempo eu ainda não tinha acesso à intimidade

do grupo, mas, por estar ali presente, acabava participando das conversas e os detalhes mais íntimos iam sendo revelados. Foi nessa época que fiquei conhecendo a forma como eles resolviam seus problemas, tanto econômicos (cooperação), quanto afetivos, e como traduziam em atos a moral familiar estabelecida pelo grupo. O "conselho familiar", como eu o chamava, era muitas vezes utilizado quando algum membro saía fora dos limites, seja na questão da responsabilidade com os filhos e os mais velhos, seja nas relações sexuais e afetivas com o outro sexo. Quando um dos homens casados não cumpria suas funções de provedor (como Francisco, por exemplo), ou desleixava na relação com a mulher, ou a mulher com ele, a família se reunia (estavam quase sempre reunidos, pois o espaço era pequeno) e tratavam especificamente daquele caso. E as decisões eram então tomadas em conjunto, encabeçadas pelos mais velhos.

A idéia de que os mais novos deviam obediência, respeito e uma série de obrigações em relação aos mais velhos era sempre enfatizada, pois, sendo vistos como aglutinadores, seu papel nesta união do grupo parecia garantir as possibilidades de subsistência. E, como eram os mais velhos os conhecedores do passado mais amplo do grupo, acabavam sendo também os responsáveis pela continuidade do grupo enquanto uma unidade de cooperação. Além disso, por serem os donos do barraco principal, sua atuação na família ficava ainda mais demarcada. E o "conselho" funcionava então como uma forma de legitimar as relações de poder e mando, mesmo que na prática fosse possível escapar a essa autoridade. Assim, tanto os problemas que envolviam a família como um todo,

quanto os que só diziam respeito a uma determinada unidade doméstica, acabavam sendo trazidos para o grupo ou diretamente, pelas próprias pessoas envolvidas, ou porque a convivência íntima revelava as situações limites. Nada praticamente passava despercebido no grupo. Se um dos maridos brigava com a mulher, se estava "pulando cerca", se não provia a subsistência, todos acabavam sabendo as razões e tomando seus partidos.

Quando Francisco arrumou uma mulher fora do casamento, houve uma pressão familiar grande e, muito embora houvesse críticas e animosidades em relação a "Gorda", sua mulher, que era considerada desleixada, já meio velha e havia cometido adultério anteriormente, a família ficou de seu lado e Francisco saiu de casa. Gorda permaneceu junto com os sogros que, além das "responsabilidades com os netos", assumiam também o papel de tios de Gorda.

O caso de Marcos, o caçula, também foi assim, quando arrumou uma namorada que "não era moça de família" e a trazia para casa. As mulheres não a aceitavam e faziam pressão, deixando-a pouco à vontade. Ana e Mãinha tanto reclamaram com Marcos e com os outros que o namoro acabou. Ana justificava que se ele se "misturasse" com mulheres daquele tipo, quando resolvesse se casar nenhuma moça "de família" o aceitaria, porque sua reputação estaria "manchada" ali na vizinhança. No entanto, de certa forma, aprovavam o comportamento mulherengo de Marcos, que "mexia com tudo quanto era mulher". Só não aprovavam este comportamento dentro de casa. Sobre isso Mãinha falava: "Marcos tá namorando uma gata, mas

ela é nojenta, não presta pra nada. Toda noite vem pra cá e dorme com a Riselda. Mas ela fica é na cama do Marcos até não sei que hora. Ela não importa de dormir com o outro assim". E Ana falava: "Eu digo pra ele: ô meu filho, ela vai sujar seu nome, e quando abrir os óio não é nem casado nem solteiro. E a bicha é ciumenta, não quer que ele sai nem pra jogar futebol. E eu disse pra ele, nem eu, que sou mãe dele, não empaco a vida dele".

Da mesma maneira também eram resolvidas em grupo as questões econômicas de divisão de trabalho, de distribuição de renda e recursos. Isto ficou patente quando os vários filhos e genros se cotizaram para pagar a conta da luz e a prestação da televisão. Quando Ariosvaldo resolveu comprar a televisão, os Gomes ainda não tinham luz no barraco. Conseguiram dois "rabichos" com o vizinho Zeferino. Um ficou para Pedro e Ana e outro fô colocado no cômodo de Graça e Ariosvaldo, onde estava a televisão. A conta da luz era dividida entre todos que estavam empregados, em maior ou menor proporção, dependendo do salário de cada um.

A televisão só era ligada à noitinha, quando o pessoal todo da casa ia para o cômodo de Graça. Ela dizia que nessas horas sua casa ficava igual a uma creche, de tanta criança. Parecia haver um acordo tácito entre eles em relação ao horário de ligar a televisão, pois Pedro e Ana e os outros geralmente iam para ver as novelas e o noticiário. Diziam não gostar de incomodar. Quando, às vezes, eu chegava lá, eles estavam interessados em comentar as novelas e queriam saber minha opinião.

"Que que a senhora acha que tá acontecendo? A senhora acha que ele vai casar com ela? A novela tá complicada, porque tem duas muié esperando filho. Ela foi forçada pelo cunhado. Ela jogou a cadeira em cima dele, mas ele venceu ela" (PEDRO).

"E ficou 'gorda'. Mas a irmã sabe que foi o marido dela. Ela descobriu mas ficou quieta. Será que eles vão casar ela?" (ANA).

Se um deles estava desempregado, os outros respondiam pelos gastos familiares e, como dizia Pedro, "se um filho está sem sapato, o outro empresta, se nós não pode comprar dois frango pra todo mundo, não compra nenhum".

Essas falas eram provenientes dos desejos de união e cooperação em torno dos quais o grupo se movia. Uma vez, por exemplo, presenciei uma cena que normalmente esconderiam de pessoas de fora, pois, de certa forma, contradizia este modelo ideal de união e de compartilhamento. Maria Plans estava lá fora com seus filhos, enquanto a panelada de miúdos de frango cozinhava e eu conversava com as outras mulheres. Pedro chegou no quarto e disse para Ana que o frango estava diminuindo. Uns e outros disseram que não tinham pego, até que a filha de três anos de Maria Plans entrou chupando um ossinho. Ana deu uma "bronca" em Maria, que disse que a menina havia pego sozinha. Ana, brava, disse que ela não alcançaria a panela. Maria Plans, sem argumentos, sentou-se na cama e recostou a cabeça no colo de Ana, dizendo que estava com dor de dente, e o incidente foi esquecido.

Esta cena demonstrava que, apesar de haver entre

eles uma disposição de compartilhar os bens, serviços e alimentos, havia uma preocupação de que, sem um controle esse ideal ficaria comprometido. Assim, tanto Pedro como Ana, e Mãinha, mais do que qualquer outra pessoa no grupo, pareciam assumir essa responsabilidade, punindo aos que tentavam prejudicar os outros e garantindo que todos se sentissem protegidos em seus direitos.

Os direitos de cada um em relação à casa e aos recursos, não eram completamente definidos, a não ser no caso dos filhos. As tentativas de "invasão" de certas áreas, como a cozinha, por exemplo, precisavam ser constantemente vigiadas, principalmente com tanta criança à volta e com as dificuldades financeiras de quase todos. As pessoas mais "permanentes" como moradores aos poucos iam adquirindo mais direitos, como no caso de Maria, que não expressava intenção de sair dali, ou como no de Gorda, cuja situação de separada a tornava mais dependente de todos.

A flutuação da população do barraco certamente contribuía para uma constante reorganização espacial e de direitos, pois quem às vezes ocupava um cômodo sozinho podia, de repente, ter seu espaço invadido por novos companheiros ou, no caso da saída de algum, ter o privilégio de ficar com mais espaço.

Embora a moradia em comum fosse vista como economicamente vantajosa, os problemas e conflitos que disso resultavam, somados à insegurança da vida na favela (remoção), levaram "seu" Pedro a buscar alternativas e ele chegou a ir até o SPSHU para saber sobre as casas populares que estavam

sendo construídas através do PROFILURB (1980).

A ameaça maior de remoção enfrentada pelos moradores da favela do São Marcos, inclusive por Pedro, ocorreu em 1970, provocando forte resistência da Associação de Moradores diante das medidas arbitrárias do poder público. Com essa resistência os favelados conseguiram sustar as transferências e o movimento dos favelados ganhou forças na Assembléia do Povo (como veremos no Capítulo 6). Como membro atuante da Associação e da Assembléia do Povo, Pedro sentia-se fortalecido para reivindicar alguns direitos.

"Eles tava construindo umas casa popular, lá no Jardim Ouro Verde e eu fui lá (Prefeitura) pra ver. Já fizeram 500 casa e eu queria uma pra mim, mas a moça lá perguntou donde é que eu morava e se eu não gostava daqui. Eu disse pra ela que gostava, mas as briga daqui não dá. E ela falou pra mim que quem mora perto do grupo pode ficar, pode até remodelar o barraco. Aí, eu pensei, vou desmanchar o meu barraco e fazer de novo. Aí, se der certo, vou reformar o outro cômodo também e trocar as madeira velha e botar madeirite. (...) Comprei o material: 5 madeirite, 3 caibro, 12 telha eternite e paguei Cr\$ 5.073,00. Mas os filho me ajudou, que eles tinha cheque da Cargill. O Marcos é solteiro e ajuda muito. Ele dá Cr\$ 2.500,00, Cr\$ 3.000,00 por mês. Agora só falta o cimento. Precisei 10kg só pra acimentar lá fora, que tava entrando água aqui pra dentro" (PEDRO).

Apesar de não ter conseguido se incluir no PROFILURB, Pedro voltou contente pois, devido à sua atuação política e ao grande número de membros da família, conseguiu algumas

compensações, como, por exemplo, uma segurança maior de permanecer ali mesmo e de conseguir alguns melhoramentos para a família, como a torneira, praticamente restrita ao grupo e a doação de terra para melhorar as condições do seu terreno, então alagado. Com a doação de cerca de dez caminhões de terra, Pedro pôde melhorar a parte de trás do terreno e, aproveitando as paredes do cômodo de José e Maria Plans, iniciou a construção do cômodo de Izilda e Milton. A saída do casal para um novo cômodo acarretou, mais uma vez, uma reformulação do espaço interno. Como Milton estava nessa época trabalhando muitas horas, pois fazia hora-extra na Cargill e trabalhava nos fins de semana na horta de subsistência, pouco tempo sobrava para fazer este tipo de serviço. Seu cômodo foi então construído por Pedro e Avelino, seu vizinho, que era vigia noturno e aproveitava algumas horas do dia para fazer "bicos" na vizinhança.

"O barraco de Milton, eu e 'seu' Avelino que fez. Ele fez junto comigo isso aqui. Ele pediu Cr\$ 500,00 e eu dei Cr\$ 700,00 pra ele. O serviço dele aqui foi muito pouco. Aqui ainda falta dividir a cozinha, porque por enquanto ele não pode fazer essas despesa, comprar o material, e falta fazer o piso" (PEDRO).

O cômodo construído ficou de um bom tamanho, cabendo o fogão novo de Izilda, uma cama de casal, um berço para a filha (já estavam esperando outro), um armário e ainda sobrava espaço, porque não fizeram repartições internas para não encarecer a construção.

Quando Maria e Francisco se mudaram para o sítio,

houve também um rearranjo. Mãinha, por exemplo, que dormia na cozinha, passou a ocupar, com Riselda, o pequeno espaço que Izilda, Milton e a filha ocupavam. Quando Maria saiu, a cozinha, que ocupava o primeiro "cômodo", passou para este cômodo de trás e, com ela, levaram também o fogão de lenha, feito de tijolos, que ficava do lado de fora do quintal. Aproveitando essas mudanças internas, Pedro construiu um minúsculo cômodo, onde colocou a pilha de tijolos que servia de fogão. Esse pequeno cômodo tinha apenas um telhadinho e duas paredes laterais para proteger o fogo do vento e da chuva. O local originalmente ocupado pela pilha de tijolos na frente da casa (fogão) serviu para o registro da água e a torneira que Pedro conseguiu junto à Prefeitura.

A análise minuciosa dos dados coletados na família de Pedro e Ana e em outros grupos domésticos na favela levou-me a observar o comportamento das pessoas e refletir sobre o significado dos papéis que homens, mulheres e crianças iam assumindo na favela.

3.

**A VIDA NO BARRACO: ESTRUTURA FAMILIAR,
HIERARQUIAS E VALORES**

Talvez devido a uma divisão tradicional de trabalho entre mulheres e homens em que idealmente os homens saem para o trabalho e as mulheres cuidam da casa e dos filhos, o principal lugar da casa era a cozinha. Era ali que todos se reuniam à noite e nos fins de semana, mas era diariamente ocupada pelos que ficavam mais em casa, isto é, mulheres e crianças.

Algumas vezes cheguei à favela antes das 8 horas da manhã e já estavam quase todas ali, em volta de Ana e de Mãinha, depois de despacharem os maridos para o trabalho. Havia então uma grande movimentação. Várias preparavam mameiras, mingaus, tomavam café, fumavam, catavam feijão. Era difícil saber quem dormia ali ou no seu próprio "cômodo".

Nessa época, Ana ainda não tinha o problema de circulação sangüínea que mais tarde a manteve sentada na cama, quase sem poder andar. Estava sempre ativa, cuidando dos próprios filhos, dos netos, brigando, rindo, fumando com as mulheres. Mãinha, apesar da idade, era também muito disposta e estava sempre varrendo o chão de terra batida pelo uso, constantemente sujo de fezes ou de alimentos deixados pelas crianças menores que por ali se arrastavam. Além disso, ela às vezes passava horas costurando colchas de retalhos que

depois vendia por Cr\$ 400,00 para as mulheres da "Sopa" ou das igrejas. E catava piolhos das crianças enquanto contava histórias de outros tempos. Nessas ocasiões, tinha sempre quatro ou cinco bisnetos ao seu redor, esperando para serem "catados" e para ouvi-la falar.

Ana e Mãinha pareciam conhecer todos os segredos da vida, os perigos, as ameaças à vida familiar e, em cada oportunidade, transmitiam-nos através das histórias de casamentos na família, dos remédios para as doenças, das viagens, dos lugares por onde haviam vivido. E havia remédios e chás para quase tudo, muito embora nem sempre fossem postos em prática, como a receita que Ana deu para a bronquite do meu filho:

"Pra bronquite, dona Maria, pega um anu preto, quebra uma asa e uma perna e toca ele na água fervendo e tampa e deixa cozinhar até formar uma papa. Coa e o caldo dele põe numa panela e queima com açúcar e põe esse caldo com cravo e canela e põe no caldo e dá pra ele beber" (quem lhe deu a receita foi uma vizinha do Paranã).

Juntamente com Pedro, Ana e Mãinha eram a memória viva do grupo e através deles normas e regras iam sendo transmitidas aos mais jovens, tornando o passado presente a todo momento, reafirmando crenças e costumes entre eles. As histórias sobre o Nordeste e suas secas, mortes e magias sobre o Paranã, onde alguns haviam nascido ou se casado, serviam para não deixar perder o acervo de conhecimentos e costumes que manteve o grupo estrategicamente congregado por tanto tempo e em tantos lugares.

Segundo FORTES (23), as crenças e valores da sociedade são dadas em parte pela família e em parte pela estrutura social, e são reafirmadas através de ritos de passagem. Assim, numa situação de migrações e fragmentações, como a que foi vivenciada pelos Gomes, normas e costumes poderiam facilmente se perder pela ausência de procedimentos rituais que as confirmassem, não fosse o empenho dos mais velhos na reafirmação constante dos valores estabelecidos entre eles. E isto era possível, não somente porque procuravam "manter a tradição", apesar de morarem na cidade, mas, principalmente, porque essas "tradições" e valores eram fruto de atividades ainda rurais mantidas pelo grupo.

A presença constante dos mais velhos na casa, de certa forma "fiscalizando" os comportamentos, evitando ou justificando os desvios, era certamente importante na transmissão desses valores (24). E, se não fosse por Pedro estar se aposentando naquela época, ficando mais em casa e participando ativamente desse controle, o grupo pareceria constituído só por mulheres. Eram pelo menos dez mulheres que circulavam diariamente pelo barraco, cumprindo, quase sempre em conjunto, as tarefas domésticas, geralmente na cozinha (25).

A cozinha era não só o centro das atividades da família, como também era o lugar onde se recebiam as visitas. Só mais tarde, quando Ana começou a caminhar com dificuldade, é que eu passei a entrar em seu quarto, pois ela me chamava para consersarmos e pude vivenciar mais de perto a sua rotina íntima. Era quando as outras mulheres traziam os filhos pequenos e conversávamos todas juntas ao redor de Ana, com Pedro às vezes participando também.

Além dos produtos feitos na própria cozinha da casa, por volta das 10 horas da manhã havia as "sobras" da merenda escolar quase todos os dias. Ana e os vizinhos mais próximos da escola levavam baldes ou panelas grandes para buscar a sopa. Acredito que a escola preparava maior quantidade de merenda para ser distribuída entre as famílias que tinham muitos filhos e que não conseguiam vaga. Várias vezes acompanhei o grupo nessas sopas, que causavam muita movimentação na casa, pois tinham que correr com as vasilhas ou perdiam a vez. O que sobrava depois de tudo era dado pela escola aos porcos de um sítio próximo, segundo me contaram. Ao meio-dia, comiam da própria comida que, em geral, era arroz, feijão e, de vez em quando, alguma "mistura", que raramente era carne.

Havia também a sopa distribuída pelo Grameiro ou "Sopa", no Jardim Campineiro. Os Gomes, no entanto, raramente iam, porque diziam ter vergonha. Às vezes um ou outro membro do grupo ia e dizia que era muito boa, "com carne e tudo", mas procuravam esconder o fato, pois consideravam que os que sempre iam eram mais miseráveis do que eles (26).

Logo cedo as mulheres lavavam a roupa da família nos fundos do quintal. Pegavam água do poço e enchiam as bacias. Enquanto lavavam, punham em dia as fofocas, brigavam ou riavam muito. Muitas vezes se revezavam na lavagem de roupas quando alguma delas estava doente ou de resguardo. Revezavam-se na lavagem da roupa de Ana e de Pedro, depois que Ana ficou doente. E diziam que faziam isso porque, se um dia precisassem, alguém também faria por elas.

O sistema de reciprocidade existente entre as mulheres do grupo parecia torná-las quase que auto-suficientes em relação às vizinhas. As boas relações de vizinhança eram mantidas mais por Ana do que pelas mais jovens. As vizinhas mais próximas, como Eulina, dona Raimunda e Santina vinham visitá-la quando começou a ficar doente, ou vinham pedir favores (uma cebola, uma xícara de pó de café, etc). Sentavam-se por ali e ficavam a conversar sobre suas vidas. Muitas vezes o assunto não era só a família, comentavam sobre a vizinhança, as novelas, o custo de vida, o governo. E o comentário era sempre de que "a coisa estava ficando feia" (os preços, a moral do mundo, etc). Ligavam-se às notícias através do rádio, da TV e inteiravam-se do que acontecia na favela através dos vizinhos, das reuniões na Associação dos Moradores e em suas idas aos centros assistenciais.

Por causa da timidez ou da "caipiragem", como se diz, elas pareciam muito fechadas com pessoas estranhas. Mas, com o tempo e a convivência, pareciam-me espontâneas e alegres, divertindo-se muito umas com as outras. Faziam-se muita companhia e uma nunca ia sozinha levar o filho ao posto de saúde, às instituições na cidade ou às compras. Iam sempre duas, três, em grupo.

Algumas vezes me pediram para escrever cartas, quando sentávamos para conversar. Uma dessas cartas foi o pedido de uma cadeira de rodas para Ana, enviada para um programa de rádio. Nesse dia disseram que a minha escrita afinal "servia para alguma coisa". Como eu podia anotar sem deixar de prestar atenção ao que diziam e continuar participando da

conversa, muitos achavam que aquilo tinha uma espécie de mágica e riam ao descobrir que suas falas estavam todas gravadas no papel.

Como a vida na casa girava muito em torno das mulheres e das crianças, a rua se apresentava como um espaço perigoso onde ficavam os marginais e andarilhos, confirmando a importância da segurança proporcionada pela vida em família. Quando uma criança saía sozinha para a rua, em geral apanhava, porque diziam que, além desses perigos, os carros também podiam matar. Pedro tinha um cinto que ficava sempre pendurado na parede e ameaçava os netos quando algum fugia para a rua ou desobedecia. Podiam brincar no quintal ou na porta de casa, mas deviam ter sempre alguém por perto.

Como a população do barraco era flutuante, assim também era o número de crianças que circulavam por ali. Uma época, por exemplo, várias das mulheres engravidaram ao mesmo tempo e Ana, orgulhosa, comentava: "Viu, dona Maria, aqui tá tudo bolinha". Estavam grávidas Maria, Gorda, Izilda e Aparecida. Com isto, de repente o número de crianças podia multiplicar. No início da pesquisa havia cerca de vinte crianças cujas idades variavam entre 0 e 14 anos.



"aqui tã tudo bolinha" (ANA)

O número de filhos entre populações de baixa renda, ao contrário de ser negativo, como seria de se esperar por aumentar o número de dependentes, pode ser positivo, pois os filhos e netos podem ser a garantia de apoio na velhice, na doença e no desemprego. E, dada a alta taxa de mortalidade entre essa população, tendo um número maior de filhos aumenta-se a probabilidade de que um número maior sobreviva. E, de certa forma, os filhos garantem também o apoio institucional, pois uma família com uma prole numerosa tem, em geral, prioridade em relação às doações distribuídas entre as populações de baixa renda pelas instituições assistenciais, aumentando assim os recursos da família. Além disso, como as pessoas nesses grupos iniciam cedo suas vidas produtivas, as crianças podem prestar certos serviços que redistribuem as tarefas dos adultos. Crianças de 7, 8, 9 anos de idade, por exemplo, já podem segurar e alimentar irmãos menores, varrer o chão, comprar pão nas vendinhas próximas, carregar água, ir para a roça, etc. São, por isso, importantes e desde cedo se incorporam na divisão interna das tarefas, tornando-se úteis à família. Muitas meninas assumiam as tarefas da mãe, enquanto esta saía para trabalhar fora. E muitas crianças participavam da mobilização de recursos, junto com a mãe ou sozinhas, na colheita do algodão (27).



Silvana: o cuidado precoce dos irmãos

Embora vistas por esse prisma positivo, as crianças também podem ser um estorvo, como diziam, a causar perturbação com os barulhos, brigas, despesas extras, doenças. Um dia, por exemplo, Pedro, depois de brigar com Maria, sua nora, por causa de seu filho malcriado, disse-me:

"Sabe, dona Maria, se eu pudesse ia morar lá no fim da rua. Só eu, minha velha e minha sogra. Só aí eu ia ficar de 'moringa fresca' (sossegado)".

O vínculo estabelecido entre as mulheres parecia efetivamente influir na possibilidade de morar junto, mais do que a simples ligação de parentesco. Tanto filhas quanto filhos eram aceitos com menos reservas do que os genros e as noras. O fato de alguns destes últimos serem quase filhos, pois eram sobrinhos, ajudava muito nessa disposição. Ana, por exemplo, sempre se queixava mais de Gorda, por não trabalhar, do que de Riselda, quando estava desempregada. Aparecida, por exemplo, que se casou com Luiz, não se deu muito bem na casa e, depois de um ano, alugou um barraco ali mesmo na rua 9 e mudaram-se para lá. Embora tivesse vindo do Paraná com os Gomes, parecia não se ter adaptado àquela estreita malha de relações do grupo.

Apesar da disposição em aceitar parentes, devido às vantagens da moradia compartilhada, havia na verdade um maior entrosamento entre as mulheres ligadas por laços consanguíneos do que entre aquelas ligadas apenas por laços de afinidade. Mas como na família havia casos de superposição de laços (Graça, Gorda, Raimunda, Francisco, Milton), ficava difícil separar a relação tia-sogra para entender os

conflitos existentes, pois muitas vezes a mulher era, ao mesmo tempo, sobrinha, quase filha e nora. Assim, a solidariedade entre irmãs, tias, avós, mães, primas, etc, era enfatizada e aquelas que eram apenas noras precisavam fazer um pouco mais de esforço para serem aceitas. Maria Plans e Aparecida, por exemplo, apesar de terem sido vizinhas e terem crescido junto ao grupo, eram tratadas como noras, enquanto as outras eram "mesmo que filha". Quando Ana falava sobre as mulheres que estavam "engordando" em casa e não ajudavam os maridos, referia-se às noras e não às filhas. Quando Riselda, sua filha, às vezes ficava desempregada, não se referia a ela como "engordando", mas me pedia para arranjar um bom lugar para ela trabalhar. Muitas vezes insistiu que eu a tomasse como empregada, porque assim ela teria certeza que a filha seria bem tratada.

O relacionamento íntimo e intensivo das mulheres dentro da casa explicitava a teia de relações familiares que eram estabelecidas a partir delas. Os homens, mesmo habitando a mesma casa, contribuindo no orçamento e na reprodução, pouco ficavam por ali e, em geral, eram colocados a par das situações pelas mulheres, que tinham por causa disso, um certo controle sobre os acontecimentos. Grande parte dos problemas que atingiam as mulheres eram tratados primeiramente com Ana, que estava sempre atenta e disponível. Ela discutia então o caso com Pedro e com os outros. Em casos mais graves, convocava-se o que eu chamava de "conselho familiar", quando, para impor sua autoridade, Pedro e Ana precisavam do apoio do grupo.

Como eram três os "mais velhos", a autoridade fi-

cava mais ou menos dividida assim: Pedro parecia ter maior ascendência sobre os filhos homens, discutindo com eles questões como as de moradia, renda, trabalho; Ana controlava as mulheres, regulando, de certa forma, seus comportamentos dentro e fora de casa, com os filhos, maridos e vizinhos; Mãinha dividia com Ana a autoridade, mas se apoiava nela quando queria conseguir alguma coisa. Quando insatisfeita, ficava resmungando pelos cantos para atingir as mães ou instigando Ana para, através dela, conseguir seu intento. Muitas vezes buscava apoio também junto às outras mulheres, já que podia consegui-lo oferecendo ou recusando ajuda doméstica, como a guarda das crianças, por exemplo.

Através do "conselho", não só as situações mais conflitantes iam sendo resolvidas, mas, ao mesmo tempo, as regras morais, a união, a autoridade, a divisão do trabalho iam sendo constantemente reforçadas no grupo. Essa parecia ser a forma mais explícita da autoridade dos mais velhos sobre os mais jovens, funcionando como um mecanismo de amoldar os comportamentos e papéis dentro dos padrões e normas estabelecidos entre eles, evitando e punindo tudo aquilo que pusesse em risco o ideal do grupo.

De acordo com WOLF⁽²⁸⁾ a família pode funcionar "como baluarte da virtude e sua manifestação pública é a reputação", geralmente associada ao comportamento sexual dos parentes do sexo feminino. Os casos de Marcos ou Francisco, que foram cobrados moralmente na casa, têm a ver, penso eu, com o tipo de mulheres que suas relações podiam incorporar à família, prejudicando assim o "conjunto de virtudes" que idealmente a família tenta transmitir.

Assim como existia uma divisão ideal de tarefas entre homens e mulheres, assim também funcionava a divisão aparentemente igualitária de autoridade entre os mais velhos. Idealmente era Pedro o chefe da família, mas cabia a Ana e Mãinha uma possibilidade maior de mando, já que podiam manipular as informações e transmiti-las de acordo com seus objetivos. Sua participação nas "grandes decisões" era evidente e evidente também a sua "invisível" mobilização de parentes, segundo sua seleção.

A solidariedade existente entre as mulheres, apesar dos conflitos naturais que surgiam sempre, reforçava seu poder ainda que informal e incomodava inclusive as vizinhas. Eulina um dia comentou comigo que nenhuma das mulheres de Ana tinha ido visitá-la durante a "dieta" (resguardo), nem levado presente, nem oferecido ajuda, simplesmente porque elas não precisavam de ninguém por isso não ofereciam apoios de fora, numa quase ausente reciprocidade entre vizinhas.

A coesão e a cooperação internas entre as mulheres ficavam assim resguardadas pelos compromissos e obrigações implícitas entre os membros do grupo, tornando-as fortes em relação a si mesmas e aos de fora. Mas, apesar dessa força, temiam estranhos, principalmente homens, e protegiam-se sempre contra possíveis marginais e tarados das vizinhanças. Sempre saíam juntas e nunca deixavam as meninas sozinhas porque podiam ser atacadas na saída da escola ou da igreja. O medo e a insegurança nessa vizinhança não eram de todo infundados, pois havia muitas histórias de meninas e mulheres agarradas ou assaltadas nas ruas do São Marcos e adjacências e durante as colheitas.

"Eu sô parava de trabalhar quando as outra parava também, porque eu ficava com medo. Lá tinha muita gente maloqueiro, ladrão, gente que não funcionava bem da cabeça. Tinha uns que ficava amoitado no dia de pagamento e roubava as muiê tudo. A gente tinha que andar escondido dos home pelo mato" (NEUCINA).

Em 1980, o São Marcos foi considerado um dos bairros mais perigosos de Campinas. Neste ano, dona Augusta, professora da Escola Reunida São Marcos, denunciou a rede de tráfico de cola, usado como alucinôgeno entre menores de idade (ver ANEXO V, ao final deste capítulo).

Em 1981, uma menina daquela vizinhança foi estuproada e morta, o que confirmou os cuidados. Descoberto o assassino, os próprios moradores se encarregaram de fazer "justiça com as mãos" e o lincharam.

Com todos os cuidados e medos em relação ao "mundo lá fora", as mulheres aparentemente sô cuidavam da casa e dos filhos e se relacionavam com o mundo exterior em atividades que diziam respeito às suas funções domésticas: posto de saúde, escola, compras, etc, enquanto os homens tinham um trabalho "fora" de casa, remunerado, e mantinham os relacionamentos externos: Prefeitura, Associação de Moradores, contas a pagar, compras de bens duráveis como TV, poste de luz, material de construção, etc. Esta "divisão" de tarefas, mais simbólica do que real, parecia refletir valores e normas dominantes, que consideram as mulheres mais frágeis do que os homens, tendo por isso que ser "protegidas" de trabalhos "pesados", de encargos como o de prover

uma família e dos perigos da rua. Assim, embora as mulheres fossem também à Prefeitura, como muitas vezes iam, ou trabalhassem fora de casa como domésticas, ou na roça, colhendo algodão e outros produtos, elas continuavam, para todos os efeitos, responsáveis apenas pelos cuidados da casa e dos filhos e os homens dos "serviços". Assim, dificilmente vi homens cuidando das crianças (a não ser Pedro), na cozinha, ou saindo para passear apenas com a mulher e os filhos. Quando havia algum passeio (casa de parentes, de amigos ou igreja), em geral saíam vários grupos juntos, ou as mulheres iam sozinhas com os filhos e as outras.

O fato das mulheres obterem ajuda da mãe, avó, irmãs, cunhadas e filhas dispensava, de certa forma, a do companheiro. Isso acabava estimulando o relacionamento entre elas, o compartilhamento dos problemas e das alegrias, fazendo com que ficassem cada vez mais coesas entre si, influenciando assim o comportamento dos homens em relação ao grupo como um todo. Como havia muita briga e disputa na favela por causa do tamanho dos terrenos, as mulheres geralmente estavam atentas, observando irregularidades na vizinhança. Se um vizinho chegava a sua cerca um pouco além da demarcação de "sua propriedade", "invadindo" o terreno do outro, logo era acusado por alguma delas. E, assim, incitavam os homens à briga, contando o que se passava na vizinhança durante sua ausência.

"Eu peguei terreno grande porque tenho bastante criança. Um dia veio uns home aqui pedir pra construir barraco mas eu não deixei. (...) Problema de construir barraco muito encostado no outro, é um brigueiro danado. A gente não

briga, mas as muié começa a brigar. (...) Minha muié mesmo foi esfaqueada lá embaixo e eu fui falar e ainda fiquei preso um dia" (GÉRSO, rua 18) (ver **Capítulo 5**).

Analisando a divisão de tarefas entre os cônjuges das diversas unidades domésticas deste grupo, procurei as razões da segregação masculina em relação aos serviços domésticos, que parecia não só influenciar a solidariedade entre as mulheres do grupo, mas acabava mantendo os homens "fora" de casa. De fato, as mulheres, apoiadas pelo grupo feminino, dispensavam a participação intensa dos homens na casa. Pedro era exceção, pois a idade o colocava numa situação ambígua em relação ao que era esperado dos homens. E por estar mais em casa, aposentando-se por doença nessa época, acabava participando mais das atividades domésticas do que os outros, embora procurasse enfatizar todo o tempo a sua condição de homem da casa. Assim, muitas vezes eu o encontrava na cozinha, ou tomando conta dos netos; às vezes ele passava horas conversando com as mulheres, que estavam sempre reunidas. Quando eu estava presente, procurava manter-se à parte, apenas dando palpites. Só quando a entrevista o focalizava assumia ares importantes e procurava direcionar a conversa. Quando eu chegava e o encontrava no fogão, dizia: "Dona Maria, eu hoje aqui sou o mestre cuca. Cozinhar eu cozinho, porque isso também é serviço de homem, mas lavar as vasilha eu não lavo, porque isso é serviço de muié". Contava que no Paraná cozinhou muito para os "pião", porque "na roça às vez não tinha muié e os home mesmo que cozinhou". Certa vez, brincando, perguntei-lhe o que estava fazendo no fogão, com tanta mulher den-

tro de casa. E ele responde: "Dona Maria José, quanto mais muiê dentro de casa é pior, porque cada uma empurra pra outra".

A ideologia que permeava a divisão sexual das tarefas no grupo parecia acarretar uma série de conflitos internos, pois, ao mesmo tempo em que idealmente cabia aos homens "prover" a família, a escassez de recursos requeria a mobilização permanente por parte de homens e de mulheres, para aumentar a renda doméstica. A ambigüidade existente entre as regras ideais e as necessidades assim se explicitava:

"Graças a Deus meus filhos dão conta e as muiê deles não precisa trabaiar" (ANA).

Isso significava que o papel de provedores estava sendo cumprido, mesmo que elas tivessem que compensar os baixos rendimentos com outros tipos de mobilização.

"Gorda ainda não caçou serviço. Riselda quer ficar com o menino dela, e a mãe dela também que já tá com os outro filho dela, mas ela diz que não quer. Acho que ela tá esperando que o Francisco traz pra ela as coisa. Ela é uma negona forte, não tem doença, nem nada, não sei porque não quer trabaiar" (ANA).

Em relação a Graça, Ana dizia:

"Graça às vezes trabalha, mas meu filho não gosta não. Graças a Deus ele pode sustentar ela".

"Acho bom trabaiar, porque a gente ganha um pouco pra ajudar em casa. Eu gastava em casa mesmo. Supõe que ele não recebeu o pagamento, aí eu ajudo. Comprava gás, remédio,

tudo. O Valdo (Ariosvaldo) não gosta que eu trabaio não. Ele diz que depois que eu casei com ele eu não trabaio mais" (GRAÇA).

"Meu filho não gosta não. Graças a Deus. Ele ficava aborrecido quando chegava em casa cansado e ainda tinha que esperar ela fazer as coisas" (ANA).

E, entremeados com os conflitos entre os sexos, havia também os de idade, de geração, que marcavam as fases das diferentes unidades conjugais ali presentes, explicitando as relações de autoridade e dependência entre elas:

"Das filha e nora que trabaia, é só Aparecida. Eu acho que ela tá certa, que tem que ajudá o marido". Enquanto Ana se referia a Cida, Gorda continuava ali do meu lado, de cabeça baixa. E Ana continuou:

"Lá no Paranã, eu enfrentava qualquer serviço. Agora é porque tou vêia e não tenho mais saúde..."

A dependência econômica da nora, apesar de sua boa saúde, incomodava a Pedro e Ana, que diziam estar velhos e ter poucos recursos. Ana sempre fazia alusões à sua idade e a das outras mulheres, mostrando que era ela e Mãinha quem precisava de amparo. Para tentar se livrar desta situação, Ana empenhou-se junto a dona Vandir, da "Sopa", para arrolar Gorda como carente, passando assim a ter direito de receber regularmente as doações. Para isto, o barraco de Ana foi muitas vezes visitado pelas mulheres da instituição, comprovando as carências do grupo.

As diferenças hierárquicas levaram-me a prestar mais atenção à questão das gerações como um fator importante, além

do sexo, para a determinação dos papéis e dos comportamentos no grupo. Diferentes faixas etárias podiam determinar, por exemplo, a posição no grupo e também as atividades internas e externas. Mulheres jovens e solteiras podiam sair de casa para trabalhar sem grandes restrições. As mulheres jovens e casadas só o faziam se outras mulheres do grupo pudessem assumir parte de suas funções e se os maridos ou companheiros aprovassem. Maria Plans e Izilda, por exemplo, que tinham filhos ainda pequenos e recém-nascidos, tinham menos possibilidades de sair de casa do que Graça, cuja única filha já tinha 12 anos. Além disso, havia a idéia de que o trabalho dos maridos devia ser suficiente para mantê-las em casa, o que era um fator importante na restrição ao trabalho feminino extra-doméstico.

Como Mãinha e Ana tinham há muito ultrapassado a fase reprodutiva e estavam velhas para um trabalho fora de casa, podiam substituir as mães ainda jovens nas suas tarefas, liberando-as para um possível trabalho fora. No entanto, isso não parecia ser suficiente para levar as mulheres a buscarem um trabalho "fixo" e remunerado, pois isso ameaçaria o ideal interno.

Mas a idade não era o único fator condicionante da possibilidade de trabalho. Muitas mulheres não trabalhavam fora apesar da possível ajuda das outras, alegando terem filhos pequenos ou precisarem cuidar da casa. Isso parecia sugerir que fatores ideológicos e culturais eram mais importantes que os impecilhos domésticos, fazendo com que se considerasse a possibilidade do trabalho "fixo", que tirava as

mulheres da casa, como último recurso a ser utilizado pela família.

Estudando mulheres faveladas a partir de uma perspectiva psicológica, SALEM ⁽²⁹⁾ afirma que, "embora o trânsito de mulheres na órbita do trabalho lhes garanta maior independência econômica em relação ao homem, daí não decorre, necessariamente, sua emancipação simbólica e referencial com respeito ao núcleo familiar". E as experiências de abandono, vividas por essas mulheres, acabam por confirmar sua baixa capacidade em território masculino, reiterando a suposição de que o que lhes faltou foi o "homem certo".

As restrições em relação ao "trabalho fora de casa" tendiam a abranger também a participação de mulheres em atividades como as reuniões da Associação de Moradores, idas a igrejas, obedecendo às mesmas determinantes de idade, fase do ciclo familiar e de valores culturais dominantes em relação ao sexo das pessoas. Alguns maridos chegavam a proibir suas mulheres de saírem à noite, horário em que muitas dessas reuniões se realizavam. Ou faziam concessões, permitindo, demonstrando que elas só participavam por sua vontade, porque eles achavam que "não prejudicava".

Devido a essas restrições, a maioria das mulheres na favela que exerciam liderança ou algum tipo de atividade fora de casa estavam na faixa dos 40 anos ou eram jovens e solteiras. Apesar das dificuldades econômicas visíveis, a ideologia de que os homens é que "sustentam a casa" obriga as mulheres a aceitarem empregos intermitentes e de baixos rendimentos, como as lavagens de roupas, trabalho na roçada

algodão, faxinas em casas de família ou nas pequenas fábricas da região, etc. Recorre-se a eles geralmente nos momentos de "crise" familiar, sendo assim sempre vistos como "ajuda", temporários, e, como além de tudo, são mal remunerados, tornam-se facilmente dispensáveis quando a situação apresenta alguma melhora (30).

"Trabalhar fora" parece ser então ruim para as mulheres, mas, dadas as condições de pobreza, é preciso justificar ou categorizar diferentes atividades quando necessário, permitindo que elas trabalhem sem negar o ideal dos homens como provedores e protetores da família.

A ênfase dada em meu trabalho ao papel exercido pelas mulheres nos grupos domésticos e na comunidade deve-se principalmente à ótica por mim adotada desde o início da pesquisa, que me permitiu detectar os atos que contestam uma ideologia de "não-trabalho" e de "não-participação", presente nos discursos que a reproduzem. No entanto, não se pode negar que homens, mulheres e crianças são elementos intercomplementares, cumprindo, cada um, seu papel e função na instituição familiar e social. Meu ponto de partida para pensar essa questão foi a pergunta formulada por SLOCUM (31) : "O que as mulheres estavam fazendo enquanto os homens estavam fora caçando?" ou, adaptada ao nosso contexto, enquanto os homens estavam trabalhando?

Segundo BILAC (32), "a primeira distinção de papéis que se coloca no interior da família é a distinção entre provedores e consumidores". Afora exceções, cada vez mais crescentes (33), os homens têm tradicionalmente procurado cum-

prir seu papel de provedores principais. Desta maneira, normas e valores, relativos a este papel, tornaram o trabalho masculino a principal atividade de mobilização de recursos no âmbito da família, obscurecendo a complementaridade do papel feminino nos grupos domésticos.

Em seu trabalho sobre favela, BERLINK ⁽³⁴⁾ mostrou que, entre favelados, a renda, como é de se esperar, advém do trabalho, mas a unidade geradora não é o indivíduo, mas a família. Pude confirmar isso na favela do São Marcos cotidianamente no trabalho formal ou alternativo dos filhos e das mulheres. Durante o dia a favela parecia um formigueiro, com homens, mulheres e crianças carregando papel para vender no "ferro-velho", indo para a fazenda colher algodão, vendendo doces, sorvetes, indo ou mandando as crianças para o CEASA nos sábados de manhã para catar os produtos que sobravam das vendas ou oferecer para vigiar carros e carregar as cestas dos fregueses, ganhando assim algum dinheiro.



alternativas de trabalho:
o "ferro-velho" no São Marcos



a catadora de papel

Como a idéia de trabalho parece estar vinculada à obrigação permanente de sustento (homem tem que trabalhar sempre para prover a família), a salários, contratos, etc, qualquer atividade intermitente, mesmo que remunerada, parece não entrar nessa classificação. Ao estudar a participação econômica das mulheres, BLAY ⁽³⁵⁾ concluiu que "o trabalho feminino acha-se envolvido por padrões e valores que dificultam a sua mensuração. (...) E simplesmente não é enumerado pois pairam dúvidas sobre se a atividade exercida pela mulher é ou não trabalho".

Também MARTINEZ-ALLIER ⁽³⁶⁾ mostrou que a entrada de mulheres no mercado de trabalho poderia, a longo prazo, redefinir os papéis sexuais tradicionalmente assimétricos, mas que, no momento em que ocorrem essas mudanças, os valores tradicionais tendem a exercer uma influência importante na escolha, desempenho e avaliação do trabalho de mulheres. Ao mesmo tempo considerou que a nova situação de trabalho das mulheres pode colocar um desafio à antiga organização familiar. Segundo a autora, "está ocorrendo um processo de substituição do trabalho masculino pelo feminino, a tal ponto que atualmente as mulheres fazem praticamente todos os tipos de tarefa". As mulheres bóias-frias, por exemplo, vieram de uma situação de colonato onde participavam da produção como uma extensão de suas tarefas domésticas e onde as relações de trabalho, de pagamento, etc, passavam pelo homem. Com o assalariamento, no entanto, elas tiveram que vender individualmente sua força de trabalho e isso, segundo a autora, parece ter implicado em ressentimentos. Numa entrevista, uma mulher dizia: "Na outra encarnação a gente vai

ser homem, então nós judia deles".

FUKUI e FIGUEIREDO ⁽³⁷⁾ também mostram que, num processo de deterioração das condições do trabalho no campo, os homens migram e as mulheres, as crianças e os velhos em geral permanecem nos sítios, mantendo o ritmo de trabalho na roça. E muitas mulheres tornam-se "chefes de família".

Na favela, no entanto, há uma nítida valorização do homem na família, apesar do alcoolismo marcante entre homens (sendo comum também entre mulheres), dos espancamentos e abandonos de mulheres, dos filhos ilegítimos, do crescente desemprego masculino e das situações de subemprego. As condições de trabalho, tanto ideológicas quanto de fato, ainda são melhores para os homens.

Contrariando idéias sobre a progressiva desvalorização do homem na nova situação de trabalho das mulheres, encontrei, no grupo de Pedro e Ana e em outros, nessa mesma vizinhança, uma tendência marcante a casamentos sucessivos ou monogamia seriada, nas situações de viuvez, separação ou abandono da mulher pelo companheiro. A idéia de que uma mulher sozinha não presta, não dá conta ou precisa de um homem para protegê-la, parece levar muitas delas a buscar novos companheiros, como se deu com Raimunda, de 49 anos (1978), mãe de 14 filhos e que se "juntou" ao Zê, de 27 anos:

"Uma mulher sozinha não presta. A gente tem muito filho, mas os filho cresce e vão tudo embora. A gente precisa dum homem pra proteger, pra dar um remédio quando a gente tá doente e pra não viver na solidão. Eu fui roubada aqui no barraco porque tava sozinha. Meu filho (25 anos) não

tava. Se o Zé tava aqui, eu tinha sido roubada a mesma coisa, mas aí eu tinha ele pra batalhar junto, pra sofrer junto com a gente".

Tanto a "monogamia seriada" quanto a incidência de fugas de meninas menores de idade para casar com parentes ou vizinhos pareciam indicar que essas estratégias serviam, na favela, para atrair elementos masculinos para a família, apontando para uma valorização dos homens neste contexto. As fugas geralmente ocorriam com rapazes vizinhos ou parentes, o que talvez explicasse a velada aprovação dos pais.

A fuga de Tereza, de 15 anos, filha de Santina e Avelino (vizinho de Ana) com o "irmão da mulher do tio", levou-me a conhecer muitos outros casos semelhantes entre os grupos domésticos investigados. Isso porque, ao comentarem emocionadas essa fuga, que naquele momento mobilizava os vizinhos e amigos, as pessoas acabavam relatando também as suas experiências de fuga. E o número de fugas que foi revelado dava a impressão de que quase todo mundo ali havia fugido para casar. Em seus comentários as pessoas enfatizavam o lado "natural" dessas fugas, mostrando que "é assim mesmo que a gente começa a vida".

No dia seguinte ao da fuga de Tereza, a vizinhança mais próxima estava em polvorosa. Estávamos todos na porta da casa de Ana, conversando com Avelino e Santina, logo cedo. A mãe chorava, limpava os olhos e dizia:

"Eu só queria saber se ela tá bem. Eu queria achar ela pra fazer eles casar na legalidade, que assim ele tem mais responsabilidade. Aqui em casa ela tinha tudo, não sei

pra quê fugir".

"Assim, pelo menos, é uma passagem de menos. (Estavam migrando para Rondônia). Deixa ela. Aqui ela nem precisava de trabaiá. Depois de tanto sacrifício, essa é a paga que ela dá" (AVELINO, bravo).

Eulina, participando, dizia:

"A gente é muito boba. Fugir pra casar com um homem. A gente foge de um (pai), pra cair nas mão de outro. Depois vem os filho, maltrato, tá doido. Se agora eu fosse fugir, não era pra casar não".

Compadecida pela mãe que chorava, comecei a dizer que eu estava com pena de Tereza, tão menina ainda e já precisar ter tanta responsabilidade. Para minha surpresa, começou todo mundo a falar ao mesmo tempo, que as coisas eram assim mesmo, desencadeando uma série de justificativas. E aí cada um foi contando como tinha começado, como tinha fugido também e que "no final, dá tudo certo". Santana, para se consolar, contou que também havia fugido com 15 anos e estava com Avelino até hoje. E "Tereza", disse ela, "já tá preparada porque ela aqui sempre ajudou e já cuidava dos irmão dela".

Naquele momento, muitos outros casos de fuga vieram à tona, como o de Eulina e Cosmo, de Zeneide e Luiz, de Santana e Avelino, de Graça e Ariosvaldo, de Izilda e Milton, da própria Ana e Pedro (que casaram com consentimento).

Essas histórias acabaram fazendo com que todos rissem, surpresos eles mesmos de haver por ali tantos casos se-

melhantes. E Eulina, confirmando, disse: "Quando a gente foge, a gente é boba, e não sabe o que espera a gente depois".

A aceitação das fugas, como uma forma possível de estabelecer relações sexuais duradouras, parecia ser quase uma expectativa entre as famílias. Além do retorno da filha com o novo companheiro para o seio da família, trazendo assim mais um "provedor", pressupunha também uma economia com despesas de casamento (papéis, enxovais, etc), evitando as negociações, como demonstraram outros estudiosos (38).

O fato das mulheres, menores ou maiores de idade, fugirem e muitas voltarem para a casa dos pais confirma a idéia de que os filhos homens, como é de praxe em nossa sociedade, ficam mais próximos dos grupos domésticos da mulher, servindo, inclusive, de apoio aos sogros. Isso, de certa forma, parece tornar interessante ou aceitável a idéia das fugas (39). Na casa de Pedro e Ana, Milton e Francisco, que eram genros, contribuía mais, em termos financeiros e de ajudas, do que o próprio Marcos, que era filho e solteiro, confirmando as expectativas sobre as vantagens da agregação de núcleos, com caráter matrilateral.

O grande número de casamentos intragrupo também parece evidenciar a importância dos homens na família enquanto provedores e protetores, uma vez que além de atrair homens para o grupo, as mulheres pareciam atrair aqueles de certa forma condicionados à organização familiar do grupo, ficando assim mais fácil a agregação e a participação interna. Como as fugas se davam, em geral, no contexto da vizinhança, muitas das noras eram afilhadas e/ou vizinhas. Como Ana di-

zia: "É tudo gente que cresceu junto". Graça, Maria, Raimunda e Gorda, por exemplo, tinham relações de parentesco, vizinhança ou compadrio com Pedro e Ana. Graça, quando fugiu com Ariosvaldo, voltou para a casa de Ana, como se fosse filha dela (era sobrinha). O último casamento foi o de Riselda, com o sobrinho de Santina e Avelino, logo após sua fuga, em 1982, quando Ana já havia morrido. Ela voltou primeiramente para a casa da irmã (Izilda) e só então puxou um cômodo na casa de Avelino, tio de seu marido.

Quando falava dos genros, Ana afirmava que eram mesmo que filhos, e Pedro dizia que, mesmo que procurasse, não acharia genros como aqueles em lugar nenhum.

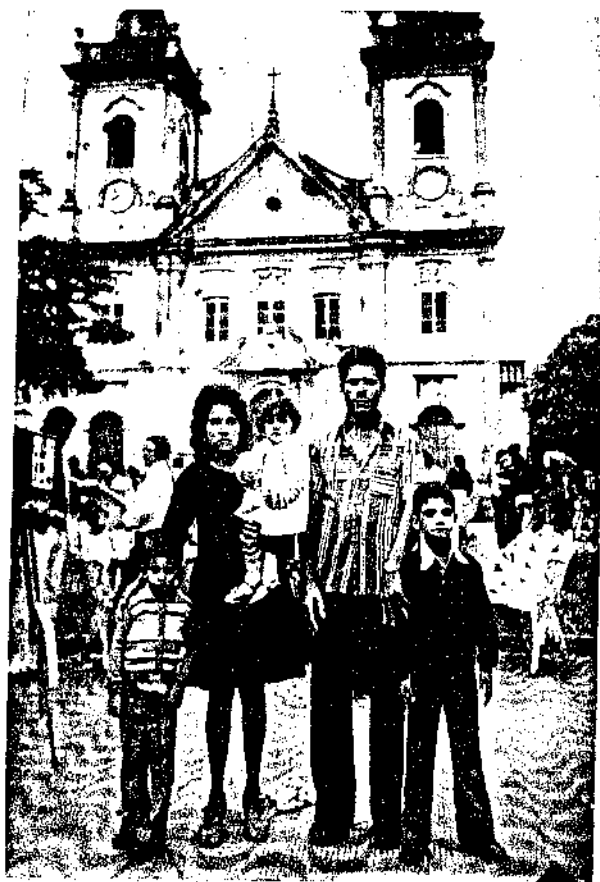
A idéia dos homens como "provedores" influenciava inclusive a própria concepção de adultério. O adultério masculino era mais comum e, de certa forma, aceito pelo grupo, contanto que o homem continuasse provendo a família original.

Os rapazes solteiros eram muito visados pelas possibilidades potenciais de casamentos. Por isso os flertes e namoros eram assunto de todos.

Havia muitas festas com danças na favela e, em geral, participavam moços, velhos e crianças, pois era difícil segurar os "penetras". Essas atividades lúdicas serviam, em última instância, para promover as ligações na favela. Assim, como a maioria dos homens trabalhava fora quase que o tempo todo durante a semana, os domingos e feriados proporcionavam os entrosamentos e atividades comuns.

Outras formas também importantes de congregar as pessoas eram as ligadas à atividade religiosa, que obedeciam

uma maior regularidade e diversidade, ficando mais ou menos livre a escolha de se ligar aos grupos com que tinham maior afinidade ou mesmo costume. Alguns homens freqüentavam igrejas ou cultos fora da favela, precisando tomar condução. Como mesmo, vizinho de Ana e Pedro, ia ao Castelo, às vezes à noite e aos domingos, enquanto Eulina ficava em casa com as crianças por causa do preço das passagens de ônibus, que era uma restrição para quase todo mundo. Apesar disso, no entanto, muitas famílias faziam romarias a Aparecida do Norte, para pagar promessas e passear, utilizando os ônibus de excursão.



promessas e esperanças
em Aparecida do Norte:
dois momentos na vida
de uma família



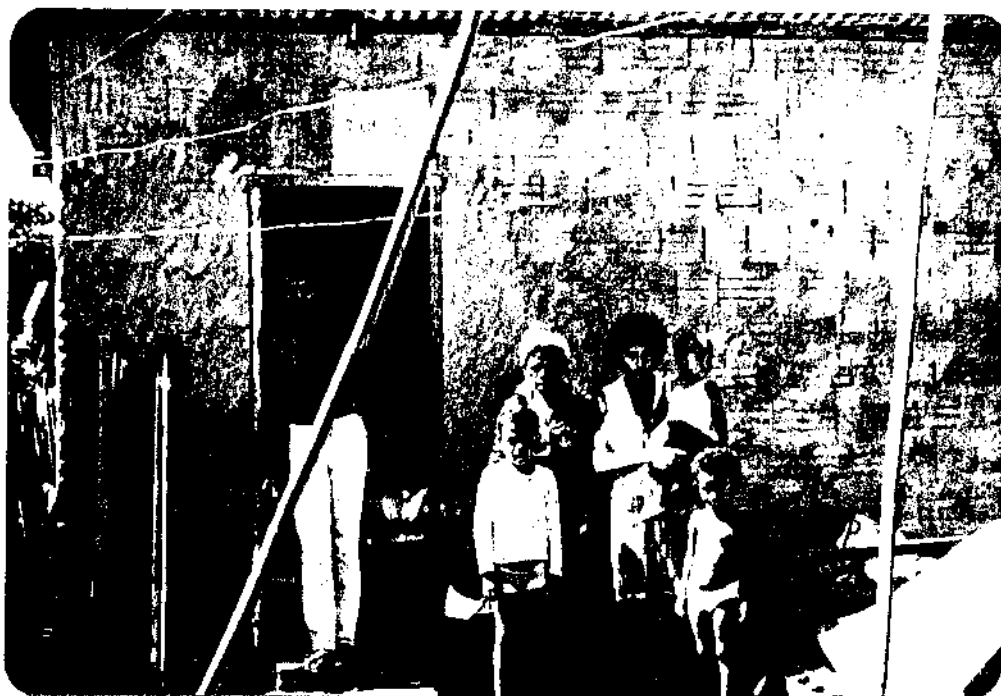
Alguns membros do grupo de Pedro e Ana frequentavam também a Associação de Moradores e muitas vezes as reuniões eram em sua casa. Iam ao Pio XII ou ao Paço Municipal quando havia atos públicos e o transporte era gratuito. Iam à Prefeitura ou às compras na cidade. Além da seriedade da participação política, essas atividades pareciam também ser marcadas pelo lúdico, pois as pessoas iam juntas, em grupos de vizinhos e as mulheres pareciam se sentir à vontade em participar.

A minuciosa descrição das estratégias utilizadas pelos Gomes e por outros grupos domésticos na favela de São Marcos torna-as, de certa forma, inusitadas no contexto urbano, dado o número de pessoas agregadas na família, compartilhando bens e serviços que garantiam a subsistência. Mas, guardadas as proporções, é possível tomá-las como exemplo das dificuldades vivenciadas por grupos domésticos migrantes que se fixam em favela. O estudo de famílias extensas como a dos Gomes levou-me a apreciar o papel das mulheres na mobilização e manutenção de redes de relações que são fundamentais nessas condições. A morte de Ana, em 1982, confirmou sua importância no grupo, pois este, tal como apresentado aqui, rapidamente se desmembrou⁽⁴⁰⁾. O barraco central foi vendido e os "cômodos" de trás foram desmembrados da viga principal, ficando apenas Graça e Ariosvaldo, Izilda e Milton. Maria, logo depois, fugiu de casa e Zé, sozinho com os filhos, ficou temporariamente na casa de Izilda, até se casar com Penha, sua sobrinha. Riseida, após a morte prematura de seu marido, foi morar com Maria, sua irmã. Gorda, separada de Francisco, foi para a casa da mãe, que es-

tava morando no Jardim Aeroporto. Não muito tempo depois, Francisco abandonou a outra mulher e foi morar com Izilda até arranjar outro lugar. Pedro e Marcos foram morar na casa de Luiz e Aparecida, ali mesmo, na rua 9, e Weneri ficou com Graça. Aos poucos, e com o dinheiro da venda do barraco (Cr\$ 40.000,00) que pôs em caderneta de poupança, Pedro construiu a casinha de alvenaria (dois cômodos) tão sonhada por ele e por Ana, num pedaço do terreno que ainda lhe "pertencia". O projeto de urbanização de favelas estava, nessa época, sendo amplamente discutido.

Apesar de haver realizado o sonho da casa sólida (de material, como ele dizia), em sua última entrevista antes de morrer, Pedro, limpando as lágrimas, disse-me:

"Custou caro, foi muito material, mas tou muito feliz, mas sô pela metade, porque minha vêia não tá mais aqui comigo e os filhos e a família tá toda mudada".



casa de "material" - urbanização e remoção na luta dos favelados

* * *

A idéia de que a família tradicional, composta de três gerações, que se acreditava dominante no meio rural, desintegra-se sob o impacto da urbanização e da industrialização, tem sido questionada por estudos que enfatizam a família através do tempo (41).

Estudos como os de BOTH, STACK, DURHAM, RAMOS (42) e outros, que analisaram famílias de trabalhadores e suas redes sociais, em diferentes contextos, mostraram que, mesmo na cidade, os laços do parentesco extenso e de vizinhança tendem a ser reforçados, como uma estratégia que permite a adaptação e a subsistência de seus membros.

E HAREVEN (43) afirma que "a perspectiva de vida doméstica nuclear e isolada no meio urbano" deve-se à tendência de se analisar a história da família isolada da história do trabalho, sem se observar a interdependência existente entre essas duas esferas. E, além disso, de se analisar a unidade doméstica como uma unidade per se, sem se atentar para as redes de relações que se estabelecem a partir delas.

ANDERSON, e também HAREVEN (44) mostraram que, durante o século XIX e também no século XX, indústrias têxteis recrutavam famílias inteiras para o trabalho, promovendo indiretamente a sobrevivência dos laços vitais do parentesco e a persistência do papel das redes de relações no contexto urbano-industrial. Desta maneira, as fábricas dependiam das famílias para garantir o fluxo de trabalho nas cidades e, em contrapartida, as famílias se organizavam internamente, liberando membros para o trabalho, garantindo,

através do parentesco, a migração e a adaptação dos seus membros ao novo contexto.

Assim, mesmo numa situação de migração, que geralmente implica em fragmentações dos grupos de apoio, os laços são continuamente reafirmados com as comunidades de origem, através das idas e vindas de indivíduo - membros e da transferência de recursos entre eles ⁽⁴⁵⁾. Sobre isso, DURHAM⁽⁴⁶⁾ afirma: "a emigração não implica, portanto, um abandono das relações primárias, que constituem o universo de origem, mas um rearranjo dessas relações. O migrante quase nunca é um indivíduo isolado, mas parte de um grupo primário que se rompe e se organiza durante o processo".

A descoberta recente de que os trabalhadores carregam valores e costumes tradicionais para o sistema industrial, como uma estratégia de adaptação, levou alguns estudiosos a indagarem sobre o verdadeiro papel da família nessa transmissão. E, também, até que ponto a reutilização desses valores pode ser positiva ou negativa nessa adaptação. Ou ainda, em que medida, as relações de trabalho podem afetar os papéis e valores no interior das famílias.

Estudos recentes observaram que mudanças nas condições de trabalho podem implicar mudanças na organização interna das famílias e vice-versa. FELDMAN-BIANCO ⁽⁴⁷⁾ por exemplo, mostra que é necessário enfatizar a complexidade do tema família, para se compreender, "não somente como indivíduos e famílias reagem a mudanças, mas também em que medida as suas ações e interações afetam essas mudanças".

Alguns estudos abordaram a questão da família e das

redes sociais e sua interrelação com o desenvolvimento industrial. Outros, como os de STACK e SUSSER (48), nos Estados Unidos, examinaram o papel do seguro desemprego (*Welfare*), fornecido pelo Estado, introduzindo mudanças na organização de famílias de baixa renda. Outros ainda observaram o papel político do Estado sobre a organização política de famílias de trabalhadores ou de grupos de vizinhança (PERLMAN, LEEDS, NELSON) (49).

Diante da literatura que examina o papel da família enquanto agente de mudanças, minha análise avança pela ênfase que dá à interligação entre as diferentes esferas: a história da família, as relações de trabalho e o papel do Estado. Este último, dificilmente aparece em estudos que abordam o tema família relacionado ao trabalho. Nesse sentido, acredito que a originalidade deste trabalho está justamente, em tentar entender de que maneira o Estado atua de forma a favorecer o desenvolvimento, propiciando, ao mesmo tempo, a migração de enormes contingentes de mão-de-obra para cidades em expansão industrial e a fixação destes na cidade, atendendo assim, à demanda de trabalho requerida pela produção que ele próprio estimula.

O estudo aprofundado do grupo doméstico dos Gomes, assim como o de outros grupos na favela, mostrou que, tanto no campo como na cidade, as estratégias para conseguir recursos, visando a subsistência e a manutenção do grupo, baseiam-se fundamentalmente na coesão interna, na solidariedade e cooperação entre os membros, resultando na formação

de extensas redes de parentesco e vizinhança na cidade. Mas mostrou também, por outro lado, que essas estratégias dependem não somente das necessidades internas às famílias, mas também podem ser estimuladas por instituições sociais, principalmente assistenciais.

Através do estudo de casos concretos, verifiquei que, como os Gomes, inúmeros outros indivíduos ou grupos domésticos de baixa renda, chegavam a Campinas utilizando passes gratuitos de viagem, fornecidos por agências do governo, recebendo todo tipo de ajuda, desde hospedagem, facilidades de moradia em terrenos públicos, explicitando, desta maneira, o papel do governo na criação de um aparato assistencial local, como uma estratégia para promover o desenvolvimento e a fixação da mão-de-obra na cidade.

Embora o tamanho do grupo doméstico dos Gomes de certa forma fuja aos padrões comuns de residência entre trabalhadores de baixa renda, sua escolha como foco de análise permitiu, no entanto, observar como se configuram unidades domésticas ao longo de diferentes fases do ciclo de vida familiar. Constituído por cerca de 8 unidades domésticas, num dado momento da pesquisa esse grupo apresentava, simultaneamente, diferentes formas de organização interna, determinadas, em parte, pela fase específica do ciclo de cada uma das unidades, pelas necessidades do grupo como um todo e por condições externas a ele. Essas condições pareciam influenciar a organização do espaço, tanto físico como social das unidades, permitindo a convivência e explicitando, ao mesmo tempo, os ideais de união e cooperação, que favoreciam a vi-

da em comum, tanto durante a migração como na cidade.

A análise da organização interna e a observação das tentativas sistemáticas de recomposição das redes de relações, da permanente reestruturação do espaço, dos casamentos endogâmicos, nas diferentes unidades domésticas, mostrou como a família responde não só à movimentação dos seus membros durante as fases - expansão e dispersão - dos ciclos de vida doméstica, como também às possibilidades e características de trabalho em situações específicas. Como diz HAREVEN ⁽⁵⁰⁾, o perfil de uma unidade doméstica, apreendida apenas num determinado momento, obscurece a percepção do movimento constante dos indivíduos em diferentes momentos de suas existências. Este movimento pode afetar tanto suas vidas, individualmente, como a própria estrutura de suas famílias e das unidades domésticas em que transitam.

No próximo capítulo, poderemos observar através da ampliação da análise para outros grupos domésticos, como mudanças nas relações de trabalho - do campo para a cidade - intermediadas que estão pelas relações com o Estado, influenciam as relações internas das famílias, introduzindo mudanças nos papéis desempenhados por homens, mulheres e crianças. Assim, face a um novo contexto e estimuladas por instituições assistenciais locais, as famílias reorganizam-se em torno de amplas redes de vizinhança, permitindo a cooperação, a auto-ajuda, os mutirões, a participação.

NOTAS DO CAPÍTULO 4

(1) WOLF enfatiza a capacidade e o alcance efetivo da família de unir uma série de funções, como as de provisão econômica, socialização, troca de serviços sexuais, concessão de afeto, que poderiam ser manejadas de modo segmentado e institucionalizado por instituições separadas, mas que são realizadas aí em pequenas unidades de produção, em rápida sucessão e com um custo e despesas relativamente baixos. WOLF, E. R. Parentesco, amizade e relações patrono-clientes em sociedades complexas. *Cadernos de Antropologia*, nº 7. Brasília, 1974. p.8.

Segundo WAGLEY, grupos de classes inferiores sofrem pela ausência de parentes nas grandes cidades. Às vezes migram com parentes ou compatriotas. Vêm geralmente de longe e perdem o contato. Mais do que qualquer outro grupo, não têm o apoio de uma parentela e são vulneráveis à aproximação carismática de líderes que enfatizam o paternalismo. In WAGLEY, C. *An introduction to Brazil*. Columbia University Press, New York, 1963. p.202.

(2) Em seu estudo sobre mulheres faveladas, migrantes rurais, SALEM mostra que, dadas as condições no meio rural, é muito comum chefes de família migrarem temporariamente, num período de tempo às vezes prolongado, em busca de trabalho. A seu ver, isto pode ocasionar um fracionamento definitivo do grupo doméstico, quando o homem não retorna, nem manda buscar o resto da família. SALEM, B. et alii. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p.80. DURHAM também discute a migração parcelada, quando membros da família migram isoladamente, ou em grupos pequenos, demonstrando que "o caráter familiar da migração não se manifesta essencialmente no deslocamento conjunto de famílias inteiras, mas antes na reconstituição total ou parcial de grupos familiares, a partir da migração de segmentos da unidade original. Deste ponto de vista, a migração não é um fato isolado, mas um aspecto de um processo que envolve a movimentação sucessiva de pessoas diferentes e pode se estender por tempo considerável". DURHAM, E. *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1973. p.130.

(3) Segundo OLIVEIRA, o preço da força de trabalho urbana é calculado sobre o custo da alimentação e de bens e serviços, compondo assim a "cesta de consumo" do trabalhador. OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981. p.35-60. Sobre esta questão, ver também BOLLAFI, G. Nova política salarial e urbana. In VALLADARES, L.P. (org.). *A habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p.167.

(4) BERLINK, M.T. *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1975. p.128.

(5) Em seu estudo sobre a mulher, MORAES afirma que o trabalho doméstico se constitui como a função econômica mais importante para as famílias das classes trabalhadoras, necessário à reprodução da força de trabalho. "Nesta medida, o trabalho doméstico torna-se parte do trabalho pretérito incorporado à força de trabalho". MORAES, M. A questão feminina. *Estudos CEBRAP*. São Paulo, abr./maio/jun. 1976. p.157. Também BILAC, E.D. *Família de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Símbolo, 1978. p.81, mostra que, em muitos casos, a ampliação da família é utilizada como estratégia, quando "o valor da força de trabalho do provedor, expresso por seu salário, está fixado abaixo do seu custo de reprodução". Sobre a composição do salário mínimo, ver *Revista do Sindicato*, nº 4, Ano I, mar. 1984.

(6) DURHAM, E.R. *op.cit.* BOTH, E. *Família e rede social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. RAMOS, M.C.L. *A gente do Londres*. Dissertação de Mestrado apresentada no IFCH/UNICAMP, 1976, 2v. RIDLEY-LEIGH, D. Mulheres na migração: redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência. *Encontros com a civilização brasileira*. 1980. p.209-40. Originalmente parte da Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 1979. WOORTMANN, K. Casa e família operária. In *Anuário antropológico* 80, Rio de Janeiro, UFC e Tempo Brasileiro, 1982. p.119-50.

(7) SALEM, T. *op.cit.* p.85, mostra que "ao filho é atribuído o encargo do amparo na velhice, momento que remete para outra etapa do ciclo vital, porquanto demarca o fim da vida ativa dos pais". RIDLEY-LEIGH, D. *op.cit.* p.213, mostra que o "imperativo moral" ou as obri-

gações para com parentes, principalmente os pais, fazem parte da ideologia do parentesco. A autora estuda esta questão, referida ao problema migratório, quando os filhos, principalmente os homens, saem causando indefinições quanto às obrigações para com a sua família de origem.

(8) FRY, P. Das vantagens de ser bruxa. IFCH/UNICAMP, *Boletim nº 2*, 1974. p.12-8.

(9) DURHAM, E.R. *op.cit.* p.66, mostra que, no meio rural, "a família só se realiza como unidade social através da prole numerosa, sem a qual é impossível manter mesmo os padrões mínimos de conforto, tal como são definidos tradicionalmente" e, por isso, reclama uma cooperação interfamiliar.

(10) Segundo LOMNITZ e LIZUR, pertencer a um grupo de parentes é sempre o resultado de trocas diretas ou indiretas de informações. Essas trocas constituem o mínimo de interação requerida para manter uma relação de parentesco. LOMNITZ, L.A. & LIZUR, M.P. The history of a mexican urban family. *Journal of family history*. v.1, 2 e 3, Minneapolis, 1976. p.392-409. Também HAREVEN discute a questão da interconexão entre parentes, transcendendo, às vezes, os limites específicos de uma vizinhança ou comunidade. Nesse ponto discorda de Both, que enfatiza as redes de parentesco, a partir da residência em uma mesma vizinhança ou comunidade. In HAREVEN, T.K. *Family time & industrial time*. Cambridge University Press, Cambridge, 1982. p.155.

(11) DURHAM, E. *op.cit.* p.72.

(12) Para o senador Roberto Campos, o controle da natalidade seria a condição *sine qua non* para a superação do subdesenvolvimento. Essa tese foi defendida no século XVIII por Malthus, que pregava a abstinência sexual entre os pobres para evitar a multiplicação da pobreza. Estudiosos como Luciano Coutinho, Elza Berquó, Ana Maria Caneski (UNICAMP), entre muitos outros, fizeram críticas acirradas aos programas de planejamento familiar, como os da BENFAM (Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar no Brasil), financiada por empresas e instituições estrangeiras (Westinghouse, Federação Internacional de Planejamento Familiar, etc) . Segundo Caneski, a escalada de esterilização começou em 1975 e atingiu

principalmente os estados do Nordeste, "acompanhando a rota da pobreza". *Revista Isto É*, São Paulo, 7(340), 29 jun. 1983. p.36-40.

(13) BILAC, E.D. *op.cit.* p.86. Ver também PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, Secretaria de Promoção Social. *Operação favela*. p.5-6.

(14) Ver adiante a composição da renda familiar entre os Gomes.

(15) FORTES, M. Introdução. In GOODY, J. *The development cycle in domestic groups*. Cambridge University Press, 1969. p.3.

(16) BILAC, E.D. *op.cit.* p.97.

(17) BERLINK afirma que, além da pesquisa estatística, por amostragem, fez também, juntamente com o Prof. Daniel Hogan, entrevistas do tipo antropológico "visando obter informações a respeito da vida de membros da classe baixa (tanto mulheres quanto homens), a fim de familiarizar os autores com um estilo que não é o deles, proporcionar ilustrações para argumentos e servir de inspiração para raciocínios teóricos". BERLINK, M.T. *op.cit.* p.47.

(18) A questão das cercas nas favelas foi estudada por NIEMEYER, A.M. em As cercas e os muros separam trabalhadores numa favela de São Paulo e numa vila popular. *Cadernos de opinião*, nº 12, São Paulo, 1979. p.70-9.

(19) Ver Capítulo 2 deste trabalho.

(20) Com respeito à questão da distribuição de alimentos e do papel exercido pelas mulheres, ver: GOODY, J. *op.cit.*; STACK, C. *All our kin*. Strategies for survival in a black community, New York, Harper & Row Publishers, 1975; WOORTMANN, K. *op.cit.* p.122; ZALUAR, A. As mulheres e a direção do consumo doméstico. Estudo de papéis familiares nas classes populares. In ALMEIDA, S. et alii. *Colcha de retalhos*. Estudos sobre família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.161-84.

(21) Tratarei, ainda neste capítulo, do significado econômico e afetivo da incidência das fugas de meninas, menores de idade ou

não, na favela.

(22) As modificações feitas nessa casa geralmente dependiam das chegadas e saídas de membros do grupo e me pareceram semelhante ao que acontecia com os Lowiili estudados por Goody. Ver em GOODY, J. *op.cit.* no artigo *Fission in domestic groups among the LoDagaba*, p.53-91, o item sobre grupos de residência (Dwelling groups), p.79.

(23) FORTES, M. *op.cit.* p.9.

(24) Uso aqui a idéia de transmissão de valores tal qual utilizada por Feldman-Bianco, que segue o que Thompson denominou "rede de herança": "a matriz de relações sociais, políticas, costumárias, legais e econômicas, que determinam a importância, em termos de produção social do que é transmitido de uma geração a outra". THOMPSON, E.P. *The grid of inheritance*. In GOODY, J. & THOMPSON, E.P. (eds.) *Family and inheritance in western Europe 1200-1800*. Cambridge University Press, 1975. p.328-60.

(25) Em seu estudo sobre os LaDagaba e os Lowiili, Goody mostra a riqueza dos dados etnográficos a partir das atividades de produção dos grupos que, segundo ele, envolvem quatro fases distintas: a produção, a distribuição, a preparação e o consumo de alimentos. Através dessas atividades, explicitam-se as normas relativas à herança, regras de casamento, residência e papéis sexuais no interior desses grupos. Mostra também que, na preparação dos alimentos, as mulheres formam unidades essencialmente matrifocais, onde os homens ocupam uma posição periférica, assim como as mulheres ocupam posição semelhante em relação à produção (divisão sexual de tarefas). No entanto, seus dados demonstram que as mulheres também exercem funções produtivas, pois são elas que plantam as sementes, tarefa esta associada a seu papel de reprodutoras. Além disso, são elas as responsáveis pela horta próxima à casa e participam também das colheitas junto aos homens.

Apesar dessa participação explícita, Goody centra seu foco principal de análise no grupo de homens adultos para discutir a questão da produção, imputando às mulheres um papel secundário. A segmentação existente nas unidades de preparação de alimentos provoca uma reorganização contínua do espaço, a partir das necessidades da cozinha e do estoque de alimentos entre esses grupos poligâmicos. Ver GOODY, J. *op.cit.* p.67 e 75.

(26) Sobre o papel das instituições sociais, principalmente as assistenciais, na formalização do modelo aceito de "pobreza", ver NEVES, D.P. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. *Ciência hoje*, Ano I, nº 4, 1983. p.28-36.

(27) Em 1980, a SPS promoveu um levantamento sobre o menor favelado e concluiu que a maioria não estudava, apenas trabalhava. E que a participação precoce no trabalho era devido à necessidade de ajudar no orçamento familiar. Além disso, verificou também que 27% dos menores que trabalhavam recebiam menos do que o estabelecido por lei, sendo que 21,5% estavam na faixa de 1/2 salário mínimo e 96,5% exerciam tarefas nas fábricas. *Correio Popular*, Campinas, 7 dez. 1980. Alguns autores observaram a participação das mulheres e dos filhos na renda doméstica, entre trabalhadores de baixa renda. Cf., por exemplo, BILAC, E.D. *op.cit.* e BERLINK, M.T. & HOGAN, D.J. Adaptação da população e 'cultura da pobreza' na cidade de São Paulo: marginalidade social ou relações de classe? *In Cidade - usos e abusos*, São Paulo, Brasiliense, 1978.

(28) WOLF, E. *op.cit.* p.9.

(29) SALEM, T. *op.cit.* p.94 e 97.

(30) Segundo BILAC, E.D. *op.cit.* p.53, "as mulheres constituem apenas 22% da população que trabalha. Este percentual relativamente baixo de participação na população economicamente ativa demonstra o caráter complementar assumido pelo trabalho feminino, face à importância do trabalho masculino. Isto porque as atividades não têm o mesmo estatuto das ocupações masculinas, obedecendo a normas diferentes das que regulam o trabalho masculino". E CARDOSO afirma que "as flutuações características do sistema de produção capitalista é que vão determinar a possibilidade e a forma de absorção da mão-de-obra feminina, que permanecerá dessa maneira mantendo padrões de comportamento socialmente estipulados, desempenhando ambigualmente seus papéis e perpetuando as barreiras que lhes são impostas no trabalho, desenvolvendo ainda representações no mesmo sentido". A não ser que percebam que "há uma saída social", através da luta e a organização de mulheres por seus direitos. Cf. CARDOSO, I. *Mulher e trabalho*. São Paulo, Cortez, 1980. p. 99-100.

Também as autoras Tilly & Scott, embora examinando um ou outro contexto (Europa, séc. XIX), sugeriram a importância do trabalho feminino, na economia doméstica e na economia como um todo. Mostraram assim, como valores, comportamentos e estratégias delineados sob um modo de produção (pré-industrial) continuam a influenciar os comportamentos, à medida em que mudanças econômicas ocorrem. Desta maneira, a interligação entre produção social e reprodução doméstica influencia a disponibilidade de mulheres para o trabalho. E as características da economia, escala de organização e tecnologia, influenciam a demanda por trabalhadores femininos. In TILLY, I.A. & SCOTT, J.W. *Women work and family*. Holt, Rinehart and Winston, New York, 1978. p.230.

(31) SLOCUM, S. Women the gatherer. Male bias in anthropology. In REITER, R. *Toward an anthropology of women*. New York, Monthly Review Press, 1975. p.36-51.

(32) BILAC, E.D. *op.cit.* p.22.

(33) FIGUEIREDO, M. O papel sócio-econômico das mulheres chefes de família numa comunidade pesqueira do litoral norte da Bahia. *Cadernos de debates*, nº 6, 1980. p.35-78.

(34) BERLINK, M.T. *op.cit.* p.128.

(35) BLAY, E.A. *Trabalho domesticado. A mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978. p.67.

(36) MARTINEZ-ALLIER, V. As mulheres do caminhão de turma. In *Debate e crítica*, nº 5, 1975.

(37) FIGUEIREDO, M. *op.cit.*; FUKUI, L. Alternativas aos papéis femininos entre sitiantes tradicionais no Brasil: implicações para uma política familiar e social. *Cadernos CERU* (Centro de Estudos Rurais e Urbanos), nº 9, out. 1976.

(38) OLIVEIRA, M.C.A. *A produção da vida: mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura*. Tese de Doutorado em Sociologia, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1981.

(39) Em matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, mostrei como a fuga de mulheres apontava para uma valorização do homem na família, numa situação de pobreza como a da favela. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 set. 1981. Suplemento FOLHETIM nº 244, p.5.

(40) HAREVEN mostra que, em cada família ou grupo doméstico, um membro, geralmente uma mulher, torna-se guardião dos laços entre parentes. E como Ana, na favela, conservam seu papel por toda a vida. E, embora suas necessidades e responsabilidades mudem, sua importância para o grupo, como fonte de apoio, como árbitros, e como pacificadoras, continua e tornam-se ainda mais importantes, à medida em que envelhece. *In* HAREVEN, T.K. *op.cit.* p.105.

(41) TILLY, L.A. & SCOTT, J.W. *Women work and family*. Holt Rinehart and Winston. New York, 1978; HAREVEN, T.K. *op.cit.*

(42) BOTH, E. *op.cit.*; STACK, C. *op.cit.*; DURHAM, E. *op.cit.*; RAMOS, C.L. *op.cit.*

(43) HAREVEN, T.K. *op.cit.*

(44) ANDERSON, M. *Family structure in nineteenth century Lancashire*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971, citado em HAREVEN, T.K. *op.cit.* p.2.

(45) HAREVEN, T.K. *op.cit.* p.3.

(46) DURHAM, E. *op.cit.* p.138.

(47) FELDMAN-BIANCO, B. Capitalismo e família: os pequenos burgueses. *In* ALMEIDA, S. et alii. *Colcha de retalhos*. Estudos sobre família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1978. p.138.

(48) STACK, C. *op.cit.*; SUSSER, I. *Norman street*. Poverty in an urban neighborhood. New York, Oxford University, 1982.

(49) PERLMAN, J. *Os mitos da marginalidade*. Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; LEEDS, A. & LEEDS, E. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978 ;

NELSON, J.M. *Access to power: politics and the poor in the developing nations*. New Jersey, Princeton University, 1979.

(50) HAREVEN, T.K. *op.cit.* p.154.

* * *

Diário do Povo

1980

SABADO - 8/11/80

Cola. O vício dos meninos favelados

A cola, para ser usada como alucinógeno se transformou no principal problema para cerca de 300 menores moradores na favela do Jardim São Marcos. Para abastecer as três centenas de menores viciados em cola, formou-se verdadeiras gangs que adquirem a cola em dois estabelecimentos no centro de Campinas, para posteriormente ser vendida para garotos de seis a dezessete anos.

As arminhas usadas pelos garotos que "tráficoam" a cola para o Jardim São Marcos, seguem os mesmos padrões dos grandes traficantes internacionais. Um grupo fica encarregado de conseguir a cola, junto a dois estabelecimentos no centro de Campinas. E um outro grupo, estaciona em pontos — barracos — estratégicos da favela para fornecer a um número estimado de trezentos menores que estão fazendo o uso da cola como alucinógeno.

A denúncia para desbaratar os traficantes que fazem do Jardim São Marcos um verdadeiro inferno, transformando garotos de nove, dez e onze anos, que antes saudáveis, em elementos que fatalmente se transformarão em viciados de maconha e juco, foi da professora da Escola Reunida São Marcos, Maria Augusta dos Santos, que além de orientadora dos garotos, mantém por conta própria uma creche que abriga atualmente vinte e uma crianças.

Ontem, após ter seu filho enforcado de morte, por menores que encabeçam o tráfico de cola na favela, dona Maria Augusta resolveu procurar o Juizado de Menores e denunciar a rede de tráfico, que transformou as crianças do Jardim São Marcos.

Para provar que denunciaria a trágica realidade dos menores da favela, dona Maria Augusta reuniu onze crianças viciadas, e em idade de seis a doze anos, e trouxe à presença do chefe do Juizado de menores, Paulo de Castro. Tão logo colocou os olhos experientes nos ratos com menores, o chefe do juizado de menores destacou um conselheiro para que se dirigisse até a favela e apurasse as denúncias de dona Maria Augusta.

Nas duas horas em que permaneceu na favela do Jardim São Marcos, o conselheiro Romão, não teve a menor dúvida: existe uma rede de traficantes da cola agindo na favela e induzindo as crianças ao uso da cola.



Os garotos, que se encarregam de conseguir o produto em dois estabelecimentos do centro da cidade são os menores Cidão, 14 anos e Antônio, 11 anos. Eles adquirem o tubo de cola ao preço de trinta e cinco cruzeiros e vendem por porções que variam de vinte a quarenta cruzeiros. Como os garotos viciados não conseguem dinheiro para comprar a droga junto à família, invariavelmente saem pelas ruas a cata de cobre, vidro e alumínio. Posteriormente, vendem ao ferro velho, conseguindo dessa forma, o dinheiro para comprar a porção de cola.

Muitos dos garotos que fazem o uso da cola afirmaram que só o fazem para poder subsistir, já que a cola faz com que eles não sintam fome. Por outro lado, especialistas em tóxicos em Campinas disseram que isto é ap-

enas uma medida para justificar o uso da cola, e que essa afirmativa é mentirosa. Segundo eles, esse tóxico provoca fome no viciado.

Além das onze crianças e da professora, Maria Augusta, compareceu ao departamento do Juizado de menores no Palácio da Justiça na tarde de ontem o senhor Roberto Ribeiro — 60 anos e quase sem visão — querendo expor o caso de suas filhas Nelde, Nalva e Maria de Lourdes. Todas menores, e que além de cheirarem a cola estão desenhando-se à prostituição. Ele, que também é morador nos barracos do Jardim São Marcos, expôs seu problema e não recebeu nenhuma instrução com relação ao procedimento que deve ter para solucionar o problema.

CAPÍTULO 5
A VIZINHANÇA NA FAVELA
E O JOGO DAS INSTITUIÇÕES

Meu trabalho de campo no São Marcos começou pelo contato com as mulheres que, nos seus quintais, penduravam as roupas recém lavadas dos filhos e dos maridos, baldeavam a água de seus poços para lavar as vasilhas, ralhavam com os filhos na rua, debruçavam-se sobre as cercas para conversar com as vizinhas sobre os acontecimentos do dia. Conheci também alguns homens nas biroscas das esquinas que se dispuseram a me levar até as suas casas para me apresentarem às suas mulheres. E, assim, fui me chegando, aproximando das famílias, sentindo-me e fazendo-me amiga, ouvindo suas queixas e muitas de suas esperanças, tornando-me íntima no contato solidário com as mulheres. E, ciente do meu trabalho, prossegui

a minuciosa coleta dos dados junto a um grande número de famílias que formavam, naquele momento, diferentes redes de vizinhança que se entrecruzavam a partir das dificuldades e interesses comuns. E tentei captar que dificuldades eram essas e quais eram, na verdade, os interesses que os faziam romper as barreiras da heterogeneidade e da multiplicidade existente na favela. E, seguindo a sugestão de THOREAU (1) de que "não vale a pena correr o mundo para contar os gatos de Zanzibar", procurei situar aqueles indivíduos, aquelas famílias e as teias de relações que formavam entre si, na vizinhança e fora dela, buscando interpretar o seu significado naquele momento específico.

Por este motivo, o capítulo acabou ficando longo, pois me pareceu difícil selecionar apenas alguns indivíduos e grupos domésticos e deixar outros de fora, pois era nesse conjunto amplo que parecia se revelar toda a trama interna e externa dessa vizinhança. Desta maneira eu não estaria apenas contando "gatos" no São Marcos, mas fazendo, conforme sugeriu GEERTZ (2), uma "descrição densa" das condições de vida e de participação coletiva de seus moradores, buscando tirar grandes conclusões de pequenos fatos, interpretando a vida na favela.

Assim, os dados que aqui aparecem, organizados num longo acervo, não estão soltos, mas têm um sentido, pois ajudam a mostrar como estratégias individuais estão, na maioria dos casos, intensamente entrelaçadas à atuação de instituições sociais específicas e envolvidas por orientações econômico-políticas mais gerais. A ênfase no papel das mu-

lheres deve-se à sua atuação fundamental na favela e explicita redes de relações que geralmente passam despercebidas a pesquisadores menos atentos ou que não adotam uma ótica feminista.

É também intencional neste trabalho a utilização das falas das pessoas. Isto as torna, a meu ver, mais próximas. A multiplicidade dos exemplos permite que apareçam diferentes aspectos de sua realidade que poderiam se perder numa seleção rígida que impedisse sua fluência.

1.

OS VIZINHOS:
ETNOGRAFIA DA VIZINHANÇA
(estudo de casos)

Quando comecei a pesquisa de campo no São Marcos, em 1978, a vizinhança perto da escola municipal vinha se constituindo desde 1976, quando as pessoas começaram a chegar de outras favelas ou de outras regiões, quase todas num processo muito semelhante. Até essa época a favela era pequena e os "mais antigos" eram contados nos dedos. A maior parte vinha da roça, tinha recebido ajuda de alguma entidade assistencial e/ou igreja, tinha muitos filhos, utilizara passes gratuitos do serviço de migração para chegar até Campinas e praticamente todas as famílias pesquisadas afirmavam ter vindo para a favela do São Marcos "com ordem do fiscal da Prefeitura". E quase todos afirmavam terem vindo atraídos por um mercado de trabalho promissor, como afirmava Ana Rita de Almeida:

"Nós viemos pra Campinas, porque lá não tava dando. Escolhi Campinas porque era afamada. Era mais é fama que o povo falava e nós pegamos e falamos: vamos lá pra ver".

Naquele trecho específico da rua 9, como nas ruas 15 e 18, formavam-se grupos de vizinhança, estimulados por grupos religiosos ou da Prefeitura, propiciando tanto as relações solidárias quanto conflitos e disputas, que se refle-

tiam no cotidiano das pessoas ou nos momentos de tensão na favela.

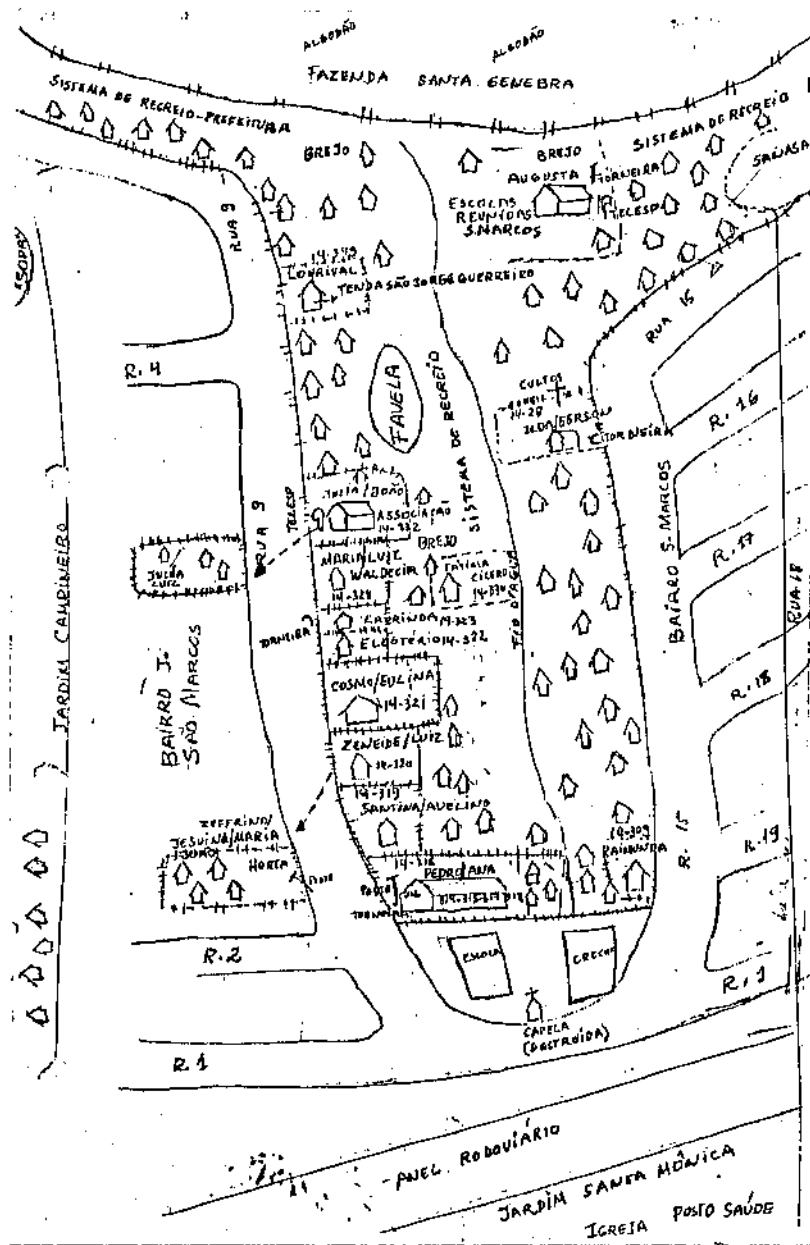
Dada a expansão das favelas naquela época, o São Marcos, como outros núcleos de Campinas, começou a "inchar", aumentando a disputa pelo espaço. Por causa da proximidade em que eram construídos os barracos, quase nada era segredo por ali. Se um marido abandonava a mulher, se arranjava outra, se o dinheiro não dava para as "despesas", onde trabalhavam, com quem ficavam as crianças, quem morava na casa, quem apanhava, etc. Além disso, pelo fato de os problemas serem tão comuns entre eles (desemprego, subemprego, migração, fragmentações dos grupos domésticos, falta de vagas nas escolas, falta d'água, etc) ficava difícil um não procurar ajuda no outro. Como dizia Eulina: "Tamos tudo no mesmo barco e aqui nenhum é melhor que o outro".

Mas, apesar da similaridade dos problemas e das dificuldades, cada qual buscava sua privacidade, seu canto, sua "melhora", empenhando-se para sair daquelas condições, resultando em diferenciações internas entre aqueles que tinham "as coisas" (TV, roupas, emprego, "misturas", rádio de pilha, água, luz, etc) e aqueles que não tinham. Como dizia Pedro: "A maior parte de barraco é fraco. Tem uns que não é. Tem seu barraco, negocia, põe seu carro na frente da casa. Esses atrapalha nós, porque tá ocupando lugar do que não pode". E continuava: "Aqui devia chamar 'lugar dos pobres' porque assim já sabia que só pobre pode morar. Pobre não pode misturar com o rico, porque o rico é força maior".

Embora as construções na favela fossem irregula-

res, acompanhando as possibilidades do espaço, a numeração colocada nos barracos podia dar uma impressão de linearidade. No entanto, às vezes era difícil achar um determinado número naquele emaranhado de casas. Além disso, muitos barracos foram construídos depois da numeração e as pessoas indicavam o morador ou o barraco por uma característica qualquer: "o velho seu Manoel", o "barraco azul", "aquele que tem uma árvore na frente" e assim por diante.

a vizinhança da favela



O primeiro barraco da rua 9 era o de Pedro e Ana, bem próximo à cerca da escola, que, na época, não tinha muro. Era um barraco só, mas todo dividido em "cômodos", construídos para diferentes unidades domésticas que se constituíam na "família" Gomes. Cada um desses cômodos, como vimos no Capítulo 3, recebeu sua própria numeração (14-314; 315; 316; 317; 318). Havia outros barracos ali na rua 9 cujos proprietários também pertenciam ao grupo (14-28 e 281), mas o principal o barraco centralizador era mesmo o de Pedro e Ana. Como a maioria dos barracos na favela, este era também todo cercado, "protegendo os de dentro" e estabelecendo a "propriedade" de cada um em relação aos "de fora" da família.

Logo em seguida (14-319) vinha o barraco de *Santina e Avelino*, com seus sete filhos. Como Pedro, Ana e muitos outros na favela, também chegaram do Paraná em 1976, após muitas migrações. Eram originariamente de Marília (SP), mas, antes de irem para o Paraná, haviam morado em Ourinhos, SP. Ambos trabalhavam nas lavouras de café e tinham morado em chácara como agregados. Para o Paraná foram "com uma turma de gente e parente". E vieram para Campinas porque Santina tinha um irmão que morava no São Marcos (15-929), "que dizia que aqui era bom de serviço".

As mudanças sucessivas, tanto no Estado de São Paulo quanto no interior do Paraná, em busca de trabalho e lugar para morar, continuaram em Campinas quando eles se tornaram favelados, porque ficaram sujeitos às remoções: "Aqui, dizia Avelino, pobre tem que tá com as tábua nas costa. E

vive que nem bicho-da-seda, trabalhando sô pra comer".

Quando chegaram em Campinas, foram morar numa chácara na estrada do Matão, onde Avelino trabalhou por quatro meses como vigia noturno. Depois mudaram-se para o São Marcos, rua 15 (14-929), na casa de Adelino ("Preto"), enquanto procuravam um lugar. Depois, "Preto" e Maria mudaram-se para 14-291. "Aí, a Prefeitura mandou sair porque disse que ia sair todo mundo, que ia construir. Aí, banquei o apressado e saí, fui o primeiro e ninguém mais saiu. Aí, eu fui pra rua 17 (Santa Mônica) e fiquei bem uns cinco mês, e eu mesmo que arranquei as tábua e construí lá. Aí a Prefeitura tornou a balançar todo mundo de lá porque disse que era pra emendar a rua, porque ela não tem saída e aí só eu e seu Pedro Gomes saiu de lá, pra cá. E aí, eu fui na Regional 4 e seu Pedro também foi, pra saber se podia construir aqui e eles disse que podia, mas com o tal dos 50 metro da escola. E avisaram que se precisasse sair, tinha de sair. O terreno não é da Prefeitura mas é ela que zela. É do Estado".

O salário mínimo de Avelino e as constantes dispensas no trabalho obrigavam o casal a buscar alternativas de trabalho na roça, para suplementar a renda. Em 1978, quando os conheci, Avelino trabalhava na ISUSA, como vigia noturno. Dormia apenas algumas horas e, durante o dia, às vezes atendia junto com Santina e os filhos maiores, ao chamado dos "gatos", indo colher laranja em Paulínia, algodão nas fazendas próximas, café. Dizia que era melhor trabalhar mesmo, já que com aquele monte de filhos, não podia dormir. Nas horas vagas fazia serviços de pedreiro, ajudando a cons-

truir barracos, furando poços e fossas, fazendo cercas na vizinhança.

"Aqui é todo mundo acostumado na roça. Lá em Ourinhos, Santana tinha enxada e meu filho mais velho também tinha".

Avelino trabalhou na ISUSA em 1979, na BRASVACIN em 1980, ganhando Cr\$ 8,00 por hora ou Cr\$ 936,00 por semana, na BOSCH em 1981, ganhando Cr\$ 6.000,00, sempre como ajudante de pedreiro ou vigia noturno.

O barraco de Avelino e Santana tinha apenas dois cômodos: quarto e cozinha. A cozinha também servia de quarto para muita gente. Os filhos menores dormiam no cômodo maior com o casal e os quatro mais velhos, em duas camas, na área da cozinha. Em 1980, Avelina, irmã gêmea de Avelino, veio com seus dois filhos solteiros morar com eles. O arranjo que fizeram para acomodar os três foi o seguinte: construíram um caixote grande, projetado para fora do barraco, onde dormiam Avelina e sua filha de 12 anos. Era como se fosse um armário embutido. Embaixo guardavam malas, em cima servia de guarda-roupa e o meio era utilizado como cama para mãe e filha. O filho dormia temporariamente no chão. Este rapaz, Antônio, casou-se em 1981 com Riselda, filha de Pedro e Ana. Morreu um ano mais tarde, de cirrose, deixando a mulher e uma filha.

Quando falavam de suas dificuldades, Avelino dizia: "Meu Deus, se eu falar tudo, esse papel aí nem dá. É difícil educar um filho, ter conforto de moradia. Quando, vem lista de material da escola, a gente perde o sono. A cidade,

cada dia os preço tão diferente. O salário sô sobe uma vez por ano. O governo, na parte pequena (pobres) faz olhar, mas está tudo nas mão dos fazendeiro. O governo faz projeto, os fazendeiro corta pela metade. O negócio é comprar um alqueire, criar e plantar de um tudo e dar escola pros menino".

"Em janeiro vou fazer um ano de firma e vou conseguir que eles me mande embora pra receber indenização. Vou falar com o Prefeito e ver se ele me arruma uns 5 alqueire e uns Cr\$ 5.000,00. Se não conseguir, falo com o Wilson José (deputado) e ver se ele me arruma as passagem que eu vou pra Rondônia. Lá o governo tá dando terra de graça (INCRA). Uns foi lá por conta própria. Os que foi por conta do governo tem que ficar onde eles põe a gente, que é beira de rio, onde tem as doença".

"Se eu ganhasse na Loteria? Ave Maria, comprava uma fazenda em Rondônia. Aqui (SP) não dá, porque os fazendeiro quer tudo pra eles. Eu vim numa roça sem nem uma agulha. Só no Paraná nós se matemo 15 anos, Santina e eu, porque lá era na roça direto".

As dificuldades financeiras, devido à baixa renda, obrigavam Avelino e muitos outros na favela a trocas constantes, tanto de serviços como de bens e isso o ajudava a conseguir certos itens de difícil acesso. Assim, elogiando seu novo relógio, ele me disse:

"Pro dinheiro, vendi a bicicleta e fiquei com um pouco. Depois o violão eu troquei num relógio simples. O relógio eu troquei por uma garrucha e a garrucha eu troquei por um blusão de couro. Esse sapato aí em cima do armário,

eu troquei por um outro, de salto menos alto. E só não troquei a muié porque não encontrei outra mais bonita. Com o barraco eu faço qualquer negócio, menos pôr fogo, porque se eu achar 15 milhão eu vendo" (falava ironizando, devido às condições precárias do barraco: pequeno, cheio de goteiras, etc).

O relacionamento de Avelino e Santina com o pessoal de Pedro e Ana era intenso, porque já tinham sido vizinhos várias vezes e vinham dos mesmos lugares. Participaram juntos da resistência à remoção em 1979, quando seus barracos estavam para ser removidos novamente e isso parece ter estreitado os laços de amizade e vizinhança.

Em 1981, Santina deu à luz a gêmeos e um deles morreu logo em seguida de "sujeira no sangue". Neste mesmo ano, Tereza, de 15 anos de idade, filha mais velha de Avelino e Santina, fugiu com o irmão da mulher de "Preto" (como vimos no Capítulo 4) e o casal se mudou para Rondônia com o restante dos filhos. Foram de caminhão, junto com outra família vizinha, cheios de esperança de conseguir seu "torrão de terra", dizendo que não iam mais precisar de "dormir no toco" (trabalhar como vigia noturno).

Depois do barraco de Avelino e Santina vinha o de *Zeneide e Luiz*, 14-320 (47 e 37 anos respectivamente), com seus sete filhos. Os dois vieram do Paraná em 1977, pela "migração", embora fossem originários do Ceará. Luiz trabalhou na PETROBRÁS, na KLEBER, etc, mas muitas vezes ficava desempregado e Zeneide sustentava a casa. Por isso era muito

criticado pelas vizinhas. Saía antes das 7 da manhã e só voltava à noitinha. Seu salário era de Cr\$ 1.500,00 em 1979, quando o salário mínimo era Cr\$ 2.107,20. Quando Luiz estava desempregado, a família ia muito à "Sopa" e conseguia ajuda das instituições de caridade locais, o leite em pó, etc. Quando Zeneide ia para o trabalho, Wandire, sua filha de 10 anos, assumia suas funções em casa, fazendo comida e olhando os irmãos. No domingo, Zeneide punha em dia a roupa da família. Na época da colheita do algodão, ela faltava dias de serviço e ia com os filhos para a roça. Quando Luiz estava sem emprego também ia catar algodão. Ia às 8 horas e às 2 já estava de volta. Zeneide dizia gostar desse serviço, pois já era acostumada e porque "rendia" um pouco.

O barraco tinha três cômodos. Num deles dormiam os filhos maiores e, em outro, Zeneide, Luiz e os menores, e o terceiro era a cozinha. Não tinham luz nem televisão quando os conheci. Conseguiram um "rabicho" emprestado de Pedro, que cortou em seguida pois, quando Luiz estava sem serviço, atravavam o pagamento da conta.

Dada a proximidade dos barracos de Zeneide e de Eulina, as duas tornaram-se muito amigas, ajudando-se mutuamente com as crianças, nas lavagens de roupa, quando uma delas estava de resguardo ou doente. E quando Zeneide estava em casa, as duas viviam na cerca, conversando.

Quando Zeneide teve o oitavo filho, em 1981, ficou em casa e arrumou serviço de doméstica para Wandire, que precisou sair da escola. Nessa época Luiz ainda estava desempregado.

Como Zeneide e Eulina tinham uma rede restrita de parentes em Campinas, estabeleceram um sistema de trocas que permitia uma série de benefícios e de apoio mútuo. Quando uma saía, a outra "ficava de olho" na casa e nas crianças. Quando brigavam com os maridos, desabafavam, quando estavam sem "despesa", uma emprestava mantimentos para a outra. As trocas estendiam-se também a outros vizinhos mais próximos, como Ana, e os filhos tinham livre acesso às casas onde as mães "se davam".

O barraco seguinte (14-321) era o de *Eulina e Cosmo* (37 e 28 anos), que vieram, como todos os outros, de vários lugares. Cosmo era originário de Orobó, Pernambuco e Eulina de Omenara, Minas Gerais, mas conheceram-se em Mato Grosso, para onde Cosmo tinha ido com uma "turma de serviço" e Eulina com os pais, para trabalhar no café. Depois de casados (tinham fugido), foram para Porecatú, Paraná, onde o filho do meio nasceu. "Quando a roça no Paraná ficou ruim, nós foi tudo pra Inhumas (SP), trabalhar no café". De Inhumas vieram para Campinas, em 1976, para morar no Jardim São Marcos, em casa de aluguel na rua 3, pagando Cr\$ 275,00 por mês. Logo em seguida Cosmo ficou doente, não pôde mais pagar e precisou mudar para a favela.

"Aqui não tinha barraco. Era pouco. Aí caçamo madeira velha pra construir. E aí os Vicentino (Sociedade São Vicente de Paula - Castelo) também ajudou, que eu pertengo aos Vicentino. Eles vinheram aqui e me levaram no depósito e compramo material e eles pagou. Paguei sô o carreto e a

mão-de-obra era minha mesmo" (COSMO).

Primeiro construiu só um cômodo e, quando a família começou a aumentar e "as coisa melhorou, cresceu um pouco".

Em 1979 Cosmo arrumou serviço na Lix da Cunha e foi trabalhar em Cubatão, na construção do prédio da PETROBRÁS. Passava a semana por lá. As dificuldades eram grandes devido às despesas dele e ao preço das passagens para ir e vir.

Quando os conheci não tinham televisão e emprestavam um "rabicho" de Pedro, como outros. Eulina dizia que sempre estava indo à Prefeitura pedir licença para comprar o poste, mas o pessoal lá dizia que "essas coisas, marido é quem tem que resolver". Ela ficava revoltada porque era ela mesma quem resolvia tudo, já que Cosmo estava sempre fora durante a semana.

Eulina era jovem e cheia de vida, embora tivesse várias vezes ido ao psiquiatra por causa "dos nervo". Não trabalhava fora devido aos filhos pequenos e porque dizia que Cosmo não gostava de deixar os meninos "jogados". Ela sempre se queixava de que não tinha mãe nem irmã para ajudar um pouco com as crianças. Eulina parecia não se conformar muito em ser pobre. Vivia se "virando", como dizia, e arranjando formas de ganhar algum dinheiro, de conseguir as coisas. Lavava roupas para fora, ia às instituições assistenciais locais, ia à Prefeitura, enfim, lutava por conseguir melhorar suas condições de vida. Em 1980, começou a fazer sorvete em casa para vender, "pra ajudar nas despesa". Com-

prou inicialmente uma geladeira à prestação, com congelador grande, pacotes de Ki-Suco de vários sabores e saquinhos de plástico próprios para sorvete, investindo "economias" que ela dizia ganhar lavando roupa e colhendo algodão. Vendia os sorvetes em casa e na rua. Seu filho de 12 anos é que saía todos os dias, depois da escola, para vender. O dia todo tinha criança na porta, com dinheiro, querendo sorvete. Fiado não vendia. O dinheiro arrecadado ia sendo colocado numa caixa de sapato, em cima da geladeira. Um dia perguntei-lhe quanto dava para fazer e respondeu-me: "Mixaria". Aí comecei a fazer as contas com ela de quantos sorvetes vendia por dia. A média era de 10 a 20 por dia. Fazendo um cálculo superficial, concluí que não era tão pouco assim e, em média, arrecadava Cr\$ 3.000,00, cerca da metade do salário de Cosmo com a venda de sorvetes. Esse dinheiro Eulina usava para as "despesas": botijão de gás, sapatos para os meninos, frutas, remédios e pagamento das prestações.

Como alguns outros moradores do São Marcos, Eulina tinha também um forno de barro no quintal e sempre fazia pão. Assim economizava no gás de cozinha e na compra do pão. Quando queria agradar alguma vizinha, oferecia pão.

Durante a ameaça de remoção no São Marcos, em 1979, Eulina assumiu uma certa liderança, embora afirmasse que "este negócio de política é mais é com o Cosmo". Mas foi principalmente a partir de algumas mulheres, como Eulina, Irmã Cida, Lurdes, dona Raimunda, Inês, dona Júlia, que foi possível resistir à remoção, pois elas se juntaram durante o dia, uma chamando a outra a participar. Nesse período, Eu-

lina passou a freqüentar mais a casa de Ana devido às reuniões, buscando proteção junto aos vizinhos contra o fantasma das transferências arbitrárias.

Eulina às vezes saía com algumas das mulheres do grupo de Ana para ir ao Posto de Saúde, ou à cidade, e dizia que o povo dela era muito bom, mas que "pra fazer um favor, é só dona Ana mesmo, quando tava boa..." "Quando o nenê da Brinquinha (Maria) nasceu, eu nem lá não fui, porque quando eu tive, ela também não veio. Só veio a Izilda, a Graça e a Riselda, mas ela não veio, nem a "Gorda".

O barraco de *Vitor Eleotério*, de número 14-322 ficava espremido entre o de Cosmo e o de *Laurinda* (14-323) e só visitei os dois algumas vezes. Laurinda, 28 anos, era separada, tinha 2 filhos e vivia com sua mãe viúva. Ambas eram de Murilac, Minas Gerais e tinham ido para Santo Amaro (SP). Diziam não terem medo de remoção, porque "se o povo da Prefeitura tirar nós daqui, põe em outro lugar. Foi desse jeito mesmo quando a gente veio de Paulínia. Teve uma enchente lá que inundou os barraco tudo e eles pôs nós no Corpo de Bombeiro e deu roupa, alimento, tudo. A Prefeitura transferiu nós pra Campinas e ajudou a mudar. Isso foi em 74". Quem construiu o barraco foi "o vizinho de lado, que também veio de Paulínia junto com a gente. O material foi o Dr. Benedito (vereador em Paulínia). Ele deu a metade e nós compramos o resto".

Quando veio para Campinas, Laurinda foi trabalhar na Campineira de Doces. "O serviço era muito e o horário era

ruim, tinha de trabalhar direto". Queria trabalhar em casa de família, mas precisava ser registrada por causa dos meninos e era difícil as patroas registrarem. Como mãe e filha estavam desempregadas, perguntei como faziam para conseguir dinheiro. Laurinda confidenciou que tinha um rapaz que as ajudava. Ele trabalhava como carpinteiro na UNICAMP. "E depois, aqui tem muita gente boa que ajuda a gente. Tem o seu Lauro da 'Sopa', o Juizado de Menores, sempre ajudou a gente. Até móveis eles deram e ajudaram também com dinheiro (Cr\$ 300,00, Cr\$ 400,00).

Por trás desses barracos estava o de *Sebastião e Genilda*, 64 e 57 anos respectivamente. Originários de Alagoas e do Maranhão, vieram de Mato Grosso em 1979 com seus quatro filhos e construíram o barraco por ali, com ordem dos vizinhos, que cederam parte de seus terrenos, e de Josué, fiscal da Prefeitura. "Gastamo Cr\$ 7.000,00 e agora querem que a gente saia daqui".

Sebastião recebeu uma carta da Prefeitura, que guardava num dos caibros da casa. E só me mostraram porque muitas vezes me haviam visto conversando com o pessoal da Associação de Moradores. Reproduzo a carta tal como a copiei:

CARTA DA PREFEITURA
"INTIMAÇÃO ADMINISTRATIVA"

Sr.
Rua (Av.)
Bairro: Jardim São Marcos

Barraco nº
Cidade de Campinas

Fica notificado no prazo de 1 dia (um dia)
a não construir barraco neste local.

Endereço: Av. Anchieta nº 200, 12º andar, sala 1203
Falar com Sebastião

Assinatura de Sebastião

Notificado

Testemunha (s)

Confirmamos que o notificado ficou ciente
e recusou-se a assinar e/ou receber

Data: 22/06/79

Assinatura ou nome
Endereço

Como Sebastião e Genilda eram analfabetos, não havia assinatura de recebimento ou recusa, por isso guardavam esta carta com medo, sem saber muito bem a sua validade.

O barraco de *Cícero e Fátima* (14-330) também ficava na rua 9. Para chegar lá, era preciso passar por uma viela onde havia outros barracos. Cícero e Fátima foram os primeiros a serem transferidos na remoção de 79. Ambos eram do Estado de São Paulo. Cícero, de Alfredo Castilho, e Fátima, de Adamantina. Tinham quatro filhos pequenos. Moravam antes no São Marcos, de aluguel. Pagavam Cr\$ 650,00 por mês. "Quando os menino ficaram doente, com desidratação, gastamo muito e ficamo sem dinheiro. Aí o Ciço ganhou essas tábua e fez

o barraco. Viemo pra cá porque lá em Castilho era serviço por dia (roça) e, se chovia, não ganhava e a gente só faltava morrer de fome. Quando chegamo aqui, a Prefeitura deu mantimento, fogão, berço, até ele arranjar serviço. A Irmã Cida ficou de dar umas coberta. Ano passado veio um caminhão do Corpo de Bombeiro dando roupa, mas nós, que mora no fundo, nem ficamo sabendo. Antes tiraram nós daqui, porque Cigo é mais calmo que eu e falou que era pra tirar os barraco e ele já foi tirando. Ele disse que tem hora que dá vontade de passar fome só pra comprar um terreno".

Cícero era um grande colaborador da Irmã Cida (ver item 2.1 deste capítulo) e não perdia as reuniões da Associação de Moradores. Achava que "se o povo reúne, o Prefeito decide alguma coisa. Não pode é ficar parado".

Cícero e Fátima foram removidos dali para o final da favela, "pra cima numa lama" e isto serviu como alavanca para a resistência de outros moradores das ruas 9 e 15, que estavam próximos à escola e que também seriam removidos logo em seguida. Após a movimentação política que a resistência no São Marcos causou, os dois voltaram e reconstruíram o barraco no mesmo lugar.

Dona Maria e Luiz Alves eram de Mato Grosso e moravam no barraco nº 14-335. Primeiro veio uma filha casada viver no São Marcos, depois veio Waldecir (18 anos) morar com ela para poder estudar e, mais tarde, veio o restante da família. Alguns filhos casados moravam em São José do Rio Preto. Eram 12 filhos ao todo.

Tanto Waldecir quanto Maria, sua irmã, participavam da Pastoral da Juventude Operária desde 78 e, em 79, começaram a participar também da Associação de Moradores, da qual Waldecir se tornou, mais tarde, Presidente. Os dois viajavam muito para São Paulo, Paraná, Goiás, etc, onde havia trabalhos pastorais, e iam, junto com Inês, Irmã Cida, João "Paia", Vidal, Wagner, Zé Leite, que eram agentes da CEB e moravam no São Marcos e no Santa Mônica. Quando não tinham dinheiro para as passagens, Irmã Cida ou os outros ligados à Igreja, arranjavam.

Logo depois do barraco de Waldecir vinha o de *João e dona Júlia*, de número 14-336, com seus 12 filhos, quase todos adultos. Dona Júlia era importante colaboradora dos trabalhos da Igreja - CEB e ativa participante da Associação de Moradores, do grupo de mulheres, etc. Estava sempre por ali, convocando os vizinhos, passando e recebendo informações. (O sistema de informações na favela é conhecido como "comadre" e foi muito usado pelos movimentos populares). Em 1980, dona Júlia e seu João compraram um terreno particular, quase em frente àquele onde moravam, e construíram uns barracos para eles e alguns filhos casados. O barraco antigo ficou para uma das filhas que, mais tarde, precisou mudar da favela por causa de um incidente de violência com um dos filhos na favela. Esse barraco foi então vendido para a Associação de Moradores, que passou a ter sede própria. Tempos depois a TELESP instalou um orelhão em frente à Associação, o que facilitou muito para os moradores ao redor. Dona Ma-

ria, que morava ao lado, no entanto, queixava-se que a molecada vivia quebrando o aparelho e que os marginais estavam sempre rondando.

O barraco de *José Gervásio* (46 anos) e *Maria José* (23 anos) era o 14-338 da rua 9. Vieram para o São Marcos em 73. Primeiramente moraram no Jardim Campineiro, depois mudaram-se para a rua 15 e então para a rua 9. Vieram de Padre Paraíso (MG). Maria José era irmã de Zeferino, filha de Jesuína e de João. "Lá em Padre Paraíso, primeiro trabaiava na lavoura, adespois passei a trabaiar nesse serviço de pedreiro. Lá trabaiava por dia; o que ganha aqui em 3 hora, lá dava um dia inteiro. Não desfaço de lá porque é minha terra, sô conto o problema que a senhora entende. Quando eu vim, Zeferino já tava. Eu vim primeiro, adespois voltei. Adespois vim pra ficar e casei".

O barraco 14-339 pertencia a *Maria Flausina*, de 29 anos e *José Benedito*, de 33 anos e seus cinco filho pequenos. Ele era de Uberaba, MG e ela de Santos, SP. Vieram para o São Marcos em 1978.

"Vim porque disseram que ia lotear. Dei uma testada na vida e vim pra cá. Isso aqui não é vida. Aqui tamo vegetando".

"Vim pra cá porque perdi tudo que tinha. Quis montar uma representação de seguros por minha conta, mas São Paulo é uma arapuca. Aí, minha mulher comprou esse barraco, porque apavorou".

José trabalhava por conta própria. Tinha firma de representação em Santos, junto com um sócio. Flausina "ajudava" indo de casa em casa, oferecendo os serviços da firma. Quando Flausina saía para trabalhar, o marido ficava em casa com os filhos. Segundo eles, conseguiam fazer Cr\$6.000,00 por mês. Flausina trabalhava também numa casa de família no Taquaral e dizia: "Foi a muié que emprestou o dinheiro pra comprar o barraco e fui pagando em parcelado".

Na época, estavam apavorados com a idéia de serem removidos e perderem o material.

"Decepcionei demais com o Amaral e o Quércio. Pra mim o Amaral é um 'promessinha'".

Embora o barraco de *Zeferino* (28 anos) e *Maria* (25 anos) fosse construído em terreno particular (rua 9, nº165), ambos faziam parte ativa da vizinhança da favela. Tinham saído dali recentemente e sentiam-se ainda próximos dos vizinhos "daquele lado". Zeferino queixava-se que "proprietário particular" é "cheio de coisa", pois havia queixas contra ele por haver construído barracos em seu terreno, "enfeian-do" o bairro. Além do contato pessoal de amizade com os vizinhos da favela - freqüentava as casas, ia junto para colher algodão - Zeferino ainda emprestava "rabichos" de luz para vários deles, inclusive Pedro e Ana. Logo que se mudou para o terreno particular, Zeferino construiu quatro barracos: um, que dividiu em "cômodos", para ele, Maria e os dois filhos e para seu pai, sua mãe e duas irmãs solteiras; um para uma das irmãs casadas com os filhos e os outros dois

alugou para conhecidos. Outra irmã casada, Maria José, como vimos acima, ainda morava "em terreno da Prefeitura", na rua 9 (14-338).

Zeferino era jovem, muito empreendedor e junto com a mãe (o pai era doente) plantou uma rocinha no restante do terreno. Tinham abóbora, couve, pimentão, jiló, quiabo, etc, que vendiam por ali mesmo, entre os vizinhos. Comprou também uma Kombi e trazia frutas e verduras do CEASA para vender. E, nas horas vagas, fazia carretos.

Durante a ameaça de remoção, Zeferino estava lá, discutindo junto com os outros, pois afirmava que sabia o que era ser favelado "e tar sendo jogado dum lado pro outro".

A maior parte dos contatos de Zeferino era através de sua mãe, Jesuína, "que se dava com tudo que era vizinho por ali". Nas épocas de safra, ela ia chamar as vizinhas da favela e iam juntas catar algodão. Maria, sua nora, trabalhava de doméstica na cidade, por isso, para todos os efeitos, ela era a "dona" ali do pedaço de Zeferino.

Entrevistei Jesuína muitas vezes quando fazia a pesquisa sobre as mulheres na roça do algodão ⁽³⁾. Sua fala, como a de muitas outras por ali, revelava ideais rígidos de divisão sexual do trabalho, embora, concretamente, assumisse indiscriminadamente as tarefas que precisavam ser feitas.

"Se tiver saúde, eu vou colher algodão. Aqui em casa todo mundo catava algodão. No fim da semana a gente recebia Cr\$ 200,00, Cr\$ 300,00. Esse povo daqui todo vai. É aquela muierada. Agora, os filho tão trabaiando mais na cidade e o meu véio teve que cortar a perna".

Uma vez, vendo-a estafada no trabalho, perguntei qual tinha mais valor: o trabalho dos homens ou o das mulheres, e ela respondeu:

"Acho que é o dos home, porque o home é mais que a muié. Muié e sempre pra trás. Os home ganha mais porque o trabaio dos home é mais pesado. Quem ganha mais vale mais, né?".

O terreno da favela em que se localizavam as ruas 9, 15 e 18 era o mesmo pertencente à Prefeitura (área de recreação). Por isso os barracos estavam ali, todos juntos. As ruas 9 e 15 eram paralelas até a fazenda e depois bifurcavam rodeando a cerca da Santa Genebra. Os barracos que davam para a rua 15 recebiam determinados números e os da rua 9 outros. Assim, mesmo morando na rua 9, podia-se ser quase vizinho de porta com os que moravam na rua 15 antes das bifurcações. Já os da rua 18 estavam mais longe, separados pelos terrenos particulares de várias quadras.

Dona Raimunda (49 anos), por exemplo, rua 15,14-309, era vizinha próxima de Pedro e Ana. Raimunda era mãe de 15 filhos (14 naturais e um adotado quando foi abandonado pela mãe). Veio da Bahia com seis anos, junto com a família, para trabalhar no café, em Gulembê, perto de Marília, na Fazenda Suíça. "Meu pai trabalhava de guarda noturno, pela noite. Pelo dia carpia amora pra dar pra bicho-da-seda para inteirar o dinheiro". Foi neste lugar que Raimunda se casou com Raimundo e daí veio para Araçatuba onde viveu 10 anos. Mais tarde uma de suas filhas se casou e foi viver

em Mato Grosso (Três Lagoas) e eles foram juntos.

"Lá em Mato Grosso todo mundo trabalhava (filhos, irmãos, marido, pai, mãe, etc), mas passava fome. Era 15 dias sem ter açúcar, nem comida. Nós raleava algodão, chacoalhava amendoim, colhia algodão e matava formiga. Quando fiquei sozinha lá em Araçatuba (o marido a abandonou), arranjei emprego na Prefeitura (limpeza de rua). Eu fazia mais de 14 horas por dia de serviço. Com esse dinheiro comprei colchão, fogão e pagava 200 contos num comodozinho e tinha uma vida maravilhosa, que não queria nem morrer mais. Os menino pequeno ficava na creche".

"Antes de me abandonar, meu marido não podia mais trabalhar porque tava intoxicado com veneno do algodão. Nessa época, meus pais moravam em Campinas, com uma irmã casada. Foi aí que eu peguei os pagamento dos menino e vinhemo pra Campinas. Isso foi em 1974. Fiquei no Albergue um mês. As assistente social gostaram muito de mim. Não sei se era pra pesquisar minha vida. Começamo a ajudar no próprio Albergue. Eu e minha filha arranjamo emprego em casa de família. Aí as assistente social deram licença pra eu procurar um lugar pra morar. Fui pro Jardim Eulina e pagava Cr\$70,00 num cômodo. Fui no Alan Kardec (Associação Espírita) e comprei móveis lá. Fui nos Patrulheiros e retirei Cr\$ 300,00 da caixa que dava pra comprar um terreninho. Foi seu Luiz e dona Luzia que ajudaram. Eu fui na Primeira Dama (Fundo de Assistência Social do Governo Municipal) e ela deu telha".

"Quando saí do Jardim Eulina, o aluguel tava muito puxado. Aí vim pro São Marcos, na rua 5, perto do Supermer-

cado Brasil. Era um comodozinho (Cr\$ 200,00) com um "bico de luz". Um filho meu foi pro CEASA, outro vendia verdura prum senhor japonês. Aí fui pra morar na rua 16, porque aí eu tinha mais condições e aluguei um barraco de dois cômodo no fundo do terreno de uma dona que tinha casa de material. Aí era ruim porque muita gente usava a privada (havia vários barracos). Aí fui pra rua 8 (Cr\$ 700,00 de aluguel). Aí também achei que não dava porque era perto dum bar e eu tinha seis menores dentro de casa e eu ficava hipnotizada no trabalho, de tanto pensar nos menino, que nessa época eu trabalhava na CATI (limpeza) e fazia faxina em casa de família. O salário aumentou, mas o aluguel também aumentou e eu voltei pra rua 16 (Cr\$ 950,00). Foi ficando difícil e eu comecei a vender as coisa. Aí uma mulher mudou e eu comprei o material dela (madeira) e eu fui fazer o meu barraco. Eu mesma carpi o terreno (domingo) e chamei o meu filho de Araçatuba pra ele me ajudar a levantar o barraco e fazer um poço. O pessoal tava tudo xingando, porque desse mesmo lugar tiraram dois velhos que morava lá. Eles tava fazendo a marcação pro esgoto. Mas eu não tinha mais condição de pagar mais aluguel. Aqui era uma lama só, era tão péssimo que quando comecei a cavar já começou a aparecer água, mas assim mesmo me sujeitei. Arranjamo uns pedaço de tijolo e tampamo um pouco aquilo. Agora meus filho tá tudo empregado. Um tá no CEASA, outro na padaria, outro na Santa Catarina (ônibus) e outro na ECEL".

Em 1978 Raimunda amasiou-se ao José, bem mais jovem que ela e, quando falava de seu caso, dizia que "uma mulher sozinha não presta, precisa é um home pra proteger". O

Zé também trabalhava na ECEL durante a semana e vinha fim de semana. E ficava sempre olhando pra mim e rodeando os meus filho. Eu ficava vendo eles (Zé e Adilson) levantar de madrugada, sem um café, alguém que esquentasse uma água, porque eles não tinha fogo. Um dia, um frio daqueles, eu dei uma blusa pra ele. Mas sem nunca pensar que eu ia viver com ele. Eu olhava com pena dele, mas o olhar dele pra mim era diferente. A senhora sabe que o jeito de gostar do home é diferente da mulher. Eu acho que é porque enquanto eles não têm aquele amor de compreensão é diferente. Ele gostava de mim com interesse. Aí eu falei que meus filho também levantava de madrugada e eles podia vir tomar café. Aí eu passei a gostar dele também. E ele aí veio morar comigo, porque ele estranhava muito o ambiente e não se adaptava. Por isso que ele pegou no vício (álcool). A gente sozinha, sabe como é. Numa parte eu resolvo muito bem, mas tem hora que tendo um homem pra resolver, as pessoas não pode abusar da gente".

Com todas essas dificuldades de uma "chefe de família", Raimunda engajou-se na luta por melhoria das condições de vida na favela. Acompanhava o trabalho da Irmã Cida, ali no São Marcos, freqüentando a Associação de Moradores, o clube de mães, o grupo de mulheres, a ANAMPOS (Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais) e as reuniões da Assembléia do Povo (AP) após a ameaça de remoção no São Marcos em 1979, na qual teve importante atuação. Junto com Irmã Cida, Lurdes, TJ, João "Paia", Inês, Pedro, Cícero, Donizetti e outros, formavam um grupo forte dentro da Associação e, mais tarde, na Assembléia do Povo. Dona Raimunda tornou-se, aos poucos, uma verdadeira líder. Nos momentos de

crise, como na remoção, deu entrevistas a jornais, rádios, e nas reuniões do Pio XII representou algumas vezes a favela de São Marcos, pegando o microfone e colocando as dificuldades e reivindicações de seu grupo. A partir de 80, quando se acirrou a campanha eleitoral, dona Raimunda era sempre procurada por militantes de partidos, principalmente do PMDB. Representantes da ANAMPOS sempre a procuravam, segundo ela me contava e de acordo com os folhetos que eu via em sua casa, e a levavam de carro para diferentes cidades, "pra falar da vida da gente e das lutas na favela". (Sobre a construção da liderança de Raimunda, ver item 2.1 deste capítulo).

Talvez porque pertencesse à ala da Associação de Moradores ligada à CEB e à AP, às vezes tinha atritos com as assistentes sociais da SPS que por ali apareciam, após sua atuação durante a remoção.

"Uma vez a assistente social veio aqui na minha casa só pra dizer que era pra gente sair do barraco. Depois que eu meti a boca no jornal, ela voltou de novo. Aí, eu tava descalça e ela falou pra mim assim: 'Bota um sapato no pé e pode sair pra procurar casa'. Os vizinho aqui tudo gosta que eu falo. Quando tem reunião (Pio XII) eles tudo querem que eu vá, porque vê que eu sou uma pessoa encorajada pra falar e a gente fala as coisa certa".

"Eu queria sair daqui. Se o Prefeito loteasse e vendesse, pra nós melhorava. Aqui tem quatro que trabalha e assim mesmo não dá. Eu pago prestação de livro (coleção), Cr\$ 100,00 por mês, pago o colchão, Cr\$ 900,00, e o cobertor, Cr\$ 200,00. Trabaiei a vida inteira, mas agora o Zé

não quer. Eu ganhava Cr\$ 2.000,00 de doméstica e Cr\$ 700,00 na CATI, pra fazer limpeza. O Zé ganha Cr\$ 15,00 por hora e me dá Cr\$ 500,00 por semana. Meu filho também me dá Cr\$500,00 por semana. E a minha filha me dá Cr\$ 2.000,00 por mês, que ela tá aqui com os filho, que o marido largou dela".

O barraco de *Adilson* (23 anos) e *José* (27 anos), que depois se amasiou com Raimunda, era ali bem próximo do dela, na rua 15, nº 14-368. Viviam numa espécie de "república masculina". Em 79 Adilson trabalhava na Adolfo Lindenberg, como pedreiro, e ganhava Cr\$ 12,00 por hora. Ambos tinham vindo de Lagoa Vermelha (MG), para trabalhar em Campinas, há cerca de 2 anos (1977). Adilson trabalhara antes na UNICAMP, mas tinha sido mandado embora. José ganhava Cr\$ 2.000,00 por mês e "trabalhava por conta".

"Aqui nós tem que cozinhar (pilha de tijolos) e se tivesse muié, não precisava. Quando vou pra fábrica, faço comida, que o caminhão passa seis e quinze. Essa vida de solteiro não dá. O dinheiro acaba, gasta à toa e, se é casado, tem mais reponsabilidade".

Tanto Adilson quanto José ficavam às vezes desempregados. Homens sozinhos, sem família, eram sempre suspeitos, ali na vizinhança. As vezes que fui entrevistar Adilson, as vizinhas não me perdiam de vista e avisavam: "Cuidado com ele". Um dia Ana me perguntou: "Seu marido não importa não?".

Em 1979, José foi morar com Raimunda e isso causou muita briga entre os filhos dela. Moraram juntos cerca

de um ano, mas a proteção que Raimunda esperava não veio e ela se separou dele. Durante o tempo em que estiveram juntos, Zé participou muitas vezes das reuniões da Associação e da AP, "pra acompanhar a Raimunda". Era ela, no entanto, que o levava, envolvida que estava na luta da favela.

Ilda e Gerson (ambos 36 anos) moravam um pouco acima da bifurcação da rua 15 (14-28). Quando os conheci (1978), estavam construindo o poço e o barraco ainda não estava terminado. O fogão estava do lado de fora, com uma espécie de cobertura e, quando chovia, ela precisava correr com as coisas para dentro. Gerson era seu segundo marido e pai de seis dos seus sete filhos. O filho mais velho era do primeiro marido, que tinha sido "mulato de emboscada".

Seu quintal era enorme e ali plantavam quiabo, couve e outras verduras para complementar o salário de "encostado" (derrame cerebral leve) de Gerson (Cr\$ 1.700,00). Tinham também um cachorro, gatos e duas patas, que os menores viviam perseguindo para pegar os ovos que eles mesmos fritavam. Neste mesmo ano, Gerson disse que fez umas trocas e conseguiu um cavalo e uma carroça. Ganharam uma televisão no Centro Espírita e trocaram pelo cavalo. Com isso, saía a família toda para bairros mais distantes, para catar papel, ferro velho, etc, que vendiam ali mesmo no São Marcos. Além disso, Ilda ia quase toda semana ao matadouro e trazia toucinho para revender na vizinhança. Ela dizia que no açougue custava Cr\$ 40,00 o quilo e ela vendia por Cr\$ 25,00 o pedaço. Roberto, o filho mais velho, 18 anos, trabalhava como

vigilante e "ajudava" em casa. A filha de 12 anos foi trabalhar com uma das mulheres da Igreja Espírita, "pra se alimentar melhor e poder estudar". Ilda dizia que estava querendo a filha de volta, porque fazia muita falta em casa, para ajudar nos serviços, e porque tinha medo que a mulher não a devolvesse mais e ela acostumas-se com os "confortos" da casa rica.

Ilda era "índia legítima", como dizia, da Aldeia Miranda, e seus maridos eram "bugre". Tinha saído da tribo ainda pequena, com sua mãe, mas, de tempos em tempos, visitava a aldeia. Vieram do Mato Grosso para Campinas em 1976 e foram morar no Jardim Campineiro, num barraco que eles mesmos construíram. Venderam o barraco por Cr\$ 3.000,00 e mudaram-se para o São Marcos, onde tinham conseguido um terreno maior. (Mais adiante, no item 2.1 deste capítulo, falarei da liderança de Ilda na vizinhança).

O barraco de *dona Augusta* ficava mais acima, na rua 15, nº 14-120. Dona Augusta era mãe de 15 filhos (5 naturais e 10 adotivos) e professora aposentada pelo Estado do Espírito Santo. Grande parte das informações que tenho sobre sua atuação na favela foram conseguidas através dos jornais ou do que as pessoas diziam sobre ela, por ali. Com 50 anos, viúva e aposentada, dona Augusta dedicava-se, como dizia, a ensinar crianças que perambulavam pelas ruas da favela, sem vagas nas escolas. Para isto, montou, em 80, uma escola paralela, que visava suprir a falta de vagas na rede oficial.

De acordo com as histórias relatadas, dona Augus-

ta construiu a escola com ajuda da família e de alguns moradores, assim como a capelinha erigida na mesma época. As aulas eram ministradas por ela e por uma de suas noras. Além desses encargos todos, dona Augusta era também a Presidente da Associação de Moradores da Favela do São Marcos, que incluía também os moradores do Jardim Campineiro e do Jardim Santa Mônica.

Dona Augusta era vista por alguns como "a mãe dos favelados" e, por outros, como uma mulher poderosa, que sabia manipular as relações sociais para alcançar seus objetivos políticos. No item 2.1 deste capítulo tratarei com mais detalhes de sua atuação na vizinhança e do respaldo institucional que recebeu e que resultou no aumento de seu *status* e prestígio como líder. Ao mesmo tempo, a construção dessa liderança desencadeou também intensos conflitos entre outras lideranças da favela, como reflexo de conflitos maiores entre grupos mais abrangentes que ali atuavam (CEB + AP X SPS+ Federação dos Favelados).

O barraco de *Sílvia* (29 anos) e *Waldir* (33 anos) era dos maiores que conheci, na rua 18 nº 14-5. Tinha uma enorme sala com jogo de sofá, televisão, etc, uma cozinha com geladeira, jogo de fôrmica de mesa e guarda-louça e dois quartos. No quarto de *Sílvia* havia uma cama de casal, penteadeira, cortina e o berço do menor (2 anos). No outro quarto dormiam os outros três filhos. Num "quartinho" perto da cozinha, fechado com cortina, dormia Jorge (12 anos), filho de sua irmã Regina, que morava num barraco de aluguel (terreno particular),

em frente. Regina tinha se amigado e seu novo companheiro não gostava do menino.

Tinham vindo de Araçatuba (café), em 1976, assim como Regina, porque seus pais e alguns de seus irmãos estavam morando no São Marcos há uns dez anos. Walcir trabalhava na Martini e ganhava Cr\$ 2.200,00. Depois foi mandado embora e conseguiu emprego na Kibon, para ganhar Cr\$ 4.000,00. Sílvia, como muitas mulheres por ali, trabalhava na CATI, das 6 às 10 da noite, e ganhava meio salário. "Na CATI eu ganho Cr\$ 800,00, Cr\$ 1.000,00, depende das falta que eu tenho". E trabalhava de faxineira em casa de família, três vezes por semana (Cr\$ 150,00 por dia). "Nesses dia eu emendo. Trabaio o dia inteiro nas casas das muiê (Nova Campinas) e já vou pra CATI. Só janto quando chego. Eu sempre falo pro Jorge, tem que estudar muito, senão vai ser faxineiro. Ele trabaia na Martano (vidraçaria) e ganha Cr\$ 1.000,00 porque é de menor".

"Ano que vem vou ver se arranjo trabaio fixo, de 8 hora de serviço, porque trabaio mais a gente ganha mais. Às vez sábado eu faço faxina também. Às vez, quando eu saio, os menino fica sozinho, que o Jorge sai também, mas às vez minha irmã, que mora em frente, olha".

"As coisa que eu compro, compro com o meu dinheiro, que tem muito tempo que trabaio. Faço prestação. Quando mudei pra cá, já pus endereço 'por conta', que não tinha. Eles (loja) vinha ver e tinha endereço, aí deixava fazer a prestação" (comprou máquina de costura Singer elétrica com zig-zag).

"As vizinha aqui é gorda que nem eu e diz que passa fome, mas tão sempre correndo pra assistente social. Eu não passo fome porque o dinheiro do meu marido não dá e eu saio, nem que seja um pouco, pra comprar as coisa. A vizinha diz que eu sou luxenta, mas toda vida eu morei no emprego e acostumei com as coisa boa. Eu gosto de comer bem, com carne e tudo e trabaio pra isso. Não é sorte não. Sorte é ter saúde. Eu quero ver se mudo daqui, que aqui tem muita briga, muito maloqueiro. Eu gosto de casa boa, com banheiro, chuveiro, pia, tijolo. Quando eu mudei pra cá não tinha nada, só mato, e eu tive ordem da Prefeitura pra construir aqui. Fui a primeira a chegar aqui. Meu terreno era grande, que eu limpei tudo, rocei e tinha até cobra aqui".

Em 79, Sílvia e Walcir "cederam", por Cr\$ 1.200,00, um pedaço do terreno para uma família que tinha acabado de chegar do Paraná.

"A Cãrmem, minha irmã, morava comigo. Agora arrumou marido e comprou barraco. Esse terreno aí eu dei pra Creusa e pro José que chegaram do Paraná com oito filhos e eu fiquei com dó. O pequeno que nasceu eles me deram pra afilhado. Meu terreno antes era maior, mas eu cedi pra muita gente. Eu fiz a cerca, mas cada um que vem morar a cerca diminui. Eu dei pra minha prima também. Agora minha irmã também tá morando aqui com o marido dela, porque o terreno que eu dei pra uma família, já vendeu pra ela (Cr\$ 1.500,00)".

"No começo recebia carta do DER que a cerca tava muito perto do terreno deles. Tem que ser 15m pra baixo. Tive que mudar um pedaço da casa que tava dentro dos 15 metro.

A Prefeitura era pra tirar os barraco. Andou desmanchando uns aí, mas o meu não, porque tava com ordem da Prefeitura".

"Quero ver se mudo daqui. Eu ia comprar uma casa na rua 19, por Cr\$ 20.000,00. Ia fazer empréstimo no banco e pagava Cr\$ 2.000,00 por mês. O barraco vendo por Cr\$ 10.000,00 (já tinha comprador). Mas meu marido ficou doente, teve que operar, e pra vender o barraco e ficar na rua não dá. Mas vou trabalhar mais e aí eu consigo. Só no ano passado ganhei bastante dinheiro na lavoura. Era Cr\$ 15,00 a arroba, agora é Cr\$ 75,00. Sempre catei umas três arroba, que as criança ajuda. Saía de caminhão do home que tá puxando turma das 6 da manhã até às 5 da tarde . O caminhão ia cheio de gente. Nós levava as comida e os menino ajudava. Quando o sol esquentava muito eles ficava no rancho. A hora que dava fome a gente parava pra comer e depois parava pro café. O povo lá rouba a comida da gente, bebe o café, então a gente tem de carregar as comida pras 'rua' que a gente tá catando. Dona Zefa mesma foi roubada, que o home da laranja só pagou Cr\$ 150,00 pra ela. Onde a gente vai é na laranja, é no algodão, vai sempre de turma".

O barraco de *Regina e Luiz* não se situava em terreno de favela, como o de *Sílvia*, mas sua condição de vida era muito mais precária que a da irmã, que era quem de fato vivia uma situação de favelada (invasão de terreno). O fato de morarem tão próximas, no entanto, acabava compensando uma série de dificuldades, pois *Sílvia* sempre levava algum mantimento, roupa para as crianças, etc. Moraram antes em "ter-

reno da Prefeitura", na rua 15, mas, como Luiz trabalhava de pedreiro para o proprietário do terreno, este acabou emprestando o terreno para Luiz construir o seu barraco, garantindo, dessa forma, que o seu lote, não utilizado, não acabasse sendo invadido por favelados.

Além desse "bico", Luiz trabalhava também no CEASA e ganhava Cr\$ 1.800,00, que mal davam para sustentar os seis filhos pequenos. Somente os dois últimos, de 1 ano e 3 meses e de 3 meses, eram de Luiz. As outras três meninas, de 7, 6 e 4 anos, eram do primeiro marido que a abandonou. O filho mais velho, Jorge, 12 anos, precisou ser "dado" para Sílvia, porque Luiz não gostava dele.

Regina trabalhava de doméstica. Os filhos ficavam na creche Mei-Mei, mas depois que a família foi crescendo foi ficando complicado. Ela dizia que não conseguia carregar todos no colo, principalmente depois que o último nasceu. Às vezes ia fazer faxina em casa de família e, algumas vezes que fui lá encontrei as crianças sozinhas em casa. "Mas não ficava sozinhas de tudo não, porque sempre tem uma vizinha 'de olho', o Jorge às vez olha também". Mas no algodão ia sempre, com Sílvia e outras amigas.

"Com esse dinheiro eu compro gás, compro carne, essas coisinha. Eu não deixo o dinheiro juntar não, eu já pego. Tem gente que deixa pra ganhar no fim de semana, pra pegar Cr\$ 800,00 ou mais. Meu marido não gostava que eu catava, porque eu tava esperando (filho). Agora ele não importa não. Pra ele, agora, quanto mais eu trabaiar melhor, porque eu traibaio e já trago logo o que comer".

"Ainda bem que nós tem o CEASA aqui. Nós vai lá toda semana (sábado). Às vez a gente cata quatro caixote de mercadoria. Aí nós come bem. Nós come é um chiquê de legume por aqui, salada e tudo. Às vez tem gente rica que compra quatro cenourinha e nós traz é de montão. Lá no CEASA, quando apita 4 horas (fim do varejão), eles dão até das banca (mercadoria boa). Outro dia eu ganhei uma base de quinze repolho. Antes dava até miolinho de frango, agora tá caro e ele dá só verdura. Eu tinha até pensado em mudar de Campinas, mas com esse CEASA aí não posso nem pensar. Interior também não tem emprego. Por exemplo, no interior, uma empregada fica 7 anos. Aqui não, trabaia um mês e já sai e a gente pega a vaga dela (rindo)".

O barraco de *Aparecida e Salvador* era o de nº 14-2, na rua 18, bem em frente à ISOPOL e junto da estrada D. Pedro. Chegaram ali em agosto de 78, na semana em que comecei a pesquisa de campo no São Marcos. Saíram do Paraná (Bon Testemunho) por causa das enchentes e vieram para Campinas porque Aparecida tinha uma irmã morando aqui (favela do Santa Mônica). Outros irmãos ficaram no Paraná e outros no Estado de São Paulo.

Chegaram aqui com uma carta de recomendação de sua igreja (Cristã do Brasil). "Tá vindo muita gente pra Campinas. Só essa semana chegaram umas cinco família. Quando chega alguém eles apresenta na igreja. Tão chegando devido as enchente. Vendemo tudo no Paraná. Móveis, tudo. Nós tocava lavoura e vendemo a empreitada, tudo que tava plantan-

do. Aí compramo uma casinha. Quando nós veio, vendemo a casinha pra vim pra cá. E valeu a pena, que tem que ser assim mesmo. Vender, comprar, negociar, mudar".

Compraram os dois barracos construídos naquele terreno por Cr\$ 6.000,00. O de trás venderam para dona Luzia, viúva com um filho, que trabalhava de cobrador de ônibus. Ficaram com o barraco maior, que não tinha divisões internas. À noite, estendiam plásticos no chão e jogavam os lençóis por cima e toda a família dormia ali, sobre o chão batido.

Salvador arranjou emprego na Lix da Cunha (Cr\$ 2.000,00). A filha de 18 anos empregou-se como doméstica (Cr\$800,00) e Aparecida começou a lavar roupa para fora, para duas vizinhas. Não tinham fossa nem poço, por isso, provisoriamente, emprestavam do vizinho que também tinha vindo do Paraná. Na semana seguinte, Salvador, Aparecida e este mesmo vizinho começaram a cavar o poço. Um mês depois começaram a fazer as divisões internas no barraco e construíram mais dois cômodos. O pessoal da igreja ajudou na construção e contribuiu com o material para a reforma. Salvador construiu um pequeno cômodo atrás da casa, onde pendurou um barril furado, para a família poder tomar "banho de chuveiro".

Trocaram o teto de zinco por telhas e a casa ficou mais "segura", como dizia Aparecida. Queriam "crescer" mais o barraco, mas, segundo Salvador, "o homem da Prefeitura pôs o número e disse que não podia aumentar!" As camas ganharam da irmandade (pessoal da igreja) e o fogão sua irmã quem deu, pois tinha ganho também.

Aparecida e dona Luzia estavam sempre conversando e Aparecida "emprestava as coisa pra ela". Dona Luzia (63 anos) dizia que as coisas estavam difíceis, que as fábricas não tinham "tutu" para dar emprego, porque era culpa do governo. Estava pagando as prestações do barraco direitinho para Aparecida. Mas, segundo me disse, o fiscal da Prefeitura tinha mandado ela parar, porque era viúva e porque as vendas estavam suspensas no São Marcos devido ao "congelamento" da favela. E dona Luzia me disse, em segredo, que não faria isso nunca, porque não queria arrumar briga com os vizinhos. Se eles eram os donos do terreno e do barraco, ela tinha que pagar até o fim. Isso revelava, sem dúvida, o sistema de regras e normas internas, apesar da intervenção da Prefeitura e apesar de afirmarem sempre que o governo era dono de tudo por ali.

Não tinham luz elétrica, nessa época, e Aparecida emprestava a "força" da vizinha, que possuía um "rabicho". Perguntei se Aparecida ia "puxar" um também e ela me respondeu:

"Disse que a gente pode puxar luz pra cá. Acho que tem que falar com o Prefeito. Se não quiser falar, pode puxar, mas não fica bem, porque a gente sempre tem que falar com os dono dos porco, das porcada. Só gosto pra passar roupa. Não importo de ter lamparina de noite. Tem gente que quer pra ver televisão. Mas Deus o livrê, nês semo crente e não podemo assistir. Se eu tou numa casa que tem televisão, não posso mandar desligar".

Celso, seu filho, que estava por perto, disse:

"Cê viu sim. Não mente, mãe, que não pode mentir". Danada da vida, Aparecida respondeu: "Se eu tou lá, tenho que assistir, porque nos olhos a gente não manda, ele olha. Sô que eu não dou atenção, passo sô os olho, e faço de conta que o que tá passando ali é o vento. Pros católico não faz nada, porque eles não sabe que aquilo é mal, mas pra um crente faz. Não sei quem inventou aquilo, mas falava que ia ter um aparelho assim, que ia tentar muita gente e acho que é esse aí, que domina muita gente, que até pobrezinho, que não tem nada, tem isso aí".

Logo depois, seu filho Moisés (12 anos) fez um desenho do barraco e colocou uma antena em cima.

Alguns meses depois, perguntei a Aparecida se estava gostando de Campinas:

"Lá no Paraná era mais tranqüilo. Aqui a gente vê falar que tem muito marginal, muito crime, e a gente fica pensando. Tem as menina (16 e 18 anos) que trabaia e a gente tem medo. Tem Deus que cuida delas, mas a carne é fraca. Uma logo vai casar (a de 16 anos) porque o pai não quer esses namoro comprido. O rapaz tá comendo aqui em casa, mas ele mora ali pra baixo, com um outro que chegou do Paraná. Mas come aqui, lavo a roupa dele, tudo. Eu tenho dó dela casar porque é muito nova. Muiê não pára, é sô trabaiair direto, nunca tem férias, que nem o Salvador".

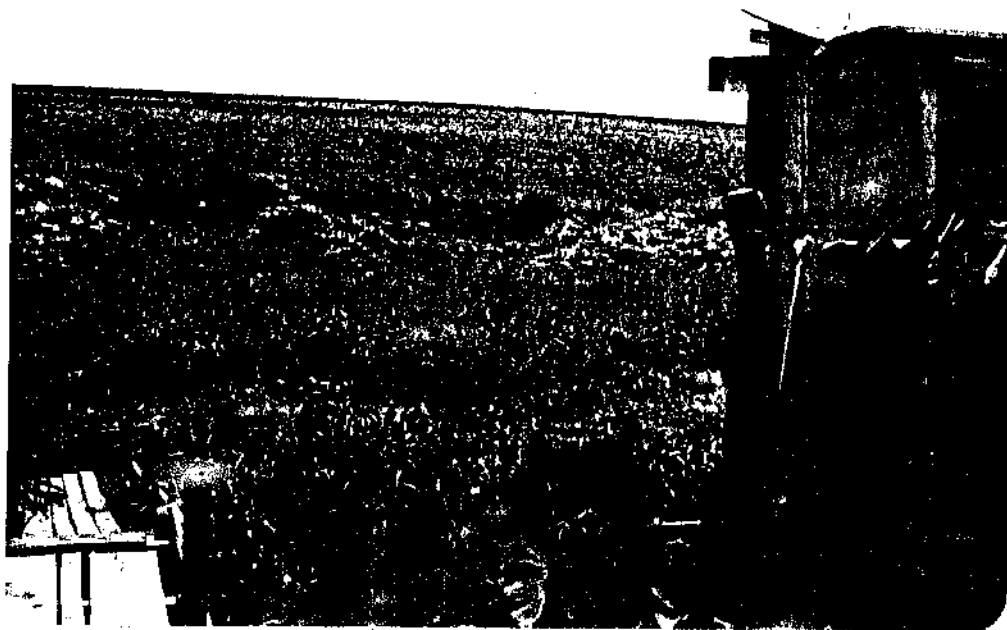
Em 79 Aparecida entrou no MOBRAL (Santa Mônica) à noite, com o filho de 17 anos, mas não agüentou por muito tempo, porque dizia que estava sempre cansada e tinha medo de sair à noite. Esse filho estava desempregado, porque as fir-

mas não gostavam de dar emprego a quem estava para se alistar no Exército.

A vizinhança, que se estendia entre as ruas 9, 15 e 18 da favela, sofreu muitas mudanças durante o tempo da pesquisa, com gente chegando, outros saindo, barracos sendo construídos, desmontados ou reformados, mas muitas das famílias com quem trabalhei continuam por ali. Algumas, no entanto, tomaram outros rumos, como Aparecida e Salvador, que se mudaram, Avelino e Santina, que, em fins de 81, migraram para Rondônia, dona Augusta, que depois de tantos conflitos mudou-se dali. Não se sabe ao certo seu paradeiro. Uns dizem que voltou para o Espírito Santo, outros, no entanto, afirmam que ela tem agora um terreiro de umbanda em Campinas. Os outros continuam por ali, nos mesmos barracos, à espera de uma oportunidade que mude seus destinos. Somente Antônio, marido de Riselda, Pedro e Ana partiram desta para uma outra vida que eles sempre acharam que poderia ser melhor.

* * *

Como pudemos observar nesse extenso estudo de casos sobre a vizinhança na favela de São Marcos, grande parte dos moradores eram migrantes rurais, confirmando dados oficiais já conhecidos. Assim, a agricultura tinha um significado especial, pois toda a favela era cercada pela grande fazenda produtora de algodão e de certa forma a roça continuava presente na vida daquelas pessoas migrantes (3).



"a roça é aí mesmo, atrás de casa"

Ora era a colheita de algodão na fazenda próxima, ora as colheitas de café na circunvizinhança. Muitos da favela iam para a região de Paulínia, próximo dali, participar das colheitas nas fazendas de laranja e eram transportados por caminhões de turma especializados. Quando as grandes colheitas começavam, era comum aparecerem os conhecidos caminhões transportadores de "bóias-frias" ali, nas três fave-

las adjacentes, para o recrutamento dos trabalhadores.

Dali do São Marcos, para ir para a roça do algodão, precisavam apenas atravessar a favela e o córrego que demarcava o limite entre o bairro e o campo. A roça mais próxima, onde a maioria das mulheres trabalhava, era a de Terezinha Leroi, uma entre os 60 meeiros que dividiam com a fazenda Santa Genebra a produção agrícola. Terezinha contava:

"Às vez vem cinqlenta, cem pessoas. Se a gente lerda pra começar a panha, perde tudo. (...) Aqui vem muita muierada, porque os home tudo tem emprego na cidade, e as criança a gente tem de vigiar, senão bota tudo as maçã dentro do saco".

O marido de Terezinha, Antônio, tinha emprego regular noturno na cidade e, por isso, ela era responsável, como meeira, pelo emprego adequado da mão-de-obra para a colheita. Segundo ela dizia, não se preocupava com isso, pois o pessoal ali das favelas próximas já sabiam quando tinham que ir. Às vezes nem precisava mandar chamar quando o algodão estava "no ponto".

Era ela quem distribuía os fardos para os trabalhadores (fornecidos pela fazenda), quem pesava o algodão colhido, descontava o quilo do fardo, pagava os trabalhadores, tomava nota dos nomes para pagar no final da semana.

Segundo Terezinha, todos que viessem podiam trabalhar, pois tanto o algodão como as sacas eram suficientes. A fazenda era quase toda dividida em meias e cada meeiro era responsável por sua roça. Recebiam a semente, as sacas, os

venenos e, no final, o produto era pesado na cooperativa da fazenda e levado para secar em grandes tablados. Os meeiros recebiam então sua parte e pagavam seus trabalhadores.

Para muitas tarefas a fazenda utilizava maquinária pesada (tratores, caminhões, aviões, arados), mas 90% do total da produção algodoeira empregava mão-de-obra. Segundo o administrador, a fazenda usava mão-de-obra porque era mais barato e porque as máquinas não entravam nas "ruas" estreitas do algodão. E, como Terezinha explicava:

"Pra apanhar algodão é só com a mão mesmo, porque tem de escolher bem, tirar a maçã e arrancar os bons. E isso aí, só nós mesmo com a mão que pode fazer".



"graças a Deus não trabalho, sô ajudo meu marido"



o trabalho das mulheres na roça do algodão

As mulheres da vizinhança estavam sempre atentas para a época propícia da "panha". Era um serviço de que pareciam gostar, apesar das queixas de dores nas costas, dos roubos, etc, porque, além de não ter horário regular, nem exigir assiduidade, o resultado era também imediato, já que o pagamento era feito no fim do dia de trabalho ou no final da semana. Em 79, o preço por arroba (uma saca) era de Cr\$ 150,00. Como quase todos ali eram migrantes rurais, este também era um trabalho conhecido: o trabalho da roça.

A proximidade dessa roça mobilizava grande número de trabalhadores das favelas adjacentes, principalmente mulheres. Mesmo as que trabalhavam "fixo", em casa de família, fábrica ou comércio, na época da colheita faltavam a seus

empregos. Diziam que além do dinheiro ser bom, imediato, gostavam muito daquele serviço, sem horário, sem chefe, e que faziam junto com outras mulheres. Embora muitas reclamassem que serviço de roça era duro, este podia aglutinar a todos na família, sem distinção de sexo ou de idade. E porque, também, segundo verifiquei, essa atividade era marcada pelo lúdico. Nessa época, as mulheres saíam em bando da favela, com as crianças junto. Conversavam e cantavam no campo do algodão e, apesar do sol quente, o cenário parecia uma pintura em movimento. As canções que ecoavam pelo algodoal me pareciam desconhecidas e apropriadas àquele tipo de função. Era como se a roça fosse delas, e aquele canto mágico parte de uma tradição aprendida em outras roças, com seu significado específico (4).

Quando perguntava porque iam em bandos, juntas, diziam que assim era mais divertido e também porque as protegiam contra os bandidos e tarados nas "ruas" do algodão. Muitas tinham sido agarradas por ali, no mato, ou tinham tido suas sacas roubadas, quando já estavam cheias, entre as encostas isoladas do algodoal. Protegiam-se também contra o roubo das pesagens, porque muitas não tinham "leitura" e eram facilmente enganadas. Diziam também que, às vezes, colocavam maçãs do algodão no fundo da saca para pesar mais, descontando dos meeiros os possíveis "roubos".

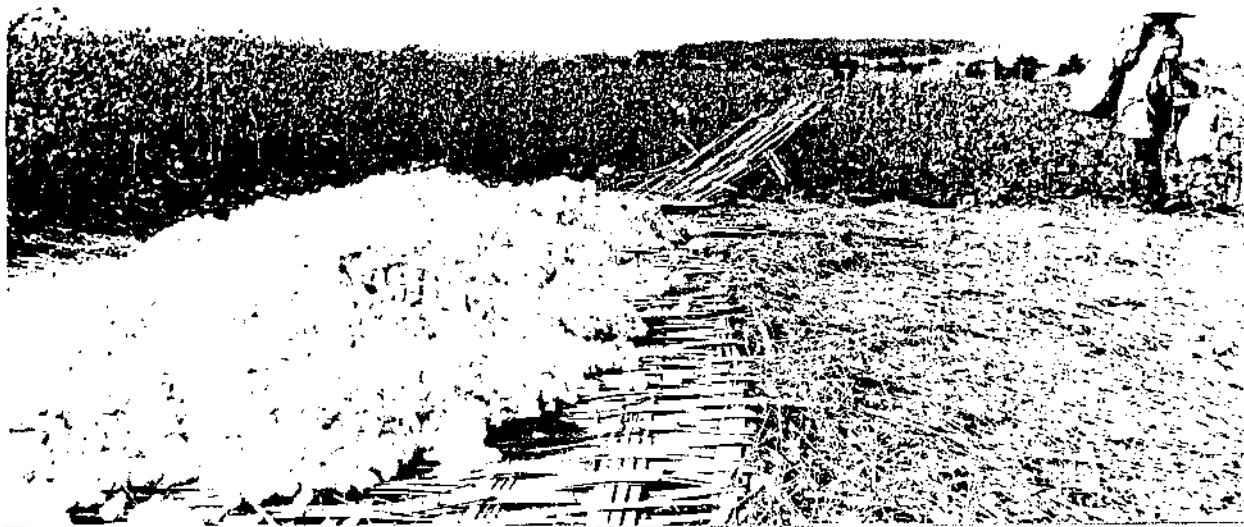


contrabalançando os interesses
(a mão para fazer o algodão pesar mais)

O dinheiro arrecadado no algodão parecia ser sagrado para as mulheres. Algumas escondiam para juntar, outras compravam o sapato do filho, o gás de cozinha, "misturas". A saca cheia ou a arroba colhida custava Cr\$ 150,00 e uma família conseguia catar, às vezes, até cinco sacas, conforme o número de pessoas e o tempo de trabalho. Tirado o

caroço e as diferenças na pesagem, dava para tirar até uns Cr\$ 500,00, Cr\$ 600,00 por dia, se houvesse assiduidade e se o tempo estivesse bom.

Diferentemente do que se espera de moradores da cidade, o pessoal da favela conservava alguns hábitos como se ainda vivessem na roça. E, de certa forma, ainda viviam, pois a roça era ali mesmo, no fundo do quintal. O hábito de olhar o céu e regular a vida pelo tempo, por exemplo, ainda se mantinha vivo, misturado entre as práticas de vida urbana. Muitas vezes cheguei e as mulheres estavam vigiando as condições do tempo, preocupadas se choveria ou não, principalmente nas épocas de colheita.



o trabalho "leve" das mulheres no algodão

Em 79 choveu muito e elas, preocupadas, diziam que se não parasse de chover o algodão perderia todo. Quando o sol saía, torciam para ficar uns dois dias secos, sem chuvas, para secar as maçãs do algodão e poderem colher. Estavam sempre vigiando o céu. Se chovia, se ventava, se estiava. Tinham medo de tempestades e, muitas vezes, ventanias fortes tinham derrubado barracos e chuvas fortes tinham provocado inundações por ali. Em 82 houve uma enchente, deixando um grande número de desabrigados, que ficaram na escolinha e na creche, ainda em construção. Os desabrigados receberam alimentos da Prefeitura e roupas e agasalhos de várias entidades enquanto esperavam que as águas baixassem para poderem voltar às suas casas. Nesse momento, a Associação de Moradores ajudou de forma decisiva, arrecadando e distribuindo bens e alimentos entre os desabrigados.



a Associação: apoio e solidariedade
nos momentos de crise na favela

Mas não eram só as condições do tempo que os preocupavam. Também olhavam o céu por causa dos aviões que constantemente sobrevoavam próximo ao Aeroporto dos Amarais. Daí também saíam os aviões que jogavam o veneno no algodão. Todo ano, dona Jandira, proprietária da Santa Genebra, pulverizava o algodão para acabar com a praga do algodão. Como o veneno era forte, provocou muitas vezes intoxicações nos moradores e contaminou a água da região. Quando a praga diminuía, os próprios meeiros e trabalhadores pulverizavam manualmente, "só pra controlar", como explicavam (5).

Um dia, observando um homem jogar veneno na plantação, verifiquei que ele protegia o animal com uma espécie de touca. Mas ele próprio não usava nada. Explicou-me que o veneno só era maléfico para o animal, sem ter noção da extensão do perigo, porque o que estava em jogo, na verdade, era o algodão, seu meio de sustento. Quando o veneno era pulverizado por avião, os trabalhadores que ficavam embaixo, para orientar o piloto, também não usavam proteção de espécie alguma, como se o algodão fosse mais precioso que a vida.

Assim, os moradores da favela do São Marcos, como de outras favelas de Campinas, continuavam vivendo a rotina e os problemas do campo, ligados que estavam às épocas de safra, aos "bons" e "maus" anos da agricultura, aos fazendeiros, ao mesmo tempo que a problemática urbana condicionava suas vidas, seu trabalho, suas aspirações de cidadãos.

2.

A COOPERAÇÃO NA VIZINHANÇA
E O ESTÍMULO INSTITUCIONAL:
O PAPEL DAS MULHERES

A idéia de que indivíduos e famílias de baixa renda tendem a estabelecer vínculos de parentesco e vizinhança, formando estreitas redes de relações, como uma estratégia de apoio mútuo em condições de penúria é conhecida e freqüentemente apontada pela literatura. Trabalhos mais recentes mostram que as mulheres têm um papel preponderante como mobilizadoras e conectoras dessas redes e que, em alguns casos, a interação e a cooperação numa vizinhança são constituídas a partir das mulheres ⁽⁶⁾. Obedecendo a essas estratégias, entidades assistenciais de modo geral estimulam a cooperação em vizinhanças de favela, promovendo programas de auto-ajuda e mutirões, que servem, entre outras coisas, como um meio eficaz de organizar a população para conseguir serviços que deveriam ser oferecidos pelo poder público (como a água, luz, limpeza pública, escola, creche, etc). Assim, o governo se exime de uma série de despesas, compensando, indiretamente, os baixos rendimentos dessa população ⁽⁷⁾.

As relações que se formam na favela e com grupos de fora a partir dessas reivindicações podem ser tão complexas e intensas que, mesmo fora de períodos eleitorais, elas se mantêm, ainda que com novos interesses, de tal maneira

que é quase impossível uma análise dessa população sem que se indague que agências são essas, quais são e como se envolvem os favelados nessas relações, que interesses movem as partes e quais são, de fato, os resultados dessa interação (8).

Há indicações, corroboradas pela literatura existente (9), de que muitas dessas relações estabelecidas entre favelados e políticos, funcionários e voluntários de agências, resultam no surgimento de líderes, como veremos mais adiante.

Segundo VALLADARES (10), as associações de moradores não são de origem local e foram criadas por iniciativa do SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas), em 1961, que, através de "operação mutirão", organizou as favelas com as quais mantinha convênio. Nesse trabalho conjunto, segundo mostram LEEDS e LEEDS (11), o apelo expresso na "operação mutirão" era fazer com que as favelas organizassem associações sob a orientação do SERFHA "quanto à organização, informação legal, assistência financeira, social e outras formas de ajuda técnica". Após o fechamento do SERFHA em 1962, "os serviços regionais de bem-estar social deviam ajudar a organizar as associações de favela, supervisionar suas eleições, aprovar seus estatutos, aprovar reparos nas construções, enquanto as associações deviam ser responsáveis diante deles, por levantamentos cadastrais das favelas, pelo controle dos reparos nos 'barracos', a prevenção de novas construções e assim por diante". Isso vinha atender o especial interesse do

governo, principalmente da Guanabara (onde havia quase 300 favelas), de manter controle sobre esses grupos, vigiando as atividades políticas na favela. Atualmente a orientação das organizações de bairro e de favela em Campinas é feita pelo Serviço de Promoção Comunitária da SPS (12).

A observação das formas de interação e cooperação existentes na favela de São Marcos mostra que estas podem ser constituídas a partir das dificuldades geralmente vividas por essa população. Além disso, são também visivelmente estimuladas por indivíduos e grupos ligados a instituições formais, propiciando, a meu ver, a penetração destes na favela, que podem, assim, influenciar a organização coletiva dos favelados e a pauta das reivindicações que dali surgem. Em seu vasto trabalho sobre pobres urbanos em países em desenvolvimento, NELSON (13) afirma que "as associações subvencionadas pelo governo podem ser vistas como a mais extrema versão de uma tendência universal entre elites políticas de tentar usar as associações como pontos de penetração entre pobres urbanos".

O estímulo à cooperação e à formação de grupos de apoio mútuo ocorre, com mais frequência, durante uma crise, como nas enchentes, epidemias, durante um surto de desemprego, durante remoções arbitrárias, etc. A situação, já precária, tende a se transformar em verdadeiro drama social. No São Marcos, a contaminação do córrego Santa Genebra, em 79, levou os moradores a se reunirem em uma comissão, junto à Pastoral de Vilas Planejadas, para exigirem do Prefeito uma solução. O retardamento de soluções mais agressivas em

relação a este problema tem sido contornado pelo poder público com medidas paliativas, como a distribuição de clorito de sódio nas favelas, para ser colocado nos poços utilizados pelas famílias, como aconteceu no São Marcos.

O "drama social" mais agudo que tive oportunidade de presenciar no decorrer da pesquisa de campo foi, no entanto, o processo de remoção de barracos, tema do Capítulo 6 desta tese.

Nesses momentos, a cooperação interna, apoiada na ajuda ou estímulo externo, passa a ser fundamental, uma vez que os favelados dificilmente podem arcar com o ônus que essas situações podem causar. É então, também, que a penetração de grupos externos é facilitada e legitimada pela ajuda. O confronto com diferentes entidades assistenciais e grupos de fora geralmente traz à tona interesses latentes e conflitos, explicitando normas e objetivos às vezes contraditórios. As pessoas precisam então fazer escolhas, tomar partido, revelando interesses e tendências pessoais ou de grupo, atraindo benefícios e recursos de diferentes entidades, ao mesmo tempo em que os conflitos se explicitam.

Como entre favelados as crises são freqüentes, pois estão sempre vivendo situações limites, a presença de entidades, principalmente assistenciais, na favela, é vista quase como "natural", já fazendo parte daquele cenário. Assim, os serviços prestados pela escola, o posto de saúde, a creche, a igreja, aqui aparecem como *doação*, pois é através dessas agências que a assistência é canalizada aos carentes. Por isso, elas podem assumir também um papel importante nas for-

mas de penetração, de compensação por serviços deficientes, e na organização e orientação das mobilizações e reivindicações internas.

O estudo da distribuição de serviços públicos como a água, a luz, a limpeza pública, em favela, ou programas de lazer, ou a própria urbanização, mostra que esses serviços são, em grande parte, conseguidos através de organização coletiva e de mutirões e geralmente aparecem como sendo de iniciativa dessa população, como se estampa em manchetes do tipo: "NAS FAVELAS, OS MORADORES IMPLANTAM AS REDES DE ÁGUA" (14).

Segundo VALLADARES (15), diferentemente das associações de moradores, a organização dos serviços (água, luz), os clubes sociais e desportivos (futebol, clubes de carnaval), os centros espíritas, os terreiros de umbanda, etc, são endógenos, pois nascem da iniciativa dos moradores, sem o auxílio de elementos de fora. LEEDS e ZALUAR (16), no entanto, afirmam que embora essas associações para conseguir serviços possam surgir da iniciativa local, não são desvinculadas do Estado, pois recebem estímulos através de verbas, doações e orientações, inclusive em relação às suas programações mais "endógenas" como os blocos e as escolas de samba.

Como diz ZALUAR (17), "a organização de uma agremiação na vizinhança não pode ser entendida, entretanto, como uma simples resposta mecânica às instituições, como rezam as teorias de 'compensação' no meio urbano. (...) A agremiação carnavalesca é uma das formas, e até certo ponto cons-

cientes, de criar coletividades e organizar os trabalhadores a nível da vizinhança. O seu ideal coletivista e o seu sonho de união, expresso nos próprios nomes dados às agremiações, garantia de sua eficácia no apelo à população, é constitutivo de suas práticas, na medida em que, por causa desse sonho, acaba efetivamente reunindo os vizinhos".

2.1

A CONSTRUÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS NA FAVELA

Partindo dessa concepção, considero importante analisar a questão da cooperação entre vizinhos não apenas como uma das formas de manipulação dos favelados pelo Estado ou pelas camadas dominantes, mas também como uma situação dinâmica em que ambos os lados tentam maximizar ganhos visando atingir seus objetivos. Um, o de conseguir os serviços e se fazer ouvir como grupo social, o outro, o de organizar controlando a enorme massa de carentes na cidade. Desta maneira, os grupos de vizinhança, que se formaram em vários pontos da favela do São Marcos, eram, sem dúvida, resultado de dificuldades comuns dessa população causadas pelas migrações, baixos salários, alta rotatividade, instabilidade habitacional, doenças, mas eram também, em grande parte, provenientes dos estímulos de grupos externos.

Por causa disso os favelados pareciam às vezes se "equilibrar na corda bamba", tentando estabelecer e manter todos os relacionamentos possíveis e vantajosos, sem deixar que ideologias, às vezes conflituosas, interferissem em seus objetivos. E as mulheres mantinham, não raro, relações simultâneas com funcionários e voluntárias de diferentes agências e com grupos religiosos cujas linhas de ação são, às vezes, contraditórias. Assim, era possível apreciar mulheres se relacionando com agentes ligados ao Movimento Espírita Maria Rosa, ao CEB, com as "moças" da Prefeitura, do Albergue, do PAEC, do Centro Comunitário, da FEAC, com militantes de partidos (PT, PMDB, etc) e com as benzedeadoras locais, sem que isso, necessariamente, prejudicasse seus objetivos.

Apesar de paradoxal, este comportamento é extremamente eficiente em relação à obtenção de favores e benefícios que dificilmente são obtidos pelas vias comuns. E acredito que a própria forma de atuação desses grupos em favela, cada um buscando captar lideranças e fiéis, de forma aparentemente isolada, favoreça este comportamento, obrigando os moradores a jogarem com as possibilidades presentes em cada um deles. Isto é interessante porque, embora as diferentes agências atuem de forma aparentemente isolada, interligam-se invisivelmente através de instâncias do governo, por meio de subvenções, estatutos regularizados pelo poder público, funcionários, etc, obedecendo, muitas vezes, orientações político-econômicas mais gerais. Assim, sujeitam-se, por exemplo, a políticas de erradicação e remoção, ou, ao contrário, de "humanização" de favelas, conforme a tônica po-

lítica de um dado momento, atuando, muitas vezes, em consonância com a burocracia pública, até contra os ideais propostos em seu trabalho junto aos carentes.

Ilda, cuja fonte de recursos parecia ser, em grande parte, proveniente de seus "contatos" estratégicos, dizia:

"Eu sou católica também. Sempre vou na Igreja pedir 'despesa' e a Irmã Cida me dá. Raimunda vinha muito aqui na minha casa, quando eu tava mexendo com esse negócio de 'despesa' pra Igreja Espírita. Eu gostava muito de mexer com esse negócio, mas tinha muito lugar que eu e a Raimunda saía tocada. Se a gente chegava na casa dum crente, eles perguntava: 'Que religião é?' Se falava que era católica, eles brigava. Se falava que era espírita, eles brigava. Aí a gente aprendeu e perguntava logo se eles era crente e já passava direto".

Por causa da multiplicidade do aparato assistencial na favela, dificilmente se obtém um levantamento real das tendências e predominâncias religiosas, pois isso não depende apenas da crença do indivíduo, mas também dos benefícios que pode obter. Não quero com isto dizer que os favelados não tenham suas próprias convicções, mas que a obtenção de benefícios e favores, nessas circunstâncias, por certo não resvala na questão da fidelidade religiosa.

A análise de alguns programas de auto-ajuda e de mutirões realizados nesta favela pode mostrar que as iniciativas que aí surgiram estavam irremediavelmente imbricadas nas aspirações internas e estímulos e organização ex-

ternos. O compartilhamento de uma torneira coletiva, para cinco, seis e às vezes oito famílias, assim como a divisão da conta da água entre os vizinhos beneficiados, foi uma iniciativa da SPS de Campinas que, assim, esperava resolver o problema da distribuição de água nas favelas sem comprometer um antigo posicionamento do poder público de não contribuir para a estabilização desses núcleos ⁽¹⁸⁾. A necessidade de promover a limpeza das ruas da favela levou a SPS a ativar lideranças no São Marcos, em 1981, conseguindo reunir os moradores em mutirão para realizarem o serviço.

A agregação de parentes e vizinhos em torno de interesses comuns como a água, a luz, a não remoção, a urbanização, tem sido, há muito tempo, motivo para a constituição de grupos informais nas favelas. A participação de favelados nesses grupos informais, que propiciam, entre outras coisas, a intermediação entre a favela e agências externas, atraindo, dessa forma, recursos às vezes importantes e benefícios variados, tem sido vista, por muitos estudiosos, como um modo eficaz de aumentar o *status* e o prestígio na favela, transformando alguns moradores em verdadeiros líderes e políticos.

Como grande parte dos serviços públicos não chegavam à favela, pelo menos até 1978, ou chegavam de forma precária, o poder público local tendia a utilizar mecanismos que pudessem substituir ou, pelo menos, compensar as deficiências ou ausências de distribuição, oferecendo subvenções, prédios, funcionários, etc, a outras entidades ou

indivíduos dispostos a atenuar essas carências.

A "Escolas Reunidas São Marcos", construídas por dona Augusta na favela, recebeu amplo apoio de grupos como a Igreja, a SPS e a Federação dos Favelados de Campinas, da qual era presidente. A falta de vagas na escola municipal do bairro, para atender a crescente população infantil da favela, foi assim contornada pela dedicação de dona Augusta com a construção de uma escola paralela.

De acordo com as histórias relatadas, dona Augusta construiu a escola com a ajuda de sua família e de alguns moradores, assim como a capelinha erigida na mesma época, para suprir a falta de uma igreja no bairro (atualmente já existe). Dizia-se que, no início, rezavam-se missas ali, mas, devido a divergências entre ela e o Pe. José Luiz, que não concordava com seu trabalho na favela, as missas foram suspensas. Somente orações (novenas) e procissões, organizadas por dona Augusta, continuaram a ser feitas.

Além da escolinha, funcionava também, nas mesmas dependências, uma creche, que era reivindicação antiga do bairro, para 21 crianças, e o MOBREAL. Em 1980, a escola atendia a cerca de 300 crianças e 80 adultos. Segundo dona Augusta, a intenção ao montar a escola era propiciar instrução para crianças e adultos que não conseguiam vagas nas escolas da redondeza, utilizando mão-de-obra dos próprios favelados, "todos trabalhando para o bem comum", aproveitando os artistas locais para as aulas de arte e para os cursos profissionalizantes (armadores, carpinteiros, etc), sem ganhar nada. Além da ajuda da Prefeitura, dona Augusta dizia

conseguir fundos promovendo bazares, festas, exposições de trabalho na favela, contando com a contribuição dos moradores. Em diversas reportagens de jornal ⁽¹⁹⁾, dona Augusta revelava seus desejos de fazer mutirões, hortas comunitárias, criar uma banda de música, etc, contando com a prometida ajuda da Prefeitura.

Embora as "Escolas Reunidas São Marcos" tivessem sido, a princípio, uma iniciativa de dona Augusta, sua realização certamente só foi possível pelo apoio concreto de instituições como a Secretaria de Promoção Social que, entre outras coisas, fornecia carteiras, merenda (500 litros de sopa diariamente, dois funcionários da Prefeitura duas vezes por semana, etc). Outros grupos, como a Igreja Católica, o Fundo de Assistência Social "Primeira Dama", ou a Federação dos Favelados, à qual dona Augusta se filiou, também contribuía com outras formas de recursos, resultando no aumento de seu *status* e prestígio na favela. A construção de sua liderança acabou esbarrando em outras lideranças na favela de São Marcos, apoiadas que estavam por grupos, se não mais, pelo menos da mesma importância da SPS, como a CEB.

A distribuição de mais de 6.000 peças de roupas no São Marcos, em 1980 ⁽²⁰⁾, através da Campanha do Agasalho, pode, a meu ver, evidenciar o prestígio de dona Augusta junto às autoridades. A escolha da favela para a entrega já era, por si mesma, uma distinção, reforçada pela cerimônia, organizada por dona Augusta, em frente a seu barraco. A festa incluía lanche, onde foram servidos sanduíche e suco, encenação com crianças vestidas de anjo e de Nossa Se-

nhora, acompanhada por cantos religiosos e a presença de dona Marília Amaral, Primeira Dama, de Ester Viana, Diretora da SPS, de várias assistentes sociais, de "fiscais" de favela Josué e Geraldinho, que eram funcionários da SPSHU e se diziam ex-favelados.

Na periferia, só roupas não bastam



Novacentas famílias do Jardim São Marcos receberam ontem, das mãos da primeira dama, mais de seis mil peças de agasalhos.

O relato dessa cerimônia, à qual compareci, pode mostrar tanto o *status* de dona Augusta como os conflitos resultantes de intenções institucionais diferenciadas em relação à "ajuda" aos carentes.

Apesar do aparente ar de festa no São Marcos, neste dia de distribuição de roupas, os diferentes grupos ali presentes, separados por interesses conflitantes, davam um

clima tenso à manifestação. As crianças estavam irrequietas, pois as panelas de suco e os sanduíches já começavam a ser levados para a mesa de fora do barraco de dona Augusta, enquanto as autoridades esperavam a cerimônia começar. Dona Augusta ia e vinha, dando ordens, ajeitando as crianças que iam cantar, conversando com dona Marília Amaral e com as assistentes sociais.

Do outro lado da rua, junto com os favelados que esperavam mais ou menos em fila, estava o pessoal da CEB e da AP (Irmã Cida, Lise, Pe.Ferraro, Alcides).

O sol naquele dia estava quente e as pessoas esperavam impacientes na fila, aguardando as doações. Enquanto isso, o pessoal da CEB comentava e criticava, junto aos favelados ligados à AP, esse tipo de doação, o paternalismo contra o qual lutavam sempre, dizendo que isso destruía seu trabalho de conscientização que ensinava os pobres a reivindicar direitos e não favores.

Depois dos hinos e da encenação, dona Augusta ofereceu à Primeira Dama, dona Marília Amaral, um enorme buquê de rosas vermelhas, agradecendo sua presença e os benefícios dispensados à favela do São Marcos. E a distribuição de roupas começou. Quando os saquinhos de Sanito começaram a ser entregues, espalhou-se uma agitação pela fila, com as pessoas abrindo os sacos e reclamando das roupas velhas e sujas, dizendo que pobre não precisava de lixo. Uma moradora da rua 9, dona Alzira, sentindo-se forte pela insatisfação geral que se espalhava, começou a falar alto, rasgando as roupas e jogando-as no chão. Imediatamente foi cercada pe-

los "fiscais", que tentavam acalmá-la, enquanto a levavam pelo braço para fora dali, proibindo-a de desacatar as autoridades presentes. Enquanto isso, os outros grupos, que não concordavam com as doações, vibravam com a coragem de dona Alzira, apoiando e estimulando os protestos.

Enquanto todos estavam atentos, na expectativa de que outras cenas desagradáveis pudessem acontecer, eu registrava tudo no diário de campo. Uma das assistentes sociais, então, preocupada com o que eu escrevia no papel, veio falar comigo, justificando que era difícil prevenir essas coisas pois as roupas eram doadas e, depois, selecionadas pelos funcionários das ARs (cada um reservava o melhor para si) e que, por isso, era impossível saber, antes da entrega, o que continham os sacos. Em seguida, reforçou o trabalho de dona Augusta, dizendo que a SPS pretendia dar apoio a ela, aumentando o seu barraco para ampliar a escola. E, entusiasmada, me disse que achava dona Augusta uma pessoa incrível, uma verdadeira líder, pois, para realizar uma "operação limpeza" na favela, pedira a sua colaboração num dia e, no dia seguinte cedo, ela já havia mobilizado 200 favelados que esperavam à sua porta para começar o trabalho.

A partir de acontecimentos como esse, que explicitavam o apoio institucional a alguns favelados, os conflitos entre as grandes lideranças do São Marcos se acirram. A ala da Associação mais ligada à CEB e à Assembléia do Povo não via dona Augusta com bons olhos, pois afirmavam que sua liderança não provinha das bases, mas era garantida pela SPS, que a usava para atingir os favelados. Acredita-

vam que ela se prestava a este papel, não para beneficiar os moradores, mas para conseguir recursos e benefícios pessoais, aumentando assim o seu poder na favela. Nessa disputa explicitavam-se as lideranças internas, revelando a atuação dos grupos externos nos quais se apoiavam (CEB+AP X SPS + Igreja + Federação dos Favelados). Após 1979, os conflitos tenderam a ficar ainda mais marcados pelas diferenças partidárias entre esses grupos, quando se iniciou a oficialização dos partidos como o PT, o PTB e de outros que ressurgiam clandestinamente (PCB, PC do B). Por causa do jogo de interesses políticos divergentes, as disputas internas na favela aumentaram tanto que, em dado momento, devido à ameaça de revolta dos favelados, houve interferência da SPS que, como árbitro, sugeriu a divisão da favela em duas partes, cabendo a cada um desses dois grupos (como na história de Salomão) a liderança no seu pedaço ⁽²¹⁾. Acreditavam que a favela, sendo tão grande, comportaria duas fortes lideranças. Desta forma, acalmariam os ânimos e resguardariam as vias de acesso de cada grupo externo à favela. Além de dividir o poder entre as lideranças internas, esta medida servia para impedir os possíveis conflitos e explicitava também a estratégia adotada pelas instituições externas interessadas em conservar as lideranças ali desenvolvidas ⁽²²⁾.

Observando atentamente este movimento contínuo de grupos, de fora para dentro e vice-versa, nesta favela, durante momentos de crise e no cotidiano das relações familiares e de vizinhança, comecei a prestar atenção ao papel que homens e mulheres, distintamente, pareciam desempenhar.

Como são as mulheres eu, geralmente, levam os filhos à escola, ao posto de saúde, à igreja ou aos cultos, às agências de caridade, à casa do vizinho, à creche, ao hospital, etc, e vivem as mesmas dificuldades. E como a maioria dessas agências têm seus quadros basicamente preenchidos por mulheres, isto parece facilitar em muito os contatos (o que me parece não ser casual). Desta forma, mulheres faveladas obtêm mais facilmente os recursos reivindicados pela família, ao mesmo tempo que permitem o acesso das agências à favela, servindo de "ponte" de ligação, de intermediárias entre o grupo doméstico e de vizinhança na favela e as agentes institucionais. Os quadros de órgãos da importância da Secretaria de Promoção Social, do Fundo de Assistência do Governo Municipal e do Estado, do Albergue Noturno ou da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, são basicamente preenchidos por mulheres, incluindo, muitas vezes, os cargos de chefia ⁽²³⁾. Da mesma forma, quase todas as entidades religiosas que se dedicam à assistência aos carentes utilizam mulheres como voluntárias.

De um modo geral, os favelados entram em contato com essas agências assim que chegam à cidade, orientados por parentes, amigos e pela Polícia Feminina nas estações rodoviária e ferroviária ⁽²⁴⁾. A intenção parece ser, além da ajuda implícita, proposta por esses grupos, uma forma de conhecer e controlar todos que entram na cidade, cadastrando, através de inúmeras agências, os pobres de Campinas.

A intermediação das mulheres aparece claramente em orientações como a que se observa no PAEC, onde a ficha é ge-

ralmente preenchida pela mãe. E é através dela, então, que a família pode receber as doações (roupas, alimentos, remédios, documentos, material de construção, passes de viagem), condicionando assim a necessidade de existência de uma família para poder se beneficiar. Em geral, essas doações, principalmente os itens materiais, são encaminhadas às famílias após visitas domiciliares, comprovando o nível de carência do grupo.

Dadas as condições culturais de relação de poder entre homens e mulheres, o fenômeno de lideranças femininas na favela dificilmente ocorreria de forma espontânea. Isto porque o papel da mulher, fora do âmbito doméstico, tende a ser restringido pelos campos de ação masculinos, principalmente no que tange à participação política e ao trabalho fora de casa e remunerado.

Em seu trabalho sobre favelas cariocas, PERLMAN⁽²⁵⁾ afirma que as mulheres da favela têm índices mais baixos de percepção e envolvimento político que os homens de seu grupo. Em um levantamento sobre liderança encontrou apenas 13 mulheres entre 150 líderes. Embora PERLMAN⁽²⁶⁾ tenha ampliado os critérios para medir a participação entre favelados (participação eleitoral - votação e trabalho para um candidato; ação política direta como comícios, abaixo-assinados, comparecimento a reuniões políticas; participação administrativa, como "uso de instituições urbanas" - órgãos do governo, institutos de administração social, bancos, escritórios de advocacia, agências de emprego e sindicatos), exclui a participação em organizações religiosas, afirmando que

elas estavam "obviamente" voltadas para soluções de ordem sagrada, não possuindo, por isso, a conformação de uma entidade politizante (26). Com isto PERLMAN não observou que os favelados se ligavam a grupos religiosos como a Ação Católica, CEBs, etc, como canais políticos alternativos, onde se discutiam as condições de vida, água, luz, não remoção, e se organizavam politicamente.

Segundo BOISSEVAN (27), certos métodos de pesquisa são incompletos, pois explicam os comportamentos em termos de sistema, funcionando como suportes da estrutura social. Por isso, deixam de fora os comportamentos que não se encaixam no quadro normativo da sociedade, simplesmente ignorando-os ou tratando-os como desviantes. Não cabem nesse quadro (modelo) as relações transitórias ou altamente individuais que as pessoas constroem e manipulam para resolver seus problemas. A seu ver, esse modelo, construído a partir de uma visão rígida, coloca sérios problemas para os interessados em política, distribuição e manipulação do poder, porque não dá conta da interação real das pessoas. Não aparecem aí os comportamentos de "João e de José", porque são vistos como desviantes do modelo ideal.

Outros autores, embora não tão distantes desse tipo de modelo, perceberam que as barreiras à participação política dos favelados eram, de algum modo, contornadas por outros tipos de participação, como respostas a essas limitações. LEEDS, por exemplo, observou este fato e concluiu:

"Juntamente com os políticos profissionais e administradores da política brasileira, os moradores da fave-

la são os mais sutis e políticos que já encontramos, muito mais políticos em todos os sentidos do que a população americana como um todo e dificilmente comparáveis a quaisquer categorias de pessoas equivalentes nela" (28).

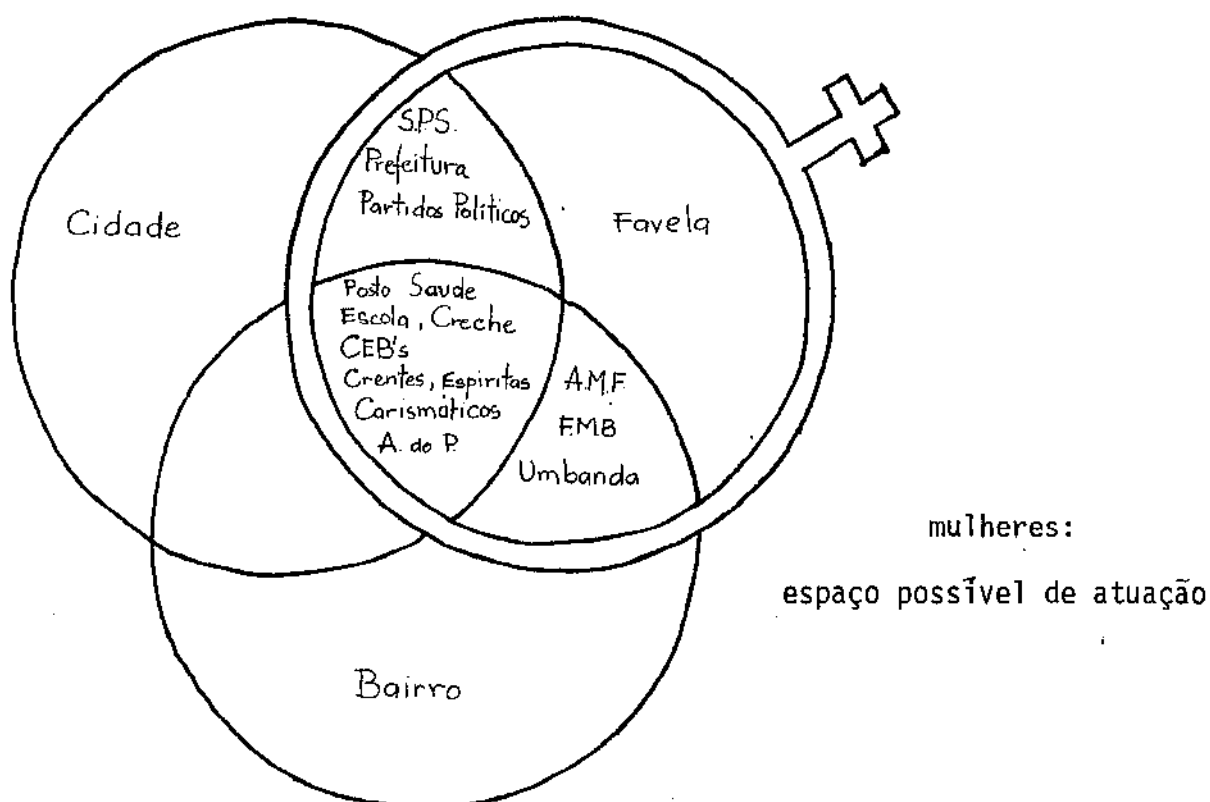
A meu ver, independentemente de serem favelados ou não, ou de serem homens ou mulheres, as pessoas, de modo geral, aprendem os limites e alcances de suas possibilidades e jogam com elas nos momentos propícios, a fim de atingir os seus objetivos. Atualmente um grande número de mulheres são líderes de favela, presidentes de associação de moradores, em Campinas. Isso demonstra, por certo, um papel político que vem sendo desempenhado por elas, há algum tempo, do contrário dificilmente explodiriam, como líderes, de um momento para o outro, apenas como reflexo de um momento favorável.

Desta maneira, ao examinar essas questões, devemos levar em conta a dinâmica do jogo político em que tanto as instituições sociais utilizam as mulheres faveladas para servirem de "pontes de ligação" para atingir os favelados em geral, como as mulheres na favela, longe de serem passivas e não políticas, reconhecem as possibilidades advindas do contato com as entidades conseguindo recursos e benefícios políticos, ganhando *status* e prestígio na favela e fora dela. Engajam-se assim numa troca de objetivos e interesses nem sempre explícitos e claros, mas, no mínimo reais.

A observação dessa reciprocidade entre mulheres faveladas e representantes de agências institucionais, geralmente mulheres também (funcionárias, voluntárias, agentes religiosas, militantes de partidos políticos), é que me levou

a verificar como algumas mulheres tornam-se poderosas e influentes na família e na comunidade. O respaldo externo levou inclusive algumas mulheres, moradoras de favela, a se candidatarem nas eleições (1982), o que foi inédito em termos de Campinas.

A emergência dessa liderança feminina, segundo os meus dados e de outros autores ⁽²⁹⁾, dá-se, geralmente, nas pequenas organizações coletivas como os grupos de mães, de mulheres, de creche, e pode se desenvolver numa atuação em grupos mais abrangentes como o do Custo de Vida, a Assembleia do Povo, a Federação dos Favelados, etc. Nessa aprendizagem política, geralmente movida por interesses familiares e comunitários, algumas mulheres acabam ganhando espaço e tornando-se líderes e coordenadoras de grupos de interesse comum, presidentes de associações de moradores, cabos eleitorais de políticos, até chegarem a participar de canais políticos mais formais, como os partidos ⁽³⁰⁾.



Na favela do São Marcos, muitos eram os espaços de atuação possível das mulheres e muitas eram as mulheres cujas lideranças iam sendo gradativamente demarcadas durante esses anos da pesquisa, dependendo de sua idade, fase do ciclo de desenvolvimento familiar ⁽³¹⁾, dos interesses de agências externas e de seus próprios, como eram os casos de Ilda, dona Augusta, dona Raimunda, dona Júlia, Lurdes, Inês, Irmã Cida e outras.

Quando Ilda se mudou para a favela do São Marcos, logo estabeleceu um relacionamento de amizade com as mulheres da Associação Espírita ("Sopa"). Tanto assim que sua filha mais velha, Izilda, de 12 anos, foi morar com uma das voluntárias, para ajudá-la nos serviços da casa em troca de moradia, comida e estudo. Apesar de muito ligada ao grupo espírita, Ilda dizia-se também católica (como geralmente acontece) e várias vezes contou que saía com Raimunda para fazer trabalhos para a Igreja.

Devido à precariedade da situação econômica familiar, por causa da doença de seu marido, Ilda precisou ter uma atuação decisiva na mobilização de recursos da família, tornando-se, como ela mesma dizia, "o homem da casa, quem resolvia tudo". Estabeleceu, para isto, importantes relações na favela e fora dela, possibilitando a entrada de recursos na família e na vizinhança, aumentando com isso seu *status* e prestígio na redondeza ⁽³²⁾.

Muito prestativa, e com seu temperamento comunicativo, fez logo amizade com as assistentes sociais da Prefeitura, "as mocinhas", como as chamava, e com o pessoal da "So-

pa", e foi, por isso, encarregada, junto com outro companheiro, de verificar em sua vizinhança as pessoas verdadeiramente carentes a quem as doações seriam entregues. Era constantemente visitada por pessoas carentes que esperavam, assim, ser beneficiadas.

Por causa de seu terreno grande e de sua interação com o pessoal da "Sopa", os cultos de domingo passaram a ser feitos em sua casa, com distribuição de pãezinhos e as orações. Muita gente ia ali interessada nas rezas e nos pãezinhos distribuídos. Em 79 foi levantada a hipótese de construção de uma igreja no seu terreno e a Prefeitura mandou então aterrã-lo, pois era alagado, para permitir a construção. Ilda, no entanto, ficou em dúvida, conforme comentou comigo, pois tinha medo de abrir mão de seu espaço, "desvalorizando" o seu terreno. Como outros favelados, percebia que havia outras formas de capitalização da terra ocupada, como a "venda", por exemplo.

"No meu quintal, eu ofertei um lugar pra eles dar pão e no domingo faz reunião pra oração. Vem muita gente aqui, mulher, homem e fica cheio de criança. Diz que é pra levantar um barraco aqui no meu terreno, pra fazer o culto. Mas tem muita gente que é contra, porque eu vou perder o terreno. A Prefeitura que vai dar o material. (...) A Prefeitura veio aqui, passou a máquina no quintal, limpou e aterrou um bom pedaço pra mim, que era alagado e tava fedendo demais e ficava ruim pra gente rezar".

O relacionamento de Ilda com as assistentes sociais da Prefeitura não era apenas através das voluntárias da "So-

pa", mas também porque várias vezes participou de trabalhos conveniados entre a Prefeitura e a LBA, como no caso das colônias de férias para crianças ⁽³³⁾. "Durante as férias a Prefeitura organizou as criança tudo aqui e levava de caminhão pros quartéis e eles ficava o dia todo, aprendendo as coisa lá. Foi muito bom e eu tomava conta dos menino todo dia. Dona Creusa disse que eu tenho moral e que os menino me respeita. Tive que dar uns cacete de vez em quando, porque menino é fogo. Acho que julho vai ter de novo".

Através desse relacionamento, Ilda conseguiu também um emprego de vigilante para o filho na Regional 4. "Foi o pessoal do Centro Social que arrumou. Eles são muito bom" (ILDA).

Essas trocas e favores de ambos os lados "renderam" a Ilda uma torneira do lado de dentro de sua cerca, enquanto os outros favelados recebiam torneiras coletivas. Tornou-se, por isso, "dona" da água naquele pedaço, que "dava" aos vizinhos próximos, estabelecendo com eles outro sistema de trocas e aumentando seu raio de influência na favela. E Ilda contava:

"Fiz inscrição pra água e depois, quando eu tava no hospital, fiquei sabendo que aquela moça, a Creusa, veio aqui e pôs essa torneira aí, e deu pra eu assinar. Eu que assinei, porque meu véio nessa época tava internado. Tudo aqui é no meu nome mesmo, porque eu que enfrento. É luz, é tudo, eu que mexo". Perguntei-lhe como as vizinhas faziam para pegar água e ela disse: "Eles abre o portão e pega". Enquanto isso, eu ouvia a vizinha chamar por ela e Ilda ir lá fora abrir o portão.

A guarda das doações e sua distribuição, em épocas específicas (Natal, Páscoa, Ano Novo), acabaram resultando em briga com o outro encarregado, pois antes da distribuição ambos selecionavam os melhores itens e algumas vezes guardavam alguns para eles próprios. Ilda descobriu que ele estava lhe "passando a perna" e não quis mais participar.

Um dia, conversando sobre todas essas trocas e suas vantagens, me disse:

"Depois que saí da igreja, acho que as coisa não melhorou nem piorou. Pra falar a verdade eles não me ajudaram em nada. Eu que ajudava eles com o serviço. Eu que tinha que tirar os nomes das muié pra dar as coisa. Eu que saí de porta em porta pra ver se tinha as coisa e anotava os nome".

Outro exemplo de liderança no São Marcos era o de dona Raimunda, que se destacou muito durante a resistência à remoção de barracos em 1979. Cansada de ser jogada de um lado para o outro devido às perenes migrações e remoções, tendo que enfrentar sozinha as dificuldades impostas pela pobreza e pela prole de 15 filhos, dona Raimunda atuava em vários grupos na favela: grupo de mulheres, grupos organizados pela CEB (clube de mães, de evangelização), Assembléia do Povo e, mais tarde, junto a militantes de partidos que usavam a favela como reduto de votos. Segundo dona Raimunda, era vantajoso estar ligada a grupos militantes pois, através deles, estava sempre viajando, com todas as despesas pagas, para falar da sua vida, de suas experiências dentro dos movimentos populares. Seu relacionamento com as assistentes sociais da Prefeitura, no entanto, não era bom, pois, ligada a

grupos como a AP, sentia-se confiante para enfrentar e criticar o trabalho da SPS na favela, usando inclusive a imprensa. Numa entrevista a jornal ⁽³⁴⁾ declarou mesmo que: "Assistência Social da Prefeitura, a gente não tem não.(...) A gente vai até a cidade procurar assistência, mas não sei, acho que eles pensam que eu não mereço".

Irmã Cida e Inês eram outras das inúmeras líderes que se formaram no São Marcos. Inês foi morar no bairro quando ainda criança e, embora não morasse em "terreno da Prefeitura", sentiu-se muito ligada ao "povo do barraco", pois, como eles, passara muitas dificuldades na vida. Desde mocinha ingressou, junto com vários outros jovens de sua vizinhança, na CEB do Santa Mônica e começou a fazer um trabalho de conscientização com a população carente. Com eles formou a Associação de Moradores do São Marcos e era uma de suas líderes. Em 1979, quando surgiu a Assembléia do Povo, unificando a luta de movimentos de periferia e favelados, tornou-se coordenadora. Logo em seguida filiou-se ao PT, cujos militantes se constituíam na ala mais forte da AP e foi eleita coordenadora de núcleo.

Os que acompanharam a ascensão política de Inês, tanto na AP quanto no partido, conhecem o seu trabalho de base junto aos favelados, que começou informalmente, em pequenas reuniões em casa de famílias associadas, em visitas a outras favelas, em participações em reuniões da Igreja em Itaici, Goiás, Brasília, etc, e culminou na sua candidatura a vereadora em 1982 pelo PT. E, embora não tenha saído vitoriosa nessas eleições, seu trabalho de base imprimiu um

sentido de luta por direitos aos movimentos de favela, o que muitas vezes extrapolava o objetivo mais aparente: as reivindicações.

Se depender da Câmara, favelados não terão terra



as eleições de 82 e o trabalho político
de mulheres na favela

Apesar de não ser favelada, Inês se colocava como "companheira" devido à sua classificação como trabalhadora proletária. Trabalhou primeiro em supermercado e mais tarde conseguiu um emprego nos escritórios do CEASA. No período eleitoral, Inês foi várias vezes ameaçada de perder o emprego devido a seu trabalho junto ao PT. Saía todas as manhãs, antes

de começar a trabalhar, para as portas de fábricas, para fazer campanha e participar também das discussões durante períodos de greve. À noite geralmente ia a bairros de periferia (associações de moradores) ou às reuniões da AP. Sua mãe, que tinha oito filhos, sempre me dizia que tinha muito medo desse trabalho de Inês, embora visivelmente se orgulhasse da filha e de seu prestígio junto a grupos importantes.

O trabalho de Irmã Cida, tão político quanto o dos grandes políticos dos palanques, era um trabalho de formiga, inculcando, diariamente, através de sua religião, a participação, a militância das pessoas, como única forma de conseguir direitos e benefícios.

Conheci Irmã Cida na casa de Ana, em pleno processo de transferência de barracos, organizando os favelados das ruas 9 e 15 a resistirem à remoção. Embora jovem ainda (32 anos), Irmã Cida parecia inspirar muita confiança nas pessoas que dela se aproximavam buscando conselhos, esperando orientações. Filha de bóias-frias, tinha vindo do Paraná para trabalhar na CEB do Santa Mônica e há quatro anos estava por ali, trabalhando na parte da manhã no Posto de Saúde (Cr\$ 4.800,00) e à tarde nas suas tarefas de evangelização na favela ⁽³⁵⁾. Segundo Irmã Cida, "o povo confundia muito esses trabalhos", mas, "ao procurar os serviços do posto, as pessoas podem tomar consciência das dificuldades da vida, falar sobre os esgotos, remoção, etc". Da mesma maneira, nos grupos de evangelização formados na favela, pregava o Evangelho, a filosofia de Cristo, integrada àquele contexto de dificuldades e carências. E dizia:

"Se o Evangelho fosse seguido, Cristo seria o maior subversivo. E não haveria medo. (...) No São Marcos começamos praticamente sozinhas (ela, Lise e outras)". Mas, depois, contaram com a participação de padres e leigos ligados à CEB, como Tollosa, Conceição, Pe.Ferraro, Pe.Nadai, Terêncio, e, ali no São Marcos, Zê Leite, ex-seminarista, Wagner, Vidal, Pe.José Luiz e outros.

"Teve despejos que a gente ajudou a enfrentar. Foi difícil levar eles a ficar onde estão. Agora não. Tem a Assembléia do Povo, quando tem ameaça, vai três ônibus cheio". (...) "Os resultados desse trabalho (Comunidade) é difícil de ver. Começamos a trabalhar na favela, em Maringá. Rompemos com a estrutura da Igreja. Desde que entrei na Congregação que fiz essa opção (pelos pobres). Eu acredito na Comunidade de Base. A Assembléia surgiu daí".

Muitos grupos se formaram naquela vizinhança do São Marcos graças ao persistente trabalho de conscientização através da Igreja empreendido por Irmã Cida e outros. "Nos grupos de noite tem homens, mas as mulheres também estão. Os homens dizem que religião é pra mulher, por isso eles não vão. Mulher é importante participar, porque a mulher se libertando dessa escravidão, ela pode apoiar o marido e ela mesma ser força de expressão".

Atualmente Irmã Cida saiu da Congregação, mas seu trabalho junto à Assembléia continua. Não é mais irmã de caridade, apenas Cida, da CEB.

2.2

A POLÍTICA INVISÍVEL DAS MULHERES

No item anterior, procedi à análise do papel de algumas líderes junto a instituições sociais específicas para entender de que maneira se dão essas relações e qual o seu significado político naquele momento. No entanto, durante a pesquisa de campo, estive sempre atenta ao papel invisível cumprido por mulheres dentro e fora de seus grupos domésticos, geralmente vistas como passivas, não políticas e, portanto, aparentemente irrelevantes do ponto de vista da análise sobre atores sociais. As atividades femininas são consideradas em geral como restritas ao domínio do privado. Seja porque esta idéia se baseia em fatores biológicos ou em fatores ideológicos. Assim, as insurgências femininas a nível público aparecem quase sempre como exceções à regra, desvios de um modelo idealmente seguido em nossa sociedade. Por isso, uma pesquisa que busque dar vida e voz às mulheres, precisa muitas vezes falar de líderes, para que o argumento seja ao menos ouvido.

Mostrar a atuação feminina em sua forma ainda mais imperceptível, como a que se dá nos bastidores de pequenas organizações coletivas ou dentro de grupos domésticos e na vizinhança, onde jogam suas despercebidas influências, é tarefa ainda mais difícil e requer um minucioso trabalho de observação e uma perspectiva verdadeiramente feminista.

Enquanto eu procurava captar as vozes de mulheres que se destacavam na favela, sistematicamente registrando as formas alternativas pelas quais buscavam participar para influir e se fazerem ouvir, observei também mulheres que procuravam, invisivelmente, impor objetivos manifestos em seus grupos, levando outros a tomarem atitudes, apoiando ou rejeitando decisões, agindo fora dos padrões considerados "políticos". Embora muitas mulheres não participassem de reuniões formais na favela, nem por isso deixavam de exercer sua influência, de reclamar por seus direitos, levando outros a lutar por elas. Desta maneira contribuíam na promoção da cooperação entre os membros da família, levando-os a participarem também dos grupos de vizinhança e fora deles.

É sobre a atuação dessas mulheres que eu gostaria de falar e dar-lhes nomes, mostrando que, para fazê-lo, é necessário adotar um enfoque mais amplo de política, como o fizeram COLLIER, LAMPHERE ⁽³⁶⁾ e outros autores que afirmam que as disputas domésticas podem facilmente aparecer como restritas ao mundo privado, sem maiores conseqüências para o sistema político maior, uma vez que a tendência geral de ver a política como um passatempo masculino dificulta a percepção de informantes e etnógrafos em relação à atuação política das mulheres.

Para tornar visível esta atuação, COLLIER ⁽³⁷⁾ afirma ser preciso que a observação se estenda para além das regras morais e das normas jurídicas, que reforçam a obediência das mulheres aos seus parentes masculinos, para assim perceber os esforços femininos de controlar o mundo à sua

volta. Segundo LAMPHERE (38), a distribuição de poder e autoridade na família, o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico e as estratégias femininas são, de certa forma, relacionados e mudam conforme as mulheres envelhecem e as crianças crescem. E em sociedades onde os homens detêm posições de autoridade e o direito legítimo de tomar decisões envolvendo outros, as mulheres podem ter um poder informal, isto é, usar os meios disponíveis para conseguir apoio junto a outros e atingir seus objetivos, oferecendo ou negando alimentos e serviços sexuais.

Assim, o poder de influência de muitas mulheres na favela não se dava ao nível dos grupos organizados, mas dentro dos próprios grupos domésticos e na vizinhança. Conheci muitas mulheres que, como Ana, Eulina, Lurdes, Júlia, Aparecida e tantas outras, não apareciam nos jornais, não participavam de reuniões, não eram "políticas", mas, no seu cotidiano, teciam redes de relações, manipulavam informações, fazendo com que os maridos, os filhos e os vizinhos agissem de acordo com seus intentos, usando artifícios ou revelando objetivos. Ana era, neste sentido, a mais política de todas, pois, de dentro de casa, atraía a Irmã Cida, seu Lauro, as mulheres da "Sopa", assistentes sociais, as professoras da escola, os parentes e, como o personagem de COLLIER (39), "usava os recursos disponíveis para controlar o mundo à sua volta", mesmo quando ficou presa ao leito por causa da doença. Não freqüentava as reuniões da Associação porque "não era política", mas muitas reuniões (principalmente da Associação de Moradores) eram feitas em sua casa e com sua aquiescência e participação. O grande número de filhos adultos (tra-

balhadores e eleitores) atraía diferentes grupos que ali atuavam, mas o acesso a eles geralmente se dava por intermédio de Ana. Eu mesma só consegui me tornar mais íntima da casa quando Ana me "abriu as portas" e, assim, tive acesso aos demais, inclusive a Pedro. Lembro também de uma vez que algumas mulheres de um dos partidos políticos de oposição foram à sua casa passar *slides* visando estender a educação sexual às favelas. Ana e Pedro depois me contaram que as mulheres mostraram tudo ali na parede, até para as crianças, "o saco, a tromba dos homem, tudo". E Ana, categórica, disse que não permitiria mais isso e Pedro, solidário e revoltado, concordou dizendo que na casa dele não permitiria.

Muitos representantes de grupos, como assistentes sociais, professoras, aproximavam-se de Ana também por causa do enorme número de crianças na casa, o que atraía doações, catequese, planos de instrução. E quando alguém da casa precisava conseguir algum favor junto aos grupos organizados na favela, usava Ana como intermediária para interceder, pois sua figura de matriarca parecia legitimar os pedidos, que eram mais facilmente atendidos. E Pedro sempre dizia que essas coisas era Ana mesmo que tratava, que era ela quem orientava os filhos, as noras, condicionando os comportamentos na família e fora dela, respaldada que estava pela autoridade masculina de Pedro: "Na casa manda ela, e nela mando eu" (PEDRO).

No dia da ameaça de remoção de seu barraco, era Pedro quem estava lá fora, discutindo com os motoristas, com as assistentes sociais, junto com outros vizinhos, oferecen-

do resistência à transferência, mas era Ana que, do lado de dentro, incitava a todos a participar, a resistir, chorando e dizendo que se tivesse que sair dali para uma lama, Pedro morreria de bronquite e os pequenos ficariam doentes. E, enquanto muitos se movimentavam na frente do barraco, Ana servia cafezinhos, reforçando os ânimos. E, a cada momento, entrávamos Irmã Cida, Inês, as vizinhas mais chegadas, eu, que vínhamos confortá-la, enquanto ela consolava a todos dizendo: "Se Deus quiser, o seu Prefeito não há de fazer uma coisa dessas com a gente". E, lá fora, fortalecido, Pedro dizia: "A gente precisa se unir, porque eles tirarão nós de um lugar para outro pior, como se a gente fosse pedra pra viver rolando" (40).

2.3

A CARIDADE E O "ESPÍRITO DO CAPITALISMO" (41)

A minuciosa observação das relações políticas entre mulheres e agentes femininos na favela e a permanente disposição assistencial em relação a esta população me levaram a interpretar a caridade pública, a filantropia, muito além daquele significado normalmente expresso no desejo de "fazer o bem", de "promoção humana", que caracteriza nossa sociedade. Estudiosos como FIGUEIREDO e MALAN (42) mos-

traram que a conduta filantrópica entre empresários brasileiros, ao contrário de ser entendida como o simples "dar esmolas", é um sub-produto da atividade empresarial. A ação filantrópica é compreendida como a aplicação de recursos financeiros que não visam o lucro direto e imediato, diferentemente de outras formas de investimento. Por isso a filantropia não se caracteriza por doações esporádicas, feitas segundo impulsos do momento, a setores escolhidos ao azar, mas obedece a um planejamento específico de seleção, de continuidade e de avaliação dos resultados objetivos, dentro da racionalidade das atividades empresariais.

Assim, toda a massa de doações que é permanentemente dirigida à favela, seja através de entidades públicas, particulares ou religiosas, resultando numa multiplicidade de organizações, pode ser entendida dentro dessa concepção empresarial, na medida em que se percebem os esforços públicos de compensar os baixos rendimentos dessa população, não de uma forma caótica e desorganizada, mas obedecendo a um planejamento sistemático que visa, sobretudo, um controle político sobre esses grupos. Do ponto de vista empresarial, esta "doação" funciona como uma troca vantajosa na medida em que há um retorno desse investimento. A doação de grandes somas para obras sociais permite a dedução do imposto de renda, como se pode observar neste anúncio da CARE (Carminha Associação para Reabilitação do Excepcional):

"Nós não queremos a sua pena. (...) Tudo o que nós queremos de você é o seu dinheiro. Qualquer quantia. O que lhes daremos em troca? Dedução do Imposto de Renda" (43).

De acordo com CAMARGO⁽⁴⁴⁾, através da ação filantrópica, expectativas de consumo são parcialmente satisfeitas e diminuem os focos de disnomia e de pressão para mudanças no sistema social e consolidam-se os valores e normas da organização social, ao mesmo tempo em que são reforçados os fundamentais processos de produção e divisão de classes".

Desta maneira, ao tentar estabelecer a tênue ligação entre as estratégias de favelados e a extensa rede de estímulos e ajudas criadas institucionalmente em relação aos carentes, compreendi porque as mulheres se tornam peças tão fundamentais nesse intrincado jogo social.

Minhas observações de famílias faveladas sugerem que unidades domésticas e, em particular, as mulheres, ao utilizarem mecanismos alternativos de mobilização de recursos e relações sociais, acabam cumprindo uma dupla tarefa: compensar os baixos rendimentos, permitindo a reprodução da mão-de-obra a custos menores e manter assim o *status quo*. Na medida em que os salários reais podem ser calculados cada vez mais por baixo das necessidades mínimas de subsistência (cesta de consumo), graças a esses mecanismos mobilizatórios, que são fortemente incentivados por um amplo aparato assistencial existente, a sobrevivência pode ser garantida, ainda que num quadro de extrema precariedade.

Economistas e sociólogos têm demonstrado⁽⁴⁵⁾ que as atividades no âmbito doméstico acarretam conseqüências ao nível geral dos salários, como é o caso dos mutirões para a construção da casa própria, do trabalho das mulheres e dos filhos, dos "bicos", etc. E JELLIN afirma que "a realização

de numerosas tarefas, no âmbito da produção doméstica, implica baratear o custo da mão-de-obra industrial, já que o salário de sobrevivência não inclui o custo monetário das atividades domésticas" (46). Desta maneira, a meu ver, as mulheres, empenhadas que estão em mobilizar recursos alternativos, respaldadas por organizações assistenciais, acabam contribuindo para a reprodução de condições estruturais desfavoráveis, enquanto reproduzem também idéias dominantes sobre o trabalho feminino dizendo: "Graças a Deus não trabalho, apenas ajudo meu marido". Assim, a necessidade real de trabalho permanente entre as mulheres pode ser facilmente descartada, prevalecendo o trabalho temporário, mal remunerado e de "ajuda" nos momentos de crise, que reforçam ainda mais a importância das mulheres enquanto mães e donas de casa e dos homens como provedores (47).

Ao analisar as condições de vida e de trabalho das mulheres na favela, esta situação me pareceu, muitas vezes, um "beco sem saída", pois, sem se dar conta, pareciam servir de suporte a estratégias econômicas mais amplas (barateamento dos custos de reprodução e aumento do lucro) (48). No entanto, a mesma disposição que as levava, indiretamente, a contribuírem para o agravamento das condições na favela, levava-as também a participarem de forma coletiva, buscando na política, ainda que informal, a solução para os seus problemas. Como vimos neste capítulo, esta atuação ou resistência pode ser invisível nos grupos domésticos ou na vizinhança e pode se desenvolver para formas políticas mais evidentes e amplas como a Assembléia do Povo ou os partidos po-

líticos, e pode levar ao sucesso de algumas reivindicações ou ao total fracasso e frustração de outras. Porém, dificilmente, passam despercebidas, deixando suas marcas e influências nas lutas por direitos e na resistência a excessivas condições de exploração dos trabalhadores.

Sobre a consciência de seus direitos enquanto cidadã e trabalhadora, Raimunda argumentava:

"Eu sou fogo mesmo. Lã na Assembléia eu peguei o microfone e gritei: possa ou não possa, nós vai querer tudo direitinho, água, luz e casa. Os favelado tava tudo quietinho e não falava nada (...). Quando nós voltar para a próxima Assembléia, eu disse, a gente vai perguntar pro Chico: cadê o empréstimo que o senhor conseguiu em Volta Redonda pro PROFILURB? Agora, como um diretor da cidade, que rege a lei, que assume a lei como uma delegacia, ele vai ter que dar conta. (...) Outro dia fui na cidade e fiquei olhando. Tudo cheio de praça. A Prefeitura enfeitada aqui, enfeitada ali e pra que tudo isso, pra vagabundo sentar? Porque a gente trabalhadora não tem tempo de sentar. (...) Muitas vezes olhei isso aí (a favela) e pensei... puxa vida, eu não podia pôr uma manilha e limpar isso (água podre)? Aí eu penso, se tiver que sair, perco o dinheiro e o trabalho. A gente tem que pensar junto com os outro, não é sozinha que a gente faz nada".

A observação da atuação e das influências femininas na favela, fosse ela "invisível" nos grupos domésticos ou na vizinhança, ou evidente em movimentos como a Assembléia do Povo ou nos partidos políticos, foi de extrema

relevância, pois me levou a avaliar sua importância naquele contexto e naquele momento, sugerindo implicações políticas de mais alto alcance. Pude, desta forma, perceber as influências femininas nas ações, interações e opções de indivíduos na favela, fossem eles homens ou mulheres, que se manifestaram de forma coletiva, constituindo-se em pequenos grupos, em "embriões de luta", e, em alguns casos, desenvolvendo-se em formas mais organizadas, como veremos a seguir, no último capítulo deste trabalho, onde a vizinhança do São Marcos projeta-se, através da política, para círculos mais amplos da sociedade campineira.

NOTAS DO CAPÍTULO 5

(1) THOREAU, citado por GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p.27.

(2) GEERTZ, C. *op.cit.* p.38.

(3) Ver Nota 7 da Introdução.

(4) Em seu trabalho com populações mexicanas, REDFIELD mostra a tradição do canto entre os índios Navajos para fazer germinar as sementes do milho. In REDFIELD, R. *The folk society. The american journal of sociology*. 1947. p.293-308.

(5) Em 1983, grupos de intelectuais ligados à UNICAMP promoveram manifestações públicas contra a pulverização de veneno no algodão nessa região e apresentaram alternativas para um controle natural da praga. Nesse ano, as pulverizações foram suspensas, beneficiando os bairros adjacentes à fazenda.

(6) SUSSER mostra que a interação no bairro por ela estudado era dominada pelas mulheres. Embora muitos homens aparecessem nas reuniões da associação de moradores algumas vezes, e alguns homens estivessem regularmente presentes, nenhuma rede de amizade masculina foi mobilizada a partir das atividades da associação. SUSSER, A. *Norman street. Poverty and politics in an urban neighborhood*. New York, Oxford University Press, 1982. p.110.

(7) Em seu estudo sobre uma vizinhança pobre em Nova Iorque, SUSSER mostra que, para fazer face à crise econômica de 1975, o poder público incentivou a formação de associações de moradores entre a população carente, promovendo programas de auto-ajuda e mutirões, compensando a oferta deficiente de serviços, reduzindo, assim, os gastos públicos. SUSSER, A. *op.cit.* p.126.

(8) Segundo MAYER, o agrupamento de indivíduos em torno de interesses comuns poderia ser chamado de "grupo potencial" ou quasi-grupo. São entidades sem uma estrutura identificável (organização difusa), mas cujos membros possuem determinados interesses ou condutas comuns, que poderão, em algum momento, levá-los a formarem grupos definitivos. As interações nessa categoria de quasi-grupo ocorrem em um conjunto-de-ação e podem se tornar mais visíveis, por exemplo, durante um período eleitoral, quando um patrono (candidato) agiliza as redes sociais através dos brokers (intermediários, cabos eleitorais), formando interconexões múltiplas, para atingir um maior número possível de eleitores. Este esforço eleitoral, no entanto, pode ser utilizado fora dos períodos (eleições), criando articulações possíveis num bairro, por exemplo. É essa associatividade potencial que BOTT denomina rede. MAYER, A.C. A importância dos quasi-grupos no estudo das sociedades complexas. In BANTON, M. (ed.) *The social anthropology of complex societies*. Londres, Tavistock Publications, 1966. p.97-122.

(9) MACHADO DA SILVA, L.A. A política na favela, *CADERNOS BRASILEIROS*, nº 41, 1967. PERLMAN, J. *O mito da marginalidade*. Favelas e políticas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. LEEDS, A. & LEEDS, E. Favelas e comunidade política: a continuidade da estrutura de controle social. In *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. SANTOS, C.N.F. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

(10) VALLADARES, L.P. Associações voluntárias na favela. In *Revista Ciência e cultura*. v.29, nº 12, dez. 1977. p.1.393.

(11) LEEDS, A. & LEEDS, E. Favelas e comunidade política. In *A sociologia do Brasil urbano*. op.cit. p.212.

(12) *Diário do Povo*, Campinas, 14 jul. 1981. Suplemento especial - Campinas 207 anos.

(13) NELSON, J.M. *Access to power*. Politics and the poor in the developing nations. New Jersey, Princeton University Press, 1979. p.270.

(14) *Correio Popular*, Campinas, 6 mar. 1982.

(15) VALLADARES, L.P. *op.cit.* p.1.393. E sobre o controle das associações de moradores de favela ver também RIO: o controle na favela. *Movimento*, São Paulo, 22/28 out. 1979. p.9.

(16) LEEDS, A. Moradia, arranjos de vida, proletarização. In *A sociologia do Brasil urbano*. *op.cit.* p.175. ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1985. p.188.

(17) ZALUAR, A. *op.cit.* p.188.

(18) FAVELAS ganham melhoramentos. É a solução? *Diário do Povo*, Campinas, 31 dez. 1978.

(19) *Diário do Povo*, Campinas, 8 nov. 1980; 4 abr. 1981; 17 abr. 1981 e 29 abr. 1981.

(20) NA PERIFERIA roupas só não bastam. *Diário do Povo*, Campinas, 23 jul. 1980.

(21) LIDERANÇAS dividem a favela do São Marcos. *Diário do Povo*, Campinas, 29 maio 1981. Serviram de árbitro nessa disputa o Juiz Roberto Telles Sampaio, o Secretário da SPS e sua Diretora, Ester Viana.

(22) Da mesma maneira que a SPS, a Igreja e outras entidades religiosas também atuavam ali e disputavam fiéis e lideranças junto aos favelados, como podemos confirmar na reportagem LÍDERES de periferia acusam carismáticos. *Correio Popular*, Campinas, 1 nov. 1981. Nesta reportagem o Pe.Arlindo de Nadai considera necessário que os integrantes do "movimento carismático" atuem em outros locais da cidade onde não existam CEBs. O Pe.Nadai era o Coordenador das Pastorais da CEB em Campinas.

(23) De acordo com informações recolhidas em documentos da SPS: 1973 - Secretária da SPS: Marília Martorano Amaral; Chefe do Serviço de Assistência Habitacional: Maria Célia Mazzotini; 1974 - Secretária

da SPS: Marília Martorano Amaral; Chefe do S.A.H.: Maria José Mangili (Zeza); 1978 - Secretária da SPS: Maria Helena Bonavita Mambrini; Diretora da SPS: Ester Aparecida Viana; 1981 - Secretário da SPS: Roberto Telles Sampaio; Diretora da SPS: Ester Viana (depois Diretora do Albergue Noturno); 1982 - Secretário da SPS: Darcy Paz de Pádua.

(24) Sobre isso ver *A clientela do CETREM: características e tipologia*. Assessoria de Comunicação Social, SPS de São Paulo, 1978, p.60.

(25) PERLMAN, J. *op.cit.* p.225.

(26) *Idem*, p.202.

(27) BOISSEVAN, J. *Friends of friends: networks, manipulators and coalitions*. Oxford, Blackwell, 1974. p.13.

(28) LEEDS, A. & LEEDS, E. O mito da ruralidade urbana: experiência urbana, trabalho e valores nas áreas invadidas do Rio de Janeiro e de Lima. *op.cit.* p.122.

(29) SUSSER, *op.cit.*; CALDEIRA, T.P.R. *Imagens do poder e da sociedade*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1982.

(30) Contrariando, de certa forma, as observações de CALDEIRA, T.P.R. *op.cit.*, em bairros da periferia de São Paulo.

(31) Segundo GODELIER, "em todas as sociedades, as mulheres estéreis, seja porque não podem mais ter filhos, seja porque nunca tenham podido tê-las, gozam de um status especial, inferior ou superior às demais mulheres que são férteis. Na maioria dos casos, constatamos que as mulheres que participam de alguma forma de status do homem, são as que não têm mais a função de reprodução". GODELIER, M. As relações homem-mulher: o problema de dominação masculina. *Encontros com a civilização brasileira*. nº 26. p.22.

(32) Segundo BERLINK, as variações de recursos materiais entre grupos de baixa renda são grandes e dependem das relações que conseguem manter com outras classes sociais. BERLINK, M.T. *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1975. p.130.

(33) COLÔNIA de férias para favelados. *Diário do Povo*, Campinas, 23 jan. 1979.

(34) AFINAL, para que serve a promoção social da Prefeitura? *Diário do Povo*, Campinas, 26 nov. 1979.

(35) A Comunidade Eclesial de Base do Jardim Santa Mônica, interligada às demais comunidades de base de Campinas, promovia, nessa época, um trabalho de evangelização e "conscientização" nas favelas. Desta maneira, estavam incluídas as favelas do São Marcos, Jardim Campineiro, Recanto da Fortuna, através de planos pastorais conhecidos como Plano Pastoral dos Jovens, da Periferia, das Vilas Operárias, etc.

(36) COLLIER, J.F. Women in politics. In ROSALDO, M.Z. & LAMPHERE, L. (coord.) *Woman, culture and society*. Stanford University Press, 1979. p.89-96; LAMPHERE, L. Strategies, cooperation and conflict among women in domestic groups. In ROSALDO, M.Z. & LAMPHERE, L (coord.) *op.cit.* p.97-122.

(37) COLLIER, J.F. *op.cit.* p.90.

(38) LAMPHERE, L. *op.cit.* p.99.

(39) COLLIER, J.F. *op.cit.* p.90.

(40) Entrevista de Pedro ao *Diário do Povo*, Campinas, 4 maio 1979.

(41) Sem nenhuma alusão a WEBER.

(42) FIGUEIREDO, W. & MALAN, A.L. Empresário brasileiro

e filantropia: proposição de um modelo de análise. *Dados*. Revista de Ciências Sociais. IUPERJ, 1969. p.141-5.

(43) Revista *Afinal*, 17 set. 1985. p.59.

(44) CAMARGO, C.P.F. *A Igreja e o desenvolvimento*. São Paulo, CEBRAP, 1971. p.45.

(45) OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981. JELLIN, E. A baiana na força de trabalho: atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador. In GUARACI, A. et alii (org.) *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes, 1980. BERLINK, M.T. *op.cit.*

(46) JELLIN, E. *op.cit.* p.82. Cf. também VIEZZER, M. *Se me deixam falar*. São Paulo, Símbolo/Cortez e Moraes, 1978, que mostra que, em sua tentativa de organizar mulheres de mineiros, na Bolívia, para lutarem por melhores condições de vida e de salários, Domitila de Chungara fez uma lista das atividades domésticas e seus custos, se elas fossem remuneradas, mostrando aos homens e aos patrões a função relativa do trabalho doméstico nos salários. Explicitava assim quanto os homens teriam que ganhar para se manterem se tivessem que pagar pelo preparo dos alimentos, pela roupa lavada, pelos cuidados da casa, dos filhos, etc.

(47) Sobre a perpetuação de padrões tradicionais de divisão de trabalho na família, que deve ser apreendida na sua "experiência material", inserida em "práticas materiais", regulada por "rituais materiais" definidos por "aparelhos ideológicos materiais", ver DURHAM, E. *A família operária, consciência e ideologia*. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, IUPERJ, v.23, nº 2, 1980. p.201-13.

(48) Segundo MARX, "o capital regula, conforme suas necessidades de exploração, essa produção de força de trabalho, a produção da massa humana que ele irá explorar. O capital, então, não produz apenas o capital adicional. Deste modo, o trabalho não só produz, em oposição a si mesmo e em escalas sempre mais amplas, as condições de trabalho, enquanto capital, mas o capital produz, em escala cada vez

maior, os assalariados produtivos que requer". MARX, K. *O capital*. Livro I, cap.VI (inédito). São Paulo, Ciências Humanas, 1978. p.91.

(49) WOLF, E. Parentesco, amizade e relações patrono-clientes em sociedades complexas. *Cadernos de antropologia*. nº 7, 1974.

* * *

CAPÍTULO 6

A FAVELA ESTÁ MUDANDO. À FORÇA.

DESPEJO NA FAVELA

Quando o oficial de justiça chegou
Lá na favela
E contra seu desejo
Entregou pra seu Narciso
Um aviso, uma ordem de despejo,
Assinada: seu doutor.
Assim dizia a petição:
Dentro de dez dias
Quero a favela vazia
É os barracos todos no chão
É uma ordem superior

(Coro)

O, o, o, o, o, meu sinhô BIS
É uma ordem superior

Não tem nada não, seu doutor
Não tem nada não
Amanhã mesmo
Vou deixar meu barracão
Não tem nada não, seu doutor
Vou sair daqui
Pra não ouvir o ronco do trator

*Pra mim não tem problema
Em qualquer canto me arrumo
De qualquer jeito me ajêto
Depois, o que tenho é tão pouco
Minha mudança é tão pequena
Que cabe no bôilso de trás*

*(Coro)
Mas essa gente aí, hein? BIS
Como é que faz?*

(ADONIRAN BARBOSA)

A observação da formação de grupos de apoio entre vizinhos e parentes como estratégia utilizada pelos favelados para fazer face às dificuldades econômico-sociais, levou-me a descrever a trajetória de favelados como um processo através do qual vão, passo a passo, exercitando a cidadania recém-adquirida.

A moradia em favela, recente para muitos deles deixava-os a princípio inseguros para lutar coletivamente contra as remoções arbitrárias ou por equipamentos urbanos e serviços públicos. Vivendo "emprestados", "de favor da Prefeitura" ou em terrenos de terceiros, isto é, ocupando ilegalmente a terra urbana, os favelados acabam assimilando os estigmas que geralmente acompanham a "invasão" urbana ou a moradia em favela. Tornam-se, assim, rapidamente dependentes da ajuda e assistência garantida aos carentes. Essa dependência é, a meu ver, um fator importante na auto-avaliação do favelado e é, de certa forma, reforçada pelas organizações assistenciais que, direta ou indiretamente, visam impor formas de controle sobre essa população, impedindo atitudes mais agressivas quanto aos desejos de satisfação das necessidades urbanas ⁽¹⁾, que são, por outro lado, constan-

temente apaziguados por concessões parciais (2).

Diante disso a bem sucedida resistência dos favelados do São Marcos à remoção adquire uma importância especial e exige, para sua compreensão, a análise de dados que extrapolam o mero acontecimento até então inédito em Campinas.

Por isso, neste capítulo, a idéia é tentar entender o significado político desse evento, tendo em vista a história de vida e de participação de alguns indivíduos e grupos domésticos, assim como o contexto político daquele momento, face à administração do Prefeito Francisco Amaral, que se colocava como legítimo representante dos interesses populares. Quanto ao primeiro aspecto, os capítulos anteriores descreveram e analisaram a problemática desses grupos domésticos participantes, desde a migração, chegada e fixação na favela até a formação de grupos primários, participação em mobilizações coletivas e movimentos políticos mais organizados, como a Assembléia do Povo e partidos políticos. Quanto ao segundo aspecto, isto é, o contexto político amplo, pretendo trabalhá-lo de forma mais aprofundada num futuro próximo, pois a análise dos movimentos populares em Campinas não é propósito desta tese. Neste trabalho faço uma análise deste contexto apenas enquanto cenário determinante da manifestação e resistência política de favelados frente às políticas sociais entre os anos de 78 e 82.

1.

A REMOÇÃO

A E.M.P.G. "Pe. José Narcisò Vieira Ehrenberg" atende crianças do bairro e da favela do Jardim São Marcos. Em 1978, no entanto, as vagas eram poucas, pois o espaço não era suficiente para a crescente população infantil (3). Havia apenas quatro salas de aula, uma secretaria, banheiros, uma cozinha e um pátio aberto para recreio e estacionamento dos carros das professoras. Tempos antes algumas placas haviam sido colocadas perto da escola proibindo a construção de barracos que iam sendo levantados cada vez mais próximos.

Olhando a escola de longe, ela parecia estar dentro da favela, tal a proximidade dos barracos das ruas 9 e 15. Na parte da frente, onde a placa da Prefeitura foi colocada, havia uma área livre grande, mas os favelados não sabiam para que serviria no futuro. De vez em quando apareciam uns homens por ali, medindo os terrenos em volta da escola, sem dar explicações, causando insegurança e mal-estar entre os moradores mais próximos. Esta insegurança fazia parte da vida da maioria dos moradores em favela, pois estavam sempre sujeitos às transferências, às remoções, já que normalmente ocupavam terrenos de terceiros. Como a remoção é sempre encarada como um momento de crise, os moradores dali suspeitavam daquela medição e perguntavam aos outros (e a mim) o que estaria para acontecer.

No dia 2 de maio de 1979, confirmando as suspeitas, chegaram os caminhões de mudança. Os motoristas da firma contratada pela Prefeitura começaram a avisar aos moradores vizinhos à escola que eles seriam transferidos e que, por isso, deviam começar a desmontar os seus barracos. Eram ao todo 32 barracos marcados para a remoção. Esses barracos seriam transferidos para uma área no fundo da favela, perto do córrego que separa o São Marcos da fazenda Santa Genebra, deixando assim livre a área ao redor da escola. Nesta área deveriam ser construídas mais cinco salas de aula e uma praça de esportes, com piscina e tudo, de acordo com os boatos que corriam sobre o projeto da Prefeitura.

Os primeiros barracos desmontados foram o de Fátima e Cícero, o de Madalena e o de seu Manoel, que, com medo, deixaram que o caminhão levasse suas coisas. Revoltadas, as duas mulheres choravam enquanto os carregadores diziam que não tinham tempo a perder, que estavam cumprindo ordens.

Com toda a movimentação, os vizinhos começaram a ser alertados e, com medo de serem os próximos, começaram a se juntar em volta do caminhão, protestando contra o despejo sem aviso prévio. Uns diziam que aquilo só podia ser coisa das assistentes sociais, sempre vistas como responsáveis pelas dificuldades, agindo sem consultar os favelados. Outros afirmavam que elas haviam avisado, deixando recados com as crianças enquanto os pais estavam no serviço, o que, de qualquer maneira, a seu ver, invalidava a remoção.

Apavorados, sem saber se deviam se sujeitar ou não àquela medida, alguns favelados começaram a telefonar para

peessoas em quem confiavam e que sabiam ter algum poder junto às instituições do governo. A Irmã Cida foi a primeira a ser avisada e rapidamente apareceu para dar o seu apoio e juntamente com Pedro, Raimunda, Maria, Cosmo, Cícero, Waldedir, Donizeti, João e outros, que já se reuniam em torno da então nascente Associação de Moradores, resolveram reagir e dizer não aos homens do caminhão de mudanças.

Enquanto os favelados diziam que seus barracos não sairiam dali, os homens do caminhão iam pressionando os mais indecisos, como seu Manoel (filho do velho Pernambuco), que dizia que "não ia lutar com esse negócio de reunião".

Segundo dona Raimunda, o caminhão não era nem da Prefeitura, mas "era dos compadres do Prefeito e iam tirando os barracos, inclusive o de seu João, que era do tempo da escravidão".

Pedro, revoltado, dizia que a Prefeitura não podia tirar o povo dos barracos porque eles mesmos haviam indicado o terreno e que o "fiscal geral" havia dito que não daria nenhum papel de autorização mas garantia que eles podiam ficar (permissão verbal dada pelos encarregados da AR-4 - Castelo).

Os homens do caminhão, que não esperavam encontrar resistência, não sabiam o que fazer e, depois de transferirem uns três barracos, resolveram parar e esperar novas ordens. Revoltados, diziam que tinham sido contratados para fazer mudança e que aquilo não passava de "tralha", como que para se vingar de não poderem cumprir as ordens recebidas. O impasse durou algum tempo e, vendo que os favelados não

desistiam, suspenderam a remoção porque, segundo o motorista, os empregados da UNICASA (firma contratada para a remoção) "não têm autorização para se opor frontalmente aos moradores e, havendo qualquer problema, devem telefonar para a firma e aguardar providências" (4). O resto do dia, grande parte daqueles moradores não "arredou pé", como disseram, esperando que os homens voltassem. Alguns maridos foram chamados do serviço e permaneceram de prontidão.

No dia seguinte, bem cedo, chegamos Irmã Cida, Pe. Ferraro, Inês, eu e outras pessoas dispostas a intervir caso o caminhão voltasse. Os jornais estampavam a manchete: "A FAVELA ESTÁ MUDANDO. À FORÇA".

A favela está mudando. À força

"Se o Brasil é nosso, qual o pedaço da gente?". A pergunta é de Raimunda de Souza Oliveira, chefe de uma das 38 famílias faveladas do Jardim São Marcos cujos barracos estão sendo arbitrariamente removidos para cerca de um quilômetro de distância de onde se encontram. Eles irão para a beira de um córrego, que no tempo das cheias alaga toda a área, e, contestam as afirmações feitas pelo prefeito Francisco Amaral de que teria havido um acordo entre a Prefeitura e os moradores, para que com a remoção, possa ser ampliado a escola municipal do bairro.

— Aqui ninguém perguntou nada para a gente. Veio um pessoal da Promoção Social que deixou recado com as crianças, porque a gente estava em horário de trabalho. Não veio um homem falar disso com a gente. Tenho cinco crianças, em idade escolar e, o prefeito enquanto era candidato prometia muita coisa para a gente. Agora que ganhou a eleição, não se importa mais.

Quem faz as afirmações, é Luis Francisco Araújo, morador de um dos barracos da Rua Nove, de onde estão sendo retirados os barracos. Ele garante ainda que só sei de lá despejado e, "se precisar, ponho fogo no barraco".

Essas são as considerações de Maria Plana da Silva, também moradora de barraco da Rua Nove do Jardim São Marcos, que não se conforma com a remoção, como seus vizinhos. Eles afirmam, em conjunto, que estão "prontos para o que der a vier".

Raimunda de Oliveira mora na Rua Quinze e, seu barraco é um dos marcados para a remoção. Com ela, moram mais dez pessoas, dentro dos retalhos de madeira onde ela diz que já investiu muito.

— Sair daqui não tem condições. Ainda se oferecessem um jeito de comprar terreno ou casa pelo BNH. Mas, quando vim para cá, meu pedaço era só lama. Gastei quatro caminhões de barro para aterrar e, agora querem levar a gente para o brejo de novo.

Raimunda, inconformada, diz que é capaz de apelar para a ignorância, "mas nesse caso, não vai ser falta de educação, não vai ser brutalidade. Essas moças de assistência social são para fazer isso com a gente? Pensei que o trabalho delas fosse outro".

— Se quiserem me tirar à força, não vou lutar. Tenho filhas homens, mas posso mandar brigar. Vou esperar a decisão do pessoal todo, no



Era como um grito de revolta, ainda que tímido, de uma população cansada de viver aquele tipo de situação. Mas falar de população dá idéia de um grande aglomerado de pessoas. Na verdade não eram tantos os favelados do São Marcos que se opunham. Afora os que seriam removidos (cerca de 160 pessoas ocupando 32 barracos), muitos nem ficaram sabendo do problema ou, simplesmente, não se envolveram porque não constavam da lista de remoções. De qualquer maneira, embora em número reduzido, aqueles poucos favelados se constituíam num grupo coeso, apoiados que estavam por pessoas mais poderosas que eles, "dispostos a enfrentar o que desse e viesse", segundo dizia Raimunda, que acabou, juntamente com Pedro e outros favelados, dando várias entrevistas a jornais e rádio (Educadora).

Nesse dia, nenhum desses favelados saiu para trabalhar, perdendo o "dia de serviço" por uma causa que todos afirmavam ser mais importante que qualquer coisa.

A rua 9 estava cheia de gente quando cheguei. Como era costume, deixei o carro estacionado em frente à escola, onde sempre tinha vaga, e fui logo abordada pelas professoras que estavam na porta, vendo o movimento dos favelados em frente à casa de Pedro. Uma delas me disse que favelado não fazia esse tipo de coisa sozinho, "que tinha mão de fora em tudo aquilo". Elas pareciam aborrecidas, porque, afinal, a transferência de barracos significaria um aumento das vagas, que era sempre reivindicado por eles mesmos, que viviam em fila, esperando uma chance para os filhos. Conversei com elas, tentando explicar a importância da medida,

a falta de condições, os baixos salários e uma delas disse: "Estão sempre queixando de falta de condições, mas se você procura uma empregada na favela, elas não querem trabalhar".

Quando cheguei perto do grupo, a Irmã Cida, o Pe. Ferraro, Inês e outros já discutiam com os favelados, que explicavam o que estava acontecendo ⁽⁵⁾. Irmã Cida explicava que a remoção só seria suspensa se ficassem unidos, enquanto Inês falava sobre os direitos que eles tinham como cidadãos e trabalhadores, "já que todos pagavam o imposto do BNH" (8%) ⁽⁶⁾.

Abraçada à Irmã Cida, Ana dizia que já tinha sido despejada da Santa Mônica e que não queria sair de novo para uma lama, porque Pedro morreria de bronquite. Eulina, furiosa, dizia: "Daqui não saio nem arrastada, nem que arranquem meu teto. Eu vou ficar no relento pro povo dizer: por que tá no relento? E eu vou dizer que meu marido não quis entrar na briga com a Prefeitura e eu tive que ficar aqui". Na verdade, Cosmo estava indeciso se devia brigar ou não, porque, afinal, dizia ele, os terrenos eram mesmo da Prefeitura.

Todos falavam ao mesmo tempo e era difícil seguir o que cada um dizia. Mesmo os que estavam calados usavam sua presença como uma poderosa forma de protesto. Como a ampliação da escola incluía quadra de esportes e piscina, isso parecia revoltar ainda mais os que tinham que sair, pois se não tinham nem água em suas casas, para que piscina? E Cosmo, nervoso, perguntava onde estava o tal projeto que ninguém tinha visto ainda.

Neste momento parou uma perua da Prefeitura e as assistentes sociais, que haviam sido comunicadas da resistên-

cia, começaram a descer. Alguns favelados vaiavam baixinho, outros achavam melhor esperar para ver o que elas tinham a dizer. E a reunião, ali na rua, começou a crescer. Chegou também o repórter do *Diário do Povo*, que tirava fotos sem parar. E as discussões começaram a ficar calorosas, com os favelados cobrando os projetos e perguntando porque não tinham planejado a construção na área vazia, na frente da escola, onde sobrava um grande espaço. Uma das assistentes sociais respondeu que os planos eram aqueles e que a idéia era beneficiar a favela e, por isso, não entendia porque tanta revolta.

Raimunda disse logo que não ia mudar sem aviso prévio e Pedro timidamente falou que não era "lixo para a Prefeitura varrer com vassoura". Irmã Cida apoiou dizendo que a área escolhida para a transferência era dentro da lama. Uma das moças da Prefeitura disse então que não sabia que o local era ruim. Cosmo, irônico, respondeu: "Claro que não sabia, porque ficam na Prefeitura tomando cafezinho nas cadeiras giratórias...".

Josué, que se dizia ex-favelado e era agora funcionário da SPS e viera com as moças à favela, exigia respeito. Falava alto, dizendo que não entendia porque esse povo da Igreja estava sempre nas favelas e, toda vez que tinha uma transferência, traziam até gente da cidade. Resmungando, afirmava que obrigação de freira e de padre era rezar pelos defuntos.

Foi aí que, vendo a situação esquentar, Irmã Cida e eu sugerimos que fôssemos todos até o final da favela verificar o local para onde o barraco de Fátima tinha sido

transferido. Foi aquela procissão, com todo mundo pisando na lama, nas pedras, rindo, porque queriam ver a reação das moças da Prefeitura. No caminho, Pe.Ferraro, conversando com uma delas, foi dizendo que não entendia que elas, moças que tinham cursado universidade, que entendiam o problema do povo, voltavam-se agora contra eles, em favor do governo.

Na verdade, as "moças da Prefeitura" ficaram chocadas com a situação, porque se elas pareciam estar contra o povo naquele momento, estavam empenhadas, ainda que idealmente, num trabalho de promoção, dedicavam-se a um espinhoso processo de transformação de uma situação com a qual não concordavam. Só que o caminho escolhido, naquele momento, parecia não ser o melhor.

Quando voltamos para a frente da casa de Pedro, as discussões continuaram. Uma mulher que segurava uma bicicleta, deu razão às assistentes sociais, dizendo que "muita gente ali, se fizesse uma forcinha e juntasse um dinheiro, nem que fosse Cr\$ 100,00 por mês, daria para comprar um terreninho". Aquilo caiu como um explosivo e todo mundo começou a fazer as contas de quanto ganhava, quanto gastava para ter aquela vida miserável.

As assistentes sociais disseram que não entendiam porque tanto movimento, que as transferências eram feitas com cuidado, para não tirar as famílias de perto de seus trabalhos, escola, etc, e que, desde a semana anterior, eles sabiam que teriam que mudar. Cosmo começou a se alterar, dizendo que não tinha sido avisado de nada e outros confirmaram e reforçaram sua revolta dizendo que aquilo era um despejo, sem

aviso prévio sem nada. E que aquela remoção era para rebai-xar ainda mais o pessoal da favela.

Meio encurraladas, as assistentes sociais expli-cavam que seu trabalho visava ajudá-los, mas que, se eles não sabiam receber os benefícios, eles mesmos seriam os pre-judicados. E, bravas, disseram que se depois pedissem esco-la para os filhos, poderiam nem ser atendidos.

Nesse momento, um vento forte começou a soprar e o céu ficou escuro com a poeira que subia, como que armando um temporal. Raimunda correu para seu barraco dizendo: "Ou é a Prefeitura ou é o vento que arranca o meu barraco". Meio assustados, todos começaram a dispersar, indo para suas ca-sas.

No dia seguinte, o jornal Diário do Povo mostrava os resultados desencadeados por essa resistência:

Amaral diz ao povo que a favela vai ficar

Os moradores da favela de São Marcos ainda protestavam contra a mudança, quando à noite, o prefeito Francisco Amaral resolveu: a favela fica.

Suspiou a ordem até um novo estudo, que será efetuado rapidamente



Amaral decidiu: a favela fica. Os favelados ganharam a parada

No domingo de manhã, dia 6 de maio, seu Agnaldo, dono do Supermercado Brasil, no São Marcos, procurou Irmã Cida para entregar uma carta de Amaral onde afirmava que nenhum barraco seria transferido sem o consentimento dos moradores. Pressionado pela periferia, que o acusava de romper com a promessa feita no dia 30 de março ⁽⁷⁾, de que nenhum barraco construído em terreno da Prefeitura seria removido durante sua gestão, Amaral viu-se obrigado a suspender a medida.

Com a carta na mão, Irmã Cida reuniu novamente os moradores em frente ao barraco de Pedro e Ana (telefonaram para mim e eu levei o gravador) para ler e discutir a carta, a princípio aceita com desconfiança, porque vinha escrita em folha de caderno e trazida pelas mãos de Agnaldo ⁽⁸⁾.

A carta foi lida primeiro pela Irmã Cida e depois por Donizeti, como que para reforçar o seu entendimento. Amaral dizia:

"Meu caro Agnaldo:

Estarei viajando hoje à tarde. Peço-lhe um obsêquio, mantenha contato com a Irmã Cida do Jardim Santa Mônica, pedindo a ela que leve aos moradores dos barracos do São Marcos meu compromisso de não transferir nenhum barraco de lá. (palmas) Reafirmo o que já disse de público, de não transferir ninguém contra a vontade. Cheguei a pensar, se houvesse concordância, mas como os moradores dos barracos não concordam, ficam eles onde estão. (O povo ali em frente gritava e aplaudia)

Vou amanhã mudar urgente o projeto das novas salas de aula para as crianças do bairro. Vou construir porque há necessidade, mas não vai ocorrer nenhuma transferência de barracos. (palmas) Com relação à praça de esportes, vou mandar estudar outras soluções. Pode levar aquela

Irmã esta palavra que é de tranqüilidade a ela e certamente ela vai tranqüilizar os seus amigos dos barracos". (muitas palmas e gritos)

CHICO AMARAL 06/05/79

Irmã Cida, então, depois de confirmar a legitimidade da assinatura de Amaral, "porque o seu Agnaldo não ia fazer uma coisa dessas", prometeu tirar uma cópia da carta, por ser um documento importante. E convidou o pessoal a comparecer à reunião marcada para o dia 11 (no Pio XII), para discutir com as outras associações (Assembléia do Povo) toda aquela situação. E continuou, entusiasmada com a suspensão da medida: "Vale a pena a gente se reunir, vale a pena a gente lutar junto. Agora, o importante é isso, todos juntos, gente. Não é importante um só, nem dois, nem três, o importante é isso (apontando para eles), é todos juntos, gente".

Irmã Cida contou que havia procurado o advogado para falar sobre a remoção e que, segundo ele, não havia lei que defendesse os favelados. "A lei é nós, é a força nossa, é a nossa união. Se a gente tivesse amolecido não tinha mais ninguém. Não foi os Vicentinos ⁽⁹⁾, nem o Dr. Nelson que fez, foi o povo mesmo". Houve nesse momento muitos aplausos e Pedro disse que tinha gente que queria prejudicar, como duas mulheres "bocudas" por ali. "Eu tenho pra mim, disse Pedro, que eles estão tirando esses barracos pra poder acabar com a favela toda".

De fato, havia o medo de que aqueles primeiros barracos transferidos pudessem significar a erradicação do São

Marcos, considerada como o maior núcleo da cidade e sem condições de urbanização (brejo). Além disso, a possível adoção do PROFILURB, já em andamento, revelava, com clareza, a intenção de transferência progressiva das favelas para uma área periférica, significando um gradual desfavelamento da cidade.

Apavorada, Ana comentava: "Eu tenho pra mim que se eles derem de valente a gente vai ter de sair, mas se a gente arreunir pode ser que não. Diz que se tirar a gente daqui vai pôr na casa popular e tem que pagar 200 conto por mês, mas diz que a gente não pode vender, então o que é que adianta? Acha vantagem trabalhar a vida inteira e nem ter direito nela? Aqui tou pagando nada e ainda falta pra comer".

Mas, apesar das incertezas que "pairavam no ar" sobre as medidas políticas que poderiam recair sobre todos, no dia 8 de maio o jornal *Diário do Povo* estampava a seguinte manchete: "A PAZ NO JARDIM SÃO MARCÓS". Essa notícia legitimava de certa maneira e publicamente a posição de Amaral de não transferir os moradores da favela. Isso desencadeou forte oposição na Câmara Municipal e alguns vereadores acusavam Amaral de "flagrante atentado contra a Lei de Segurança Nacional" ao autorizar a construção de barracos em terrenos particulares. Além disso, afirmava o ex-vereador Chiminazzo que a atitude do poder público em relação às favelas "deve-se ao desgaste político do Prefeito Francisco Amaral que, perdendo o prestígio, tenta se agarrar ao favelado" ⁽¹⁰⁾. O próprio Chiminazzo era proprietário de terrenos ocupados por favela no Jardim Santa Mônica. O vereador Sér-

gio Barreto, revoltado, argumentava: "Pretende o Prefeito, nada mais nada menos, instalar oficialmente em nossas praças públicas e áreas verdes as favelas da periferia, oficializando-se, por assim dizer, sua infeliz existência, que clama aos céus, no que concerne à política de Assistência Social em Campinas" (11).

As discussões acaloradas na Câmara Municipal deviam-se principalmente a uma carta de Amaral aos vereadores, sondando as possibilidades de uma revisão da lei que proibia alienação, doação ou permuta de áreas verdes no município. Esta sondagem, no entanto, foi negada por Amaral que afirmou, em entrevista coletiva, que havia um mal-entendido, pois pretendia levar à Câmara a reivindicação dos favelados para que algumas áreas de loteamentos periféricos fossem utilizadas para a instalação de favelas. E que, na verdade, procurava solucionar esse problema com a aplicação do PROFILURB, para o qual já tinha o "sinal verde" do BNH (12).

De acordo com o vereador Dorival Dória, a idéia de Amaral de usar as praças públicas ou áreas verdes para a instalação de favelas era o mesmo que "colocar câncer num corpo são" (13). Preocupado, o vereador Rui Amaral afirmava que a oficialização de favelas em áreas públicas poderia abrir precedentes muito graves, atraindo populações de outros municípios e estados para Campinas que já era, naquela época, um pólo de grande atração (14).

Os debates que vinham a público refletiam, sem dúvida, a preocupação da sociedade campineira que, em quase todos os níveis da vida social local, ensaiava um posicio-

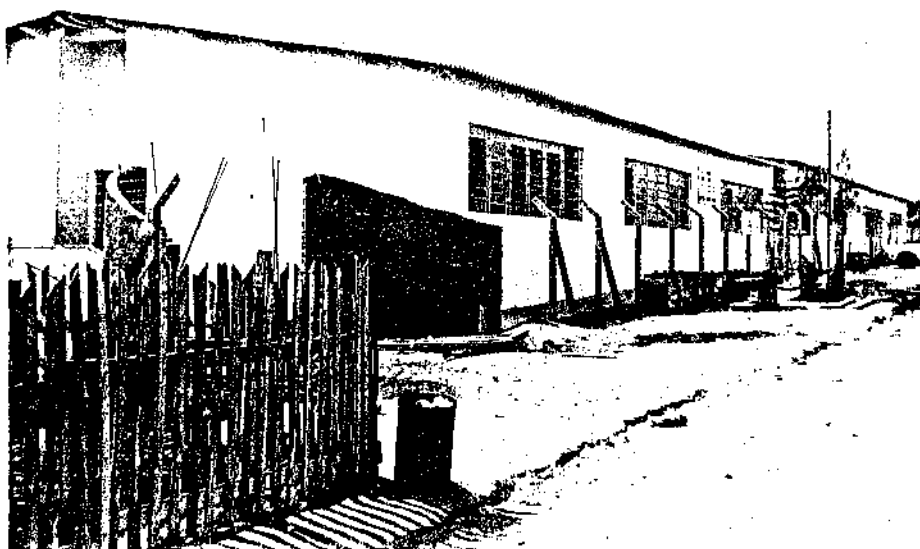
namento em relação ao grave problema social das favelas, então num crescimento exponencial.

Seguindo ambigualmente uma política que oscilava entre uma possível desfavelização e, simultaneamente, promovia a humanização dos núcleos de favelas, a SPS começou, logo no início de 79, a fazer uma série de tentativas de remoções em alguns núcleos, ao mesmo tempo que promovia benefícios em outros. A suspensão da distribuição de água na favela do Jardim Londres, por exemplo, causou, como a remoção no São Marcos, insegurança entre os moradores, que achavam que a medida confirmava a suspeita da remoção da favela para que se procedesse ao loteamento da Fazenda Roseira, onde estava instalada.

A tentativa de remoção dos barracos na favela do Jardim São Marcos confirmou, de certa maneira, a intenção de uma progressiva retirada dos barracos daquela área, pois o projeto para a ampliação da escola tinha, de fato, outras possibilidades. Não muito tempo depois da resistência à transferência dos 32 barracos, a Prefeitura iniciou a construção das salas de aula na parte vazia do terreno e, no ano seguinte, procedeu à construção de uma grande creche ao lado da escola. Esta creche, velho sonho dos moradores, principalmente das mulheres, foi construída com capacidade para 150 crianças. Dadas as dimensões das duas obras que, sem problemas, ocuparam a área vazia, ficava confirmada a idéia de que muitos programas, levados adiante sem a participação da população interessada, acabavam, muitas vezes, indo contra os próprios interesses daqueles a quem deveriam servir.



a escola, antes...



e depois da ampliação

2.

A ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Devido ao crescimento industrial e comercial de Campinas nos anos 70, que atraía um enorme contingente populacional expulso por secas (NE), geadas (PR) e outros catástrofes, além da chamada "atração pela cidade", e devido também às condições deteriorantes dos salários nesse período (após 73), as favelas de Campinas começaram a se expandir e a inchar mais rapidamente do que nunca. Refletindo essas mudanças, cresciam também, em verbas e pessoal, os órgãos públicos voltados para a assistência aos carentes, assim como as entidades privadas e religiosas de Campinas (como vimos no **Capítulo 1**). Assim, se, por um lado, a população de favelas crescia, cresciam também a assistência e o controle institucional sobre a organização e as reivindicações dessa população, apesar das propostas humanizantes e de atendimento popular do novo governo. Dessa maneira, para conseguir satisfazer, ao menos minimamente, as aspirações de consumo básico, frente ao Estado e aos grupos sociais mais importantes da cidade, os favelados e os moradores de bairros de periferia precisaram se organizar de forma mais efetiva, buscando o apoio de outros segmentos sociais, para se fazerem ouvir.

Em fins dos anos 70, grande parte das favelas de Campinas e de outras cidades paulistas começou a se organizar em torno de associações de moradores. A expansão exacerbada desses núcleos precipitou, nesse período, muitos pro-

blemas em relação à distribuição de serviços básicos, pois, nesse processo de organização, os favelados reivindicavam água, luz, coleta de lixo, drenagem de córregos, escola, creche, etc.

A expansão das organizações de favela nesses anos, apoiada por outros setores sociais, levou os favelados à participação e à mobilização coletiva, despertando para a consciência política de seus direitos enquanto cidadãos. Começaram assim a dizer não às políticas de remoção e de erradicação impostas até então pelos governos, sugerindo os passos de movimentos semelhantes aos dos anos 60.

Como em outros tempos, muitos outros setores sociais opuseram-se às políticas do governo engajando-se, ao lado dos favelados, na luta por melhores condições de vida e de moradia. A atuação das CEBs junto aos pobres foi evidente. Enquanto pregavam o Evangelho, discutiam também o problema da água, da luz, questões como as da creche, do posto de saúde, da remoção. Como dizia Frei Beto ⁽¹⁵⁾, a Igreja tornou-se, nesse período de fechamento político, "um canal de expressão popular".

Em 1974 a Igreja instituiu em Campinas, a exemplo de outros lugares, o 1º Plano Pastoral, que era constituído por representantes das paróquias e de movimentos populares, juntamente com sacerdotes. Um dos primeiros passos desse plano foi um levantamento dos problemas das favelas e dos valores dominantes entre esses grupos. A partir do resultado dessa pesquisa, foram determinadas algumas prioridades para a ação pastoral local ⁽¹⁶⁾. Depois disso, sucederam-se

diferentes planos que visavam basicamente atingir os pobres urbanos: Pastoral da Juventude, Pastoral das Vilas Operárias, das Vilas Planejadas, da Periferia, dos Direitos Humanos, etc. Bem mais tarde, já em 82, a Igreja, preocupada com o problema da migração no meio urbano, lançava a campanha intitulada "Para onde vais?".

Não é possível, no entanto, analisar o que se passou em Campinas em termos de movimentos populares sem nos referirmos ao passado mais amplo das lutas de favelados de outros lugares em torno das mesmas reivindicações.

Até 1968, os movimentos organizados em torno de associações de moradores de favela proliferaram no Rio de Janeiro e em outros centros onde a especulação imobiliária crescente forçava o governo a adotar políticas de desfavelização. A FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara), Favelas Unidas de São Paulo ⁽¹⁷⁾ e outros movimentos são exemplos da mobilização maciça de favelados em torno da reivindicação mais importante na época: a não remoção.

A expansão de movimentos de resistência levou o governo à radicalização, intensificando a repressão policial sobre as lideranças e impondo políticas mais agressivas, visando claramente a extinção desses movimentos e seus líderes.

A resistência organizada no morro do Pasmado no Rio, em 1964, foi enfrentada por soldados armados com metralhadoras, que tinham ordem de forçar os moradores a abandonarem suas casas e irem para a Vila Kennedy, construída a

partir de novos planos de urbanização.

Em 1968, logo após a criação da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio), que visava basicamente a desfavelização progressiva, a FAFEG (constituída pela associação de cem favelas) reuniu-se em congresso e se opôs a essa política mobilizando-se contra a remoção da Ilha das Dragas. Durante essa mobilização, os líderes foram presos, cessando, a partir daí, os protestos abertos por parte da FAFEG.

No ano seguinte, 700 moradores da Praia do Pinto (Leblon) recusaram-se a sair numa situação de claro despejo e um incêndio "acidental" alastrou-se pelos barracos. A favela foi toda destruída e os líderes da "resistência passiva" "sumiram". "Limpo" o terreno, prédios de apartamentos para militares foram, em seguida, construídos no local.

Esses projetos de desfavelização resultaram, em sua maioria, na transferência de muitas favelas para conjuntos habitacionais construídos pelo BNH-COHAB, na periferia das cidades, desvinculando e desmobilizando, desta maneira, importantes lideranças de favela. Sem as lideranças e devidamente controlados pela polícia ou pelo poder público, os movimentos de favela passaram por um longo período de "calmaria" em que era possível remover, transferir, despejar, sem os transtornos da resistência organizada.

Após um longo silêncio, em que os "barulhos" sociais eram abafados pelo medo da repressão, os grandes centros brasileiros começaram a dar sinais de "intranquilidade". Murmúrios de descontentamento começaram a surgir daqui e da-

li, fruto de uma política econômica que prometia o milagre mas negava à grande massa os benefícios do desenvolvimento. Renasce então, nos anos 70, as manifestações populares e, com elas, a resistência dos favelados.

A partir de 1974, tornaram-se mais frequentes as manifestações coletivas de descontentamento frente às condições deteriorantes de vida. "As depredações de trens, operações tartaruga, a recusa à censura e todo um conjunto de manifestações desembocariam, a partir de 1978, numa generalização, para as categorias mais expressivas, de meios coletivos de reivindicação, bem como na emergência de movimentos do tipo popular, de novas agremiações partidárias e de formas de aglutinação que lutam por melhorias urbanas"⁽¹⁸⁾. Esse conjunto de manifestações expressava o descontentamento e por meio delas a população reivindicava maiores salários, estabilidade no emprego, direito de greve, acesso à moradia, água, esgoto, pavimentação, etc.

Segundo ANT e KOWARICK ⁽¹⁹⁾, "é neste contexto acima que devem ser situadas as recentes manifestações dos favelados e suas organizações". Embora o medo de participação ainda não tivesse se extinguido totalmente, uma vez que os favelados sempre suportaram perseguições das autoridades policiais, dos vizinhos, dos meios de comunicação de massa e dos empregadores, as organizações de favelados seguiam o curso do conjunto dos trabalhadores, cujas organizações também eram marcadas pela heterogeneidade.

Segundo os mesmos autores, os favelados já se organizavam da mesma forma que os moradores dos bairros e os

trabalhadores da indústria e dos serviços.

Em 1973 nasce em São Paulo o "Movimento do Custo de Vida", como uma manifestação da situação deteriorante dos salários e dos preços dos alimentos, organizado por donas de casa com o apoio da Arquidiocese de São Paulo. As manifestações públicas visavam sobretudo tornar visíveis setores desprivilegiados da população (desempregados, subempregados) e conseguir assinaturas para levar ao Presidente da República e demonstrar, através dos abaixo-assinados, a insatisfação popular.

Em Campinas, esse movimento ganhou forma em 1978, quando cerca de 40 pessoas se reuniram na Cúria Metropolitana para discutir as bases do movimento, contando com a presença de dona Maria do Carmo, líder do movimento em São Paulo, dos deputados Aurélio Peres e Irma Passoni, ambos do MDB paulista e ligados à Igreja Progressista (CEB de São Paulo)⁽²⁰⁾.

Nessa época, algumas associações de favelas nasceram e se fortaleceram junto às comunidades, enquanto outras ligavam-se à SPS, que estimulava as organizações populares sob uma discreta vigilância⁽²¹⁾. Através de um intenso trabalho de conscientização por parte de várias entidades, reforçado por grupos de jovens intelectuais ligados a instituições de ensino e pesquisa de Campinas (PUCC e UNICAMP)⁽²²⁾, as associações de favela se multiplicaram e foram, aos poucos, fortalecendo-se.

Durante os chamados "anos de abertura", inaugurados com o governo Geisel, a favela volta a ser um cobiçado espaço político. Segundo VALLADARES, no início dos anos 70

discutia-se menos a favela e mais os conjuntos residenciais, "o que se explicaria pela própria queda de importância da favela como área de arregimentação de votos eleitorais" (23).

O ano de 1978 era, como fora o de 1974, um ano eleitoral e os partidos (ARENA e MDB) e as organizações populares empenhavam-se novamente nas disputas pelo voto da periferia para eleger deputados e senadores (24).

O intenso trabalho de inúmeras entidades religiosas e políticas no São Marcos era visível em fins de 1978 para conseguir adeptos de fé ou de participação, buscando, no fundo, ocupar um espaço político que garantisse seus objetivos. Acotovelavam-se ali os chamados Carismáticos (Vicentinos), o pessoal da CEB, da Promoção Social, da Sociedade Amigos de Bairro (Santa Mônica), da LBA, os Batistas, Umbandistas e, a partir de 1979, os religiosos e técnicos (assessoria técnica) da Assembléia do Povo e da Federação dos Favelados de Campinas, da UNICAMP, da PUCC, esses últimos conhecidos como "os intelectuais", etc (25).

A interação que se estabeleceu entre os favelados e os grupos religiosos e políticos atuantes nas favelas por certo estimulou a reação organizada que surgiu em Campinas. De certa maneira a atuação desses grupos refletia não só a necessidade de apoio político (votos) e controle sobre esses grupos, como refletia também as aspirações de consumo básico da população que, até certo momento, buscava essa satisfação através de relações clientelistas e paternalistas.

3.

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS DE FAVELADOS DE CAMPINAS
1979/82

A situação dos bairros de periferia de Campinas, carentes de infra-estrutura básica (água, luz, transporte, esgoto, asfalto, etc), consequência do descaso das autoridades públicas e da condição salarial dos moradores, precipitaram o descontentamento generalizado, que levou a uma reação gradativa e organizada em muitos bairros, tendo como alvo principal o governo Amaral. Das promessas feitas durante sua campanha eleitoral na periferia, quase nenhuma estava sendo cumprida, levando os moradores desses bairros a pressionarem, como única forma de conseguir os benefícios. Segundo CARDOSO (26), "a formulação de políticas e a criação de mecanismos para implementá-las têm um efeito indutor de reivindicações". Assim, fica difícil, a meu ver, saber o que vem primeiro, se a emergência desses movimentos, obrigando o Estado a assumir novas feições, ou se as "novas feições" que o governo assumia em Campinas possibilitavam as reivindicações e pressões. É claro que um governo que propõe políticas sociais mais humanizantes se obriga, de certa forma, a responder aos apelos da população que diz representar. Portanto, pode-se dizer que o governo Amaral, que, pelo menos em tese, era de oposição à ditadura do governo federal, propiciava a abertura de canais através dos quais a população podia se manifestar.

Fruto do descontentamento em relação à distribuição de bens de consumo básico, principalmente devido aos altos preços do asfalto, determinados pela EMDEC (Empresa de Desenvolvimento de Campinas), e do transporte coletivo deficiente, nasceu a Assembléia do Povo, como uma entidade representativa dos moradores dos bairros periféricos.

Decepcionados com as SABs (Sociedades Amigos de Bairro), que eram, nesse momento, vistas como pelegas, ligadas aos interesses dos políticos e das imobiliárias, os moradores começaram a se reunir junto às CEBs locais que, por estarem instaladas nos bairros, compartilhavam de forma orgânica desses mesmos problemas. Com o tempo as reuniões passaram a se realizar no prédio da Cúria Metropolitana, onde funcionavam as diversas pastorais, constituindo-se no que ficou conhecido como a Assembléia do Povo.

Inicialmente incipiente, com a participação de apenas alguns bairros, a AP começou a crescer e ganhar força à medida que um maior número de bairros passou a participar, avolumando reivindicações aparentemente localizadas e específicas. Os documentos reivindicatórios tirados nas assembleias, no entanto, mostravam que grande parte dos bairros de periferia, nos quais se incluía loteamentos ainda clandestinos, sofriam das mesmas dificuldades e carências e que somente uma mobilização muito grande e coletiva, como forma de pressão sobre a administração municipal, poderia mudar as coisas.

A CEB promovia tanto a organização dos moradores desses bairros, através das pastorais, quanto um paciente

trabalho junto às favelas, instaladas nesses mesmos bairros e em outros mais centrais. Esse trabalho paciente promoveu, ainda que de forma temporária, a articulação conjunta das reivindicações de dois grupos que, normalmente, estariam separados por barreiras sociais difíceis de serem transpostas: os moradores de bairro e os de favelas.

O primeiro Ato Público, realizado em março de 1979, com a participação de 30 vilas operárias (cerca de 2.000 pessoas), incluía a presença de alguns representantes de associações de favela que, dessa forma, engrossavam o movimento de pressão da periferia para exigir do Prefeito o atendimento de inúmeras reivindicações. Nesse ato público estavam presentes quatro deputados de São Paulo: Sérgio dos Santos, Irma Passoni, Geraldo Siqueira e Aurélio Peres ⁽²⁷⁾, que vieram dar apoio ao movimento popular. A ausência dos vereadores de Campinas ao ato explicitava para os moradores o desprezo dos representantes do Governo Municipal às reivindicações da população. A queixa era de que eles só apareciam nos comícios eleitorais.

O apoio de políticos e religiosos a esses movimentos por certo refletia um descontentamento generalizado das classes populares e de outros setores da população que a elas se aliavam, buscando e oferecendo um apoio político e articulando formas de ganhar espaços políticos frente ao governo e às classes dominantes. Dessa maneira, não só aqui, mas em muitos outros lugares, surgiram organizações populares vinculadas aos mesmos grupos e líderes e, apresentando reivindicações semelhantes, como a manifestação pública da

União dos Favelados do Butantã (50 favelas), no dia 7 de março de 79, quase no mesmo dia em que se realizava o Ato Público da AP em Campinas ⁽²⁸⁾. Ambos os movimentos reivindicavam, entre outras coisas, a não remoção. Os favelados de São Paulo, no entanto, já tinham como projeto a compra dos terrenos ocupados por favelas, o que foi negado pelo então prefeito Olavo Setúbal, que sugeria o empréstimo de recursos para a compra de moradia popular através do FUNAPS (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Sub-Normal), evitando assim a reivindicação de venda de áreas consideradas de uso comum do povo. Cerca de dois meses depois, no entanto, à força de muita pressão, respaldados pelo Movimento de Defesa do Favelado e pela Igreja Progressista, os favelados da Vila dos Palmares conseguiram formar uma cooperativa e comprar a área onde a favela estava inserida ⁽²⁹⁾.

As recusas ou o atendimento de reivindicações populares por parte do Estado tornavam-se, naquele momento, a mola mestra das mobilizações coletivas que surgiam e cujas lideranças muitas vezes até coincidiam. Essas manifestações pareciam visar muito mais demonstrar uma nova forma de promover mudanças nos quadros políticos, reorganizando a correlação de forças existente, do que propriamente atingir as reivindicações propostas. Como a cidadania, os direitos "naturais", estavam nesse período fortemente controlados por um governo autoritário, a articulação com organizações representativas de diferentes segmentos sociais parecia ser uma forma estratégica de interferência nesse processo, como podemos observar nos movimentos populares que surgiram nesses anos em Campinas.

3.1

A ASSEMBLÉIA DO POVO

De início, as reuniões das associações de favela na Cúria Metropolitana (Pio XII) eram separadas das reuniões dos bairros de periferia, acontecendo em salas diferentes ou em horários diferentes, mas sob orientação e lideranças comuns: Conceição, Lize, Izalene, Terêncio Hill, Pe.Ferraro, Pe.Nadai, Pe. Issao e outros, que eram representantes leigos ou eclesiásticos da CEB de Campinas, e incluía também a presença de profissionais liberais como Alcides Mamizuka e outros que eram também representantes de bairros de periferia. Nessas reuniões os favelados, muitos dos quais iletrados, colocavam suas reivindicações (água, luz, não remoção, escolas, etc) que eram "interpretadas" (como eles diziam) e colocadas em forma de documento para serem encaminhadas ao poder público.

Tanto na favela (grupos de evangelização, de mulheres, associação de moradores) quanto na Assembléia do Povo, as discussões não se restringiam apenas às reivindicações básicas, mas tocavam também questões de ordem mais geral tais como o custo de vida, as razões da existência de favelas, a exploração capitalista, etc, fazendo com que se avançasse em termos de política mais ampla ⁽³⁰⁾.

NOS MORADORES DOS TERRENOS DA PREFEITURA
PRECISAMOS "REFLETIR"



1. PORQUE TEMOS QUE MORAR EM BARRACOS?

2- A GENTE ESTÁ LUTANDO ^{PARA} TER CASA. E OS OUTROS QUE ESTÃO CHEGANDO?



3- O QUE JÁ FIZEMOS PARA SAIR DESTA SITUAÇÃO?

Abaixo Assinado Resolve?

CADA UM BUSCANDO A SOLUÇÃO SOZINHO
RESOLVE?

4- NA ASSÉMBLEIA DO POVO
A GENTE SE UNIU COM OUTROS BAIRROS
O PREFEITO PROMETEU QUE NÃO VAI TIRAR
NINGUEM DOS BARRACOS! ELE FALOU
DO PLANO! PROFILURB

QUE É QUE VAI SE FAZER?

É TERRENO PÚBLICO; ISTO É PARA O POVO.
DAQUI NÃO SAIREMOS
ATE ENCONTRAR SOLUÇÃO MELHOR.



Quando, em maio de 79, aconteceu a ameaça de remoção no São Marcos, já estava em discussão a incorporação das associações de favela à Assembléia do Povo, porque muitos problemas comuns nos bairros de periferia afetavam também as favelas e a idéia era a de que a função dessas reivindicações poderia aumentar as adesões, fazendo com que o movimento ganhasse maior força de pressão.

Quando a AP se fundiu num só movimento composto por bairros de periferia, clandestinos e favelas, essa fusão parecia, aos de fora, muito complicada, uma vez que moradores de bairro, de um modo geral, sempre repeliram as favelas. Primeiro porque essas se caracterizavam por uma situação de "invasão", ocupando terrenos de terceiros (públicos e privados) constituindo-se numa situação ilegal, frente à legalidade dos proprietários de terrenos. Isso parecia colocar em risco a segurança da propriedade privada da terra urbana e contra isso os proprietários viviam se protegendo, impedindo uma possível "invasão" em suas terras. Além disso, a precariedade com que se processava a construção das moradias nas favelas tornava aparente a "desordem" da ocupação, frente à "ordem" requerida pelo "Código Urbano", e isso acabava por desvalorizar os terrenos particulares localizados nessas vizinhanças. Essa situação somava-se ainda aos estigmas e preconceitos em relação aos favelados (maloqueiros, vagabundos, ladrões, marginais, invasores, etc), o que prejudicava ainda mais a convivência entre os moradores de bairros e os de favelas.

A prática, no entanto, mostrou que a política de "humanização" dos núcleos de favela, isto é, os *slogans* con-

tidos nas promessas de Amaral de apoiar a população carente da cidade (haja visto o crescimento do SPSHU e órgãos correlatos) e as visitas que ele fazia às favelas de certa forma reforçavam ao mesmo tempo o seu prestígio como Prefeito e o dos favelados que iam, com isso, ganhando força de expressão. Frente a essas novas atitudes, as organizações de favela, ainda incipientes, começaram a ser pensadas com possibilidades de alcançarem maior força de pressão e se tornarem mais combativas para disputarem os benefícios reivindicados junto à Prefeitura. Assim, naquele momento, parecia mais viável juntar-se às organizações de favela do que simplesmente negá-las. E, de fato, os bairros que continham favela acabavam recebendo benefícios mais rapidamente do que os demais.

À medida que, à custa de muita reunião e pressão por parte do movimento, alguns benefícios foram sendo conseguidos aqui e ali, a AP se expandiu e se projetou como uma força política, aumentando, conseqüentemente, o número de associações de moradores e de bairros em suas fileiras.

A pressão que este tipo de organização começou a imprimir às negociações entre a periferia e o poder público resultou em muitas melhorias para os bairros, e, principalmente para as favelas, que, de outra forma, dificilmente teriam como "negociar" suas reivindicações.

Depois de anos de fechamento político, muitos setores da sociedade brasileira buscavam espaços para colocar as suas reivindicações. Além das importantes greves dos metalúrgicos, dos professores e outras categorias, as mulheres

da periferia de cidades paulistas, como Campinas, também organizavam congressos, seminários, etc, como forma de fazer pressão e colocar suas aspirações. Estas iam desde creches até equiparação salarial ("para trabalho igual, salário igual").

Parecia a explosão generalizada dos grupos minoritários e discriminados em relação a emprego, salário e participação política. Entre esses estavam os favelados de Campinas que, coincidentemente, gritavam as mesmas palavras de ordem e reivindicavam benefícios semelhantes aos de São Paulo e de outros lugares, como se todos tivessem "acordado" ao mesmo tempo.

Por outro lado, as prefeituras reagiam a essas manifestações coletivas com instrumentos políticos e medidas semelhantes. Quando, por exemplo, o prefeito Olavo Setúbal criou o FUNAPS, os vereadores de Campinas sugeriram ao prefeito em exercício, José Roberto Magalhães Teixeira, o mesmo tipo de política, como forma de erradicar as favelas (31).

No entanto, naquele momento de intensas manifestações coletivas, qualquer medida adotada esbarrava na resistência das organizações populares e algumas vezes, em Campinas, chegou-se a impasses difíceis de serem contornados. Já não era mais possível a adoção de medidas isoladas por parte do poder público local sem uma discussão com as lideranças desses movimentos, respaldados que estavam por diferentes setores da sociedade campineira.

As manifestações públicas da AP se sucederam como uma forma de trazer para a praça pública as reivindicações da periferia e de cobrar as decisões da Prefeitura de atender à

Carta de Reivindicações (favela e bairro). Inaugurava-se em Campinas, nesses anos, uma nova forma de negociação direta entre a população e a administração local. As reivindicações deixaram então de ser isoladas e apresentadas nos gabinetes fechados para se tornarem públicas e coletivas, o que, por certo, aumentou a expressão política e a força de pressão desses grupos.

Em resposta a essas manifestações, o governo multiplicou os levantamentos, estudos e pesquisas que eram promovidos por órgãos públicos ou em conjunto com outras entidades, com a intenção explícita de conhecer melhor essa realidade, que parecia fugir aos controles tradicionais, e poder, desta forma, tornar viáveis as políticas sociais planejadas.

As tentativas de "acertar" faziam, portanto, parte tanto das estratégias do governo quanto dos grupos ligados aos movimentos populares. Muitos debates foram promovidos pela AP reunindo representantes da administração pública (Sílvio Romero), do IEPES (Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais), prefeitos de outras cidades que viviam problemas semelhantes (Herman Netto, de Piracicaba, Tito Costa, de São Bernardo do Campo), homens públicos, como o suplente de senador Fernando Henrique Cardoso, etc. Esses debates ocorreram em 1979 ⁽³²⁾ e colocavam em questão a administração municipal e as formas de participação popular, assim como a necessidade de um partido que representasse as aspirações da população.

A participação de indivíduos mais politizados no

interior da AP por certo imprimiu um caráter mais político ao movimento do que o que geralmente caracteriza a mobilização popular para conseguir equipamentos básicos. A necessidade de se pensar estratégias mais efetivas no encaminhamento da luta da AP resultou na criação de uma assessoria técnica em que profissionais liberais de diferentes áreas (advogados, arquitetos, engenheiros, politicólogos, sociólogos, etc), militantes no movimento, atuavam junto aos líderes e representantes de associações de favela, formalizando e legitimando a ação.

A militância de indivíduos e grupos de diferentes áreas de atuação (Igreja, partidos políticos, instituições de ensino), de diferentes ideologias e credos na AP forneceu apoio e inúmeros serviços mas provocou, por outro lado, conflitos e rachas internos, por vezes até dificultando a participação dos favelados que oscilavam entre as várias tendências (Igreja Progressista X Igreja Conservadora X PC do B X Convergência Socialista X MDB - logo depois PMDB e PT). Essas disputas explicitavam intenções e orientações que as várias correntes existentes no movimento desejavam imprimir à luta e levaram em alguns momentos a se desviar das reivindicações propostas pelos favelados. Como dizia um dos líderes do São Marcos, a assessoria queria às vezes que os favelados dessem passos maiores do que podiam dar.

Da mesma forma, as lideranças de favela refletiam também as tendências divergentes internas e externas, como era o caso, no São Marcos, de Waldecir (AP) X dona Augusta (SPS), no Jardim Londres, de dona Alaíde X AP, e, no Campos Elíseos, de Leobino X AP. Dona Alaíde e Leobino passaram pa-

ra o PDS e fizeram aliança para ganhar forças junto às associações de moradores ⁽³³⁾. Essas disputas se refletiam também no surgimento da Federação dos Moradores de Barracos (FMB) que, diferentemente da AP, nasceu sob o apoio da SPS. Através de grupos como esse a administração local respondia à gradativa perda de influência junto às favelas que, aos poucos iam aderindo à AP. Vemos assim, então, que num dos pólos dessa acirrada disputa pela conquista de influências na favela estavam também, os órgãos da administração pública.

De uma reflexão superficial sobre a questão da administração pública ou sobre as instituições sociais que atuam nas favelas fica a impressão de que o governo age sempre de forma "maquiavélica". Isso porque tendemos a ver os órgãos públicos como entidades abstratas, como partes interligadas de uma máquina administrativa cujas finalidades e objetivos estão sempre distantes dos interesses da população. No entanto, se acompanharmos de perto a história das políticas, poderemos perceber que as mudanças foram quase sempre resultado de conflitos e pressões e do caráter que as pessoas, conscientes ou não, vão dando a essas instituições, moldando sua forma e feições.

Lembro-me de uma assistente social da SPS que, preocupada com o seu trabalho na favela, dizia que os favelados agiam e se revoltavam sem conhecer bem o inimigo. Ao invés de se revoltarem contra o governo de Amaral, que era MDB, dizia que eles deveriam dirigir suas baterias contra o BNH, que era órgão do Governo Federal. "É a tal coisa, ficam contra a Prefeitura, quando ela simplesmente está sob a admi-

ministração do BNH, que é a nível nacional. Eles não têm idéia do problema, não conseguem ver o verdadeiro inimigo. Foi assim no caso da máquina de fazer leite de soja ⁽³⁴⁾ para ser distribuído em favela. Os favelados se recusaram a usar essa máquina em vez de tomá-la e usar de acordo com suas necessidades. Eles esquecem que a Prefeitura é uma máquina que poderia ser usada pelo povo". E continuava dizendo que se a população estava achando que o Chico Amaral estava "virando a casaca" (mudando de partido), o povo devia fazê-lo "desvirar" e exigir que a máquina administrativa fosse usada a seu favor.

Apesar da heterogeneidade presente nas lideranças da AP e dos diferentes posicionamentos que emergiam da própria base e das tendências políticas internas, o movimento ganhou forças e sistematicamente se posicionou contra as políticas sociais até então impostas sem dificuldades, exigindo mudanças radicais em relação ao povo de favela. A força que emanava dessas mobilizações colocava na arena política um novo personagem - o favelado - até então de fácil manipulação pelo poder público. Com isso, os favelados iam conseguindo tornar-se mais independentes das influências da SPS, respaldados que estavam pela participação na AP.

Os atos públicos realizados nas escadarias do Paço Municipal se sucederam durante o correr dos anos entre 79 e 82 com um número cada vez maior de representantes das favelas, tanto ligados à AP quanto à FMB e às associações de bairro. Com isso a AP crescia, pois, apesar das divergências internas (Igreja X SPS X partidos políticos), mui-

tos benefícios estavam sendo conseguidos graças à mobilização conjunta, e que dava legitimidade e força aos movimentos populares.

Mas nem tudo eram flores e outros grupos insatisfeitos, como alguns vereadores da Câmara Municipal, representantes dos interesses imobiliários e outros, também pressionavam Amaral em sentido contrário, exigindo que a sua administração diminuísse a ênfase dada aos problemas sociais da periferia. A queixa geral era a de que, com a política de beneficiar as favelas, em pouco tempo seria difícil conter o aumento da população de baixa renda na cidade. Acredito que essa crítica provinha do fato de que essa política "humanizante", mais do que atrair pessoas, poderia pôr em risco o jogo de forças já estabelecido na sociedade local, introduzindo grupos até então não exigentes em relação aos direitos e à participação política.

Cansado de disputas, Amaral admitiu em entrevista aos jornais locais o insucesso de sua política social dizendo: "Não administro para uma parcela abastada do povo. Administro para servir a todo o povo, àquele que o burguês chama de pária e àquele que o pária chama de burguês. (...) O que me desgasta é a pretensão dos interesses contrários, já que procuro administrar com todos e para todos" (35).

Nessa ocasião Amaral saiu por quinze dias de licença deixando o Vice-Prefeito, Magalhães Teixeira, à frente do Executivo. Apesar da licença de Amaral a Assembléia do Povo continuou as mobilizações e, em maio desse mesmo ano, outro pacote de reivindicações foi entregue a Magalhães que

dizia seguir moderadamente a política de Amaral em relação à periferia (36).

Nesse encontro, os favelados do Jardim São Marcos que já tinham passado pelo drama da remoção, exibiram ao Prefeito em exercício uma intimação administrativa entregue por um fiscal da Prefeitura dando o prazo de 24 horas para que um morador desocupasse o local em que estava instalado. Isso contrariava novamente as promessas de Amaral de não remover ninguém durante sua administração. E Magalhães, seguindo ainda os passos políticos de Amaral, revogou imediatamente a ordem.

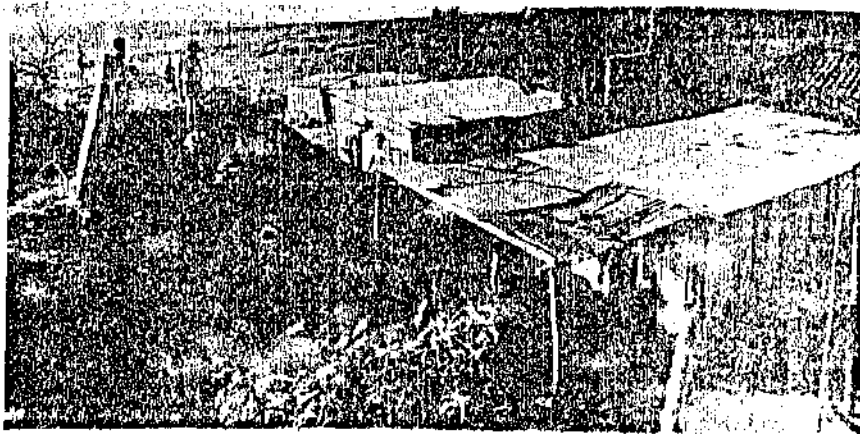
Até junho de 79 quatro atos públicos já tinham sido realizados no Paço Municipal, reunindo sempre um grande número de participantes. Neles os favelados denunciavam as ameaças de remoção no São Marcos, no Santa Mônica e Santa Eudóxia. Já de volta, Amaral contestava os fatos: "No meu governo ninguém será removido do seu barraco. Só sairão da favela aqueles que quiserem sair para os lotes do PROFILURB. Se alguém aparecer nas favelas com intenção de remover barracos, eu peço que liguem para a Prefeitura que eu mandarei chamar a polícia" (37).

Alguns meses depois a favela do Jardim Santa Mônica viveu o drama da remoção mais absurda. Honório Chiminzazzo, ex-vereador e dono do terreno onde estava instalada a favela, cansado de tentar tirar as famílias dali para construir um barracão industrial, agiu por conta própria. Inicialmente ofereceu cerca de Cr\$ 5.000,00 para os moradores desocuparem a área, mas, encontrando resistência, mandou

aterrar dois dos três poços que abasteciam os trinta barracos. Cinco barracos ficaram cercados de terra e os moradores impedidos de entrar ou sair. Lembrando da promessa de Amaral, alguns favelados pediram auxílio à SPS que havia indicado para eles o local para erguerem suas casas. Sem poder fazer nada contra o proprietário, as assistentes sociais recomendaram aos favelados que avisassem a imprensa e assim eles se encarregariam de fazer o alarde enquanto elas procurariam outro local para transferi-los (38).

Mandaram soterrar a favela com o povo dentro

José Milton Frugilo



A favela do Jardim Santa Mônica, acordou ontem agitada, e não era para menos. O dono das terras onde se encontra a favela, resolveu soterrá-la na tentativa de expulsar o povo, que assustado, presenciava a cena.

Embora Amaral afirmasse que "a periferia é o programa do meu governo" e que por isso nenhum barraco seria removido, o acordo entre EMDEC, SANASA e Prefeitura, naquele mesmo mês de outubro, possibilitaria a construção do primeiro conjunto de casas populares na região do DIC-I, onde também seria instalado o PROFILURB. Isso significaria, a curto ou médio prazo, a transferência das favelas para aquela área. Esse plano previa a construção de casas-embrião para serem comercializadas junto aos favelados indicados pelo SPSHU ⁽³⁹⁾ (ver item 2.2 do **Capítulo I**). O projeto, no entanto, foi sendo retardado, segundo a secretária da SPS, por motivos burocráticos. Assim, o problema das favelas continuava sem solução e o poder público, encurralado pelos grupos dominantes e pela própria população favelada, que exigia soluções mais definitivas, oscilava entre as políticas de contenção e de humanização dos núcleos. Com isso os favelados continuavam sobressaltados pela idéia de remoção, pois diziam que se o governo mudasse de repente, ou Amaral fosse cooptado pelos grupos de poder, eles seriam os primeiros a sucumbir nessa luta.

Devido a essa visível instabilidade, os favelados do Jardim Londres, que já haviam sido ameaçados de remoção anteriormente (1979), reagiram à simples chegada das máquinas (tratores) na vizinhança. Sem esperar para saber com certeza se haveria remoção ou não, imediatamente convocaram representantes da AP que foram ao local oferecendo ajuda à resistência numa comissão formada pelo Pe. José Luiz e representantes do São Marcos, respaldados pela Arquidiocese de Campinas.

Falando sobre as remoções a que estavam continuamente sujeitos, Pedro me disse um dia:

"Eu sei que seu Amaral apoiava nós, porque ele atravessou não sei quantos estudos para ver as coisas da favela, pra ver se arranjava dinheiro do BNH e tudo. E sempre que tinha reunião a gente achava que ele apoiava nós. Mas depois o sacana do Vice-Prefeito que não queria nada com a favela pegou e parou as reunião e ninguém sabe mais é de nada. Se mexerem com isso aqui (São Marcos), eu vou falar com o Presidente. Nem vou fazer abaixo-assinado nem nada, pego o ônibus e vou lá em Brasília. Vou porque se eu tivesse um dinheiro eu comprava era um terreno pra mim e pra meus filho".

A disputa que ocorreu nesses anos entre a AP e as entidades e grupos que exerciam influência sobre as favelas precipitou mudanças nas atitudes do governo de Amaral que procurava, a todo custo, evitar os confrontos, protegendo assim a imagem populista que queria construir. No entanto, dado o momento histórico de conflitos abertos, promessas como "tirar de quem tem para dar a quem não tem", em vez de apaziguar, colocava os grupos opositores "em guarda". Os favelados cobravam e garantiam que Amaral fazia o oposto do que prometia, enquanto outros grupos mais poderosos procuravam se proteger contra as prometidas investidas do governo.

Denunciando os vereadores de Campinas por se posicionarem contra a ocupação pelas favelas das chamadas "áreas verdes", Geraldinho, líder da favela do Jardim Londres, chamava a atenção para o problema de doações de terrenos públicos para a construção de postos de gasolina da PETROBRÁS

durante o governo Lauro Péricles Gonçalves, que antecedeu ao de Amaral ⁽⁴⁰⁾. Isso revelava, por certo, as disputas acirradas sobre a terra urbana entre os vários grupos sociais na cidade e as pressões existentes sobre a administração municipal.

Tentando explicitar seu programa de governo, que deveria beneficiar em primeiro lugar a periferia, Amaral fazia visitas freqüentes às favelas e chegou a instalar um "gabinete de despachos" na favela do Jardim Paranapanema, onde, numa capela construída pelos próprios moradores, ele ouvia as queixas e reivindicações ⁽⁴¹⁾. Através de medidas paliativas, Amaral tentava acalmar as pressões vindas de todos os lados e abafar os "ruídos" das manifestações coletivas que se tornavam cada vez mais freqüentes em Campinas.

Assim, quando os favelados, cansados de serem removidos de um lado para o outro, começaram a buscar soluções mais definitivas, que garantissem a estabilidade desejada - a posse da terra - Amaral rapidamente respondeu com o Decreto nº 6.228 permitindo a permanência por 10 anos, nos terrenos da Prefeitura ⁽⁴²⁾. Este decreto, visto como um "ato de desespero" do Prefeito, não foi aceito nem pelos favelados, nem por aqueles que se opunham à política social de Amaral. A principal queixa dos favelados era a de que a SPS não sabia lidar com o povo de favela e, por isso, endossava medidas como essa, que, apenas aparentemente, iam ao encontro das aspirações dos favelados, mas não ofereciam garantias de permanência definitiva pois poderiam ser revogadas a qualquer momento. Se o decreto dos 10 anos tivesse sido aceito,

teria acalmado os ânimos dos favelados por algum tempo, com a ilusão da não remoção. Mas Pedro, Waldecir, dona Raimunda, TJ, Donizeti, Cícero e muitos outros, juntamente com representantes de diferentes associações de moradores ligadas à AP, recusaram o projeto. E Pedro dizia:

"Acho que dentro desses 10 anos eu não ia fazer coisa nenhuma, porque dentro de 10 anos eu já tou no fim da vida e os filhos que vão pagar. Se lotear, é melhor, porque aqui a gente tá sempre esperando que vão arrancar nós daqui. Outra hora eu penso que isso é mamparra (golpe), porque grande parte daqui não pode pagar e vai ter que cair fora e, assim, ele (Amaral) acaba com metade das favelas. Mas lá na reunião (Ato Público) um cara falou e chamou os cara que era contra o Prefeito até de cachorro vira-lata. E todo mundo aplaudiu uma marca (intensidade) igual quando falava o nome do Prefeito".

Desta maneira, embora Campinas se vangloriasse, naquela época, de ser o primeiro município a implantar um projeto como o PROFILURB que, gradativamente erradicaria as favelas da cidade ⁽⁴³⁾, o decreto de Amaral confirmava as oscilações e ambiguidades da política social local. Por isso, esse decreto quase "custou a cabeça" de Amaral. Alguns vereadores, como Sérgio Barreto, do PDS, chegaram a pedir oficialmente o *impeachment* do Prefeito.

Durante a controvérsia sobre o projeto, foi proposto um ato público de desagravo a Amaral por representantes do Jardim Londres (Geraldinho), Parque Brasília, Nilópolis, Flamboyant e outros ligados à FMB. As favelas liga-

das à AP, no entanto, não compareceram, mostrando sua discordância.

Nem os vereadores, nem a grande maioria dos favelados queriam a permissão por tempo determinado. Embora concordando com Amaral que a assinatura do decreto requeria muita coragem e decisão, Maria Helena Mambrini, então Secretária da SPS, admitia que a medida criaria um grave problema social ao final do prazo de 10 anos concedido (44).

Respondendo às acusações generalizadas de que era alvo e dizendo-se defensor da periferia, Amaral afirmou em entrevista aos jornais: "Entre o centro, os bairros e a periferia, fico com a última, tranqüilamente". Denunciando a existência de uma periferia da periferia, que seria a favela, ele disse que a ação de seu governo estava voltada quase que totalmente para ela (45).

Reunidos na Cúria Metropolitana, os favelados dos Jardins Campos Elíseos, Londres, Campineiro, São Marcos e Santa Mônica definiram sua posição ante o projeto: queriam a *concessão*, e não a *permissão* a título precário, para o uso da terra (46). Nessa reunião, Alcides, um dos líderes da AP, representante da assessoria técnica do movimento, afirmou que "a concessão de terrenos aos favelados por prazo indeterminado e com plenos direitos de uso é garantida por lei federal e, assim, não necessitaria de uma lei municipal (decreto), para ser efetivada". A lei federal de que falava Alcides vinha sendo estudada por advogados e juristas do movimento, que buscavam encontrar uma solução definitiva e legal para o problema das favelas.

A questão da posse da terra passou a ser, durante os primeiros anos da década de 80, o assunto principal das discussões entre os favelados, que entendiam que só uma solução definitiva lhes asseguraria o direito de vendê-la, passá-la aos filhos, desde que respeitados os fins (habitação) fixados pelos concedentes. Discutiam também a necessidade de formalização jurídica das associações de moradores, pois o governo só aceitava dialogar com representantes legítimos dos favelados. Apesar das possibilidades de controle institucional que a oficialização viabilizava (ver **Capítulo 5**), os favelados entendiam também que isto poderia lhes assegurar a legitimidade da cidadania e por isso muitas associações foram regulamentadas nessa época.

Nessa luta pela terra crescia a participação dos favelados, ao mesmo tempo que começava a diminuir a participação dos chamados bairros loteados (bairros da periferia e bairros da COHAB). As questões que haviam unido bairros e favelas na AP estavam agora esmaecidas pela grande questão da posse da terra - interesse específico dos favelados.

A descoberta de duas leis federais, que poderiam garantir o direito dos favelados sobre a terra, revolucionou a questão em Campinas. Segundo os especialistas da AP, "a interpretação conjugada das leis leva ao posicionamento da *Concessão do Direito Real de Uso*, como solução do problema jurídico das favelas" (47) (grifo meu).

A reivindicação da posse da terra, baseada em pareceres jurídicos, levou, em novembro de 80, cerca de 6.000 favelados para o Paço Municipal, para entregarem pessoalmente

te ao Prefeito Francisco Amaral a possível solução de seus problemas. Reivindicavam também que as favelas fossem administradas pelos próprios moradores (através de associações de moradores), pois havia grande queixa sobre as intervenções da SPS nas organizações de favelados. Sem esperar o prazo de 30 dias, dado pelo movimento para uma resposta às reivindicações, Amaral anunciou pelos jornais a retirada de mais de 50 assistentes sociais das favelas, contando, com essa medida, diminuir os conflitos entre as partes. Isso diminuiu, ainda que temporariamente, o poder de barganha da SPS nas favelas, aumentando a influência da AP junto aos favelados.

Mas a queixa de intervenções e disputas pelas favelas não era apenas da AP. As assistentes sociais da Prefeitura, imbuídas de um ideal assistencial e promocional, também se queixavam, dizendo que havia pessoas de fora interessadas em que os favelados se instalassem em brejos para poderem radicalizar. Algumas delas, no entanto, concordavam que muitas assistentes sociais eram inseqüentes, não se questionando em relação a um trabalho assistencialista, que dificilmente estaria atingindo a maioria dos favelados. Por outro lado, afirmavam que havia gente (da Pastoral, da Convergência Socialista, etc) que queria "arrebentar o sistema", sem prever as conseqüências. "Muitos intelectuais ficam discutindo em assembléias (UNICAMP), a reposição ou não das aulas (greves), em vez de terem uma prática mais concreta. Por isso, as assistentes sociais acabam sendo 'testas de ferro', como no caso do São Marcos".

Outra assistente social, chefe de uma das entidades públicas ligadas à SPS, contou como tinha sido difícil começar um trabalho em 1977, quando quase não havia ainda clubes de mães e a FEAC estava apenas se formando. "Nesse tempo, então, as assistentes sociais tinham um papel, estimulando a formação de organizações populares. Através dessas organizações, Amaral levou água para a favela do Jardim Conceição, depois para o São Marcos, etc. As sociedades de bairro, até então tidas como pelegas, começaram a mudar, na medida em que começaram a reuni-las através de um Conselho das Sociedades de Bairro, existindo hoje cerca de 172 dessas associações e, com isso as associações de favela surgiram". "De repente", disse ela, "começam a ligar a água em favela e o pessoal começou a se organizar pedindo luz. Aí entra a CEB e algumas associações começaram a ficar independentes de nós. Isso não era fundamental, o fundamental era água, luz. Mas com a posse da terra a briga culminou e estourou. Aí, entrou muita gente infiltrada, gente da Pastoral, da Libelu, Tribuna Operária e muitos intelectuais".

"A gente conhecendo bem a 'engrenagem', tudo tem valor. A presença da Igreja, dos intelectuais. Eu vejo que tudo se consegue através de pressão e ela precisa existir, mas é a maneira de se fazer isso é que se precisa ver, porque se está lidando com o povo".

"Quando a AP se formou, as reuniões eram no Pio XII. Era ligada à Igreja porque senão não estariam lá. Entrava todo mundo: o pessoal da Igreja e outras organizações. Fui numa das primeiras para ver a reunião, porque eu achava

que a gente (assistentes sociais) estava distante. Mas não me deixaram entrar".

Queixas dessa ordem permeavam a militância em diferentes áreas e níveis dos trabalhos junto aos movimentos populares que, por sua vez, reagiam, tentando ganhar alguma independência e autonomia.

Com brigas, disputas e muita cooperação, os favelados entraram em 1981 esperançosos de que, através da pressão constante sobre as elites dominantes, pudessem conquistar e ampliar seu espaço político. Por isso a participação nas organizações de favela e nas mobilizações coletivas tornava-se maior e mais constante.

O respaldo dado à AP pela assessoria técnica crescia, orientando os caminhos legais para as reivindicações populares. Eram arquitetos (Toninho, Tércia), advogados (Mariinha e outros), sociólogos (Doraci, Batata e outros), cientistas políticos (Alcides) e profissionais de diferentes áreas que, como eles mesmos diziam, ofereciam seus serviços e competência à causa popular.

A aproximação do ano eleitoral (82) e a nova organização multipartidária eram fatos que chacoalhavam a política local. As favelas, que aparentemente haviam perdido parte de sua sedução eleitoreira, voltam nesse ano a figurar como importante curral eleitoral, onde os votos precisavam ser conquistados passo a passo. As políticas e estratégias adotadas nesses anos por políticos, intelectuais, comerciantes, religiosos, etc, tinham certamente como pano de fundo as eleições. A crença de que a formalização dos meca-

nismos políticos (partidos), nos diversos setores da sociedade colocaria em cheque o governo e promoveria mudanças sociais era a mola mestra da ação de muitos militantes envolvidos nos movimentos populares que emergiram nessa época.

Acredito que para entender os rumos que a luta dos favelados tomou após o período eleitoral, e que teve como resultado final a urbanização das favelas, seria necessário fazer uma análise do surgimento e do significado político da lei dos favelados, - cujo processo representou um julgamento da sociedade local sobre o favelado e sobre os movimentos populares em Campinas. Embora eu não proceda neste trabalho a uma análise mais aprofundada dessas questões, devido à exigüidade do tempo e ao volume de trabalho que isso exigiria, apresentarei em seguida o material empírico coletado, que poderá ser retomado num futuro próximo para uma análise mais detalhada.

3.2

A "LEI DOS FAVELADOS"

Com o crescimento e o fortalecimento político da AP, as pressões e alianças entre os representantes dos favelados e o Prefeito Francisco Amaral deixavam os representantes da Câmara Municipal e as elites locais cada vez mais inseguros.

As palavras de Amaral confirmavam suas intenções e reforçavam as desconfianças:

"Até o final do ano, antes de terminar o prazo de definição sobre o meu mandato, haverá uma solução definitiva para os favelados" (48).

No dia 14 de novembro de 1980, representantes de 25 favelas reunidas em 9 associações, cerca de 6.000 favelados, realizaram uma concentração no Paço Municipal e entregaram ao Prefeito uma Carta de Reivindicações cujo principal item era *a posse definitiva dos terrenos ocupados por favelas* (49). Anexos à Carta havia diversos estudos de leis e pareceres favoráveis, como o da Fundação Prefeito Faria Lima, da Associação Brasileira de Reforma Agrária e da Comissão de Justiça e Paz de Campinas.

Este acontecimento repercutiu em toda a cidade, principalmente entre os especuladores imobiliários e proprietários particulares de terrenos extremamente valorizados, que viam a legalização da posse da terra por favelados

como uma ameaça concreta à propriedade privada em Campinas. A Câmara Municipal, formada por ex-arenistas, ex-emedebistas e adesistas espalhados pelos novos partidos (exceto o PT), precisava ser conquistada pelos favelados para que julgasse favoravelmente o projeto. Esta parecia ser, no entanto, uma possibilidade remota, pois seu posicionamento era claro e explícito contra a política de favelas de Amaral.

Através de uma nota expedida por seu gabinete, Amaral oficializava sua posição política em relação ao projeto dos favelados:

NOTA DO GABINETE DO PREFEITO ^{de} 20/12/70

Conforme compromisso assumido com a classe favelada de Campinas, venho a público registrar a minha posição oficial e definitiva sobre a questão da concessão do direito real de uso.

Convencionei e adotei a posição no sentido de que jurídica e meritariamente a medida é perfeita no que concerne aos terrenos públicos. De público, dirijo-me aos particulares, donos de glebas onde eventualmente já existem favelas, para que tenham com a sofrida classe uma atenção semelhante, permitindo que se possa instituir a concessão do direito real de uso em tais situações.

Já elaborei anteprojeto de lei para que a medida seja efetivada, o qual está sendo submetido aos interessados, suas organizações, à Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas, ao Instituto de Engenharia de São Paulo, à CNBB, ao Cardeal D. Evaristo Arns, aos Bispos de Campinas e a todos os que se têm preocupado com os destinos dos favelados.

Espero e preciso de sugestões sérias, profundas e as melhores possíveis, para o aprimoramento do anteprojeto elaborado, para que possa entrá-lo à Câmara Municipal, tão logo tenha todos os elementos à mão.

Considerando que esta época de festividades de fim de ano retarda, inevitavelmente, o retorno das manifestações das entidades consultadas, esperarei até o fim de janeiro para que todos me enviem as contribuições, esperando, até mesmo, as daqueles que, sem serem convocados, se dispuserem a colaborar.

O atraso de alguns dias em nada prejudicará os favelados que têm, desde agora, a minha palavra oficial de que consagrei a lese que suscitaram.

Aprovada a proposta pela Câmara Municipal, para onde será remetida a redação final aprimorada com as sugestões recebidas, Campinas será a primeira cidade a adotar a lese, beneficiando milhares de favelados, numa época de grandes angústias para o povo, e mais sobrecarregada para eles, dadas as suas condições.

O homem Francisco Amaral, o Prefeito Francisco Amaral, dá a sua palavra (final) favorável à luta dos favelados, esperando contar com a sua compreensão, aguardando o prazo referido, a fim de que seja possível elaborar o melhor e mais perfeito projeto sobre o assunto que, inclusive, conta com o respaldo da opinião pública, conforme recente pesquisa o demonstrou, dando condição para que a Câmara Municipal o aprove, tão logo lhe seja remetido.

FRANCISCO AMARAL

Prefeito Municipal

As discussões sobre a "lei dos favelados" apareciam nas manchetes dos jornais no final do ano de 80 e no início de 81: "UMA LEI DO FUNDO DA GAVETA" (*Repórter*, nov.80, nº 3, ano III, p.3); "A LEI QUE OS PRÓPRIOS FAVELADOS FIZERAM PARA GARANTIR SEUS BARRACOS" (*Movimento*, 26/01 a 01/02/81). A ênfase de alguns jornais era sobre o movimento da AP: "Os especuladores imobiliários de Campinas, SP, estão assustados com os últimos lances do movimento dos favelados da cidade, na batalha que travam para conquistar a posse legal e definitiva dos terrenos onde construíram seus barracos".

"O quartel-general das forças faveladas é a Assembléia do Povo, um poderoso organismo popular que vem mobilizando a população da periferia da cidade há dois anos para conseguir melhorias no equipamento urbano. O Prefeito Francisco Amaral, do Partido Popular, foi obrigado a ceder posições no campo de luta e enviará à Câmara dos Vereadores um projeto de lei elaborado inteiramente pelos favelados, prevendo a posse definitiva dos terrenos onde moram. Trata-se da Lei 4.132, de 10 de setembro de 1962, e do Decreto Lei 271, de 28 de setembro de 1967. A Lei 4.132 'considera de interesse social a manutenção de posseiros urbanos, onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 famílias'. O Decreto Lei 271 diz que é 'instituída a concessão de terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real (...) para fins de (...) urbanização ou outra utilização de interesse social' (50).

No dia 30 de janeiro foi enviado à Câmara pelo Prefeito Francisco Amaral o projeto elaborado pelos favelados em conjunto com a Assessoria Técnica da AP sobre a *Concessão do Direito Real de Uso* dos terrenos ocupados por favelas.

O antigo medo de que as massas organizadas investissem contra a elite local, pondo em risco a segurança da cidade, somado à possibilidade do aumento da migração para Campinas, moveu os debates em torno da aprovação ou rejeição da lei. Normalmente o projeto deveria ser submetido e votado pela Câmara Municipal, mas toda a sociedade parecia participar desse debate, através dos meios de comunicação, dos grupos organizados para discussões dentro dos partidos políticos, da Igreja e entre os próprios interessados - os favelados.

Na expectativa de que a lei pudesse ser aprovada, os favelados organizavam-se em suas associações em torno da questão da limitação dos núcleos, impedindo que as favelas continuassem inchando, pois se a terra fosse dividida, era necessário que houvesse espaço para todos que já estavam ali. Nesse ponto, as associações ligadas à AP ou à FMB tinham autorização para barrar a entrada de novos moradores. Houve casos de favelados que, para ajudarem parentes, construíram barracos à noite, à revelia dos compromissos assumidos, numa ambigüidade nítida entre a fidelidade do parentesco e as novas aspirações de moradia.

Mesmo órgãos como o PAEC, Albergue Noturno e outros, que normalmente distribuían passes gratuitos de viagem para migrantes virem ou saírem de Campinas, diminuían a distri-

buição devido às pressões da AP ⁽⁵¹⁾. Nessa época era mais fácil sair do que chegar em Campinas.

Logo no início de 1981, o projeto de lei foi considerado legal e constitucional pelo Legislativo, por 15 votos contra 4. As galerias da Câmara estavam lotadas por mais de 150 favelados, representando cerca de 42 associações de favela ⁽⁵²⁾. Em seguida, no entanto, o projeto deveria ser analisado pelas comissões de mérito (Finanças e Obras), que não se mostravam favoráveis a ele.

No dia 26 de fevereiro de 81, "depois de sucessivas prorrogações para desestimular a presença incômoda dos interessados, à 1;30h da manhã, é colocado em votação um substitutivo ao projeto da Assembléia do Povo" ⁽⁵³⁾. Este substitutivo alterava o artigo 1º, sobre a Concessão do Direito Real de Uso, autorizando-o apenas para os chamados Bens Patrimoniais. Como 80% das favelas de Campinas situam-se em praças públicas (Bens de Uso Comum do Povo) o substitutivo impedia a concessão dessas áreas aos favelados, configurando portanto uma derrota para estes.

Durante a sessão de votação na Câmara, à qual assisti emocionada, os favelados choraram e, indignados, prometiam aos vereadores a desforra nas eleições. A solidariedade em torno desta derrota foi grande e a Igreja chegou a divulgar uma lista dos vereadores que votaram a favor do substitutivo e a distribuiu em todas as igrejas da cidade. Muitos grupos de fora, assim como juristas ilustres foram chamados a intervir e opinar sobre o assunto, levando a causa dos favelados de Campinas para discussões políticas mais amplas.

Derrotados, mas não vencidos, os favelados buscaram outras saídas e iniciaram uma longa luta em torno da aprovação da lei. Através de consultas jurídicas em sindicatos, associações de classe, comunidades de bairros, abaixo-assinados, debates com líderes nacionais e locais, os favelados procuraram sensibilizar os vereadores em torno da desafetação ⁽⁵⁴⁾, por decreto, dos terrenos de Uso Comum para Bens Patrimoniais, atendendo o que dispunha o substitutivo, antes da publicação da lei.

No dia 4 de março de 81, uma comissão de favelados apresentou duas reivindicações ao Prefeito: a desafetação por decreto, transformando as áreas ocupadas por favelas em Bens Patrimoniais, e a promulgação do substitutivo da Câmara. Respondendo, Amaral assinou no dia 30 de março de 81 o decreto e promulgou a lei, com veto parcial ao substitutivo.

Inicialmente os vereadores reagiram com descrédito à notícia de que a assinatura do decreto transferia 67 áreas ocupadas por favelados de Bens de Uso Comum do Povo para Bens Patrimoniais. E, em seguida, acusaram o ato do Prefeito de ilegal, dizendo que ele estava pedindo para ser cassado. Atacavam a AP dizendo que, na verdade, ela não queria promover o favelado pois se posicionava contra o PROFILURB. O vereador Nacarato mostrou uma carta que recebera do Pe. Paulo Chastinet Antunes, de Brasília, que atribuía ao clero progressista a difusão de "ensinamentos marxistas-leninistas"⁽⁵⁵⁾.

O dia 30 de março foi considerado o dia da vitória para os favelados pois, ao saberem do gesto do Prefeito, eufóricos, soltavam foguetes em frente ao Pio XII e os que es-

tavam em casa recebiam a notícia divulgada por todos os cantos com alegria (56).

Os favelados compareciam a todas as sessões da Câmara para acompanhar as discussões e exercer pressão. O Vice-Prefeito Magalhães Teixeira, revoltado com o decreto de Amaral, afirmou que a solução dada acabaria gerando uma "eterna luta de classes entre aqueles que adquiriram seus terrenos e os que ganharam terras, beneficiados pela cessão do Uso Real do Solo Público". Disse também que o Prefeito acabaria transformando o favelado em "verdadeiro joguete entre os dois poderes - o Executivo e o Legislativo" (57).

Através dos jornais, a população de Campinas se informava dos últimos acontecimentos:

"CHICO DÁ GOLPE E CONSEGUE CEDER TERRAS AOS FAVELADOS" (*Correio Popular*, 31 de março de 81).

"AMARAL MUDA A LEI E DOA A TERRA AOS FAVELADOS" (*Diário do Povo*, 31 de março de 81).

"PREFEITO BAIXA DECRETO E DOA TERRA AOS FAVELADOS" (*Jornal de Hoje*, 31 de março de 81).

A polêmica suscitada levou Amaral a publicar a seguinte nota de esclarecimento:

ESCLARECIMENTOS DO GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito Municipal deseja prestar um esclarecimento público, com vistas a dar o seu posicionamento a respeito da concessão de uso das terras atualmente ocupadas pelos favelados.

Sem a pretensão de criar polêmica em torno do assunto, é preciso que se afirme da convicção que o Prefeito tem quanto à solução da melhoria das favelas, com os atos que praticou: a sanção do projeto de autoria da Egrégia Câmara, com veto parcial, e a edição de Decreto que possibilita dar cumprimento à lei agora promulgada. E diga-se que nada se fez ao arrapio da legislação; apenas o Prefeito usou das prerrogativas legais que lhe são deferidas em leis superiores para atos dessa natureza.

Em verdade, de há muito que a sociedade campineira mantém pacífica convivência com a situação das favelas existentes. Não seria agora, em razão de atos legais que visam a melhoria desses núcleos, que a comunidade encontraria motivos para um rompimento dessa convivência. Creio, mesmo, firmemente, que todos desejam ver esses núcleos todos urbanizados, oferecendo até mesmo um visual de estética bem próximo de um bairro formado.

E mais: além da urbanização preconizada, onde o Poder Público Municipal procurará cumprir o que lhe for possível dentro dos recursos de que dispõe, por outro lado estão sendo oferecidas garantias a cada ocupante dos atuais barracos para promover a melhoria de suas moradias. Sem essa garantia da concessão de uso, impossível seria desejar que cada um viesse a transformar o barraco feito de pedaços de madeira em uma moradia de alvenaria, ainda que modesta.

O Governo Municipal espera obter das outras esferas a compreensão para esse problema, que é de todos os níveis de governo, porque problema nacional, através de recursos que possam ser colocados à disposição do Município. E o Município de Campinas pode pleitear essa compreensão. Já que cumpre a sua parte nesse programa que envolve o mais salutar sentido de humanidade com grande parcela de uma população desprotegida de recursos.

É certo que os atos praticados não tiveram, como de fato não têm, o sentido de desafiar os integrantes da nossa Egrégia Câmara, que saberão vislumbrar na legislação ora vigente as prerrogativas legais colocadas à disposição dos Executivos.

Francisco Amaral
Prefeito Municipal de Campinas

Apesar da euforia da vitória, os debates continuavam e "no dia 27 de abril a Câmara dos Vereadores derruba o veto parcial do Projeto à Lei nº 5.079/81, fazendo voltar à forma original o substitutivo dos vereadores. Os favelados porém, com base em pareceres de juristas, continuam entendendo que a Lei da Terra e o Decreto da Terra são válidos, ou seja, que a terra ocupada é do povo" (58).

"A própria Câmara aceita esta interpretação e isso dá origem à aprovação de uma nova Lei (nº 5.087/71) de autoria do vereador Amauri Fratini, que dispõe sobre: 1) proibição da Desafetação através de Decreto e 2) nulidade do Decreto de Desafetação das áreas ocupadas por favelas" (59).

Muitas dúvidas surgiram em relação a essa nova lei.

Uma delas era se a Câmara teria poderes de revogar Decreto do Executivo e se isso não seria abuso do poder. Outra dúvida era que, mesmo sendo de competência da Câmara a revogação de decretos, entre a assinatura do Decreto de Desafetação e a sua revogação havia um intervalo de 28 dias de vigência do Decreto e esta vigência gerava um direito adquirido.

"Diante da insistência da Câmara dos Vereadores em procurar inviabilizar qualquer solução do problema dos favelados, o Prefeito Francisco Amaral, politicamente desgastado, ameaça com a sua renúncia, posteriormente transformada em licença de 4 meses.(...) Ainda antes da licença o Prefeito assinou o veto à lei de autoria do vereador Amauri Fratini" (60).

No dia 27 de abril o veto do Prefeito é colocado em votação e é rejeitado. Contrário ao veto, Nacarato (PMDB) disse que "o projeto dos favelados apenas transformaria Campinas na capital da miséria" (61). Em contrapartida, Rui Amaral (PDT), fazendo a *mea culpa* sobre o movimento dos favelados, afirmava que agora estava de seu lado.

A polícia esteve de prontidão durante toda a sessão da Câmara em que o veto do Prefeito foi derrubado esperando que os favelados pudessem reagir contra os vereadores. Ao contrário do esperado, no entanto, após a decisão da Câmara, os favelados, cientes de sua derrota, retiraram-se em silêncio, cabisbaixos, para suas casas. Apenas alguns, mais revoltados, chamavam os vereadores de traidores do povo e prometiam a vingança nas eleições.

Na Câmara, os favelados perdem



Para a surpresa de alguns e a certeza de outros, a Câmara derrubou o veto do prefeito Francisco Amaral ao substitutivo ao "projeto dos favelados". Os favelados deixaram a sessão pacificamente

A Câmara derrubou o veto do prefeito ao substitutivo ao "projeto dos favelados", na sessão da noite de ontem, para surpresa da maioria dos que lá se encontravam. A sessão realizou-se, mesmo com a morte do ex-vereador José Concelção Alves, o que representa um rompimento na praxe da Câmara, que sempre suspendeu seus trabalhos em lembrança de alguém da Casa.

Com a queda do veto, passa a vigorar o decreto que desafelou as áreas de uso comum do povo, transferindo-as para bens patrimoniais. Agora, o prefeito tem em mãos uma lei aprovada pela Câmara, que revoga o decreto. O prefeito deverá votar parte dessa lei e os vereadores, mais uma vez, se mantida a votação de ontem, derrubarão seu veto, anulando a concessão de terras para os favelados que ocupam praças públicas.

CRITICAS

Imediatamente após a decisão da Câmara, os vereadores de Campinas resolveram entrar na justiça com um mandado de segurança contra o Prefeito Amaral. Segundo a imprensa, o mandado de segurança serviria "para anular o decreto por ele baixado que transformou 65 áreas pertencentes à Prefeitura e onde se encontram os núcleos de favelas em áreas de classe de bens patrimoniais da Prefeitura. Se a Câmara conseguir a liminar estará encerrado o episódio de doação de terras públicas aos favelados" (62).

No dia 12 de maio de 81, alegando motivos de saúde, Amaral pede uma licença de 120 dias. Essa notícia vale como um "banho de água fria" nas esperanças dos favelados.

Num gesto de apoio e solidariedade, os favelados compareceram maciçamente (lotaram 10 ônibus) às escadarias do Palácio dos Jequitibás, gritando: "Fica! Fica!" No fundo todos sabiam que ele não mais retornaria à Prefeitura e, por isso, esse ato público foi tão significativo.

Um documento de Amaral é a defesa das favelas

O prefeito Magalhães Teixeira ouviu, ontem, do presidente da Federação dos Moradores em Favelas, Geraldo Tavares, que o prefeito licenciado, Francisco Amaral, permitiu aos favelados a construção de casas nas terras que ocupam. Tavares disse que o documento inclui a assinatura de Amaral e, na próxima segunda-feira, marcará audiência para mostrá-lo a Magalhães.

Desta forma, é possível que o prefeito não possa enviar à Câmara um documento que negue a expedição de atos administrativos do Executivo, desde a natureza do decreto, que dispõe sobre a posse da terra pelos favelados, até sua revogação. Esse documento seria fundamental para que o Legislativo anulasse o decreto mas, pelo visto, isso não será mais possível.

E AGORA?



Nesse momento de batalhas legais decisivas, Magalhães Teixeira assumiu a Prefeitura de Campinas com todas as prerrogativas que o cargo lhe dava, inclusive a de mudar todo o secretariado. E foi o que fez, mudando então radicalmente a política social estabelecida durante o mandato de Amaral (63).

Apesar de o veto do Prefeito Francisco Amaral à lei do vereador Amauri Fratini ter sido rejeitado, a Câmara, para assegurar a eficácia desta lei em relação ao impedimento da aplicação do Direito Real de Uso, reforçou-a com outro projeto de lei, de autoria do vereador Sérgio Barreto, que dispunha sobre a desafetação das áreas originalmente desafetadas pelo Decreto da Terra de Francisco Amaral.

As discussões sobre a "Lei da Terra", até então feitas de forma pública e coletiva, forma, a partir daí, canalizadas e dirigidas em forma de estudos amplos e seminários. Magalhães alegava que a solução dos problemas dos favelados deveria ser tirada de uma ampla consulta à comunidade (64).

O "Seminário Nacional sobre Favelas: Realidade de Campinas" foi realizado no Teatro Castro Mendes e atraiu, durante três dias, autoridades de fora e de diferentes áreas e tendências, como o jurista Dalmo Dallari, Almino Affonso, o prefeito de Curitiba Jaime Lerner, o jornalista Darcy Passos, o economista Paul Singer, o físico Cerqueira Leite (coordenador da Mesa), além das autoridades locais como o Pe. Nadai, os vereadores e representantes dos favelados, seu Paulo (Movimento do Custo de Vida), Geraldinho (FMB).

Entendendo que essas mudanças políticas tinham como objetivo desviar a atenção da pressão exercida pela AP sobre a questão fundiária, seus representantes não compareceram ao Seminário. Guardo comigo o diário de campo sobre as altas discussões econômico-políticas que ali se travaram e também sobre a forma da participação dos favelados que compareceram, muitos dos quais se sentiam distantes e perplexos

diante do linguajar técnico que, com muita dificuldade, tentavam acompanhar.

A principal resolução tirada desse Seminário foi a política de desfavelização, onde o gerente da Carteira de Erradicação da Sub-Habitação e Emergências Sociais (CESHE), Gustavo Heck, assegurava verbas para a implantação do Programa PROMORAR ⁽⁶⁵⁾. Dali surgiu também a idéia da criação de um grupo inter-secretarial para urbanizar as favelas. Para isso, segundo Telles Sampaio, Secretário da SPS, seriam necessários vários técnicos, uma assistente social, um engenheiro civil da SPS, um arquiteto da Secretaria de Planejamento e mais dois engenheiros da SOSOP (Secretaria de Obras) e da SANASA, formalizando uma "gerência para assuntos de sub-habitação".

Após os debates que mobilizaram a cidade, o jurista Dalmo Dallari, reconhecendo a luta empreendida pelos favelados pela posse definitiva dos terrenos ocupados por favelas como uma causa justa, declarou que Campinas estava servindo de "laboratório" para todo o país e que, por causa disso, não se poderia mais alegar que a luta dos favelados fosse subversão, pois, como eles mesmos descobriram, a posse definitiva da terra estava prevista pela própria Constituição Federal ⁽⁶⁶⁾.

* * *

Embora não seja objetivo deste trabalho, fazer uma avaliação sobre a eficácia política dos movimentos de favelados em Campinas, este trabalho indica que a participação de importantes segmentos dessa população, nos chamados "movimentos reivindicatórios" resultou no desenvolvimento da consciência dos direitos relativos à cidadania e das possibilidades políticas das mobilizações coletivas, entre favelados.

Como foi mostrado no item 2 deste capítulo, no entanto, essas manifestações não ocorreram em Campinas por acaso, mas foram fruto de um contexto sócio-econômico e político específico, do apoio de outros setores da sociedade, também interessados em ampliar seus espaços políticos e se fazerem ouvir, e do estímulo institucional às organizações populares, visando, entre outras coisas, exercer um controle discreto sobre elas.

Apesar da consciência dos direitos de cidadania e da luta por melhores condições de vida, muitas das relações entre favelados e agentes institucionalizados continuaram como em outros tempos, permeadas pelas trocas de favores e assistencialismo, contra os quais os grupos mais militantes da AP se debatiam. No **Capítulo 5**, por exemplo, mostrei como inúmeros benefícios são obtidos na favela através de favores pessoais, implicando muitas vezes em cooptação política. Nesse jogo explicitam-se os interesses das partes; os favelados em obter benefícios e recursos e os agentes, em obter a adesão a ideais políticos ou religiosos.

Para entender as mudanças ocorridas na Assembléia

do Povo, após as eleições de 82, quando houve um aparente arrefecimento da luta mobilizatória, seria necessário, em primeiro lugar, avaliar o significado da eleição de Magalhães para prefeito de Campinas. Isto porque a vitória de Magalhães representou a ascensão de um projeto social diferente do de Amaral - cuja ênfase era a política de favela. Muitas hipóteses foram formuladas a partir desses questionamentos. Uma delas é a de que houve um grande desgaste político dos favelados com a rejeição da Lei da Terra. Outra, é a de que, uma vez passado o período eleitoral, quando as possibilidades de atendimento às reivindicações diminuem, os favelados voltam às suas atividades anteriores, esvaziando a luta e as grandes mobilizações coletivas. Outra ainda, é que a atitude do novo governo, de distanciamento das organizações populares (o acesso à SPS já não era o mesmo) e as novas políticas de favela adotadas, desestimulava as mobilizações.

A política de urbanização, adotada pelo Governo Magalhães, de certa forma substituindo os anseios da posse definitiva dos terrenos ocupados por favelas, soou, naquele momento, como uma vitória contra as remoções e erradicações adotadas pelos governos, até então. Isso, somado à frustração da recusa da lei, pareceu ao favelado uma alternativa à instabilidade permanente da moradia em favela. Através da política de urbanização *in loco*, contrariando as remoções e erradicações, o Governo, como em outros tempos, aplacava os ânimos dos descontentes, indiretamente promovendo a retomada do controle dos órgãos públicos sobre a organização das favelas, de certa forma relaxada durante o governo de Amaral. Assim, embora reconhecendo que o movimento dos favelados tivesse da-

do passos importantes nessa luta, o governo ganhava, mais uma vez, o domínio da situação, como podemos entrever nas palavras de uma importante agente da Secretaria de Promoção Social:

"Agora é que eu quero ver como esses favelados que ficaram contra a SPS vão fazer para urbanizar suas favelas. Nós (governo) temos as máquinas, os funcionários e o material e vamos urbanizar primeiro, as que estiveram do nosso lado. As outras, não sei quando serão urbanizadas..."

Como a urbanização de favelas é geralmente feita de forma lenta, pois depende das condições físicas de cada favela e de soluções particularizadas, isso de certa forma divide as associações de moradores, fazendo com que cada uma busque, junto ao governo, a solução para os seus problemas. E impede que se unam, para juntas pressionarem o poder público no sentido de agilizar as obras como um todo.

Desta maneira, a urbanização, diferentemente da luta pela terra que mobilizava as favelas em torno de um objetivo comum, exige uma fragmentação dos interesses, para que cada favela, por seu turno, dispute junto ao poder público a demarcação de terras, a drenagem de córregos, etc, para só assim, darem início às construções de alvenaria, num terreno firme e legalizado junto aos órgãos competentes.

Embora os ânimos para a luta coletiva pareçam ter diminuído entre os favelados após a saída do prefeito Amaral, acredito que a organização aqui desenvolvida poderá ser reativada tão logo novas possibilidades políticas se apresentem e grupos de apoio ressurgam no cenário político das

favelas. Isso porque, como qualquer outro grupo social, os favelados têm plena consciência das possibilidades políticas de cada momento, dificilmente engajando-se em mobilizações que estariam fadadas ao insucesso.

Lembro nesse momento, quando um dos líderes da favela, apreensivo com os rumos que tomava a Assembléia do Povo durante a luta pela posse da terra, me disse que os favelados estavam sendo levados a "dar passos maiores do que podiam dar" e isso podia ser tão negativo quanto a própria recusa da Lei, pois podia levá-los a desacreditar na própria possibilidade de participação política. Mas o processo de lutas e reivindicações, que desencadeou as mobilizações coletivas nesses anos para conseguir água, luz, não remoção e finalmente a luta pela posse definitiva da terra, demonstrou o desenvolvimento de uma consciência de direitos de cidadania, entre favelados, transformando milhares de migrantes rurais definitivamente em moradores urbanos.

NOTAS DO CAPÍTULO 6

(1) Tanto MARX como MALINOWSKI e outros refletiram sobre a questão das necessidades básicas: "o âmbito das chamadas necessidades básicas, assim como a sua satisfação é, ele mesmo, um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas, também essencialmente sob que condições e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida se constitui a classe dos trabalhadores livres". MARX, K. *O capital*. Livro I, cap.VI (inédito). São Paulo, Ciências Humanas, 1978. p.141. Sobre a teoria das necessidades ver também MALINOWSKI. B: *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962, cap.VIII. p.166-9.

(2) PIVEN e CLOWARD afirmam que as elites muitas vezes atendem às reivindicações populares durante manifestações de protesto porque acreditam que os organizadores dessas manifestações estão interessados na formalização da luta e não na ruptura do sistema. Este atendimento tem, portanto, um sentido de apaziguamento. PIVEN, F.F. & CLOWARD, R.A. *Poor people's movements. Why they succeed, how they fail*. New York, Vintage Books, 1979. p.22.

(3) Ver Capítulo 2, item 1.

(4) Entrevista com o motorista encarregado das transferências de barracos no São Marcos. *Diário do Povo*, Campinas, 3 maio 1979.

(5) De acordo com SANTOS, C.N.F. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p.110, diante das possibilidades de remoção e de enfrentamento com o Estado, os favelados "preferiram discutir e transferir as responsabilidades de pensar e de tomar atitudes, para um elemento exógeno". Acredito, no entanto, que esta atitude seja mais política do que apenas de dependência, pois os favelados reconhecem assim sua fraqueza frente a outros grupos, jogando com possibilidades reais de sucesso ao se vincularem a grupos mais poderosos.

(6) A taxa de 8% do BNH é compulsória e retirada da folha de pagamento do trabalhador registrado. O BNH foi criado em 1964 visando, inicialmente, "disciplinar, dirigir e controlar o financiamento para a construção da casa própria". Sobre essas taxas, ver SUPLICY, E. FAVELADO paga mais do que recebe em São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 set. 1979; SERRA, J. PAGA mais quem tem menos? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 out. 1979.

(7) Neste dia houve o primeiro Ato Público da AP no Paço Municipal, ao qual compareceram cerca de 2.000 representantes dos bairros de periferia.

(8) Seu Agnaldo era dono do Supermercado Brasil, no São Marcos, tornando-se, por isso, muito conhecido por ali. Funcionário da Administração, seu Agnaldo tinha sido também cabo eleitoral de Amaral, conseguindo fazer, através de suas influências, muitos votos neste e nos bairros adjacentes. Por ser considerado um comerciante esperto e político ladino, os favelados desconfiavam dele. Para entregar a carta, Agnaldo marcou uma reunião com os favelados à qual compareci, e onde ele tentou explicar e conseguir a aprovação dos favelados para a remoção desejada.

(9) A disputa entre os Vicentinos (Carismáticos) e a CEB existe há tempos no São Marcos e parece ter-se acirrado nos últimos tempos com a construção da Igreja Católica no bairro e a construção de um barracão para reuniões dos Vicentinos, explicitando os avanços em relação ao espaço físico, social e político dos dois grupos nessa área.

(10) EX-VEREADOR denuncia a Prefeitura. *Diário do Povo*, Campinas, 9 maio 1979. p.9.

(11) BARRETO denuncia Prefeito. *Idem*.

(12) "O sinal verde" significava que a implantação do PROFILURB no Distrito Industrial, como um programa respaldado pelo BNH-COHAB, estava já em fase de negociação entre esses órgãos e a Prefeitura de Campinas. Sobre isso, ver AMARAL admite erro: favelas. *Diário do Po-*

vo, Campinas, 12 maio 1979. p.7.

(13) *Diário do Povo*, Campinas, 9 maio 1979. p.9.

(14) *Idem*.

(15) A IGREJA não pode querer ser o único canal de expressão popular. *Movimento*, São Paulo, 12 ago. 1979.

(16) IGREJA de Campinas define o seu Plano Pastoral. *Correio Popular*, Campinas, 30 ago. 1979.

(17) Tudo que encontrei sobre esse movimento foram apenas referências quanto à sua existência. Uma delas foi no texto de ANT, C. & KOWARICK, L. *A favela na cidade de São Paulo: último recurso de moradia*. COGESP/PMSP, 1980. mimeo. p.25.

(18) ANT, C. & KOWARICK, L. *op.cit.* p.25. E também MARTINEZ-ALLIER, V. & MOISÉS, J.A. A revolta dos suburbanos ou "patrão, o trem atrasou". In *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978. p.13-63.

(19) ANT, C. & KOWARICK, L. *op.cit.* p.24.

(20) Sobre o Movimento do Custo de Vida em Campinas, ver *O Repórter da Região*, Campinas, jul. 1978. p.3.

(21) Como vimos no Capítulo 5, geralmente as organizações de bairro e de favela recebem orientação direta da SPS através de programas como o do SPS (Serviço de Promoção Comunitária).

(22) Em 1978, jovens intelectuais fundaram o jornal *O Repórter da Região* para levar informações aos bairros periféricos e às favelas. Participaram dele: Robení Mamizuka, Alcides Mamizuka, Clarence de Matos, Ronaldo Gomes (Batata), Terezinha Aidar, Maria Ribeiro e outros. O primeiro número saiu em junho e o jornal durou apenas dois anos, conseguindo ter, entretanto, uma influência visível na organização política da periferia.

(23) MEDINA, C.A. *A favela e o demagogo*. São Paulo, Martins, 1969. p.133. Citado em VALLADARES, L.P. Favela política e conjunto residencial. In BLAY, E.A. et alii. *A luta pelo espaço urbano*. Textos de Sociologia Urbana. Petrópolis, Vozes, 1979. p.112.

(24) Sobre isso, ver SINDICATOS apóiam Fernando Henrique Cardoso para senador. Entrevista com Luís Inácio da Silva (Lula). *O Repórter da Região*, Campinas, set. 1978. p.6; O REPÓRTER da Região e as eleições de novembro. Apoio do jornal aos candidatos: Marco Aurélio Ribeiro (deputado federal), Sérgio Santos (deputado estadual), Aírton Soares (deputado federal), Aurélio Peres (deputado federal), todos do MDB paulista. *O Repórter da Região*, Campinas, out. 1978. p.6.

(25) Embora o termo "intelectual" apareça aqui distinguindo uma certa categoria de outras, como era comumente empregado, ao fazer a análise daquele período, no entanto, parto da concepção de GRAMSCI sobre o intelectual, que se constitui numa concepção muito mais abrangente. Esta inclui todos os homens e diferencia-os enquanto intelectuais apenas em relação ao peso maior de dedicação à atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular nervoso. Isto é, intelectual para ele consiste "num imiscuir-se ativamente na vida prática como construtor, organizador, persuasor permanente". Nessa concepção estariam incluídos, a meu ver, os agentes religiosos, leigos ou eclesiásticos, os da Prefeitura, da UNICAMP, etc, e os líderes dos favelados que, de uma forma ou de outra, refletiam sobre a sua condição e atuavam na favela ou fora dela. Ver GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p.8.

(26) CARDOSO, R. Movimentos sociais e urbanos: balanço crítico. In SORJ, B. & ALMEIDA, M.H.T. (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1984. p.229.

(27) *O Repórter da Região*, Campinas, Ano I, nº 5, mar.1979.

(28) *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 mar. 1979.

(29) MORADORES compram a favela em Santo André. *O Estado*

de São Paulo, São Paulo, 20 maio 1979. p.49. O nome da cooperativa instituída nessa favela para se efetuar a compra dos terrenos era "Vila dos Palmares - Kilombo dos Palmares Sociedade Civil Ltda."

(30) Em seu trabalho sobre movimentos favelados, SANTOS dizia: "Não vejo como a problemática de luta de classes e a necessidade de tomada de consciência possam ser reduzidas a reivindicações urbanísticas. O processo devia ser inverso, mesmo respeitadas as razões e as utilidades dos MUs". SANTOS, C.N.F. *op.cit.* p.239. Entretanto, SANTOS mostra em suas conclusões que um movimento como a FAFEG, que se constituiu como movimento reivindicatório, "começou a descobrir que a essência da sua luta não estava na alternativa remoção-urbanização, mas em um questionamento dos porquês da estrutura urbana e das causas da discriminação. Logo em seguida foi esvaziada e seus líderes presos. Não se tratava mais de um 'problema local', já havia algum tipo de memória que o tornava mais abstrato e, portanto, mais passível de reflexões generalizantes" (p.233). Também o Jornal da Pastoral mostrava as discussões durante as reuniões de favelados: COMO acabar com as favelas? *O Gancho*. Boletim informativo da Pastoral Operária de Campinas, nº 12, ago. 1979. p.6.

(31) VEREADOR sugere criação de um fundo de atendimento a favelados. *Diário do Povo*, Campinas, 22 maio 1979. Nessa reportagem, José P. Picolotto Naccarato dizia: "A eliminação das favelas não equivale pura e simplesmente à criação de núcleos residenciais; as experiências comprovaram 'in totum' esta assertiva. O despreparo de um morador da favela, dada a condição sub-humana em que vive, é tamanho que, no mais das vezes, não sabe como usar uma pia, um chuveiro e outros equipamentos menos sofisticados de uma casa do tipo 'popular' ". Por isso o vereador sugeria estudos, a exemplo do realizado pela Prefeitura de São Paulo (FUNAPS), "visando a eliminação das favelas e a criação de um processo tal que impeça o aparecimento de novas".

(32) ADMINISTRAR sem partido é difícil. *Diário do Povo*, Campinas, 31 maio 1979.

(33) DISPUTA política impede a urbanização de favela. *Carreio Popular*, Campinas, 5 nov. 1982.

- (34) VACA come soja e dá leite de banana. *O Repórter da Região*, Campinas, Ano I, nº 4, 1978. p.4.
- (35) AMARAL admite erro: favelas. *Diário do Povo*, Campinas, 12 maio 1979.
- (36) PERIFERIA: novos pedidos ao Prefeito. *Diário do Povo*, Campinas, 23 maio 1979.
- (37) A PERIFERIA cobrou as promessas de Amaral. *Diário do Povo*, Campinas, 27 jun. 1979.
- (38) MANDARAM soterrar a favela com o povo dentro. *Diário do Povo*, Campinas, 25 out. 1979.
- (39) CASAS populares no Distrito Industrial. *Diário do Povo*, Campinas, 16 out. 1979.
- (40) PERIFERIA vai debater o drama dos favelados. *Diário do Povo*, Campinas, 22 maio 1979.
- (41) AMARAL está despachando junto com os favelados. *Diário do Povo*, Campinas, 8 maio 1979.
- (42) FAVELADOS: problema político ou social? *Correio Popular*, Campinas, 1 out. 1980.
- (43) PREFEITURA começa a erradicar favelas. *Correio Popular*, Campinas, 30 mar. 1980.
- (44) FAVELADOS: problema político ou social? *Correio Popular*, Campinas, 1 out. 1980.
- (45) *Idem*.
- (46) *Idem*.
- (47) *A luta pela terra*. Documento da Assembléia do Povo. Campinas, fev. 1982. p.13.

(48) CHICO promete dar terras aos favelados. *Jornal de Hoje*, Campinas, 8 out. 1980.

(49) FAVELADOS pedem a posse da terra. *Diário do Povo*, Campinas, 15 nov. 1980.

(50) A LEI que os próprios favelados fizeram para garantir seus barracos. *Movimento*, São Paulo, 26 jan./1 fev. 1981.

(51) Em 1981, fui informada no Albergue Noturno que a distribuição de passes gratuitos de viagem, geralmente fáceis de conseguir, estava, naquele momento, dificultada devido às pressões e controles exercidos pela AP em relação à ocupação das favelas. Segundo a informante do Albergue, isso se devia à possível legalização da posse da terra e de sua urbanização, levando os próprios favelados e suas organizações a limitarem a expansão desses núcleos.

(52) EM PRIMEIRA discussão Câmara aprova projeto e ouve desabafo de favelada. *Correio Popular*, Campinas, 24 fev. 1981.

PROJETO sobre favelas passa em primeira votação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 fev. 1981.

(53) *A luta pela terra*. Documento da Assembléia do Povo, p.14.

(54) Desafetação: ato de retirar a destinação que o bem encerra. Pode ser por lei, por ato administrativo ou por evento natural. Ocorre a desafetação por lei quando a destinação do bem foi fixada por ato de igual hierarquia. Uma área reservada por lei a praça pública só por lei pode perder ou ter alterada essa destinação. Por ato administrativo ocorre a desafetação quando a Administração Pública - por exemplo, a municipal - determina a mudança das instalações de certa repartição de seus serviços para outro local, e ao anterior não lhe dá outro uso especial. Por evento da natureza tem-se como desafetado um dado bem quando esse, em razão disso, perde sua destinação (inundação de certa área destinada a recreio). Ver SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL. *Posicionamentos de segmentos da sociedade campineira e de outros estados com relação ao processo de legitimação da terra*. Campinas, 1981. p.6. Parecer feito pe-

la Secretaria do Interior - Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM, Processo FPFL, nº 848/80.

(55) *Diário do Povo*, Campinas, 31 mar. 1981.

(56) PREFEITO baixa decreto e doa terras aos favelados. *Jornal de Hoje*, Campinas, 31 mar. 1981. *O Repórter da Região*, Campinas, abr. 1981.

(57) *Correio Popular*, Campinas, 1 abr. 1981.

(58) *A luta pela terra*. Documento da Assembléia do Povo.

(59) *Idem*.

(60) *Idem*.

(61) NA CÂMARA os favelados perdem. *Diário do Povo*, Campinas, 28 abr. 1981.

(62) DECRETO dos favelados. Na próxima semana o mandado contra o Prefeito. *Correio Popular*, Campinas, 1 maio 1981.

(63) CHICO sai. Grama já é Prefeito. Subtítulo: Fica, fica, gritavam centenas de favelados em frente ao Palácio dos Jequitibás. *Jornal de Hoje*, Campinas, 12 maio 1981.

(64) Segundo SANTOS, em todos os lugares no Rio onde se tentou resolver o problema da favela, os estudos e levantamentos geralmente surgem como forma "ritual de legitimação, em que a pesquisa é fetichizada como amuleto capaz de neutralizar uma decisão que era, na sua essência, política, dando-lhes status de seriedade incontestável". SANTOS, C.N.F. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p.53.

(65) BNH garante desfavelamento. *Jornal de Hoje*, Campinas, 17 ago. 1981. p.3.

(66) *Idem*.

CONCLUSÕES

Os trabalhadores urbanos que habitam favelas são geralmente caracterizados de forma diferenciada dos que se localizam em bairros periféricos, uma vez que a característica principal desse tipo de habitação é a de ser "invasão" de terrenos de terceiros. A partir dessa característica subjetiva, que não define propriamente como se dá a invasão, os favelados são marcados por concepções estigmatizantes que correlacionam qualidades morais a qualidades da habitação. Tornam-se assim "invasores da cidade" e, sob essa rubrica, alinham-se outros atributos: marginais, vagabundos, maloqueiros, sem família, trombadinhas, assaltantes, etc. Os processos concretos, que dão origem ao surgimento e expansão de favelas, mostram, no entanto, qual é o significado real de seu papel no contexto da economia política.

Medidas gerais de ordem econômico-política determinam o desenvolvimento de regiões específicas, promovendo, simultaneamente, um direcionamento intencional do fluxo migratório para essas regiões, como uma forma de atender às exigências de trabalho criadas pela expansão industrial. Os dados levantados neste trabalho mostram que os processos que permitiram o desenvolvimento de Campinas e de outras cidades paulistas influenciaram a inusitada expansão de favelas, durante as décadas de 70 e início de 80. O governo favoreceu a instalação e a expansão de indústrias na região e facilitou, ao mesmo tempo, a migração e fixação de enormes contingentes de força de trabalho, a fim de atender as exigências impostas pelo sistema industrial em expansão. O estímulo institucional, que envolve órgãos públicos e entidades particulares e religiosas, destinadas a amparar a migração e a instalação dessa população migrante nas favelas, pode funcionar como um mecanismo eficaz, capaz de aumentar a oferta de trabalho na cidade. Constatei que a chamada "invasão" de migrantes rurais em Campinas, nesses anos, não foi caótica, nem desordenada, como muitos fazem crer. Ao contrário, como entendida aqui, obedece a determinações e influências nem sempre explícitas, dando origem a concepções distorcidas e preconceitos sobre essa população, justificando, muitas vezes, a adoção de políticas inadequadas.

Campinas sofreu, durante o período em estudo, um processo de intensificação das migrações, ao mesmo tempo que se expandia também, estrategicamente, o aparato assistencial local, através do aumento de verbas, de pessoal e de

subvenções públicas concedidas a entidades religiosas e particulares correlatas. Através do estudo sistemático desse aparato, concluí que a assistência e a caridade públicas, a filantropia local, a promoção da auto-ajuda, mutirões, a formação de grupos de apoio entre parentes e vizinhos e a organização informal da política na favela podem funcionar como estratégias institucionais que visam, entre outras coisas, compensar os baixos rendimentos auferidos entre essa população e a distribuição precária dos serviços públicos, promovendo, ao mesmo tempo, o controle e a adequação desses grupos ao sistema urbano-industrial.

A interação entre os favelados e o poder público, é geralmente intermediada por agentes assistenciais, gerando relações de dependência, troca de favores e um clientelismo persistente, apesar da progressiva participação política dos favelados. Isso dificulta, a meu ver, as tentativas dos favelados de ganharem autonomia e de se tornarem politicamente mais organizados. Ligam-se, por isso, a outros grupos ou setores mais políticos, através dos quais podem conseguir maior força de expressão.

Presos por uma teia de relações ambíguas, que oscilam entre o assistencialismo institucional e o estímulo à participação e às reivindicações, os favelados vão sendo empurrados de um lado para outro, enquanto não se conscientizam de seus direitos de cidadania e de seu papel sócio-econômico e político na cidade.

Assim, a transferência de barracos, remoção, despejo, ou o nome que se queira dar, é geralmente o resultado

de políticas que visam, direta ou indiretamente, o controle da massa carente, que pode ou não se tornar insatisfeita e agressiva, sob condições de extrema precariedade e exploração. Representam também a forma de impor uma permanente instabilidade de moradia, onde a ilegalidade é a constante e permite essa dependência e a adoção de medidas quase sempre arbitrárias. De modo geral, no entanto, os favelados sempre resistiram a essas medidas, embora nem sempre com sucesso, como pode mostrar a história dos movimentos de favelados que foram, em sua maioria, violentamente reprimidos e controlados.

O acúmulo de experiências, através do processo de migração e a interação com a burocracia pública, com entidades assistenciais, com organizações políticas, etc, ensejou as formas de resistência e reivindicação por mim observadas na favela de São Marcos.

Por outro lado, a própria localização dessa favela, na periferia geográfica da cidade de Campinas, na linha limítrofe entre o campo e a cidade, permitiu-me observar a adaptação de migrantes rurais no meio urbano-industrial. Essa situação, que propicia um retorno intermitente às atividades agrícolas, é, do meu ponto de vista, favorável à adaptação. Nesta questão, contrario a opinião de outros autores ⁽¹⁾ que a consideram um impedimento, pois acreditam que os migrantes tendem assim a conservar valores e costumes tradicionais, tais como as formas de organização da vida doméstica, o que a seu ver dificultaria a adequação ao sistema urbano-industrial.

Estudos sobre famílias de trabalhadores urbanos mostravam, até recentemente, que a família tradicional, composta de três ou mais gerações, tende a se desintegrar sob o impacto da industrialização e da urbanização, levando à predominância de unidades domésticas nucleares e isoladas, aparentemente mais apropriadas para a vida na cidade (2). Meu estudo indica que tanto a oscilação entre o trabalho urbano e o rural, como a recomposição de redes de apoio originais, marcadas freqüentemente por casamentos intra-grupo constituindo amplas redes de parentesco e vizinhança, podem funcionar no contexto da cidade, como uma estratégia positiva de adaptação.

A disponibilidade da dupla opção de trabalho favorece a vinda de outros membros da família e da vizinhança original, estabelecendo-se um sistema de cooperação que influencia o padrão de casamentos, relações de compadrio, enquanto gradativamente se processa a adaptação e a fixação definitiva na cidade. Como foi verificado no **Capítulo 4**, essa cooperação depende, em grande parte, da forma como as mulheres se relacionam entre si, com os homens de seu grupo e com agentes de fora. Tornam-se, assim, peças fundamentais durante a migração e a fixação na favela, como mobilizadoras de recursos e conectoras de redes sociais, possibilitando a sobrevivência do grupo na cidade. Nesse aspecto, observei que grande parte das relações assistenciais estabelecidas na favela se dão a partir das mulheres. Isso porque, sendo as mulheres as principais responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos, são elas que procuram com maior

frequência os postos de saúde, escolas, hospitais, igrejas e instituições de caridade. Por outro lado, grande parte das agências assistenciais tem seus quadros preenchidos por mulheres, funcionárias e voluntárias, o que, a meu ver, não é por acaso, pois isso facilita sobremaneira o contato das agências com a favela.

A interação que se estabelece entre agentes e mulheres faveladas acarreta geralmente, o aumento do *status* e prestígio de algumas mulheres, levando à formação de lideranças femininas entre os favelados. Uma vez que restrições culturais impõem limites à atuação das mulheres fora do âmbito doméstico, tanto o trabalho fora de casa e remunerado, quanto a participação política geralmente só ocorrem quando relacionados à melhoria das condições de vida da família e da vizinhança. Por isso, a liderança feminina na favela dificilmente ocorre de forma espontânea, sem o incentivo de grupos de fora.

Por outro lado, ao se ligarem a grupos de fora, as mulheres acabam tornando-se intermediárias entre a família, a vizinhança e as agências assistenciais. Com isso, sem se darem conta, as mulheres acabam contribuindo para a manutenção dessa população a níveis cada vez mais altos de exploração, uma vez que as atividades femininas de mobilização de recursos não entram na conta dos custos de reprodução da força de trabalho. Além disso, essa interação favorece também o controle sobre esses grupos de favela.

Como discuti no Capítulo 5 deste trabalho, esta situação poderia se constituir num "beco sem saída", pois

as mulheres, sem se aperceberem, estariam servindo de suporte a estratégias econômicas mais amplas, ou seja, para a manutenção do *status quo*. No entanto, verifiquei que, enquanto indiretamente contribuíam para o agravamento das condições salariais, participavam, de forma cada vez mais coletiva, dos grupos informais da favela, buscando, através da política, outras maneiras de resolver os seus problemas.

Acredito que a formação de pequenos grupos de mulheres, de mães, de creches, de evangelização, etc, que surgiram a princípio nessa e em outras favelas, para reivindicar vagas nas escolas, creches para os filhos, e que cresceram, para exigir água, luz, transporte e a não remoção, com a participação dos homens e de outros setores sociais, constituiu-se no embrião da luta popular na qual os favelados se engajaram a seguir. São, a meu ver, etapas de aprendizagem política e de conscientização, onde os favelados aprendem a se reconhecer como cidadãos e começam a reivindicar.

Ao analisar essas formas políticas de organização de favelados, sejam elas de resistência contra a remoção, de reivindicação de equipamentos urbanos ou da posse da terra, é preciso situá-las dentro de um processo de aprendizagem sobre os seus direitos de cidadania que não se esgota nas reivindicações, mas, dependendo do contexto e dos grupos de apoio, pode dar um passo além, em direção à participação política mais formalizada.

Uma das minhas preocupações diante dos dados coletados entre grupos domésticos vizinhos, era entender como e porque se formavam as redes de relações e em que momentos

e sob quais estímulos se processava o salto para a atuação mais coletiva e organizada entre favelados, como a que ficou registrada nos anais dos movimentos populares de Campinas - a Assembléia do Povo.

Para ajuntar os fragmentos aparentemente desconexos da atuação política dos favelados, geralmente vistos como de fácil manipulação e alienados de seus direitos de cidadania, foi preciso acompanhar a sua história e os passos que antecederam a sua participação, como um processo, para entender como surgiram as reivindicações e a emergência da resistência, naquele momento, no São Marcos. Nesse particular, a escolha de fazer estudos de casos, através das histórias de vida e da observação participante, foi fundamental para entender os processos ali desencadeados e que se originaram basicamente no cotidiano da vida em comunidade, onde as mulheres tinham uma atuação importante.

Logo no início da pesquisa, surgiu o movimento de resistência à remoção de barracos na favela de São Marcos. Como eu já estava envolvida com alguns indivíduos e famílias, acompanhei a evolução de sua atuação nesse movimento, que, pela intervenção de outros indivíduos de outras favelas, precipitou as manifestações coletivas por parte dos favelados de Campinas, culminando numa organização mais abrangente das favelas. A meu ver, nesse processo integram-se todos os aspectos detalhados nos capítulos deste trabalho - a migração, as estratégias de fixação na cidade, a formação de grupos de apoio entre parentes, vizinhos e grupos externos e, principalmente, a emergência da consciência

de direitos de cidadania e da participação política entre favelados. Por isso, dediquei a este movimento todo o último capítulo, entendendo sua importância no contexto das famílias, da favela e da sociedade local.

É nesse sentido, que a história de vida e genealogia de indivíduos e grupos domésticos na favela assume tal importância, pois permite revelar de forma concreta, o contexto real, a forma como indivíduos e famílias reagem a mudanças, envolvidos que estão em relações complexas que se originam das interdependências sócio-econômico-políticas amplas (3). Desta maneira, é que entendo que o movimento de resistência à remoção no São Marcos, assim como outras favelas em Campinas, insere-se no movimento geral da luta dos trabalhadores, empenhados, naquele momento de fechamento político, em mobilizações coletivas e generalizadas de greves, quebra-quebra, saques, dentro e fora dos sindicatos, partidos e comissões de fábrica, como uma forma possível de pressão sobre os grupos dominantes. Aliados a grupos de trabalhadores de maior força política (os moradores dos bairros de periferia e outros grupos), através da Assembléia do Povo, a resistência iniciada no São Marcos acaba se estendendo para além dos limites da reivindicação localizada, atingindo outras favelas de Campinas e de outras cidades. Essa resistência foi mostrada como exemplo em muitos lugares onde se formavam movimentos como os da Assembléia do Povo.

No entanto, como vimos, nem aqui ela foi por acaso. Como tentei mostrar, ela foi fruto de um longo processo de participação. E os favelados que resistiram não o fizeram tam-

pouco, arriscando-se sozinhos a enfrentar as medidas propostas a nível de governo. Além de se sentirem confiantes com a nova administração (Amaral), contavam também com o apoio e a experiência política de outras organizações populares (Movimento do Custo de Vida, Assembléia do Povo de São Paulo e outros), assim como com o respaldo de importantes setores da sociedade civil local (representantes da Igreja, de partidos políticos e intelectuais de diferentes tendências e formação).

A resistência do São Marcos mostra que, se num primeiro momento os favelados internalizam noções de marginalidade, de ilegalidade, etc, acabam avançando, através da participação política, para a conscientização de direitos de cidadania e se engajam nas reivindicações e mobilizações coletivas, não mais para conseguir favores institucionais através de relações clientelistas apenas, mas para disputar, ao lado de outros grupos, benefícios que consideram de pleno direito uma vez moradores da cidade.

Embora muitos estudiosos ⁽⁴⁾ afirmem que grande parte dos movimentos de protesto e reivindicação tende a se dissolver após o sucesso ou o fracasso de suas reivindicações, e as pessoas voltem para suas casas e atividades cotidianas, acredito que, uma vez participantes, as pessoas dificilmente esquecem a importância da ação coletiva e podem recorrer a ela no momento em que houver condições e se fizer necessária. Isto é, quando compreendem que, para certos grupos e em certos momentos, esta é a forma possível de pressão política.

Concordo plenamente com a idéia de SANTOS ⁽⁵⁾ de que é preciso fazer um registro histórico das lutas e das

políticas para que os grupos populares se situem e formulem estratégias de luta. Com vistas a isso engajei o meu trabalho. No entanto, ao mencionar a ausência de memória dos movimentos populares, muitos estudos partem desses movimentos, mas se restringem a eles ou a outros que ocorreram anteriormente ou paralelamente. Deixam de se referir à possível história de participação política dos indivíduos-atores que se engajaram nesses movimentos, como se eles surgissem ali, espontaneamente, como resultado apenas das dificuldades inerentes àquele contexto e àquele lugar. A história de vida de indivíduos e famílias, no entanto, mostrou que muitos dos líderes e militantes desses movimentos já tinham uma história individual ou familiar de participação política, de protestos e de mobilizações coletivas.

Mesmo na família de Pedro e Ana Gomes (personagens principais do meu estudo de caso), circulavam histórias sobre parentes que participaram das revoltas lideradas por Padre Cícero, sendo, por isso, muito comum entre eles as idéias de bravura, de coragem e enfrentamento (ver **Capítulo 3**). Bento, filho de Pedro e Ana, era um dos que tinham vindo para Campinas em 1981, logo após ter participado dos saques organizados aos armazéns de Araripina, quando a seca deixou milhares de pessoas sem possibilidades de trabalho. Dessa forma, muitos, nessa família e em muitas outras naquela vizinhança já não eram estreantes em matéria de ação coletiva, ainda que algumas dessas histórias tenham acontecido em outras épocas e em outros lugares. E também entre as lideranças e os militantes que, de certa forma, deram a tônica a esses movimentos, muitos traziam as marcas de outras parti-

cipações, como Alcides (líder da Assembléia do Povo) que fez parte de movimentos de guerrilha urbana durante o fim dos anos 60 e na década de 70, Robeni, e outros ainda, que viam de movimentos revolucionários que antecederam a repressão política dos anos 70.

Por isso, ainda que se diga que os movimentos reivindicatórios e de protestos tenham "pernas curtas", tento entender quais os fatores que possibilitam a emergência das mobilizações coletivas, como a dos favelados de Campinas, cuja atuação estendeu-se para além das reivindicações locais e usuais (água, luz, transporte, escola, etc), mesmo após o sucesso ou o fracasso de muitas delas e mesmo após as eleições de 82 (quando as possibilidades de pressão política são maiores), amadurecendo para reivindicações extremamente políticas, como a posse definitiva dos terrenos ocupados por favelas, ou sua urbanização, quando aquela não foi aprovada.

É neste sentido que a análise da mobilização política de favelados de Campinas e das políticas sociais que permearam esse período pode revelar aspectos políticos nem sempre abordados nos estudos sobre movimentos de resistência e reivindicação em favela.

A posição de Amaral em suspender a remoção dos barracos no São Marcos pode então ser vista sob dois aspectos : o de impedir, por uma via não radical, que novos movimentos se desencadeassem em Campinas, escapando às possibilidades de controle institucional sobre os conflitos, revoltas e "desordens", que esse processo de manifestações coletivas pode gerar; e o de permitir, através do gesto aparentemente magnâ-

nimo, uma abertura política que, de certa forma, tornou possível a emergência dos movimentos de resistência e reivindicação dos favelados de Campinas. As organizações ainda incipientes de favela ganharam forças naquele momento, fazendo com que a vitória, ainda que a princípio localizada da reivindicação dos favelados do São Marcos, se estendesse como possibilidade para outras favelas da cidade.

Dessa maneira, a adoção de políticas ambíguas e contraditórias de humanização e erradicação, como a que aqui ocorreu, se, por um lado, pode ter permitido a insurgência, por outro gerou muitos conflitos entre os favelados e os representantes do poder público e entre as próprias lideranças de favela. Indecisos muitas vezes sobre o encaminhamento da luta, os favelados oscilaram entre o confronto aberto (como as manifestações públicas e maciças) e a busca de favores e concessões parciais e localizadas com os grupos de poder. Isso por vezes contribuiu para o enfraquecimento dos movimentos organizados. Mas uma análise mais prolongada desses movimentos e das políticas sociais aqui estabelecidas pode mostrar que a ascensão das organizações de favela naquele momento foi, de certa forma, resposta às mudanças que ocorriam a nível de política local e geral. E o novo governo de Amaral, longe de figurar como vanguarda de mudanças, como alguns insistem em colocar, nada mais fazia que responder às pressões desencadeadas pelo processo de "abertura" política então em marcha no país. Não desmerecendo a política "humanizante" de Amaral, poderíamos dizer que ele fazia, naquele momento, a política possível, dentro do quadro de pressões ge-

rais dos trabalhadores que reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho.

Nesse sentido, a dicotomia entre movimentos revolucionários e movimentos reivindicatórios, como geralmente aparece na literatura, pode, a meu ver, dificultar a análise de movimentos populares como o dos favelados, pois deixa delado os significados e o alcance políticos de manifestações embrionárias que, no entanto, geralmente se interligam e até mesmo dependem de esferas consideradas "mais políticas" (sindicatos, partidos, etc) e que podem, num determinado momento, imprimir aspectos políticos mais globais à luta reivindicatória.

Esta dicotomia, a meu ver, mais do que polarizar movimentos, indica momentos da luta dos trabalhadores, que se organizam de forma diferenciada: como assalariados (sindicatos), como membros da comunidade nacional, estadual ou regional (partidos), ou como membros de comunidades específicas (dos movimentos por transporte, por luz, água, por creche, das associações de moradores, clubes de futebol, etc).

Creio que o que permeia esta discussão é, sobretudo, a questão da consciência de classe ⁽⁶⁾. Como esses movimentos ocorrem geralmente no cotidiano das relações familiares e de vizinhança, aparentemente distantes das relações de produção, são mais facilmente inscritos na categoria de conflitos urbanos ⁽⁷⁾.

Contrariando essas noções, SUSSER ⁽⁸⁾ afirma: "se quisermos entender a consciência política da classe operária, devemos prestar atenção aos conflitos que ocorrem nos

bastidores, assim como à ação da vanguarda. E analisar como os grupos agem fora dos sindicatos e fora dos eventos mais dramáticos deste século. Desta maneira, a história do lugar-comum, da ação coletiva transitória, pode nos dizer algo sobre as possibilidades da ação mais significativa e as razões para o fracasso de outras. Portanto, a análise de ações coletivas de pequena escala pode nos fornecer importantes '*insights*' da luta permanente dos trabalhadores engajados na política cotidiana da sobrevivência".

De acordo com NELSON ⁽⁹⁾, "em termos práticos, talvez não seja necessário uma consciência de classe para que a ação de classe ocorra. (...) A evolução lógica da auto-identificação em relação a outros, passando por diferentes estágios intermediários até atingir uma percepção sofisticada da necessidade de mudanças revolucionárias, parece ser mais um constructo acadêmico, do que, propriamente, um pré-requisito político".

Embora eu não faça neste trabalho uma reflexão aprofundada sobre essas questões, considero fundamental entendê-las, para que se possa buscar o significado político dos movimentos sociais que geralmente nascem das propostas de consumo básico, mas que podem se expandir, como no caso da Assembléia do Povo ⁽¹⁰⁾, para reivindicações decisivas como a posse da terra ocupada por favelas.

Esta reivindicação pode não conter uma proposta revolucionária do tipo "derrubada do regime", mas traz, em seu bojo, uma proposta de mudança estrutural da situação fundiária urbana, pois, se aprovada a lei, revolucionaria a

questão da posse da terra na cidade. Por isso mesmo os grupos de poder, representados principalmente pelos donos das terras e imobiliárias, congregaram seus esforços para derubar o projeto dos favelados. Caso contrário, a lei transformaria Campinas num "laboratório", como disse Dallari, e poderia servir de exemplo para o resto de um país cuja estrutura assenta-se sobre a propriedade privada da terra e dos meios de produção.

Embora a análise dos movimentos sociais que ocorreram em Campinas não seja proposta deste trabalho, minha pesquisa abrangeu as lutas empreendidas pelos favelados, uma vez que essas eram parte de sua realidade naquele momento. Por isso, embora eu não estivesse no início voltada para as questões políticas *da* e *na* favela, elas foram, como num quebra-cabeças, preenchendo "espaços", dando formas à imagem de uma realidade, que com dificuldades eu ia tentando construir. Considero, por isso, que nenhum trabalho sobre favela possa deixar de lado nem mesmo tratar superficialmente essas questões políticas amplas, que dão significado político às pequenas manifestações que só aparentemente ocorrem isoladas de um contexto político e econômico maior.

NOTAS DAS CONCLUSÕES

(1) LEEDS, A. & LEEDS, E. O Brasil e o mito da ruralidade brasileira. *In A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p.111.

(2) BILAC, E.D. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Símbolo, 1978.

(3) FELDMAN-BIANCO, B. Capitalismo e família: os pequenos burgueses. *In Colcha de retalhos*. Estudos sobre família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.155.

(4) SANTOS, C.N.F. *Movimentos sociais e urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. CARDOSO, R. Movimentos sociais e urbanos: balanço crítico. *In SORJ, B. & ALMEIDA, M.H.T. (org.) Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

(5) SANTOS, C.N.F. *op.cit.* p.231.

(6) Sobre a formação da classe trabalhadora e a consciência de classe, ver THOMPSON, E.P. *The making of the english working class*. New York, Vintage Books, 1963.

(7) SANTOS, C.N.F. *op.cit.* p.214.

(8) SUSSER, I. *Norman street*. Poverty and politics in an urban neighborhood. New York, Oxford University Press, 1982. p.8.

(9) NELSON, J. *Access to power*. Politics and the urban poor in developing nations. Princeton, Princeton University Press, 1979. p.158.

(10) O trabalho de JACOBI sobre movimentos populares urbanos contém um pequeno histórico da Assembléia do Povo de Campinas. Ver JACOBI, P. Movimentos populares e urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In BOSCHI, R.R. (org.) *Movimentos coletivos no Brasil urbano. Debates urbanos*, nº 5. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. p.145-79.

* * *

ABREVIATÖES

AM - Associação de Moradores

ANAMPOS - Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais

AP - Assembléia do Povo

AR - Administração Regional

ATEP - Assessoria Técnica de Estudos e Pesquisas

BNH - Banco Nacional de Habitação

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CDS - Coordenadoria de Recursos Sociais

CEAP - Centro de Educação e Alimentação Popular

SECCAP - Serviço de Colocação e Capacitação Profissional

CEAS - Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções

CEASA - Central de Abastecimento Hortifrutigranjeiro

CESHE - Carteira da Sub-Habitação e Emergências Sociais

CETREM - Central de Triagem e Encaminhamento

CSB - Conselho das Sociedades de Bairro

COHAB - Companhia de Habitação Popular

CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz

DER - Departamento de Estradas de Rodagem

DIC - Distrito Industrial de Campinas

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

EMDEC - Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas

FAFEG - Federação das Associações de Favelas da Guanabara

FAS-GE - Fundo de Assistência Social do Governo do Estado

FAS-GM - Fundo de Assistência Social do Governo Municipal
FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas
FMB - Federação dos Moradores de Barraco
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNAPS - Fundo de Assistência à População Moradora em Habitação Sub-Normal
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IEPES - Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais
INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
LBA - Legião Brasileira de Assistência
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MINTER - Ministério do Interior
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PAEC - Plantão de Atendimento e Encaminhamento de Casos
PIN - Programa de Integração Nacional
PIS - Programa de Integração Social
PROCAI - Programa Comunitário de Atendimento Infantil
PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PT - Partido dos Trabalhadores
PUCC - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SAB - Sociedade Amigos de Bairro
SAH - Secretaria de Assistência Habitacional
SANASA - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.
SAP - Sociedade Amiga dos Pobres (Albergue Noturno)
SECCAP - Serviço de Colocação e Capacitação Profissional

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN - Secretaria de Planejamento
SERFHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SIC - Serviço de Imigração e Colonização
SOSP - Serviço de Obras e Serviços Públicos
SPC - Serviço de Promoção Comunitária
SPS - Secretaria de Promoção Social
SPSHU - Serviço de Promoção Social da Sub-Habitação Urbana
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M.S.K. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas. In _____. *Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- ALVES, M.M. *A força do povo: democracia participativa em Lajes*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- ANDERSON, M. *Family structure in nineteenth-century Lancashire*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971. Citado em HAREVEN, T.K. *Family time & industrial time*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- ANSELMO, A. *Padre Cícero, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- ANT, C.L. & KOWARICK, L. *A favela na cidade de São Paulo; último recurso de moradia*. mimeo. São Paulo, COGEP, 1980.
- ARANTES, A.A. Pais, padrinhos e o Espírito Santo. In ALMEIDA, S. et alii. *Colcha de retalhos. Estudos sobre família*

- no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- ARENSBERG, C.M. & KIMBALL, S.T. O método do estudo de comunidade (cap.2). In _____. *Culture and community*. New York, Harcourt, Brace & World, 1965.
- ASSEMBLÉIA DO POVO. *A luta pela terra*. Campinas, fev. 1982. (doc.).
- BARNES, J.A. Genealogies. In EPSTEIN, A.L., org. *The craft of social anthropology*. London, Tavistock, 1967.
- BERLINK, M.T. *A vida como ela é: marginalidade social ou desenvolvimento capitalista periférico na cidade de São Paulo*. mimeo. Campinas, 1974. Tese de Livre Docência, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.
- _____. *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. São Paulo, Vozes, 1975.
- BERLINK, M.T. & HOGAN, D.J. Adaptação da população e "cultura da pobreza" na cidade de São Paulo; marginalidade social ou relações de classe? In HOGAN, D.J. et alii. *Cidade - usos e abusos*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- BILAC, E. *Famílias de trabalhadores e estratégias de sobrevivência*. A organização familiar em uma cidade paulista. São Paulo, Símbolo, 1978.
- BLAY, E.A. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978.
- BOISSEVAN, J. *Friends of friends; networks, manipulators and coalitions*. Oxford, Blackwell, 1974.
- BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo; o problema e o falso problema. *Ensaios de Opinião 2 + 1*, Rio de Janeiro, 1975.
- _____. Nova política salarial e urbana; possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos.

- In VALLADARES, L.P., org. *A habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- BOSCHI, R. & VALLADARES, L. Movimentos associativos de camadas populares urbanas; análise comparativa de 6 casos. In _____. *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- BOTH, E. *Família e rede social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- BRANDÃO, C.R. *A pesquisa participante*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. Parentes e parceiros. In ALMEIDA, M.S.K. et alii. *Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CALDEIRA, T.P.R. *Imagens do poder e da sociedade*. São Paulo, 1982. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- CAMARGO, A.A. A velha e a nova questão da objetividade. In NUNES, E.O., org. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- CAMARGO, C.P.F. *A Igreja e o desenvolvimento*. São Paulo, CEBRAP, 1971.
- CAMARGO, C.P.F.; MUNIZ DE SOUZA, B.; OLIVEIRA, F. Comunidades eclesiais de base. In SINGER, P. & BRANT, V.C., org. *São Paulo, o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes; São Paulo, CEBRAP, 1980.
- CANCIAN, F.; GOODMAN, L.; SMITH, P.M. Capitalism, industrialization and kinship in Latin America; major issues. *Journal of family history*, Cambridge, 3(4), winter, 1978.

- CARDOSO, F.H. & FALLETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*; ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1973 (2 ed.).
- CARDOSO, I. *Mulher e trabalho*. São Paulo, 1980.
- _____. A discriminação começa na família. *Escrita ensaio*, Ano III, nº 5, 1979.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Urbanização e tribalismo; a integração dos Índios Terena à sociedade de classes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- CARDOSO, R. Favela, invenção e conformismo. *Ensaio de opinião* nº 12, Rio de Janeiro, 1977.
- _____. Sociedade e poder: as representações dos favelados de São Paulo. *Ensaio de opinião*. Rio de Janeiro, 6:24, 1978.
- _____. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B. & ALMEIDA, M.H.T., org. *Sociedade e política no Brasil pós.64*. São Paulo, Brasiliense, 1983 (2 ed.).
- CICOURREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In GUIMARÃES, A.Z. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- CÓDIGO de obras, zoneamento e produtos. Campinas. São Paulo, EDITEC, 1980.
- COLLIER, J.F. Women in politics. In ROSALDO, M.Z. & LAMPHERE, L., coord. *Woman, culture and society*. Stanford, Stanford University, 1979.
- DA MATTA, R. *Relativizando; uma introdução à antropologia social*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____. O ofício do etnólogo ou como ter "anthropology blues". In NUNES, E.O., org. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

- DE PAOLI, T. *Um estudo da política urbana no Brasil no pós-64; análise da história do SERFHAU - 1964/1975*. Campinas, 1983. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. mimeo.
- DOUGLAS, G. *Migration, regional and urban growth and development in Brazil; a selective analysis of the historical record, 1872-1970*. São Paulo, IPE-USP, 1971.
- DURHAM, E. *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- _____. *A dinâmica cultural na sociedade moderna. Ensaios de opinião 2 + 2*, v.4. Rio de Janeiro, 1977.
- _____. *A família operária, consciência e ideologia. Dados: Revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 23(2): 201-213, 1980.
- EVERS, T. *Identidade. A face oculta dos novos movimentos sociais. Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, 2:4, abr.1984.
- FACÕ, R. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- FELDMAN-BIANCO, B. *Sex, class and power: women's role in Brazilian local level politics*. Columbia University, 1976. mimeo.
- _____. *The petty supporters of a stratified order; the economic entrepreneurs of matriz: São Paulo, 1877-1974*. Tese de Doutorado, Columbia University, 1981.
- _____. *A família na história e na antropologia: mitos, conjecturas, simplificações ou aproximações e prelúdios da realidade?* Comunicação apresentada no Simpósio sobre Família. CERU (Centro de Estudos Rurais e Urbanos). São Paulo, 15/17 set. 1982. mimeo.
- _____. *Capitalismo e família; os pequenos burgueses. In*

- ALMEIDA, S. et alii. *Colcha de retalhos*. Estudos sobre família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- FERNANDES, F. *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- FIGUEIREDO, M. O papel sócio-econômico das mulheres chefes de família numa comunidade pesqueira do litoral norte da Bahia. *Cadernos de Debates*, São Paulo, 6:35-78, 1980, v.III, nº 8.
- FIGUEIREDO, W. & MALAN, A.L. Empresário brasileiro e filantropia; proposição de um modelo de análise. *Dados; Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1969.
- FISHER, R.M.F. *A favela como solução de vida*. São Paulo, 1977. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- _____. *Meninos de rua*. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo, Ilrex, 1979.
- FORTES, M. Introduction. In GOODY, J., ed. *The development cycle in domestic groups*. Cambridge, Cambridge University Press, 1969.
- FREUD, S. *Totem and tabóö*. New York, Vintage Book, 1946.
- FRY, P. Das vantagens de ser bruxa. *Boletim do IFCH/UNICAMP*, 2, 1974.
- FUKUI, L. Alternativas aos papéis femininos entre sitiantes tradicionais no Brasil; implicações para uma política familiar e social. *Cadernos CERU (Centro de Estudos Rurais e Urbanos)*. São Paulo, 9 out. 1976,
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, CEN, 1977. (15 ed.).
- GARFINKEL, M. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs,

- Prentice Hall, 1967.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GLUCKMAN, M. Analysis of a social situation in modern Zululand. *Bantu Studies*, 14, 1940.
- GODELIER, M. As relações homem-mulher; o problema de dominação masculina. *Encontros com a civilização brasileira*, 26: 22. Rio de Janeiro, 1980.
- GOFFMAN, E. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GOODY, J., ed. The developmental cycle of domestic groups. *Cambridge papers in social anthropology*, nº 1, 1969.
- _____. The evolution of the family. In LASLETT, P., ed. *Household and family in past time*. London, Cambridge University, 1972.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- HAREVEN, T.K. *Family time & historical time*. *Daedalus*: 106. spring 1977.
- _____. The history of the family as an interdisciplinary field. In RABB, T. & ROTBERG, R. *The family in history; interdisciplinary essays*. New York, Harper & Row, 1977.
- _____. Introduction: the historical study of the life course. In _____. *Transitions*. The family and the life course in historical perspective. Academic Press, New York, 1978.
- _____. *Family time & industrial time*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- HERÉDIA, B.M.A. *A morada da vida*. Trabalho familiar de pe-

- quenos produtores no nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- HEYE, M.A. A questão da moradia numa favela do Rio de Janeiro ou como ter anthropological blues sem sair de casa. In VELHO, G. *O desafio da cidade*. Novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- IANNI, O. Estudo de comunidade e conhecimento científico. *Revista de Antropologia*. São Paulo, 1961, 9:109-119. Trabalho apresentado à V Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em junho de 1961, em Belo Horizonte. mimeo.
- IBGE. *Recenseamento geral do Brasil - 1980*. São Paulo, v.2, f.3, nº 19, 3 p.
- JACOBI, P. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In MOISÉS, J.A. et alii, org. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1982.
- _____. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In BOSCHI, R., org. *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- JELLIN, E. A baiana na força de trabalho; atividade doméstica, produção simples e trabalho assalariado em Salvador. In FARIA, V. & SOUSA, G.A., org. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.
- JORDÃO NETTO, A. & BOSCO, S.H. *Migrações*. São Paulo, Secretaria de Agricultura do Estado/Departamento de Imigração e Colonização, 1967.
- JORDÃO NETTO, A. *Aspectos econômicos e sociais das migrações internas para o Estado de São Paulo*. São Paulo, 1973. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- KOWARICK, L. *Marginalidade urbana e desenvolvimento; aspectos teóricos do fenômeno na América Latina*. São Paulo, 1972. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- _____. Usos e abusos; reflexões sobre as metamorfoses do trabalho. In HOGAN, D., org. *Cidades - usos e abusos*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- _____. *A favela na cidade de São Paulo; último recurso de moradia*. São Paulo, COGESP, PMSP, 1980. mimeo.
- LEACH, E. *Political system of highland Burma*. Boston, Beacon, 1970. (4 ed.).
- LEEDS, A. & LEEDS, E. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes; São Paulo, EDUSP, 1976.
- LEWIS, O. *Five families; mexican case studies in the culture of poverty*. New York, Basic Books, 1959.
- LOMNITZ, L.A. & LIZAUR, M.P. The history of a mexican urban family. *Journal of family history*. Cambridge, 1(1-3):392-409, 1976.
- MACHADO DA SILVA, L.A. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 9:3, nº 41, 1967.
- MALINOWSKI, B. *Argonauts of the western pacific*. London, George Toutledge & Sons, 1922.
- _____. The subject, method and scope of this inquiry. In GUIMARÃES, A.Z., org. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- MAR, M. Migration and urbanization; the barriadas of Lima, an example of integration into urban life. In HAUSER, P.M. ,

- ed., *Urbanization in Latin America*. New York, Columbia University, 1961. Citado em PERLMAN, J. *Os mitos da marginalidade*. Favelas e políticas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MARTINEZ-ALLIER, V. As mulheres do caminhão de turma. *Debate e Crítica*. São Paulo, 5:65, 1975.
- MARTINEZ-ALLIER, V. & MOISÉS, J.A. A revolta dos suburbanos, ou, patrão, o trem atrasou. In MOISÉS, J.A. et alii, org. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo, CEDIC, Paz e Terra, 1978.
- MARX, K. *O capital*; livro I, cap.VI. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.
- MAYER, A. A importância dos quasi-grupos no estudo das sociedades complexas. In BANTON, M., ed. *The social anthropology of complex societies*. London, Tavistock, 1966. Tradução de Júlio A. Simões).
- MEDINA, C.A. *A favela e o demagogo*. São Paulo, Martins, 1969. Citado por VALLADARES, L.P. Favela política e conjunto residencial. In BLAY, E.A. et alii. *A luta pelo espaço urbano; textos de sociologia urbana*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- MELLO, M.C.D'Incao *O bôia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- MELLO PUPPO, C.M. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas, 1969. Academia Campinense de Letras, 20.
- MENEZES, C. *A mudança*. Análise de um grupo de migrantes. Imago, 1976.
- MOISÉS, A.J. *Classes populares e protesto urbano*. São Paulo, 1978. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. mimeo. Citado em JACOBI, P. *op.cit.*

- MOISÉS, A.J. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In MOISÉS, A.J. et alii. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, CEDEC; Paz e Terra, 5:14-29, 1982.
- MONTEIRO, D.T. *Os errantes do novo século; um estudo sobre o surto milenarista do contestado*. São Paulo, 1972. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. mimeo.
- MORAES, M. A questão feminina. *Estudos CEBRAP*. São Paulo, 16: 155-168, abr/jun. 1976.
- MOURA, M.M. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- NELSON, J.M. *Access to power; politics and the poor in the developing nations*. New Jersey, Princeton University, 1979.
- NEVES, D.P. Mendigo; o trabalhador que não deu certo. *Ciência hoje*. Rio de Janeiro, 1(4):28-36, jan/fev. 1983.
- NIEMEYER, A.M. As cercas e os muros separam trabalhadores numa favela de São Paulo e numa vila popular. *Cadernos de Opinião*, São Paulo, 1-2:70-79, jul. 1979.
- _____. *O lugar da pobreza: moradia e controle do espaço na favela*. São Paulo: 1972-1977. São Paulo, 1985. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. mimeo.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981. (4 ed.).
- OLIVEIRA, M.C.A. *A produção da vida: mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura*. São Paulo, 1981. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, UPS. mimeo.
- PAOLI, M.C.M. *Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de*

- caso. São Paulo, 1974. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; USP. mimeo.
- PARK, R. Human migration and the marginal man. *American journal of sociology*. Chicago, 33(6): 881-893, 1928. Citado em PERLMAN, J. *Os mitos da marginalidade; favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PEARSE, A. Notas sobre a organização social de uma favela no Rio de Janeiro. Citado em LEEDS, A. & LEEDS, E. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- PERLMAN, J. *Os mitos da marginalidade; favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PIVEN, F.F. & CLOWARD, R.A. *Poor people's movements; why they succeed, how they fail*. New York, Vintage Books, 1979.
- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1970. (12 ed.).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Secretaria de Promoção Social. *Estudo e levantamento de favelas na cidade de Campinas*. Campinas, 1973. mimeo.
- _____. *O fluxo migratório e suas conseqüências para Campinas*. Campinas, 1978. mimeo.
- _____. *Núcleo residencial no DIC*. Campinas, 1979. mimeo.
- _____. *Operação favela*. Campinas, 1979. mimeo.
- _____. *Posicionamentos de segmentos da sociedade campineira e de outros estados com relação ao processo de legitimação da terra*. Campinas, 1981. mimeo.

- _____. *Evolução do processo de concessão de uso das áreas ocupadas por núcleos de sub-habitação em Campinas*. Campinas, 1981. mimeo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria de Promoção Social. *A clientela da CETREM; características e tipologia*. São Paulo, 1978.
- RAMOS, C.L. *A gente do Londres*. Campinas, 1976. Dissertação de Metrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. mimeo. 2 v.
- REDFIELD, R. The folk society. *American journal of sociology*. University of Chicago, 52:293-308, jan. 1947.
- _____. *The folk culture of Yucatán*. Chicago, University of Chicago Press, 1959.
- RIDLEY-LEIGH, D. Mulheres na migração; redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência. In *Mulher hoje*. Número especial de *Encontros com a civilização brasileira*, 26:209-240. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, v. III, nº 8.
- RIVERS, W.H.R. The genealogical method of anthropological inquiry. *American sociological review*, 3:1-12, 1910.
- RODRIGUES, A.M. *Operário, operária*. Estudo exploratório sobre o operariado industrial da grande São Paulo. São Paulo, Símbolo, 1978.
- SALEM, T. Conflito, poder e negociação na família: a questão geracional. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v.23, nº 2, 1980.
- _____. Mulheres faveladas; com a venda nos olhos. In FRANCHETTO, B. et alii. *Perspectivas antropológicas da mulher*, 1. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

- SANTOS, C.N.F. Velhas novidades nos modos de urbanização. In VALLADARES, L.P., org. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- _____. *Movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- SANTOS, J.L. dos *Família e história*; estudo de um caso e de uma questão. Campinas, 1976. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. mimeo.
- SCARFON, M.L. *Crescimento e miséria*; estudo sobre populações marginais em um município paulista. São Paulo, Símbolo, 1979.
- SCOTT, J.W. & TILLY, L.A. Women's work and the family in nineteenth-century Europe. In *Comparative studies in society and history*, 17:1975:36-64.
- SHMINK, M. Household economic strategies. Review and research agenda. *Latin american research review*. v. XIX:3, 1984.
- SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos*: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. 1977.
- SILVA, A.I.O. *Rendas, babados, bilros e crochês*. A construção da mulher de prendas domésticas. Campinas, 1985. Dissertação de Mestrado, Programa em Antropologia Social da UNICAMP.
- SINGER, P. Movimentos de bairro. In SINGER, P. & BRANT, V. org. *São Paulo; o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes; São Paulo, CEBRAP, 1980.
- SLOCUM, S. Woman the gatherer. In REITER, R., ed. *Toward an anthropology of women*. New York, Monthly Review Press, 1975.

- SMITH, R.T. The family and modern world system; some observations from the Caribbean. *Journal of family history*, Cambridge, 3(4), winter, 1978.
- STACK, C. *All our kin; strategies for survival in a black community*. New York, Harper & Row, 1975.
- STOLKE, V. Mulheres e trabalho. In CARDOSO, F.H. et alii., org. *Trabalho e dominação*. Estudos CEBRAP nº 26. Rio de Janeiro, Vozes, 1980.
- _____. A família que não é sagrada. In ALMEIDA, S. et alii. *Colcha de retalhos; estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- STONEQUIST, E. The problem of the marginal man. In *American journal of sociology*. 41(1): 1-12, 1935. Citado em PERLMAN, J. *op.cit.*
- SUSSER, I. *Norman street; poverty and politics in an urban neighborhood*. New York, Oxford University, 1982.
- SWEEZY, P.M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- THOMPSON, E.P. *The making of the english working class*. New York, Vintage Books, 1966.
- _____. The grid of inheritance: a comment. In GOODY, THIRSK & THOMPSON. *Family and inheritance*. (Past and Present Publications). Cambridge University Press, 1976.
- TILLY, L.A. & SCOTT, J.W. *Women work and family*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1978.
- TURNER, V.W. *Schismism and continuity in an african society: a study of Ndembu Village life*. Manchester, Manchester University, 1952.
- VALLADARES, L.P. *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro, Paz e

- Terra, 1977.
- _____. Associações voluntárias na favela. *Revista Ciência e cultura*. São Paulo, v.29:12, dez. 1977.
- _____. Favela política e conjunto residencial. In BLAY, E. A., org. *A luta pelo espaço urbano; textos de sociologia urbana*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____. A propósito da urbanização de favelas. *Espaços e debates; Revista de estudos regionais e urbanos*. São Paulo, Cortez, (1), 2:5-18, maio 1981.
- VAN GENEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- VAN VELSEN, J. The extended-case method situational analysis. In EPSTEIN, A.L. *The craft of social anthropology*. London, Tavistock, 1967.
- VIANNA, A.R. Estratégias de sobrevivência num bairro pobre em Salvador. In FARIA, W. & SOUZA, G.A., org. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- VIEZZER, M. *Se me deixam falar*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- VINCENT, J. Political anthropology; manipulative strategies. *Annual review of anthropology*. 7:175-194, 1978.
- WOLF, E.R. Types of latin american peasantry; a preliminary discussion. *American anthropologist*. Winsconsin, 57, 1955.
- _____. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. Tradução de Ítalo Moriconi Júnior. Kinship, friendship and patron-client relationship in complex societies. *Cadernos de antropologia*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 7:8, 1974.
- WOORTMAN, K. Casa e família operária. In *Anuário antropológico*, 80. Rio de Janeiro, UFC e Tempo Brasileiro, 1982.
- YANAGISAKO, S.J. Family and household; the analysis of do-

mestic groups. *Annual review of anthropology*. California, 8:161-205, 1979.

ZALUAR, A. As mulheres e a direção do consumo doméstico; estudo de papéis familiares nas classes populares. In ALMEIDA, S. et alii. *Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____. *A máquina e a revolta; as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

JORNAIS

Correio Popular. Campinas, 17 ago. 1972.

_____, _____, 16 mar. 1978.

_____, _____, 30 mar. 1978.

_____, _____, 30 ago. 1979.

_____, _____, 30 mar. 1980.

_____, _____, 1 out. 1980.

_____, _____, 7 dez. 1980.

_____, _____, 12 fev. 1981.

_____, _____, 24 fev. 1981.

_____, _____, 1 abr. 1981.

_____, _____, 1 maio 1981.

_____, _____, 1 nov. 1981.

_____, _____, 6 mar. 1982.

_____, _____, 5 nov. 1982.

_____, _____, 8 jul. 1984.

Diário do Povo, Campinas, 23 nov. 1969.

_____, _____, 23 jan. 1979.
_____, _____, 3 mar. 1979.
_____, _____, 31 mar. 1979.
_____, _____, 12 abr. 1979.
_____, _____, 3 maio 1979.
_____, _____, 4 maio 1979.
_____, _____, 8 maio 1979.
_____, _____, 9 maio 1979.
_____, _____, 12 maio 1979.
_____, _____, 22 maio 1979.
_____, _____, 23 maio 1979.
_____, _____, 30 maio 1979.
_____, _____, 31 maio 1979.
_____, _____, 27 jun. 1979.
_____, _____, 16 out. 1979.
_____, _____, 25 out. 1979.
_____, _____, 26 nov. 1979.
_____, _____, 8 nov. 1980.
_____, _____, 15 nov. 1980.
_____, _____, 31 mar. 1981.
_____, _____, 4 abr. 1981.
_____, _____, 17 abr. 1981.
_____, _____, 28 abr. 1981.
_____, _____, 29 maio 1981.
_____, _____, 14 jul. 1981.
_____, _____, 6 mar. 1982.
_____, _____, 31 mar. 1983.
_____, _____, 23 set. 1984.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 20 maio 1979.

_____, _____, 11 mar. 1982.

Folha de São Paulo, São Paulo, 8 mar. 1979.

_____, _____, 19 set. 1979.

_____, _____, 28 out. 1979.

_____, _____, 25 fev. 1981.

_____, _____, 20 set. 1981.

_____, _____, 7 mar. 1982

_____, _____, 30 maio 1982.

_____, _____, 7 mar. 1983.

Jornal de Hoje, Campinas, 8 out. 1980.

_____, _____, 31 mar. 1981.

_____, _____, 12 maio 1981.

_____, _____, 17 ago. 1981.

Movimento, São Paulo, 12 ago. 1979.

_____, _____, 22 out. 1979.

_____, _____, 26 jan. 1981.

O Repórter da Região, Campinas, jul. 1978.

_____, _____, set. 1978.

_____, _____, out. 1978.

_____, _____, mar. 1979.

_____, _____, abr. 1981.

REVISTAS

Afinal, São Paulo, 17 set. 1985.

O Gancho, Campinas, Boletim Informativo da Pastoral Operária de Campinas, ago. 1976.

Isto é, São Paulo, 29 jun. 1983.

Revista do Sindicato, São Paulo, mar. 1984.